

LARISSA SOARES BAIMA

**PSICOLOGIA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL: UMA ANÁLISE
HISTÓRICA DA INFLEXÃO POLÍTICA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**

PUC-CAMPINAS

2019

LARISSA SOARES BAIMA

**PSICOLOGIA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL: UMA ANÁLISE
HISTÓRICA DA INFLEXÃO POLÍTICA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^a. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

PUC-CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

155.94 Baima, Larissa Soares.
B161p Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da
inflexão política da psicologia comunitária / Larissa Soares Baima. -
Campinas: PUC-Campinas, 2019.
315 f.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.
Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências da Vida,
Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.
Inclui bibliografia.

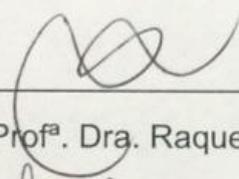
1. Psicologia comunitária. 2. Socialismo. 3. Política social. 4.
Psicologia social. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia
Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD - 22. ed. 155.94

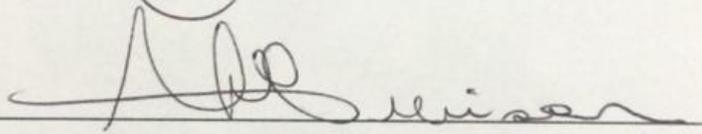
LARISSA SOARES BAIMA

**PSICOLOGIA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA INFLEXÃO
POLÍTICA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**

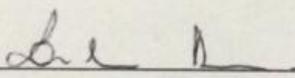
BANCA EXAMINADORA



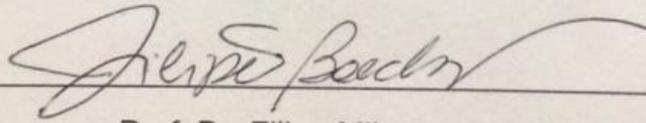
Presidente Prof^ª. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo



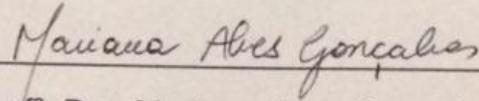
Prof^ª. Dra. Vera Lucia Trevisan de Souza



Prof^ª. Dra. Lilian Aparecida Cruz Dugnani



Prof. Dr. Filipe Milagres Boechat



Prof^ª. Dra. Mariana Alves Gonçalves

PUC CAMPINAS

2019

“Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*” (Marx, 1843/2010, p. 54)

AGRADECIMENTOS

A produção desta tese não teria sido possível sem a contribuição fundamental de algumas pessoas. Como qualquer longo trabalho, traz consigo uma coleção de fracassos, de acertos, de importantes experiências construtivas e de dificuldades. O apoio dessas pessoas, nas suas diferentes formas, foi imprescindível para a superação dessas dificuldades, para elaboração dos fracassos e, sobretudo, para a forma que assume esta produção tal como apresentada, agora. Apesar dos distanciamentos, da solidão e da competitividade a que somos impelidos nesta vida de produção acadêmica, é possível encontrar solidariedade em relações que nos ajudam a resistir a esses tempos de brutalidade. Devo meus imensos agradecimentos ao apoio de cada uma dessas pessoas.

Aos meus pais, Clarice e Antomar, que nunca mediram esforços para me apoiar em um começo de inseguranças e em recomeços difíceis.

À Lorena, minha irmã e amiga, maior interlocutora de impressões sobre o viver nesse mundo, desde os tempos de infância noventista.

Ao Thyago, que, com um cuidado e amor raros, me ajudou a enfrentar com leveza e suavidade os momentos mais desalentadores. Que passou a partilhar comigo os dias, os sonhos, os cafés, as cervejas e a vida. E que contribuiu com leituras, referências bibliográficas e observações fundamentais ao texto.

À Raquel, minha orientadora, que me acolheu, desde o mestrado, com abertura para investigar, experimentar, debater e escolher caminhos. E que foi de extrema sensibilidade em acolher meus momentos de fragilidade e em fornecer todo tipo de apoio para a realização desse doutorado e para a vida em Campinas.

Às(aos) colegas e ex-colegas do GEP-InPsi: Adriana, Carol Dias, Carol Lisboa, Eduardo, Flávia, Helena, Jacque, João, Juliana, Laura, Liane, Lis, Lucian, Luíz, Marcos, Mari Feldman, Mari Lemos, Simone, Soraya, Tainnã, Tami, Thayne e Toninho, com os quais pude ter trocas, debates, trabalhos conjuntos e alguns dos quais pude me aproximar e ter valiosas amizades.

Às amigas e amigos de Goiânia, que, à sua maneira, sempre estiveram presentes nas dores e alegrias dessa caminhada. Nas cervejas e nos cafés cheios de saudades e de conversas colocadas em dia, nas visitas rápidas antes das partidas, nas acolhidas dos momentos de confusão, nas novas perspectivas sobre a vida. Em tudo isso sou imensamente grata a vocês, Agustinho, Marília, Douglas, Juliana, Letícia, Helena, Thales.

Ao Luciano, amigo de longa jornada na psicologia, que, com um misto de acidez e sensibilidade incríveis, vem dividindo comigo os momentos de fugaz satisfação e de inesgotáveis frustrações que essa vida acadêmica pode proporcionar.

Ao Gabriel, de quem pude me aproximar no início do doutorado e com quem partilhei alguns dos momentos mais importantes dessa jornada em Campinas, desde as maiores dores e perrengues às mais memoráveis alegrias e sonhos. Obrigada também pela leitura e contribuições cruciais aos meus estudos e a algumas partes do texto.

Ao Fernando, grande referência e inspiração, por quem tive a felicidade de ser orientada nas primeiras aventuras e desventuras dessa vida acadêmica. Que foi o maior encorajador e colaborador do início dessa trajetória, e com quem pude ter os primeiros contatos significativos com o marxismo.

Às amigas e amigos que São Paulo me deu...Helo, Ingrid, Lu, Leo, Júlia, Ana, Leandro, Tami, Fabiano. Obrigada pela amizade e companheirismo que tornaram esse estado mais acolhedor.

A todos os colegas e interlocutores da psicologia que tive a felicidade de conhecer nos espaços acadêmicos e com quem pude ter trocas importantíssimas para o caminhar da pesquisa e do início dessa vida acadêmica.

Às secretárias do Programa de Pós-graduação, Maria Amélia e Elaine, que sempre me ajudaram e, às vezes, me salvaram dos desastres da minha desorganização.

Aos professores da banca de qualificação, Filipe Boechat e Ivo Tonet, cujos apontamentos e sugestões foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Às professoras Vera Trevisan e Lilian Dugnani, da PUC-Campinas, que compuseram a banca de defesa. Obrigada pela leitura, correções e sugestões ao texto. Um agradecimento especial à Mariana Gonçalves e Filipe Boechat, por terem aceito o convite para a banca, pela leitura e apontamentos ao trabalho, mas, fundamentalmente, pela interlocução e constante contribuição à pesquisa desde seu início.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

BAIMA, Larissa Soares. *Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da psicologia comunitária*. 2019. 315f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Campinas, 2019.

RESUMO

Este trabalho busca empreender uma análise histórica de estratégias políticas presentes na trajetória da psicologia comunitária no Brasil. Tomamos como problema inicial o que se poderia definir como a presença da emancipação política como estratégia política hegemônica no campo, expresso sobretudo na presença das categorias da cidadania, da participação social, da ampliação da democracia, etc., como referências na concepção de transformação social em suas produções. Desta observação inicial, buscou-se entender como essa posição se generalizou no campo, ou seja, como esta posição se tornou sua estratégia política hegemônica. Assim é que se pôde verificar que, ao longo de sua trajetória histórica no Brasil, a psicologia comunitária operou uma inflexão política que, analisada do ponto de vista da emancipação humana, pode ser qualificada como uma inflexão política de caráter conservador, um recuo político. Buscando apreender os fundamentos sociomateriais desse processo inflexivo, chegou-se a alguns nexos histórico-sociais desse movimento da psicologia comunitária com o processo histórico brasileiro e suas lutas de classes nas últimas quatro décadas. Conclui-se que a inflexão política da psicologia comunitária no Brasil é expressão de um ajuste conservador que corresponde ao deslocamento político operado pelas principais organizações da classe trabalhadora brasileira em resposta à entrada do país em um novo modelo de acumulação do capital e às novas configurações políticas pós-redemocratização.

Palavras-chave: psicologia comunitária; transformação social; marxismo; emancipação humana.

BAIMA, Larissa Soares. *Psychology and class struggle in Brazil: a historical analysis of the political inflection of community psychology*. 2019. 315p. Thesis (Ph.D. in Psychology) – Pontifical Catholic University of Campinas, Center of Life Sciences, Post-graduation Program in Psychology, Campinas, 2019.

ABSTRACT

This work seeks to make a historical analysis of political strategies present in the trajectory of community psychology in Brazil. We take as an initial problem what could be defined as the presence of political emancipation as a hegemonic political strategy in this field, expressed mainly in the presence of the categories of citizenship, social participation, expansion of democracy, etc., as references in the conception of social transformation in their productions. From this initial observation, we sought to understand how this position was generalized in the field of community psychology, that is, how this position became its hegemonic political project. Thus, it was verified that, throughout its historical trajectory in Brazil, the community psychology suffered a political inflection that, analyzed from the point of view of human emancipation, can be described as a political inflection of conservative character or a political retreat. Seeking to grasp the sociomaterial foundations of this process, we reached some socio-historical articulations of the community psychology's movement with the Brazilian historical process and its class struggles in the last four decades. The conclusions show that the political inflection of community psychology in Brazil is the expression of a conservative adjustment that corresponds to the political displacement operated by the main organizations of the Brazilian working class in response to the country's entry into a new model of capitalist accumulation and into new political configurations.

Keywords: community psychology; social change; marxism; human emancipation

BAIMA, Larissa Soares. *Psicología y lucha de clases en Brasil: um análisis histórico de la inflexión política de la psicología comunitária*. 2019. 315f. Tesis (Doctorado em Psicología) – Pontificia Universidad Católica de Campinas. Centro de Ciencias de la Vida. Programa de Postgrado en Psicología. Campinas, 2019.

RESUMEN

Este trabajo busca emprender un análisis histórico de estrategias políticas presentes en la trayectoria de la psicología comunitaria en Brasil. Tomamos como problema inicial lo que se podría definir como la presencia de la emancipación política como estrategia política hegemónica en el campo, expresado sobre todo en la presencia de las categorías de la ciudadanía, de la participación social, de la ampliación de la democracia, etc., como referencias en la concepción de transformación social en sus producciones. De esta observación inicial, se buscó entender cómo esa posición se generalizó en el campo, o sea, cómo esta posición se convirtió en su estrategia política hegemónica. Así es que se pudo verificar que, a lo largo de su trayectoria histórica en Brasil, la psicología comunitaria sufrió una inflexión política que, analizada desde el punto de vista de la emancipación humana, puede ser calificada como una inflexión política de carácter conservador, un retroceso político. En la búsqueda de aprehender los fundamentos socio materiales de ese proceso inflexivo, se llegó a algunos nexos histórico-sociales de ese movimiento de la psicología comunitaria con el proceso histórico brasileño y sus luchas de clases en las últimas cuatro décadas. Se concluye que la inflexión política de la psicología comunitaria en Brasil es la expresión de un ajuste conservador que corresponde al cambio político operado por las principales organizaciones de la clase trabajadora brasileña en respuesta a la entrada del país en un nuevo modelo de acumulación del capital y las nuevas configuraciones políticas post-redemocratización.

Palabras clave: psicología comunitaria; transformación social; marxismo; emancipación humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Justificativa.....	15
Apresentação.....	28
1. CAPÍTULO 1 – CRÍTICA, MÉTODO E HISTÓRIA EM PSICOLOGIA: POR UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA FILOSOFICAMENTE DIMENSIONADA.....	42
1.1. Uma crítica da psicologia?	42
1.2. Crítica histórico-ontológica – ou a questão do método.....	45
1.3. Uma história da psicologia como crítica ontológica: em defesa da filosofia..	60
2. CAPÍTULO 2 – UM DIMENSIONAMENTO FILOSÓFICO À QUESTÃO: EMANCIPAÇÃO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS.....	66
2.1. Marx e a questão da emancipação: emancipação política e emancipação humana.....	66
2.2. Algumas contribuições da tradição marxista ao debate sobre o Estado.....	70
2.3. Estado e o caráter de classe das políticas sociais.....	92
3. CAPÍTULO 3 – PSICOLOGIA E “QUESTÃO SOCIAL”: DITADURA MILITAR, LUTAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO BRASIL.....	99
3.1. Ditadura militar e “questão social” no Brasil de 1964 a 1990.....	99
3.1.1. <i>Nexos econômico-sociais do período ditatorial burguês brasileiro.....</i>	99
3.1.2. <i>Falência do “milagre econômico” brasileiro e ascenso das lutas operárias e populares.....</i>	110
3.2. Psicologia comunitária no Brasil: crise da psicologia e o surgimento das práticas de psicologia em comunidades.....	127

3.2.1.	<i>Sobre a indefinição do campo: a psicologia comunitária como uma realidade histórica.....</i>	127
3.2.2.	<i>Apontamentos sobre o desenvolvimento histórico da psicologia comunitária no Brasil.....</i>	129
3.2.3.	<i>O papel da ABRAPSO.....</i>	146
3.2.4.	<i>A busca pela sistematização da psicologia comunitária: deselitização e transformação social.....</i>	149
3.3.	Transformação social nas primeiras produções de psicologia comunitária brasileiras.....	156
3.3.1.	<i>Psicologia na comunidade, psicologia popular e primeiras sistematizações da psicologia comunitária.....</i>	156
3.3.2.	<i>Transformação social nos primeiros desenvolvimentos da psicologia comunitária: enfrentamento ao Estado e à ordem social.....</i>	190
4.	CAPÍTULO 4 – UMA INFLEXÃO POLÍTICA NA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: DO ENGAJAMENTO COM AS LUTAS POPULARES À DEFESA DA CIDADANIA.....	211
4.1.	Novo padrão de acumulação do capital e seus efeitos nos movimentos do trabalho.....	211
4.1.1.	<i>Reestruturação produtiva, redemocratização e luta de classes no Brasil.....</i>	211
4.1.2.	<i>Neoliberalismo e uma “nova” “questão social”</i>	224
4.2.	A Psicologia Comunitária no Brasil pós-1990.....	229
4.2.1.	<i>A proliferação das práticas de psicologia em comunidades.....</i>	229
4.2.2.	<i>O giro ideopolítico da Escola de São Paulo de psicologia social.....</i>	232
4.3.	Transformação social nas produções bibliográficas da psicologia comunitária pós-1990.....	244

4.3.1. <i>Aspectos da produção bibliográfica: psicologia comunitária, saúde comunitária e políticas públicas.....</i>	244
4.3.2. <i>Psicologia comunitária e transformação social no Brasil pós-1990: compromisso com um capitalismo ético, humano e inclusivo.....</i>	273
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	301
REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS.....	305

INTRODUÇÃO

Justificativa

O conhecimento tem sua importância na medida em que colabora para transformar o mundo. Para aqueles e aquelas que sofrem diretamente os efeitos perversos desse sistema, e para os estudiosos, cientistas e profissionais que esperam colocar (dentro do que lhes é possível) o conhecimento e sua prática a serviço da construção de uma nova ordem, o conhecimento útil é aquele que serve à transformação, à mudança dessa realidade. E é preciso conhecer para transformar.

O trabalho que aqui se apresenta existe como parte desse esforço por conhecer e transformar a realidade. Ainda que um curto percurso já tenha sido trilhado, e que decisões de pesquisa tenham levado a um foco específico de estudo nessa ainda muito breve jornada, o embrião das questões que movem o atual trabalho se encontra ainda em minha graduação em psicologia. Em inquietações ainda muito gerais e pouco formuladas acerca do papel social da psicologia.

Minha graduação (2007-2013), no curso de psicologia da Universidade Federal de Goiás, foi permeada pelo discurso da necessidade de se construir uma psicologia comprometida com a justiça social, com a promoção da cidadania, com a busca pelo bem comum e por uma sociedade livre de injustiça e opressão. Era um discurso sedutor e que, facilmente, conduzia a nós, psicólogas e psicólogos em início de formação, à conclusão de que essa era a psicologia que deveríamos construir.

O caráter abstrato de diversas dessas categorias, entretanto, pouco era problematizado. E, para aqueles e aquelas que buscaram significar, na prática, o que seria, então, comprometer-se com a justiça social, com a promoção da cidadania, com a ética na profissão, abria-se um abismo pessimista de muitas perguntas e poucas respostas.

Esta breve trajetória acadêmica até aqui trilhada, inevitavelmente tem sido pautada pelo lema do compromisso social da psicologia¹. Lema, este, que era o grande mote do sedutor discurso sempre tão presente em minha formação na graduação. E o contato com alguns trabalhos que problematizavam esta bandeira (Yamamoto, 2003; 2007; Amorim, 2010; Silva, 2011) durante esse período de formação, foi de grande importância para os caminhos que tenho buscado seguir.

A natureza desse discurso, as determinações históricas de seu surgimento enquanto tema da psicologia e sua evolução a lema da profissão no Brasil são de uma complexidade que exige um trabalho muito maior que este que aqui se propõe. É o que fizeram e vêm buscando fazer outros estudos (Yamamoto, 2007; Silva, 2011; 2015) de imensa importância para a construção de uma crítica consequente da psicologia no Brasil. Mas o seu destaque aqui se dá justamente pela grandeza de sua atuação na consolidação do atual projeto político da profissão no país.

O percurso que me traz até aqui passa por dentro desse cenário. E o pessimista abismo de muitas questões e poucas e desanimadoras respostas, é o que tem sido o motor desse trajeto até aqui construído. A conclusão, a que frequentemente chegávamos, de que era preciso mudar esta realidade produtora de desigualdade e injustiça social, parecia indicar, também frequentemente, duas possíveis saídas. De um lado, uma mudança que se traduzia numa mudança pessoal de postura, identificada com a típica moral burguesa de valorização de um caráter individual, como se a exploração e a injustiça resultassem do desvio moral de uns poucos (ou muitos).

¹ Há uma certa diversidade nesta acepção. O compromisso social já aparecia como tema da psicologia desde os primeiros estudos sobre a profissão no Brasil. Contudo, torna-se, ao longo do tempo, não só tema, mas lema nos debates sobre a profissão. Tal processo se dá, sobretudo, por iniciativa de um grupo de psicólogos, encabeçado por Ana Bock que, “no plano político visa ocupar as entidades sindicais e profissionais da categoria e, no teórico, combate a concepções individualizantes e a-históricas na Psicologia” (Yamamoto, 2007, p. 30).

De outro lado, uma segunda via parecia indicar os caminhos para a almejada mudança em termos de reformas do sistema, para a qual parecia haver, no progressivo avanço dessas reformas, um limite inevitável desta ordem social injusta que não teria, conseqüentemente, outro fim se não sua ruína para dar lugar a uma nova sociedade plenamente aperfeiçoada, justa e solidária.

Nenhum dos dois caminhos, contudo, me parecia oferecer uma alternativa concreta e real para esse quadro. Era uma percepção, a princípio, e por muito tempo, apenas intuitiva. O contato, naquele momento, e ainda hoje, muito inicial com algumas produções no amplo campo do marxismo tratou de apontar alguns caminhos fundamentais para a canalização dessa percepção “intuitiva”.

O principal deles indicava que uma conseqüente mudança social só poderia ser efetivada em termos de uma mudança radical do modo de trabalho e produção. Marx, ao indicar a centralidade do trabalho na constituição do ser social mostrou que nenhuma análise da sociedade é capaz de apreender o processo social se não olhar para a produção e reprodução da vida social, sem que se perca a perspectiva da totalidade na relação entre os dois polos distintos, mas dialéticos do processo social: subjetividade e objetividade.

Se nossa busca por apreender os nexos dessa processualidade se dá a partir da premissa da centralidade do trabalho na constituição do ser social, torna-se impossível ignorarmos em nossas análises o fundamento estrutural da sociedade atual. E a atual sociedade se funda numa forma de trabalho essencialmente desumanizadora e alienadora.

Assim, quando me deparava com as demandas dirigidas a mim enquanto futura profissional chamada a dar respostas ao sofrimento das pessoas, eu concluía que a resolução definitiva, ao menos, das condições fundamentais de sua produção, não seria possível dentro de um sistema estruturado na exploração e na injustiça.

E não podíamos prometer o compromisso com a construção de uma psicologia empenhada no alívio do sofrimento da maioria das pessoas sem levantar a necessidade da radical transformação dessa sociedade e de sua estrutura social-produtiva injusta e desigual. Ainda que, para isso, no limite, seja possível que se perceba que não há nenhuma contribuição específica dessa ciência e profissão nesta tarefa. Isso não quer dizer que não existam teorias que nos aproximam mais que outras da apreensão dos nexos da totalidade social. Nem que não existam práticas profissionais menos reprodutoras de adaptação que outras.

O que se quer dizer é que a produção de conhecimento e de práticas que tenham como objetivo contribuir para a interpretação e mudança da realidade social deve, necessariamente, pautar um horizonte político que se contraponha ao atual modelo social-econômico colocado. Ainda que sejam questionáveis ou pelo menos avaliáveis as possibilidades de contribuição de uma ciência fragmentada e de uma profissão, na atual divisão social do trabalho, nesta tarefa.

Considerar esse último aspecto é de fundamental importância para não se cair em posturas voluntaristas ou “quixotescas”², sobretudo, no campo das intervenções sociais. Nesse sentido, importante marco na trajetória de meus estudos foi a leitura do livro de Yamamoto (1987) em que o autor analisa “críticas” e algumas alternativas da psicologia desenvolvidas no Brasil desde a situação caracterizada como “crise” da psicologia³. Entre

² Tomamos de empréstimo, aqui, o termo usado por Paiva e Yamamoto (2008) para descrever a postura de profissionais da psicologia no campo das intervenções sociais que agem com boa vontade e com intenção de contribuir com a transformação. Sua ação, apesar da boa vontade, não costuma se fundamentar numa leitura adequada da realidade, impossibilitando-os de realizar uma análise das possibilidades e limites reais de sua atuação.

³ Objetiva-se, neste trabalho, discutir um pouco mais detidamente sobre os elementos conjunturais e as principais questões envolvidas nesta situação. Cabe, contudo, destacar de antemão que nem todos os autores à época reconheciam o quadro como sendo de crise (teórica ou metodológica). Para Campos (2010) a situação nada mais representava que a constatação da insuficiência dos modelos da psicologia diante de uma realidade diferente da dos consultórios. Para a autora não se tratou de uma constatação resultante de um exercício de consciência dos psicólogos, mas tão somente uma consequência da recessão das contingências do mercado de trabalho para estes profissionais, que tiveram que reconhecer a insuficiência de seus modelos de interpretação da realidade.

suas conclusões, destaco aquela que considero indispensável na reflexão sobre a função social do psicólogo: não cabe à psicologia, tomada como disciplina autônoma, e nem ao profissional de psicologia, o papel de atuar de forma decisiva na mudança da sociedade.

Refletindo sobre a atuação da psicologia nas políticas sociais, Yamamoto (2007) ainda reforça a conclusão acima: na atual divisão social do trabalho é impossível se pensar em qualquer categoria profissional como protagonista de um processo de mudança social radical. Isso, de fato, é tarefa da classe trabalhadora organizada e estrategicamente guiada por um projeto político de economia e sociedade que não se dê com base no trabalho assalariado.

Digo que o contato com estes trabalhos foi um marco no sentido de que foram estas as primeiras reflexões que me mostraram que a psicologia, como ciência burguesa fragmentada, e a profissão de psicólogo, dentro da divisão social do trabalho atual são incapazes de contribuir de forma decisiva com a emancipação humana⁴, ainda que sob a forma de modalidades alternativas. Se quisermos, enquanto cientistas e profissionais nesta área, oferecer algum tipo de contribuição para o conhecimento e a transformação da realidade, temos que sobrepujar os limites da ciência psicológica e da profissão.

Não é à toa que modalidades alternativas de conhecimento e de práticas na psicologia, que tiveram ou têm alguma intenção de transformar ou reduzir as refrações da “questão social”, como a psicologia comunitária, ou psicologia social comunitária⁵ (PSC), tiveram influência determinante de outros campos do conhecimento, como a Teologia da Libertação, a pesquisa participante, a educação popular freireana ou mesmo

⁴ O que, em definitivo, não significa dizer que o estudo da subjetividade é dispensável para a apreensão da totalidade social. Essa discussão irá perpassar alguns momentos deste trabalho. Por ora, julgamos suficiente apenas enfatizar este alerta.

⁵ Nos referimos aqui apenas àquelas propostas efetivamente interessadas nesse objetivo, o que, definitivamente, não inclui todas as modalidades de trabalho comunitário em psicologia. Isso será abordado com mais atenção no decorrer do trabalho.

de algumas teses do marxismo (Montero, 2004). E a experiência com o campo da psicologia comunitária pode ser considerado um segundo marco importante em minha trajetória.

Nesta época, vinha de um contato inicial com alguns textos clássicos da psicologia comunitária no Brasil e na América Latina (Freitas, 1996; 1998; Gois, 2003; Lane, 1996), já que uma disciplina obrigatória da ênfase de curso que eu cumpria era dedicada ao seu estudo. A problematização da função social do psicólogo, o trabalho com um público constituído por parcelas da população que vivem cotidianamente os efeitos mais perversos da desigualdade social, e a busca por ações que transformassem as refrações da questão social colocavam-na, para mim, em uma posição especial diante dos outros campos da psicologia.

No ano de 2011, iniciei um trabalho como bolsista de extensão em um projeto de organização e formação política de moradores de um bairro popular de Goiânia⁶. Era um bairro fruto da conquista de uma luta por moradia entre cerca de quatro mil famílias e o Estado de Goiás. O projeto teve como objetivo fomentar processos de conscientização, fortalecimento, participação e organização política de moradores do bairro.

Neste projeto, realizamos as etapas de conhecimento da realidade, levantando as necessidades, expectativas e história da comunidade; discussão, análise de dados e definição de objetivos e plano de ação junto aos moradores; e, por fim, a execução do plano de ação definido coletivamente (Silva, *et al* 2015).

Ao final do projeto, a equipe de psicologia, composta por um professor responsável e alguns estudantes de graduação, avaliou que os objetivos da promoção de processos de participação e de formação de lideranças transformadoras foram frustrados.

⁶ Uma análise da relação entre formas de participação comunitária e práticas de liderança, a partir da experiência no bairro, pode ser encontrada em Silva, *et al.* (2015).

Um conjunto de erros da equipe somados a processos problemáticos inerentes às lideranças do bairro nos colocaram diante de algumas reflexões. Questionávamos, reforçados por essa experiência, sobre as reais condições da própria psicologia comunitária em exercer papel transformador.

Ao mesmo tempo em que eu me envolvia, na prática, com essa experiência, as questões sobre o por que, para que, e para quem existia a psicologia ainda persistiam. As alternativas colocadas à psicologia hegemônica pareciam apresentar uma série de limites e insuficiências e, em meu trabalho de conclusão de curso⁷ (TCC), realizei uma investigação bem inicial sobre as possibilidades de algumas dessas alternativas em contribuir com processos de transformação social. As conclusões, ressalvado o caráter extremamente limitado de um trabalho como aquele, eram bem desanimadoras.

Problematizei, como alternativas, o projeto do compromisso social na psicologia brasileira, algumas propostas de psicologia de influência pós-moderna e a psicologia comunitária. Em todas havia a carência de um projeto de sociedade que se colocasse como horizonte estratégico para o saber e fazer. A psicologia comunitária, contudo, pelo histórico de seu surgimento próximo a movimentos de luta e a própria influência teórica de suas produções iniciais, apresentava-se como uma possível ferramenta interessante na colaboração com processos de conscientização e participação social.

Vale lembrar, contudo, que a psicologia comunitária no Brasil, enquanto campo, conjunto de práticas ou como uma espécie de dispositivo tático, não se descola dos movimentos da área durante a história dessa disciplina e profissão no país. Dessa forma, é de suma importância que a história e o diagnóstico desse campo no Brasil tenham sempre em vista seu desenvolvimento dentro do cenário político geral do país e específico

⁷ Críticas e Alternativas da Psicologia: limites e possibilidades na contribuição para a transformação social (Baima, 2013).

dos movimentos dentro da profissão. E, sendo o projeto do compromisso social da psicologia o atual projeto político colocado à profissão, a psicologia comunitária, tal como hoje existe em suas propostas, vinculações e preocupações, se articula a esse lema.

Nesse sentido, por mais que as raízes de seu surgimento deponham a favor de um certo caráter combativo e politicamente engajado do campo, é possível que diagnósticos preliminares, como aqueles de meu TCC, que apontam para a falta de uma clara estratégia política de mudança, sejam resultados de um processo histórico mais complexo pelo qual passou a profissão no Brasil nas últimas quatro décadas.

Em meu mestrado⁸, ainda guiada pelo questionamento acerca das (im)possibilidades de contribuições da psicologia para processos de mudança social, busquei aprofundar o estudo sobre o campo da psicologia comunitária.

A proposta, de início, era a da realização de uma pesquisa bibliográfica com produções em psicologia comunitária no Brasil a fim de se verificar o caráter da produção acadêmica no campo – que debates estariam presentes, quais fundamentos, conceitos e práticas. Suspeitávamos que encontraríamos uma mudança no caráter dos primeiros trabalhos em comparação com as produções dos últimos anos, coerentemente com as diferentes propostas de prática e produção de saber na área relacionadas, por sua vez, às diferentes conjunturas político-econômicas do país nas últimas décadas, tal como apresentado em estudos como o de Freitas (1996).

Entretanto, algumas necessidades de mudança no trabalho conduziram à escolha pelo foco em uma instância em específico, que foi a formação graduada em psicologia no Brasil e como ela tem preparado profissionais para a atuação comunitária. Esse estudo, de caráter bastante inicial e limitado, nos sugeriu que, no aspecto da formação para a

⁸ Limites e Possibilidades na Contribuição para a Mudança Social: uma avaliação da formação em Psicologia Social Comunitária no Brasil (Baima, 2014).

prática comunitária⁹, sequer formamos psicólogos capazes de compreender e atuar em uma realidade diferente da dos consultórios. Ou seja, para além dos limites estruturais do próprio campo e dos limites políticos da falta de um projeto ético e político de mudança social, sequer a formação em psicologia mudou, na prática, após as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004.

Na realidade, percebe-se, também no campo da formação, a presença de um discurso, expresso nessas diretrizes, que prega a existência de uma nova psicologia, sensível e comprometida com a produção de saberes e práticas socialmente relevantes, mas que, concretamente, continua colaborando para a reprodução da mesma velha ordem social (Seixas, 2014; Baima & Guzzo, 2015; Senra & Guzzo, 2012). Na verdade, podemos arriscar dizer que esse é um movimento tão grave quanto a explícita apologia a uma psicologia comprometida com a reprodução e preservação desse sistema, na medida em que confunde profissionais e seu público e propaga uma falsa alternativa de mudança.

A continuidade do percurso iniciado com as experiências da graduação e com o estudo realizado em meu mestrado não se desprende deste caminho. Entretanto, reflexões recentes, relativas aos limites da ciência psicológica em produzir conhecimento do ponto

⁹ Com isso, não se quer afirmar que seria o domínio da psicologia comunitária aquele que, dentro das alternativas em psicologia, detém os melhores instrumentais teóricos e metodológicos para a apreensão e intervenção nas condições psicossociais em contextos de pobreza, desigualdade social etc. A referida pesquisa de mestrado se centrou na avaliação da forma como se apresenta a PSC nos currículos de graduação em psicologia brasileiros. Os resultados encontrados apontaram que o recurso ao dispositivo da PSC, seja na presença de disciplinas teóricas, no oferecimento de campos de estágio básicos ou específicos e na existência de ênfases de cursos, responde a uma realidade contraditória. Uma realidade em que, de um lado há, nas diretrizes curriculares, a determinação de que a formação se pautem em um “olhar crítico” e voltada ao atendimento às necessidades sociais reais do país, e de outro uma formação, na prática, que recorre a disciplinas e/ou estágios de psicologia comunitária ou domínios/áreas/campos afins, como forma de cumprir apenas burocraticamente as exigências colocadas nas novas diretrizes curriculares. Isso porque atendem apenas minimamente à exigência da presença de disciplinas e ou estágios que apresentem aportes teóricos e metodológicos para a interpretação e intervenção nas ditas necessidades sociais reais do país, preservando a essência tradicional de seu núcleo de formação. A forma como essa discussão é apresentada na dissertação pode levar a indicações problemáticas nesse sentido, a de que o domínio da PSC é que forneceria os melhores aportes para a mudança na perspectiva da formação, consequentemente formando profissionais mais capazes de entender e intervir em “problemas sociais”. Recomenda-se que, para que se possa corrigir minimamente as possíveis conclusões problemáticas advindas dessas indicações apresentadas na dissertação, sua leitura seja, indispensavelmente, seguida da leitura da discussão sobre a captura da PSC pela produção de especialismos na psicologia, trazida na tese de Gonçalves (2017).

de vista da totalidade, da função social do psicólogo na divisão social do trabalho, e das políticas sociais no enfrentamento à questão social, redirecionam os caminhos propostos nesta pesquisa.

Inegavelmente, algumas destas reflexões têm estado presentes desde minha graduação, com as leituras realizadas durante o tempo do projeto de extensão em psicologia comunitária e com os estudos do trabalho de conclusão de curso. Como já mencionado, o livro de Yamamoto (1987), que alertava para as impossibilidades de se redefinir ou salvar a Psicologia e para os limites do profissional psicólogo em atuar na transformação estrutural da sociedade, foi uma importante referência nesta trajetória.

Desde então tenho acreditado na importância de não nos deixarmos iludir por práticas e formas de conhecer a realidade que não tenham valor político de instrumentalização e fortalecimento das lutas anti-estatais e anticapitalistas.

E, nos estudos, já citados, que mais impactaram e determinaram os rumos tomados até este ponto de meu trajeto, tenho me deparado com uma tendência que parece hegemônica nos trabalhos de todos os campos críticos da psicologia, especialmente da psicologia comunitária e da psicologia política.

Esta tendência é a de assimilar a busca pelo engajamento de psicólogos na transformação da sociedade com a luta pela efetivação de direitos, da democracia, da justiça social e da cidadania (Silva & Bonfim, 2013; Ximenes, Cidade e Nepomuceno, 2015; Prado, 2002; Montero, 2010). Tenho observado a mesma tendência em todos os espaços acadêmicos por onde circulam os pesquisadores e estudantes envolvidos com a psicologia comunitária no Brasil e na América Latina em que estive presente¹⁰.

¹⁰ Estive presente, entre os anos de 2013 e 2017 nos seguintes espaços que aglutinaram trabalhos em psicologia comunitária e/ou psicologia política: XI e XIII Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo, IV Congreso de Intervención y *Praxis Comunitaria*, V Conferência Internacional de Psicologia Comunitária,

E os debates realizados pelo grupo de trabalho (GT) em que estive presente em um destes eventos – o Encontro Nacional da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) de 2015 – foram particularmente determinantes na definição das questões trazidas no projeto que deu início a essa pesquisa. O GT “Psicologia, Políticas Sociais e Desigualdade Social: Aproximações com o Marxismo” (2015) indicou caminhos fundamentais para a crítica à tendência da psicologia comunitária e da psicologia política referida anteriormente.

Vinha realizando alguns estudos sobre o tema da emancipação humana em Marx e a leitura de alguns autores do campo marxista que debatem o conceito de cidadania, de política e de democracia à luz da discussão marxiana sobre a emancipação humana (Marx, 1843/2010; 1844/2011; Chasin, 2012; Tonet, 2005). Estes fundamentos respaldaram os debates sobre os limites das políticas sociais na emancipação humana, realizados no GT da ABRAPSO, e ofereceram novas dimensões para a discussão sobre o papel social da psicologia nessas políticas.

Esses debates apontaram para o problema de considerarmos suficiente a atuação profissional no âmbito dessas políticas quando estamos visando contribuições para a transformação da sociedade. E, contudo, o que prevalece, mesmo entre os setores profissionais e intelectuais mais progressistas da psicologia, é a defesa da presença da psicologia nas políticas públicas e de uma formação que prepare adequadamente profissionais para uma atuação que busque o fortalecimento democrático e a efetivação da cidadania, tal como observado nos trabalhos e nos espaços acadêmicos já mencionados.

Assim é que, com todo o auxílio destas reflexões, leituras e debates, pôde-se chegar à percepção daquilo a que Lacerda Jr. (2015) identifica como uma hegemonia da emancipação política em campos como a psicologia comunitária no Brasil. Este problema precisa ser debatido. E precisa-se desfazer as possíveis e prováveis ilusões quanto à emancipação política que têm dominado pesquisadores, profissionais e estudantes interessados em oferecer contribuições para a mudança desta sociedade.

Desta forma, pode-se dizer que os estudos que realizei nos primeiros dois anos de curso do doutorado foram, de certa forma, uma busca por responder a algumas questões. Moviada pelas conclusões do trabalho de mestrado, questionava: uma formação adequada de psicólogos para a prática comunitária e um campo profissional consolidado para este profissional junto aos setores pobres da população seria suficiente para sermos otimistas quanto ao papel transformador da psicologia comunitária, ou mesmo da própria psicologia, de uma forma geral?

Suspeitava que a resposta seria não. Isso não elimina (e nem deve eliminar) a importância de esforços de setores progressistas da profissão, que têm travado batalhas contra o avanço de políticas privatistas e nem da atuação, ainda que seriamente limitada, de alguns profissionais dentro das políticas públicas, sobretudo, de assistência. E nem equivale todas as teorias e práticas psi dentro de um mesmo conjunto que em nada contribuem para a interpretação da realidade em sua totalidade e para a sua transformação.

O que se apresenta a seguir são os resultados e reflexões que se produziram em uma investigação cujo problema e hipóteses disparadoras tiveram sua formulação resultante dos estudos que realizei buscando responder às questões colocadas acima.

Desta forma, apresenta-se aqui uma investigação que teve como fito dar alguma colaboração para a avaliação dos limites e possibilidades de um campo historicamente

crítico da psicologia em cumprir a tarefa de oferecer contribuições para a emancipação humana. Acredita-se que uma investigação desta natureza se justifica na medida em que busca dar contribuições à reflexão de psicólogas e psicólogos brasileiros preocupados com a relevância social de seu saber e fazer para as populações que mais sofrem as mazelas desse sistema.

A psicologia tem chegado aos setores mais afetados pelas refrações da “questão social”, nos últimos 20 anos, especialmente por meio das políticas públicas de saúde e assistência e por via daquilo que se constitui no chamado “terceiro setor”¹¹. Estudos sobre experiências nesses espaços têm revelado a prevalência, ainda, de um modelo de atuação clínico e individualizante, onde o psicólogo permanece, predominantemente, ainda, aplicando testes, realizando psicodiagnósticos e avaliação psicológica em geral (Bastos & Gondim, 2010).

Há, contudo, – e excluimos, aqui, as práticas dentro do “terceiro setor” – algumas experiências que têm buscado superar os modelos tradicionais de teoria e práticas em psicologia e se constituem em esforços bem-intencionados de se realizar uma prática que não sirva só à reprodução do sistema. Esses esforços se referenciam, sobretudo, nos fundamentos da psicologia social latino-americana, da psicologia política e do que se produz em nome da psicologia comunitária – ainda que sobre as duas últimas seja difícil se falar na definição de um corpo conceitual e metodológico que as fundamente.

Por esta razão, e pelo já referido envolvimento com o campo durante minha trajetória, é que iniciei os estudos de meu doutorado elegendo a psicologia comunitária

¹¹ O conceito de “terceiro setor” compreenderia a ideia de uma sociedade civil homogênea e livre de contradições de classes, que se oporia ao Estado (“primeiro setor”) e ao mercado (“segundo setor”) e que assume parte da responsabilidade pela resposta às sequelas da “questão social” no contexto de reestruturação do capital. É um conceito que, contudo, mistifica a questão e se torna funcional ao capital e à ofensiva neoliberal na medida em que escamoteia o verdadeiro fenômeno da desarticulação do padrão de resposta do Estado a essas sequelas (Montaño, 2002).

no Brasil como objeto de pesquisa. Uma pesquisa que tinha, e tem, como um de seus intuitos, desfazer possíveis ilusões e descobrir caminhos reais para que os esforços de tantos profissionais bem-intencionados pudessem se efetivar em mais do que apenas boas intenções.

Alguns autores já vêm levantando a importância de se redimensionar os debates em torno da função social do psicólogo, no sentido de desfazermos certas ilusões voluntaristas (Yamamoto, 2007; Paiva & Yamamoto, 2008; Lacerda Jr., 2015). Um estudo sistemático da psicologia comunitária no Brasil, que a coloque no centro de uma avaliação guiada pelo arsenal teórico de Marx e com o objetivo de apontar caminhos teóricos e práticos que superem não só os modelos tradicionais, mas o voluntarismo profissional, ainda parece ser importante. Desta forma, acredita-se justificar a relevância de uma pesquisa de doutorado tal como a que aqui se apresenta.

Apresentação

Impulsionada pelas questões que permearam meu encontro e minha relação com o tema, já mencionadas e discutidas superficialmente acima, o objetivo do texto, neste momento, centra-se em apresentar, mais precisamente, em que se constituiu a investigação aqui apresentada. A formulação de sua proposta foi resultado de algumas compreensões e indicações tiradas dos estudos realizados nos dois primeiros anos de curso de doutorado.

Como já apontado anteriormente nesta introdução, o contato preliminar com obras produzidas em nome da psicologia comunitária no Brasil (bem como com os espaços de trocas acadêmicas daqueles que se identificam com a área) tem indicado a prevalência dos temas da cidadania, da socialização de direitos e da democracia em lugar da ideia de

transformação social na forma de mudanças estruturais ou mais estreitamente ligadas a lutas populares, sociais, aparentemente mais evidentes nas primeiras experiências de psicologia em contextos comunitários, como se pode ver nos trabalhos de Freitas (1996), Góis (2003)¹² ou Lane (1996).

Claro é que devemos considerar a conjuntura daquele período, de ditadura militar e de acirramento dos conflitos sociais, que certamente favoreciam o envolvimento de profissionais e pesquisadores com projetos muito mais avançados de luta popular. Além disso, a atual conjuntura de neoliberalismo e de fragmentação das políticas sociais, somada ao esgotamento da experiência do socialismo soviético, colocam, na atualidade, um cenário muito mais recuado para o enfrentamento dos movimentos da classe trabalhadora ao capital.

Contudo, é inegável, mesmo diante desse quadro, a persistência das lutas sociais e a resistência dos setores trabalhadores e populares ao avanço da ofensiva capitalista. O horizonte da transformação estrutural da sociedade, com a abolição do trabalho assalariado e da divisão social de classes, não só ainda é uma necessidade histórica para a libertação humana como uma possibilidade real. E o fortalecimento das lutas com essa estratégia ainda parece ser o caminho para a efetiva mudança social.

Se ações profissionais podem contribuir para esse fortalecimento, é outra questão. Mas não é através de ações que lidam apenas com as refrações da “questão social” que se pode esperar reais efeitos na mudança das condições de desigualdade social. E esse parece

¹² A referida obra de Góis, publicada em 2003, traz um conjunto de artigos escritos pelo autor entre os anos de 1984 e 1997, cuja organização teve como objetivo oferecer uma contribuição à história da psicologia comunitária do Ceará. Cada artigo é apresentado com seu título, ano e local original de publicação. Os artigos trabalhados nesta tese foram: “Por uma Psicologia Popular: proposta de um caminho para a Psicologia junto à classe oprimida” (1984), “História e Perspectiva da Psicologia Comunitária no Ceará” (1996) e “Método de Ação Municipal: Implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável no Ceará – CMDS 1995/1996” (1996).

ser o caso da defesa da cidadania, das políticas públicas, da democracia como horizonte político dos projetos de transformação social.

Por isso, um dos caminhos de busca por fundamentação teórica para a análise da problemática apresentada no projeto desta pesquisa, foi o estudo do pensamento de Marx acerca dos fundamentos ontológicos da emancipação humana e sua relação com a emancipação política.

O pensamento de Marx (1843/2010; 1844/2011), que aponta os limites da emancipação política e coloca a emancipação humana como horizonte histórico da verdadeira autoconstrução humana, apresenta-se como um pontapé teórico valioso para o debate a que nos propusemos neste trabalho. Seu pensamento, que com a contribuição de suas obras mais amadurecidas, resgata a centralidade do trabalho na constituição do ser social, apresenta-se como um arsenal teórico que gera como consequência prática a necessidade da reposição do foco das lutas sociais fora das instituições do Estado.

A aparente hegemonia da emancipação política nas propostas de psicologia comunitária (como em qualquer modalidade de conhecimento e prática da psicologia, da educação, do serviço social, etc) é um problema se se intenciona, com essas práticas, oferecer algum tipo de ação cuja estratégia tenha como horizonte a emancipação humana. E a busca por formular questões acerca da natureza deste problema, seus elementos circunstanciais e suas consequências para os debates em torno da função social do psicólogo nos remeteram a outras questões já aludidas nessa introdução.

Ao analisar as produções textuais em psicologia comunitária no Brasil, Gonçalves e Portugal (2016) observaram a prevalência de uma busca pela afirmação, por parte de seus representantes, da psicologia comunitária como uma disciplina própria e um campo específico de atuação na psicologia. E os esforços que se despendem neste movimento

pareceriam vir tomando o lugar do ímpeto de se aproximar dos anseios populares, característica mais evidente nos primeiros registros de práticas e reflexões sobre o campo (Gonçalves & Portugal, 2016; Pizzi & Gonçalves, 2015; Gonçalves & Portugal, 2012).

Ao longo do tempo (do início dos anos de 1970 até o final da primeira década do século XXI), o tema da transformação social com um horizonte estrutural e referenciado nas lutas sociais e nos anseios populares viria se dissipando. Os autores observaram que, em seu lugar, pareceria vir se configurando outra preocupação: a expectativa de se fornecer uma unidade ao campo (Gonçalves & Portugal, 2016; Pizzi & Gonçalves, 2015).

Os esforços em torno disso estariam resultando em uma reivindicação, amplamente expressa nas produções atuais (de 1990 a 2010), de uma especificidade para a disciplina da psicologia comunitária, de uma busca por apresentar referências conceituais e metodológicas que lhe confirmem identidade enquanto um campo próprio da psicologia (Gonçalves & Portugal, 2016).

Não entrando, por ora, no mérito do êxito ou do fracasso que esses esforços têm alcançado, as observações feitas por esses autores nos colocam diante de mais um aspecto problemático inerente à atualidade do campo: parece existir, também, outra tendência na psicologia comunitária brasileira: uma tendência a buscar se legitimar enquanto disciplina e campo específicos, com corpo conceitual e metodologias próprias. Isso, ao nosso ver, é mais um problema.

Partilhamos, tal como já dissemos anteriormente, de uma visão de que o conhecimento é tão mais útil à apreensão do processo social e à transformação da realidade, quanto mais ele rompe com perspectivas unilaterais e parciais. E que a especialização do processo de conhecimento é instrumental à reprodução do capital. Quanto mais nos perdemos do ponto de vista da totalidade, mais perdemos os nexos da

relação indivíduo-sociedade. E quanto menos entendemos a realidade social, menores são nossas condições de transformá-la (Tonet, 2013).

Nesse sentido, advogamos em defesa de um conhecimento que busque se distanciar o máximo possível da unilateralidade e da fragmentação e se aproxime ao máximo de um conhecimento da perspectiva da totalidade. Esse é o tipo de conhecimento que acreditamos ser capaz de produzir interpretações da realidade social úteis à sua transformação.

A pesquisa de Gonçalves e Portugal (2016) nos dá indicações sobre os argumentos produzidos e os rumos que, aparentemente, a Psicologia Comunitária tem tomado no Brasil. Os autores observaram a tendência ao abandono do tema da transformação social ao passo que, cada vez mais, viria ganhando lugar nas produções textuais do campo a busca pela legitimação da psicologia comunitária como disciplina. Acreditávamos que essas observações seriam coerentes com as observações preliminares que vínhamos fazendo acerca dos trabalhos com os quais tínhamos tido contato e da tendência dos debates apresentados nos espaços por onde circulam os representantes da psicologia comunitária no Brasil.

A tendência que parece existir, e que vínhamos observando, mesmo em um contato preliminar, não sistemático, com as obras e espaços de aglutinação de trabalhos que reivindicam a identidade de psicologia comunitária, trata-se da seguinte, e já citada anteriormente neste texto: a hegemonia da emancipação política como projeto de transformação inerente às propostas do campo na atualidade.

Assim, questionamos, de início, em nossa investigação: existiria, de fato, um deslocamento da preocupação, nas propostas de psicologia comunitária no Brasil, com projetos de transformação estrutural, mais ligados a lutas sociais, para uma hegemonia da

emancipação política como projeto político? Era correto dizer que estaria prevalecendo, como concepção hegemônica de emancipação nas estratégias políticas da psicologia comunitária, a ideia de emancipação como emancipação política, meramente? Se, na esteira do que já vinham sugerindo, antes, outros autores, como Lacerda Jr. (2015), existia uma hegemonia da emancipação política na psicologia comunitária, a que esse movimento estaria respondendo, e quais poderiam ser suas consequências?

O pensamento de Marx, ao indicar a centralidade do trabalho na constituição do ser social e afirmar sua radical historicidade, abre nova perspectiva para a interpretação e a transformação da realidade. E essa nova perspectiva nos guiou na formulação de questões acerca do problema que apresentamos, no momento de início da pesquisa.

O horizonte da emancipação humana e o horizonte da emancipação política são duas perspectivas históricas e estratégicas diferentes, e diferentes são os referenciais de análise da realidade exigidos por cada um. Para a emancipação política, que não exige a superação da ordem social burguesa, como se discutirá mais adiante, não existe a exigência de fundamentos de análise para esse objetivo. Para a emancipação humana coloca-se a necessidade da busca por referenciais de análise que deem conta da totalidade social. Ou seja, a emancipação humana exige o ponto de vista da totalidade e da razão ontológica (Lacerda Jr., 2015; Tonet, 2005; 2013).

Introduzir este debate neste momento de apresentação da pesquisa tem o propósito de abrir caminho para a colocação das questões que perpassam este trabalho. Se a perspectiva da emancipação humana exige um referencial teórico do ponto de vista da totalidade, talvez nos pareça pertinente supor que existiria, inclusive, alguma coerência entre a tendência à especialização da psicologia comunitária e a hegemonia da emancipação política em suas propostas.

Dessa forma, tivemos também, como uma das suspeitas, no início desta investigação, a de que esses dois movimentos não estariam ocorrendo de forma casual e desconexa. De que o movimento observado por Gonçalves e Portugal (2016) talvez estivesse acompanhado pelo crescimento da hegemonia da emancipação política como projeto político dessas propostas. Não só seriam dois movimentos compassados, mas funcionalmente articulados.

Lembrando que a emergência e o desenvolvimento das práticas de psicologia em contextos comunitários se legitimam por sua relevância social aos setores pauperizados da sociedade, expressa na preocupação com transformações da realidade social, acreditávamos que não seria possível à psicologia comunitária abrir mão de todo e qualquer estratégia de transformação social.

Ao mesmo tempo, o movimento de busca por consolidação de referenciais teóricos e metodológicos específicos para a psicologia comunitária parecia ser mais um elemento na contramão do alinhamento com a perspectiva da emancipação humana, que demanda referenciais de análise que se aproximem o máximo possível da totalidade, e não da parcialização. Este é, na verdade, o ponto de vista que caracteriza a perspectiva burguesa.

Desconfiava-se, dessa forma, que a psicologia comunitária não teria abandonado aquilo que a legitima perante o público e as situações a que busca responder, ou seja, a preocupação em colaborar com alguma forma de transformação social. Acreditava-se, contudo, que a busca por consolidação de uma especificidade para o campo constituía-se em um dos possíveis elementos que estariam se articulando com o abandono de projetos de mudança de caráter estrutural.

Assim, trazíamos, como uma de nossas hipóteses a de que a prevalência da emancipação política, na forma da primazia dos temas da cidadania, da democracia, da justiça social, da socialização de direitos, viria cumprido o papel de preenchimento do necessário projeto político, ou estratégia política, para essas propostas. O distanciamento da perspectiva da totalidade poderia ser uma das evidências de que tais propostas estariam se orientando cada vez menos pelo horizonte de uma transformação social estrutural, ou nas palavras do jovem Marx, da emancipação humana.

Certamente que outros elementos estariam atuando nesse processo. Não só a busca por definição do campo como uma área específica, mas a entrada da psicologia nas políticas públicas, políticas parcializadas e que tratam apenas refrações da “questão social”, poderia ser outro elemento. O que nos interessava saber era: se, de fato, houve essa inflexão política nas propostas de psicologia comunitária, por que isso aconteceu? Que determinações e que circunstâncias históricas estariam relacionadas a esse recuo?

Alguns alertas precisam ser feitos neste momento. O primeiro deles já foi feito no decorrer desta introdução, mas nunca é demais lembrar: primeiro, que não acreditamos que o profissional de psicologia ou qualquer outra profissão na divisão social do trabalho possa ter papel decisivo na mudança social. Segundo, nem que a ciência psicológica, produto do movimento de renegação burguesa de um autêntico estudo da subjetividade humana (Lacerda Jr., 2010a), contribua para a tarefa de conhecer verdadeiramente a realidade social.

Nenhuma dessas asserções, entretanto, significa que neguemos que existam referenciais teóricos que nos aproximem mais da apreensão dos nexos determinantes da realidade social. Nem que não existam práticas profissionais menos reprodutoras e adaptadoras que outras. Nem, também, que atuando dentro das políticas sociais, que parcializam as refrações da “questão social”, não exista nenhuma margem de ampliação

da dimensão política do fazer do psicólogo. Nesse ponto, atenção fundamental deve ser dada à diferenciação entre ação política e dimensão política do fazer profissional, tal como alerta Yamamoto (2007).

A necessidade de se fazer essas alertas relaciona-se à natureza desta investigação, que é a de se construir uma crítica que contribua para desfazer ilusões. E que, além disso, ajude a apontar caminhos realistas para pensadores e profissionais interessados em contribuir para a compreensão da realidade e para a promoção de ações (dentro ou fora da profissão) que concretamente tenham valor estratégico para a emancipação humana.

Assim, este texto apresenta algumas reflexões realizadas em cima dos resultados de uma pesquisa histórica que buscou analisar estratégias políticas presentes na trajetória histórica da psicologia comunitária no Brasil. Tomamos como problema inicial a referida presença da emancipação política como estratégia política hegemônica no campo, expressa, sobretudo, na presença das categorias da cidadania, da participação social, da ampliação da democracia etc., como referências na concepção de transformação social em suas produções.

Seguiu-se a essa problematização inicial, a busca por entender como essa posição se generalizou no campo. Sempre foi assim, desde o surgimento de suas primeiras práticas e reflexões? Ou teria havido uma inflexão política no decorrer de sua trajetória histórica? Se houve essa inflexão, que fundamentos sociomateriais estariam em sua determinação? Quais seriam os nexos da construção dessa hegemonia com os processos histórico-sociais gerais do Brasil? Como a dinâmica da luta de classes operou historicamente nesse processo?

Defende-se, aqui, a tese de que, em sua trajetória histórica, a psicologia comunitária brasileira sofreu uma inflexão política conservadora correspondente à

inflexão política operada pelos principais instrumentos da classe trabalhadora na luta de classes no Brasil. Essa inflexão expressa-se, prioritariamente, na presença da emancipação política como estratégia política hegemônica de suas produções mais recentes (mais propriamente a partir do final da década de 1980) em comparação com o caráter anticapitalista e de suspeição do Estado mais evidentes em suas primeiras produções (décadas de 1970 e 1980).

A assimilação da ideia da transformação social com a busca pelo fortalecimento do poder popular e de ações extraparlamentares vai cedendo lugar à busca pelo fortalecimento das mais diversas ações no âmbito governamental, parlamentar e da dita participação social nas esferas do controle social do Estado. O conflito entre as classes sociais e a, antes necessária, posição de enfrentamento às instituições do Estado na busca por transformações estruturais da sociedade vai dando lugar a uma saída conciliatória e colaboracionista, às quais parecem vir se direcionando os esforços teóricos e metodológicos de seus representantes.

Assim, o texto que aqui se apresenta está organizado da seguinte maneira: Capítulo 1) A apresentação desta pesquisa como uma pesquisa de cunho histórico-filosófico. Buscando responder aos problemas levantados no início de nossa investigação, realizamos um trabalho que poderíamos situar na esfera da crítica à psicologia que, contudo, não se trata de qualquer crítica, mas propriamente de uma crítica ontológica e histórica.

Assim, no primeiro capítulo, apresentamos os pressupostos da crítica que orienta nossa investigação e a proposição do trabalho de investigação histórico-filosófica como consequência necessária de nosso método, o método de Marx. Indicamos, também, de que forma esses pressupostos orientam uma história crítica da psicologia, que supere os

limites da ausência de um dimensionamento histórico-filosófico na historiografia clássica do campo, tal como defendido por Carvalho (2014).

Capítulo 2) Um dimensionamento teórico-filosófico da nossa investigação, com a discussão de Marx sobre os temas da emancipação humana e da emancipação política. Trazemos também algumas contribuições de debates, no campo do marxismo, em torno dos temas do Estado e da política, bem como dos temas das políticas sociais e da questão social na ótica da emancipação humana. Buscamos situar, de maneira apenas indicativa, os pontos por onde percorre o debate marxiano e da tradição marxista acerca da emancipação política e sua relação com a emancipação humana, e os debates da natureza e função social da política e do Estado, bem como algumas teses e interpretações relativas a esses temas no pensamento de autores dessa tradição. É no eixo de discussão deste capítulo que se apresenta o referencial teórico-filosófico que nos permite qualificar os diferentes projetos políticos presentes nas propostas de psicologia comunitária no Brasil.

Capítulo 3) Uma avaliação histórico-filosófica da psicologia comunitária no Brasil em seus primeiros desenvolvimentos (de suas primeiras ações e produções até os últimos anos de 1980 e início dos anos de 1990 – período de redemocratização política). Trata-se de uma tentativa de descrição das circunstâncias mais fundamentais da emergência e de desenvolvimento da psicologia comunitária no Brasil, assim como de uma avaliação do conteúdo político de suas principais produções em remissão aos processos histórico-sociais nos quais suas reflexões e proposições se assentam.

Em que solo político e cultural emerge seu movimento inicial? Assim, busca entender em que se constituiu o contexto geralmente identificado como crise da psicologia e os movimentos que dele se originaram. Entende-se que as práticas de psicologia em contextos comunitários compuseram parte de um movimento de deslocamento da prática de psicólogos e psicólogas em aproximação com o cotidiano de

vida da classe trabalhadora e de questionamento da relevância social do fazer do psicólogo.

Tão logo, também os referenciais teóricos e metodológicos dessa disciplina se tornaram alvo de avaliação quanto à sua capacidade de entender e responder à realidade latino-americana. A produção de conhecimentos e práticas que pudessem ser socialmente relevantes à vida dos setores pauperizados da sociedade passou a ser exigência reiterada nas propostas ditas críticas e alternativas em psicologia no Brasil ou na América Latina, dentro das quais pode-se citar algumas práticas de psicologia em comunidades e, posteriormente a psicologia comunitária ou psicologia social comunitária. O compromisso com a transformação social passa a ganhar centralidade em seus debates.

Entendendo que essa preocupação torna-se um eixo central em suas propostas, buscamos verificar que temas pautavam suas discussões e, a partir disso, que concepções de emancipação estariam implícitas ou manifestas nessas propostas. Tendo realizado essa análise de caráter mais político e filosófico, concluímos o capítulo com algumas indicações dos nexos entre a presença dessas concepções e as estratégias políticas presentes no campo da luta de classes no Brasil no período.

Capítulo 4) Uma avaliação histórico-filosófica da psicologia comunitária em seus desenvolvimentos pós-redemocratização política brasileira. A entrada do Brasil no novo modelo de acumulação do capital, a partir do início de 1990, somada à reconfiguração da luta de classes no cenário pós-redemocratização política, trouxe importantes mudanças nas manifestações e no trato à questão social no país. Culminou em transformações também na organização e nas estratégias políticas sindicais, populares etc.

As modalidades críticas da psicologia tiveram, historicamente, seu desenvolvimento em conjunturas de avanço nos movimentos e nas lutas sociais, cujos

refluxos também tiveram expressão e consequências na hegemonia de estratégias políticas vigentes em suas propostas. O refluxo na organização e na capacidade ofensiva da classe trabalhadora, durante os anos de vigência do modelo neoliberal, impactou com significativa importância os modelos teóricos e as concepções políticas trazidas nos debates dos setores críticos e progressistas da psicologia brasileira.

A psicologia comunitária, em especial, não foge disso. Historicamente surgida do contato de psicólogos(as) com um clima de efervescência política, como um recurso aglutinador de propostas e de profissionais insatisfeitos com os tradicionais modelos de teoria e prática da psicologia, e pelo interesse em transformar a ordem social, essa modalidade crítica da psicologia transmuta-se quando se transformam as manifestações e os tratamentos direcionados à “questão social”.

Esse capítulo articula as mudanças teórico-metodológicas expressas nos conteúdos das publicações mais importantes do campo no Brasil com algumas das consequências políticas e ideológicas da reestruturação produtiva neoliberal para a esquerda brasileira e para a configuração política dos setores críticos da psicologia.

Assim, apresenta-se, aqui, os resultados de uma pesquisa histórica que partiu da problematização da emancipação política como estratégia política hegemônica do campo na atualidade, concluindo, inicialmente, pela ocorrência de uma inflexão política na trajetória histórica do campo. Dado que esta presença se mostrava como uma tendência recente em suas propostas, buscou-se analisar historicamente esse processo de inflexão, apreender os nexos entre seus elementos determinantes, bem como levantar algumas ligeiras indicações sobre as consequências de seus movimentos para os debates em torno do papel social do psicólogo.

Trata-se de um trabalho de caráter histórico e indispensavelmente teórico, que visou articular movimentos particulares e movimentos gerais, de onde se entende que “a elaboração ideativa é uma reconstrução do processo real” (Tonet, 2005, p. 129), que fornece condições de avaliar possibilidades de superação de sua forma atual.

Consideramos que o esforço de se realizar reflexões teóricas genéricas sobre nossos objetos é de sumária importância para que não venhamos a incorrer em práticas imediatistas, voluntaristas, guiadas, muitas vezes por sincera disposição de mudança, mas sem boas leituras da realidade que guiem a prática.

1. CAPÍTULO 1 – CRÍTICA, MÉTODO E HISTÓRIA EM PSICOLOGIA: POR UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA FILOSOFICAMENTE DIMENSIONADA

1.1.Uma crítica da psicologia?

A investigação que aqui se busca desenvolver pode ser inserida numa tradição de crítica da psicologia como um complexo produtor de teorias e de práticas. Um complexo que, como ciência e profissão, existe como instituição social na sociedade capitalista, produzindo saberes e técnicas que contribuem para a legitimação e a manutenção desta ordem social.

Afirmar, contudo, que se trata de um trabalho de crítica ao complexo social da psicologia é muito pouco. No conjunto de formulações que compõem o terreno da crítica à psicologia encontra-se uma ampla gama de propostas extremamente plurais em suas vinculações teóricas, seus objetivos e suas conclusões.

Assim, é possível, quando se toma como exemplo aquilo que hoje se identifica como psicologia crítica, observar propostas que, de maneira geral, buscam problematizar a psicologia como uma manifestação cultural e historicamente produzida, voltando o olhar do psicólogo ou do pesquisador à própria disciplina; que buscam problematizar a disciplina também em suas propostas alternativas, avaliando as maneiras pelas quais seus saberes e técnicas contribuem para legitimar ou resistir aos modelos dominantes; que aborda a disciplina como um complexo socialmente forjado, e que carrega em si uma visão de mundo, de ser humano e da vida cotidiana (Parker, 2009).

Entretanto, na busca por essa problematização, os mais variados referenciais teóricos e as mais variadas visões de mundo e de ser humano podem ser encontradas. Assim é que, no amplo conjunto disso que se entende como psicologia crítica no Brasil, por exemplo, é possível encontrar tanto propostas que tomam por referência a psicanálise,

o marxismo, a psicologia sócio-histórica, a psicologia institucional, quanto trabalhos inspirados pelas análises construcionistas e pós-estruturalistas (Carvalho & Dunker, 2006; Lacerda Jr., 2013).

Assim, talvez seja pouco esclarecedor identificar a presente proposta de pesquisa como um trabalho de psicologia crítica ou mesmo de crítica à psicologia. Yamamoto (1987), em seu estudo que verificou a situação da chamada crise da psicologia no Brasil e as alternativas que se desenhavam em resposta à situação na época, analisou as críticas à psicologia que se desenvolviam e que serviram como ponto de partida para a formulação de tais alternativas.

Em sua análise, o autor subdividiu o conjunto de alternativas em dois grupos: aquele que ele identificou como “psicologia alternativa” propriamente dita e aquele identificado como “contra-psicologia” ou “psicologia crítica”. No primeiro grupo, estariam presentes todas aquelas propostas de prática em psicologia que divergissem das práticas clássicas, independentemente de estas novas práticas apresentarem os mesmos problemas das convencionais.

O segundo grupo compreenderia algo diferente do que se poderia chamar de propostas de práticas, mas algo mais próximo do que se poderia identificar como algumas proposições que buscavam criticar, teoricamente, a psicologia clássica. Neste grupo, buscava-se fazer a crítica aos elementos teóricos da psicologia bem como construir novos referenciais que superassem os problemas da psicologia dominante. Dentro desta proposta comumente estava presente a defesa de uma redenção da psicologia por meio da construção de uma psicologia crítica, que permitiria aos psicólogos se engajarem nas lutas sociais sem abandonarem a sua ciência.

Lacerda Jr. (2013), em um estudo que buscou fazer alguns apontamentos históricos sobre a psicologia crítica no Brasil, mostrou a necessidade de se entender a psicologia crítica como parte de uma realidade social e histórica. Isso significa que só é possível se construir uma história da psicologia crítica no Brasil situando-a num complexo mais amplo: a história da formação social capitalista brasileira.

Assim, analisando a emergência e o desenvolvimento das principais propostas críticas em psicologia no país, desde o quadro de crise descrito por Yamamoto, até as propostas mais atuais (elaboradas após os anos de 1980), Lacerda Jr. (2013) conclui que a emergência e o desenvolvimento do pensamento crítico em psicologia no Brasil responderam à conformação histórico-social geral do capitalismo e das lutas sociais no país.

De um lado, tem-se a crítica à psicologia formulada em um contexto de ofensiva das lutas sociais, durante a década de 1970, que foram fundamentais para o engajamento de psicólogos com projetos societários alternativos à sociedade burguesa. As “grandes narrativas” teóricas como a psicanálise e o marxismo marcaram fortemente as críticas e as alternativas elaboradas nesse contexto (Lacerda Jr., 2013), como verificaram também os trabalhos de Yamamoto (1987) e de Carvalho e Dunker (2006).

Por outro lado, pode-se dizer que uma outra tendência crítica em psicologia se desenvolveu em decorrência das mudanças na configuração do capitalismo brasileiro. A derrota das lutas sociais contra a ditadura, que culminaram num processo de transição democrática, operada pelo alto, resultando em uma democracia burguesa neoliberal, produziu, segundo Lacerda Jr. (2013), um processo ambíguo na psicologia crítica brasileira. Nesse processo, pôde-se verificar, tanto a assimilação teórica e/ou profissional à ordem vigente, quanto a busca por novos referenciais alternativos às “grandes

narrativas”, cujas deficiências seriam supostamente responsáveis pelas derrotas do passado.

Partindo das conclusões apresentadas pelo autor é que se acredita que falar em psicologia crítica no Brasil, hoje, ou mesmo em crítica à psicologia enquanto conjunto de saberes e de práticas, não nos livra da reprodução dos problemas da psicologia tradicional. A problematização da psicologia em suas teorias e técnicas deve entendê-la como um produto histórico de uma realidade contraditória, que produz tendências ora progressistas, ora conservadoras, e que é impossível se fazer a crítica da psicologia sem situá-la nesta realidade. Assim, não se trata, meramente, de um trabalho de psicologia crítica ou de qualquer crítica à psicologia como disciplina e profissão. O intuito deste capítulo é o de, justamente, apresentar a concepção de crítica que se busca realizar nesta pesquisa: a crítica que se funda no método de Marx.

1.2. Crítica histórico-ontológica – ou a questão do método

Entender o significado da crítica na teoria social de Marx é tarefa que exige uma discussão que passe pela noção de conhecimento da realidade no pensamento do autor. A crítica e o desvelamento do real são elementos constituintes do processo de conhecimento e conformam parte do papel da ciência. As questões relativas à natureza da realidade social, bem como ao método mais adequado de se apreendê-la e interpretá-la, são primordiais na discussão sobre a crítica de qualquer objeto social.

Em uma perspectiva muito distinta de diversas críticas nas ciências sociais, a crítica em Marx não carrega em si o significado de valoração, de qualificação, de refutação ou depreciação do objeto. É o que afirma Paulo Netto (2011) ao se referir à crítica marxiana como a ação de tornar conscientes os fundamentos, limites e

determinações do conhecimento, uma ação cuja realização se articula, inevitavelmente, ao entendimento dos processos históricos gerais.

Tomada na ótica da tradição marxista lukacsiana, a crítica em Marx distingue-se, também, das críticas lógico-gnosiológicas próprias do pensamento e da ciência moderna, sendo crítica ontológica (Lukács, 2012; Paulo Netto, 2011; Tonet, 2013; Yamamoto, 1994).

Mas, é a partir da perspectiva lógico-gnosiológica que comumente as questões relativas aos métodos de pesquisa são abordadas. É com esta perspectiva que normalmente estamos familiarizados nas ciências, mesmo entre boa parte daqueles que reivindicam o materialismo histórico-dialético como método. Como defende Paulo Netto (1983), não existe “o marxismo”, mas diversas interpretações da obra de Marx que, certamente, são refletidas também nas distintas proposições com relação à questão do método.

A perspectiva lógico-gnosiológica opera a partir da premissa de que a razão poderia se auto avaliar. As conclusões a respeito dos caminhos mais adequados para a apreensão e interpretação do real seriam resultado de um exame que a razão poderia fazer de si mesma (Tonet, 2013). Faz sentido, portanto, nesta lógica, que seja estabelecido, previamente, o conjunto de procedimentos a serem aplicados na busca por conhecer o objeto. E não há incoerência em pensar tais procedimentos de forma isolada deste objeto e do conjunto de sua sociabilidade, uma vez que a razão é que deteria a capacidade de julgamento sobre a adequabilidade ou não desses procedimentos ao objeto e objetivos da pesquisa.

A premissa da cisão e da oposição entre as instâncias da objetividade e da subjetividade seria o eixo de sustentação dessa forma de pensamento. Nela, caberia ao

sujeito racional a incumbência da organização de sua exterioridade, sendo a razão do sujeito que pesquisa o elemento fundamental de apreensão, organização e interpretação da realidade. O conhecimento da realidade, neste sentido, opera a partir da centralidade da subjetividade, já que a prioridade na relação entre sujeito e objeto, no ato de conhecer, encontra-se do lado do sujeito, do pesquisador que elege, *a priori*, o curso e o instrumental metodológico para abordar o objeto.

Esse ponto de vista gnosiológico, como afirma Tonet (2013), tem as exigências colocadas pela produção e reprodução social, inauguradas com a emergência do capitalismo, como seu pressuposto fundamental. Na medida em que o avanço desta nova forma de produção levou ao enorme desenvolvimento das forças produtivas, pôs-se, em consequência, a necessidade de uma ciência que proporcionasse o maior grau possível de conhecimento da natureza e de suas leis, com a finalidade de dominá-la e transformá-la a serviço da acumulação capitalista.

Interessava à burguesia, neste momento emergente, entender os problemas centrais do desenvolvimento capitalista, o que justificava um esforço em se compreender a articulação entre realidade social e econômica (Lukács, 1981). Com a consolidação do modo de produção e da sociabilidade burguesa, no marco das Revoluções Industrial e Francesa, esse momento progressista dá lugar àquilo que Lukács identifica como momento da decadência ideológica burguesa. Os ideólogos burgueses da decadência passaram a atuar escamoteando as contradições do progresso capitalista, que no período progressista podiam aparecer na forma de respostas “sinceras e científicas” (Lukács, 1981, p. 120).

Pela naturalização das relações sociais e das instituições burguesas, escamoteia-se também o caráter histórico da sociedade burguesa. Como observa Marx (1857/2012), os economistas burgueses trataram de apresentar tais instituições e relações como naturais

e a-temporais. A história teria se encerrado com o fim das relações e instituições feudais, cujas leis e categorias teriam sido superadas pelas leis e categorias definitivas da sociedade burguesa.

O caráter antagônico da produção feudal, suas lutas de classes e as relações políticas que a ela correspondiam não foram veladas nas análises históricas de certos economistas burgueses. O mesmo tipo de análise, contudo, não se estendeu à produção capitalista, suas instituições e relações, absolutizadas como a produção e a forma social definitivas da humanidade. Trata-se, assim, de uma análise que eterniza as leis e relações produtivas burguesas, que ignora, ou oculta, que a um determinado desenvolvimento das forças produtivas corresponde um determinado desenvolvimento de suas relações sociais, que se transformam na medida em que se transformam, também, as forças produtivas a elas correspondentes (Marx, 1857/2012).

O momento de decadência ideológica burguesa tem na lógica kantiana, que infirma a possibilidade do conhecimento da essência e da totalidade dos objetos, sua melhor sustentação filosófica. Se o conhecimento das coisas em si mesmas e em sua totalidade se constitui em uma impossibilidade axiomática, se apenas a aparência fenomênica torna-se acessível, a partir de dados captados de forma parcial e singular, interdita-se, nessa lógica, a existência de uma verdade sobre a realidade. Verdade e totalidade tornam-se categorias puramente subjetivas, existindo apenas enquanto consistência e coerência internas do discurso científico produzido pelo sujeito. Cabe, assim, ao sujeito pesquisador, a tarefa da construção teórica do objeto através de sua ação “totalizadora” (ação que cabe ao sujeito, e não ao objeto real) dos dados empíricos (Lukács, 2012; Tonet, 2013).

Essa postura lógico-gnosiológica, entretanto, não está presente apenas no quadro das teorias positivistas ou das ciências apologéticas burguesas. Esta é uma questão

importante que coloca em xeque, inclusive, a resposta de boa parte das correntes do marxismo às questões referentes à objetividade do conhecimento.

Como observa Löwy (2000), a resposta positivista à problemática da objetividade do conhecimento procurou identificar as leis da sociedade com as leis da natureza, atribuindo a ambas as esferas o mesmo método científico e modelo de objetividade. Neste movimento, ignora-se ou mistifica-se a que as leis da natureza obedecem a uma lógica muito distinta das leis sociais, onde o caráter histórico dos fenômenos sociais não pode ser analisado de forma abstraída dos valores, dos interesses e das visões sociais de mundo.

Esse movimento só pode ser entendido, contudo, no âmbito do desenvolvimento da luta de classes. Quando Marx se refere a certos economistas que fazem uma análise histórica superficial e apologética da ordem social capitalista, não está se referindo a todos os economistas burgueses. Clássicos como Smith e Ricardo, por mais que fossem economistas burgueses, diferenciavam-se dos economistas apologéticos por buscarem, com interesse sincero, a compreensão da lógica interna das relações de produção burguesas. Não é o caso dos economistas a que Marx se refere como “vulgares”, que buscam negar as contradições do capitalismo ou pelo menos defender seu caráter meramente aparente (Löwy, 2000; Lukács, 1981).

Estas diferentes posturas no seio dos estudos econômicos burgueses não ocorrem por meras disposições pessoais distintas entre os autores, por fatores de ordem moral, pessoal ou psicológica, mas, fundamentalmente, por razões da ordem da conformação da luta de classes.

Assim, diz Marx, a disposição verdadeiramente científica da economia burguesa só pode existir na medida em que a luta de classes permanece latente, ou seja, na medida em que o caráter histórico da forma social burguesa e da possibilidade de construção de

uma nova ordem não estejam anunciados na luta de classes. Em momentos de acirramento dessa luta é que o caráter científico e interessado em entender as conexões e contradições das relações de produção capitalistas dá lugar à vulgarização e à apologética¹³ (Löwy, 2000; Lukács, 1981).

A absolutização da ordem social capitalista é, por outro lado, na obra de Marx, rejeitada. E o marxismo, no conjunto de suas diferentes interpretações da obra marxiana, de uma maneira ou outra, não tem como propósito a apologética da ordem social capitalista. Isso não eximiu, entretanto, o marxismo, em sua história, de cair nas armadilhas do subjetivismo e da influência do modelo positivista.

Não serão abordadas, aqui, as diversas manifestações e influências positivistas no âmbito do marxismo e do movimento operário ao longo do final do século XIX e início do século XX¹⁴, mas é importante que se destaque que essa influência marcou fortemente algumas de suas tendências. Não obstante a diferença qualitativa entre seus representantes, a marca geral deste marxismo de caráter positivista foi a busca por fazer da “ciência marxista” um campo separado da luta pelo socialismo, uma ciência com a aura da neutralidade científica defendida pelos positivistas em geral. A eliminação dos interesses sociais e das ideologias no ato de busca por conhecer cientificamente a

¹³ A obra dos clássicos, a despeito desse interesse científico, não é isenta de ideologia burguesa. O ponto de vista burguês está presente tanto nos vulgares como nos clássicos e isso tem consequências para o caráter ideológico de suas obras. A cientificidade, mesmo dos clássicos, fica limitada por esta razão, o que se manifesta, por exemplo, na escolha da problemática e das questões colocadas ao objeto. O ponto de vista burguês está presente e interfere também na produção dos clássicos, aparecendo como uma visão de mundo que orienta, que estrutura a sua prática científica, que de certa forma difere dos vulgares, para os quais o ponto de vista burguês se coloca como uma “submissão deliberada aos interesses de classe, uma apologia direta e servil de certos privilégios” (Löwy, 2000, p. 107).

¹⁴ As deturpações positivistas da obra marxiana foram resultado, em grande medida, das interpretações feitas pela Segunda Internacional, especialmente por parte do Partido Social Democrata Alemão e que abriram margem para a transformação de sua teoria social sobre uma forma de sociedade historicamente datada em um modelo de investigação a-histórico, válido para qualquer período e qualquer forma social. Com a possibilidade aberta por essa vulgarização, pôde-se verificar a conversão, realizada pela Terceira Internacional, do conjunto de formulações de Marx em uma verdadeira doutrina que serviu à validação do processo stalinista (Boechat & Vieira, s/d; Paulo Netto, 2006).

sociedade seria um ato de esforço ético pessoal do investigador¹⁵. Essa postura, como defende Löwy (2000), acaba levando ao mesmo impasse subjetivista do positivismo no que se refere à questão da neutralidade e objetividade científicas.

Löwy (2000) faz uso de uma metáfora, referida na história do Barão de Mückhausen, um herói que, preso a um pântano, junto a seu cavalo, consegue escapar puxando a si mesmo pelos próprios cabelos. O positivismo clássico, ao buscar a objetividade e a neutralidade livres de valores éticos, políticos e sociais, acaba caindo por vezes em uma ilusão, por vezes em uma deliberada mistificação da realidade e, muitas vezes, segundo Löwy, em uma complexa mistura das duas coisas, na medida em que incumbe à investigação científica a avaliação e o julgamento de si própria quanto à sua neutralidade. O mesmo vale para um marxismo que se apresenta como um método científico cindido da visão social de mundo socialista.

As armadilhas subjetivistas próprias da postura lógico-gnosiológica, tanto em seu viés especulativo quanto mecanicista, só podem ser evitadas quando o conhecimento é entendido como reprodução teórica e crítica do ser. A obra marxiana, diferentemente de algumas de suas leituras encharcadas de positivismo, traz a possibilidade, através da crítica ontológica, e não meramente gnosiológica, do conhecimento dos fundamentos estruturantes do mundo social.

Assim, não é suficiente que se diga que a crítica de um certo objeto em uma pesquisa, no caso do presente trabalho, a crítica à Psicologia, seja uma crítica marxista. Ou que se pretende trabalhar a partir de orientações do método em Marx, uma vez que,

¹⁵ Esta postura está presente em vários socialistas à época da Segunda Internacional, desde as alas revisionistas até frações do marxismo ortodoxo. Está em Kautsky quando este defendia que o socialismo científico deveria se despir de qualquer ideal, devendo se dedicar apenas ao entendimento das leis e do movimento social. Está em Plekhanov e sua defesa da eliminação de todo elemento subjetivo e utópico do socialismo científico na Rússia. Está no austromarxismo de Adler, que defendia o método positivista como o método adequado para a apreensão das leis de natureza social, entendendo o marxismo não como uma visão de mundo, mas como uma sociologia a-política (Löwy, 2000).

historicamente, tantas foram as vulgarizações da obra marxiana que reivindicá-la como orientação para o método de uma pesquisa não nos poupa do risco da capitulação ao subjetivismo positivista.

Assim, na linha da tradição marxista lukacsiana, defende-se, neste trabalho, a crítica e o método em Marx como ontológicos. E o que isso significa? Tratar desta questão exige que façamos alusão ao conjunto da obra marxiana, na qual não há nenhum texto exclusivamente dedicado à discussão do método¹⁶. Isso não se dá sem razão.

Em Marx, método é inseparável de sua teoria social. Sua elaboração se deu ao longo da maior parte de sua trajetória científica, cujo problema central foram os fundamentos da sociedade burguesa. Foi na busca por entender esses fundamentos, por entender a estrutura e dinâmica desta forma social, que Marx, processualmente, foi chegando ao método mais adequado de conhecimento da realidade social (Paulo Netto, 2011).

A emergência da teoria social marxiana, tal como do padrão gnosiológico moderno, foi possibilitada pela emergência da sociedade burguesa, que elevou o processo histórico a um patamar de desenvolvimento produtivo e de conhecimento nunca antes alcançado pela humanidade. Contudo, é essa mesma sociedade burguesa que, quando consolidada, configura as condições de interdição deste conhecimento sobre a realidade social (Tonet, 2013).

Trata-se daquele processo, descrito por Lukács (1981), de decadência ideológica, em que a ciência moderna embarca, separando-se da filosofia e tratando a realidade social

¹⁶ Poder-se-ia, talvez, dizer que uma discussão desse tipo é apresentada no texto de Introdução à Crítica da Economia Política, de 1857. A deliberada supressão desta introdução, pelo autor, justifica-se exatamente por um cuidado de Marx: não correr o risco de dar a entender que o método pode ser pensado previamente e separadamente de sua teoria. Assim, mesmo essa introdução não se trata de um texto eminentemente metodológico, como observa Yamamoto (1994).

de forma fragmentada, a partir de ciências autônomas/particulares (uma história separada da economia, separada da sociologia etc). Essa fragmentação faz parte de uma mistificação da realidade operada pelos ideólogos do capital com o intuito de ocultar o caráter social da produção capitalista (Tonet, 2013). Quando o modo de produção capitalista e a forma social burguesa se consolidam, trata-se, para a burguesia, não mais de conhecer e transformar a realidade, mas de conservá-la.

O ocultamento dos fundamentos gerais dessa sociedade, bem como do caráter social da produção, pela fetichização da mercadoria, naturaliza e absolutiza essa forma social. O esvaziamento dos campos de conhecimento na abstração e no formalismo típicos dessa forma de conhecimento obedecem à superficialidade e à apologética exigidas pela necessidade conservadora da forma social burguesa consolidada (Lukács, 1981).

Voltando à teoria social marxiana, apesar de esta também ter se tornado possível com a emergência da sociedade burguesa, sua perspectiva é inteiramente distinta. Como já se afirmou, crítica e método em Marx são ontológicos. Diferentemente da perspectiva gnosiológica trata-se, antes de tudo, no ato de produzir conhecimento sobre a realidade, de entender a natureza do ser, a natureza do objeto.

Assim, não por acaso, como observa Yamamoto (1994), a *Introdução de Para a Crítica da Economia Política*, texto onde Marx apresenta as indicações gerais sobre o curso de sua pesquisa, é suprimido de seu texto final. A subtração deliberada de uma introdução indicativa de seu percurso de estudo é justificada no Prefácio da obra. Marx toma a precaução de “evitar ao menos *sugerir* a possibilidade de separação método-objeto da investigação” (Yamamoto, 1994, p. 47. Grifos do autor).

Nesse sentido, é correto dizer, como afirma Paulo Netto (2011), que não existe um método em Marx; não na forma de um conjunto pré-estabelecido de procedimentos

aplicáveis a um objeto. Em suas formulações, método é inseparável de sua teoria social e se trata do resultado de suas elaborações teórico-científicas no curso de seus estudos e de suas aproximações com o que se constituiu seu objeto.

Essa trajetória tem início ainda nos anos de 1843-1844, sob influência do materialismo de Feuerbach, onde se dirige à teoria hegeliana mostrando o domínio das categorias de sua dialética. O deslocamento para a crítica da economia política, já com a apropriação da dialética em sua reflexão, se inicia com a elaboração dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, em 1844. Junto com Engels, a partir de 1845, formula mais precisamente suas concepções, apresentadas n'A *Ideologia Alemã* que têm como pressuposto real a constituição material da vida. É o processo de vida real dos homens que determina sua consciência. E, em *A miséria da Filosofia* trata da intrínseca ligação entre relações sociais e forças produtivas (Paulo Netto, 2011).

Com isso se vê que, embora só na *Introdução à Crítica da Economia Política*, escrita em 1857, seu objeto apareça de forma clara, é somente através de todo esse percurso, que passa pela filosofia e pelo questionamento da natureza do ser social, que Marx chega a esse objeto. E, dentro de uma abordagem fundamentada por conclusões a respeito da natureza do ser social, de seus fundamentos mais gerais, na forma de uma ontologia desse ser, é que Marx pôde formular a crítica a seu objeto que só pode ser, portanto, crítica ontológica.

Assim, na *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx (1857/2012) trata do método da Economia Política como tendo dois momentos. O primeiro diz respeito ao caminho percorrido pela decomposição do objeto, à primeira vista caótico, em conceitos cada vez mais simples, é aquilo que Marx chama de primeiro método. “(...) do concreto idealizado passaríamos a conceitos cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples” (p. 254).

Apenas com este primeiro momento do método, entretanto, só se chegaria a várias determinações abstratas. É o segundo momento, o da viagem de volta ao objeto como um todo, agora traduzido como “síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (p. 255), que constitui o movimento cientificamente exato.

Conhecer o objeto é conhecê-lo em suas muitas determinações que, articuladas, formam uma totalidade concreta, reproduzida no pensamento, após esse movimento de abstração, como concreto pensado. Assim, observa Lukács (2012), que o ponto essencial do método em Marx é que a determinação do tipo e do caminho das abstrações não é dado por um ponto de vista gnosiológico, “mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada” (p. 224).

Neste sentido é que Paulo Netto (2011), na esteira de Lenin, afirma que Marx não nos apresentou uma lógica, mas uma certa lógica, a lógica do capital. E isso pôde ser feito devido à sua fidelidade ao objeto em sua estrutura e dinâmica, que é o que, de fato, rege os caminhos da pesquisa. Só assim Marx pôde apreender seu objeto (o modo de produção e reprodução social burgueses) em sua totalidade complexa e dinâmica.

A crítica em Marx, nesta perspectiva, ao se dirigir à apreensão das determinações gerais sobre a estrutura e dinâmica da sociedade burguesa encontra na própria práxis humana as determinações de suas relações sociais. Ponto fundamental em sua concepção teórico-metodológica consiste na inseparabilidade entre o método e a prática investigativa, prática, esta, que fornece as condições para o avanço de consciência sobre a realidade ou, no caso de sua teoria social, sobre a sociedade burguesa.

Este objeto real apresenta-se na forma de uma totalidade concreta, que não é a soma de várias totalidades simples, mas um complexo articulado de várias totalidades de menor complexidade, que se distinguem pelo caráter das tendências que as regem. Um

complexo de complexos, nas palavras de Lukács (2013). A atuação destas tendências produz uma legalidade própria a cada totalidade, podendo algumas totalidades serem mais determinantes que outras, na sua complexa articulação. Esta articulação é dinamizada pelo movimento contraditório entre essas totalidades, que mantém, entre si e com a totalidade maior, uma relação mediada, que as articula, que as dirige, sem eliminar suas diferenças (Lukács, 2013).

Nesta articulação há aquilo que Lukács (2013) identifica como o momento predominante. A contradição, tal como indicada por Hegel, não poderia resultar, por si só, numa evolução aos processos. Se todas as totalidades que compõem um complexo contraditório fossem regidas por legalidades equivalentes, estas se anulariam e manteriam estático o complexo. O que confere a dinamicidade, a evolução ao processo, é a existência de legalidades que predominam, em sua regência, sobre as outras.

Como mostrou Lukács (2013), o salto ontológico de uma esfera de ser a outra carrega a melhor expressão da atuação do momento predominante. O ser orgânico vivo contém em si substâncias inorgânicas. Mas, no ser vivo, a processualidade inorgânica é predominantemente determinada pela legalidade da reprodução biológica. E o ser social não é regido pela simples reposição biológica de si mesmo, como se dá com os vegetais ou os animais não humanos, o que situa essa esfera do ser em um âmbito diferente da orgânica e da inorgânica, ainda que os seres humanos contenham em si o momento orgânico e o momento inorgânico. O salto ontológico da esfera orgânica para a do ser social é dado pela predominância de um outro momento, que não o repor a si mesmo da organicidade. Trata-se do trabalho como categoria ontológica, como momento predominante do salto ontológico da esfera do ser orgânico ao ser social (Lukács, 2013).

Lukács, com isso, afirma Lessa (2016), não quer dizer que todos os atos humanos possam ser reduzidos ao trabalho. Quer dizer, contudo, que nenhuma forma de atividade

humano-social poderia existir sem o trabalho, que corresponde à transformação de um setor da realidade objetiva, a partir de uma ação intencional previamente idealizada em sua finalidade. E é a partir do momento em que o trabalho passa a predominar sobre a legalidade orgânica que o salto ontológico para a esfera do ser social pode se dar.

A totalidade social figura como a mediação entre o momento predominante de um complexo e seus complexos parciais. Dessa maneira, afirma Lessa (2016, p. 75), “a totalidade social é, para Lukács, a mediação ineliminável entre o *momento predominante* exercido pela troca orgânica homem/natureza via trabalho e a história de *cada um dos complexos parciais*”.

Assim, todos os complexos sociais são internamente contraditórios, dada a existência de suas legalidades próprias contraditórias. Esses complexos mantêm, com a totalidade social, uma relação mediada em que é a totalidade social o momento predominante no desenvolvimento desses complexos. A totalidade social assume esse caráter por fazer a mediação entre a categoria fundante do ser social, o trabalho, e as legalidades específicas de cada um desses complexos que são, concretamente, as formações sociais humanas ao longo da história (Lukács, 2013; Lessa, 2016).

Nessas condições, o entendimento da estrutura e do movimento dessa totalidade está condicionado por certos pressupostos. Como primeiro pressuposto, dizem Marx e Engels (1845/2001), está o da inevitável condição material da produção e reprodução da vida humana, que só pode existir sobre um fundamento material, constituído de seres humanos reais que vivem condições por eles e pelos que o antecederam produziram. Para fazer história, os seres humanos precisam estar vivos. Para isso,

“...somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda existência humana, e portanto de toda história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer,

morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida” (Marx & Engels, 1845/2001, p. 21)

A totalidade da vida social e suas relações de determinação, portanto, suas legalidades, seus complexos, compreende relações adquiridas e desenvolvidas pelos seres humanos, relações estas necessárias, determinadas e que escapam à sua vontade. Relações que correspondem a um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas. O conjunto dessas relações produtivas compõe a totalidade da estrutura econômica da sociedade, que serve de base para toda a elevação de uma superestrutura jurídica e política, bem como das formas de consciência. Essas instâncias da vida social são condicionadas pelo modo de produção material da vida (Marx, 1859/2012).

O movimento desta totalidade, contudo, só pode ser apreendido por uma lógica dialética, que articula as partes de uma realidade com o domínio da totalidade. Essas partes não podem ser compreendidas isoladamente, mas tão somente quando apreendidas como produto de um processo social e histórico (Tonet, 2013). Como implicação disso para o conhecimento tem-se que os objetos não apenas configuram uma síntese entre os âmbitos da universalidade, da particularidade e da singularidade¹⁷, mas que a apreensão e interpretação de suas determinações e de seu movimento exige um trabalho histórico-filosófico.

O trabalho que a crítica opera é o de tomar um objeto em sua imediatez, em sua aparência fenomênica, e desvelar sua estrutura e suas determinações concretas. Esse trabalho só se realiza, como se afirmou, com o desvelamento do processo histórico e

¹⁷ A questão da articulação entre singularidade, particularidade e universalidade é tratada por Lukács na “Introdução a uma estética marxista”.

social que resultou nos fatos que configuram a realidade. Como afirma Tonet (2013, p. 145-146):

“Fatos, dados e acontecimentos são sempre resultados condensados de relações práticas sociais e históricas determinadas. Por isso mesmo, essas relações e práticas sociais e históricas tem que ser resgatadas para que se possa compreender o sentido deles. A desistoricização de qualquer categoria – por exemplo, propriedade privada, capital, trabalho assalariado, mercadoria, dinheiro, família, Estado – contraria frontalmente a natureza essencial da realidade social, deforma seu conhecimento e, por isso mesmo, cumpre a função ideológica de sustentar a imutabilidade de determinada ordem social”.

Assim, um trabalho de crítica ontológica na perspectiva de Marx toma como ponto de partida os fatos reais, que nos são apresentados de forma aparente e imediata. E é na captura das conexões que articulam este fato, juntamente à compreensão do processo histórico-social que o produziu, que se torna possível a validação do conhecimento a seu respeito.

Como objeto de investigação desta pesquisa tem-se, falando de uma maneira geral, as estratégias políticas inerentes às propostas de psicologia comunitária no Brasil, ao longo de sua trajetória histórica, expressas nas concepções de emancipação/transformação social em suas produções. Fazer a crítica deste objeto, entender qualquer de seus aspectos que nos são apresentados como fatos, tem como exigência a realização de um trabalho de natureza histórica. Trata-se, na perspectiva da crítica ontológica de Marx, contudo, não de qualquer história, mas de uma história capaz de articular as determinações do objeto em sua totalidade. Esta não é, contudo, a história que tem sido feita pela maior parte dos historiadores da psicologia.

1.3. Uma história da psicologia como crítica ontológica: em defesa da filosofia

Carvalho (2014), em sua tese que analisa historicamente o desenvolvimento da denominada “Escola de São Paulo de Psicologia Social”, a partir do materialismo histórico-dialético, constatou que a história da psicologia tem sido feita sem o acompanhamento de uma discussão sobre filosofia da história. Isso não significa, adverte o autor, que a pesquisa histórica em psicologia se apresente isenta de fundamentos de uma ou outra filosofia da história, mas tão somente que, de maneira geral, os historiadores em psicologia têm se filiado a visões de mundo que a eles passam despercebidas ou que por eles são deliberadamente ocultadas.

As questões relativas à escrita da história e aos seus fundamentos filosóficos, tratadas na tese do autor, são apresentadas em um artigo publicado em 2016¹⁸, e que vale a pena ser consultado por aqueles(as) que pretendem desenvolver pesquisa histórica em psicologia a partir de contribuições da teoria social de Marx.

Em sua análise, Carvalho (2014;2016) apresenta uma síntese, realizada por Hilgard, Leary e McGuire (1998, citado por Carvalho, 2014), das principais questões com as quais estavam envoltos os historiadores da psicologia, entendendo-a como o conjunto mais completo de discussões referentes aos fundamentos filosóficos na escrita da história em psicologia. Carvalho faz o cotejamento desta síntese com textos de referência no ensino de história da psicologia, chegando a algumas análises que serão mencionadas aqui, ainda que superficialmente.

De acordo com a síntese realizada pelos autores citados, as questões em torno das quais se manifestavam as preocupações no campo da história da psicologia seriam: a questão da continuidade da história em oposição à descontinuidade da história; do

¹⁸ Historiografia e filosofia da história na pesquisa histórica em psicologia: contributos desde a teoria social de Marx (Carvalho, 2016).

presentismo *versus* o historicismo; do internalismo *versus* o externalismo; da história feita por “grandes homens” em oposição à história pelo *Zeitgeist*; e por fim, a questão da legitimação cerimonial *versus* a história crítica.

As questões apresentadas na forma de dicotomias são, na verdade, quando analisadas a partir dos pressupostos da teoria social marxiana e de sua concepção de história, falsos dilemas. A questão da continuidade x descontinuidade da história, por exemplo, apresentada na forma da dicotomia entre um entendimento de que a história seria um processo de acumulação contínua e linear de acontecimentos (continuísmo) em oposição a um entendimento de que a história seria feita de rupturas, de descontinuidades, é meramente aparente. Analisada a partir do referencial de Marx, essa problemática se revela para além de sua aparência dicotômica. Como afirmam Boechat e Vieira (s/d, p. 16),

“A concepção materialista histórica e dialética, quando examina o devir da história das ciências, não perde de vista a possibilidade da unidade de formulações contrárias compondo um mesmo campo ideológico. Essa unidade, para além da diversidade aparente, ela a encontra em suas condições materiais comuns”.

É como momento do processo de produção e reprodução social que se desenvolvem as instâncias da vida social como a ciência. Como afirmam Boechat e Vieira (s/d), é o terreno em que se configura a luta de classes que conforma a possibilidade de uma continuidade histórica que não é, senão, “*continuidade histórico-social*” (idem, p.17). Traços de continuidade coexistem com os de ruptura e descontinuidade, mudando apenas a predominância que cada um tem em diferentes momentos (Carvalho, 2014).

Ou seja, entendendo-se um complexo de saberes, em um dado momento histórico, como um conjunto de vários complexos, regidos por legalidades distintas e contraditórias, é possível diluir essa suposta dicotomia entre continuidade e descontinuidade. Se o que determina a evolução de um processo social é a predominância de uma legalidade sobre

as outras (o momento predominante, como concebe Lukács), dentro do conjunto do complexo, não há incoerência em se admitir a existência de tendências contraditórias coexistindo em um mesmo complexo num mesmo tempo histórico. A tendência à permanência, à continuidade, pode coexistir com tendências de ruptura, de descontinuidade.

De maneira semelhante, a questão do presentismo em oposição ao historicismo, na ótica do materialismo histórico-dialético, despolariza-se. Colocado como uma oposição entre, de um lado, uma postura que busca, no passado, a legitimação do presente e, de outro, uma postura que busca relatar o passado em seus próprios termos, esse aparente dilema também pode ser revisto.

Segundo Marx e Engels, é nas formas mais desenvolvidas de um fato, de um objeto, de um fenômeno, que se encontra a chave para a análise de suas formas passadas. E, na análise de traços que se gestam no presente, pode-se identificar, tanto os caminhos para a análise do passado, quanto as tendências postas no momento presente. Assim é que, dizem Boechat e Vieira (s/d), ao se eleger a psicologia como objeto de estudo histórico nesta perspectiva, percebe-se que sua forma mais desenvolvida, seja da psicologia, em particular, seja de algum de seus campos, não se consolidou a partir de um desenvolvimento linear de seus conceitos. Ao longo da história da psicologia ou de algum de seus campos em específico, conceitos e posições distintas coexistiram, em todos os momentos históricos, resultando, ou não, em novas sínteses conceituais.

Com relação à questão do internalismo e do externalismo, tem-se o problema da determinação da realidade histórico-social objetiva no desenvolvimento das categorias de uma ciência. Assim, esse desenvolvimento poderia ser pensado, de um lado, como um desenvolvimento puramente interno e autônomo, que se isenta das determinações da produção e reprodução social (internalismo), e por outro, como consequência direta

mecânica dessas determinações (externalismo) (Carvalho, 2014).

Em uma análise que se orienta pelos pressupostos do método em Marx, como já se afirmou, a totalidade de um objeto é analisada como o conjunto de várias totalidades, com diferentes tendências que lhe conferem legalidade e predominância de uma ou outra, sempre numa relação mediada. Uma análise exclusivamente internalista da história ou, ao contrário, puramente externalista, como observam Boechat e Vieira (s/d), é incapaz de apreender o objeto em sua totalidade, não possibilitando a compreensão de que a esfera social da ciência tem uma autonomia relativa, garantida pela regência destas legalidades, mas que tem seus limites postos pelas relações de produção e reprodução social. Por essa razão, somente a partir de uma análise histórica que articule o sistema conceitual, ou seja, os elementos internos de uma ciência, com a totalidade da vida social é que se pode ser fiel ao princípio da totalidade do método em Marx.

No que se refere à dicotomia posta entre a história concebida como produção de “grandes homens” e a história como resultado de um “Espírito do tempo”, há, também, uma falsa oposição. Embora se apresentem como antagônicas, ambas as concepções se fundam no mesmo princípio filosófico idealista, como conclui Carvalho (2014).

No sistema idealista hegeliano a história é entendida como resultado do desenrolar da Ideia Absoluta (o princípio, Deus), que se realiza no mundo material, nos seres humanos, para encontrar, ao fim de seu desenvolvimento, novamente a si mesma, na forma de espírito absoluto ou de autoconsciência de si. Nisso, o “espírito que se sabe desenvolvido assim como espírito, é a *ciência*. A ciência é a efetividade do espírito, o reino que ele para si mesmo constrói em seu próprio elemento” (Hegel, 1807/2014, p. 37).

O saber sobre si mesmo, embora tenha como suporte para sua realização os seres humanos reais, se constrói tendo como elemento a si próprio, ou seja, ideia, espírito. A

história concebida como produto do *Zeitgeist* não entra em contradição com a concepção, aparentemente oposta, da história como produção de “grandes homens”. Para que se realize, no final das contas, a ideia absoluta, o espírito que abstratamente paira sobre a história, precisa encarnar “grandes homens” de um tempo. O “cenário cultural e científico de uma época [é transformado] numa grande abstração que paira sobre a cabeça dos seres humanos” (Carvalho, 2016, p. 164).

Por fim, a questão do dilema entre história celebrativa e história crítica, reúne alguns pontos já tratados nas outras aparentes dicotomias. A historiografia celebrativa, ou legitimatória, seria aquela que busca legitimar o presente a partir de elementos do passado, que justificariam a forma atual da ciência. Tendem a recorrer ao continuísmo para conferir harmonia ao desenvolvimento da ciência, invocando grandes homens como pioneiros de seu percurso e celebrando marcos históricos de sua possível emergência, o que leva à criação de “mitos de origem” dessa ciência. A história crítica seria aquela que se define pela oposição a esses elementos (Carvalho; 2014; Boechat & Vieira, s/d).

Voltemos, então, à questão da crítica. O que os autores mencionados evidenciam é que os aparentes dilemas, que não são mais do que falsos dilemas, na verdade, são questões que não se resolvem na esfera da lógica formal, da crítica formalista. Carvalho (2014) nos mostrou como as pesquisas históricas em psicologia, ao voltarem sua preocupação muito mais para as formas da escrita, acabam não informando o conteúdo dessa história. Não informam de onde olham os fatos, nem que visão de mundo sustenta sua análise dos processos históricos.

Ao se furtarem da discussão sobre teoria da história e sobre filosofia, os historiadores da psicologia têm pensado uma escrita da história enclausurada aos limites da lógica formal e gnosiológica. Os pressupostos do método em Marx e da concepção de história de Marx e Engels fornecem um outro dimensionamento para os estudos da

história da psicologia. Esse outro dimensionamento é o que permite ao pesquisador em história não cair nas armadilhas do subjetivismo lógico-gnosiológico nem no formalismo da historiografia que se isenta de discutir ou que oculta sua visão de mundo.

2. CAPÍTULO 2 – UM DIMENSIONAMENTO FILOSÓFICO À QUESTÃO: EMANCIPAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E QUESTÃO SOCIAL

2.1. Marx e a questão da emancipação: emancipação política e emancipação humana

Dentro da tradição marxista, a compreensão de todo e qualquer fenômeno social passa, antes de tudo, pela compreensão dos processos determinantes fundamentais que constituem a autoconstrução humana. Na perspectiva assumida neste texto, que tem por referência a abordagem ontológica do ser social (Lukács, 2012), essa compreensão tem por pressuposto a centralidade do trabalho como fundamento ontológico do ser social.

Ou seja, o processo social, e toda forma de sociabilidade humana, tem por fundamento originário a forma como os seres humanos transformam a natureza e por ela são transformados, na sua busca por sobrevivência objetiva. A autodeterminação humana e a forma como se desenvolvem as diferentes formas de sociabilidade ao longo da história são essencialmente referenciadas na forma como o trabalho se estabelece. E os limites para essa autodeterminação estão nas próprias relações sociais, e não em uma natureza intransponível (Lukács, 2012).

Sendo assim, a mudança das formas de sociabilidade é possibilidade dada pela própria natureza do ser social, que é histórico. Por essa razão, em Marx, a noção de transformação social não se limita ao aperfeiçoamento da ordem social atual. Não se trata de corrigir ou aperfeiçoar o atual patamar de sociabilidade.

Pode-se dizer que essa discussão tem início, na obra marxiana, em um conjunto de textos publicados entre 1843 e 1844 e que, de uma maneira geral, indicam um posicionamento que estaria presente ao longo de toda trajetória teórica do autor: em Marx, política não se cinde da economia (Marx, 1843/2010; 1844/2011). E, como diz Tonet (2005), categorias como cidadania e direitos sociais, embora à primeira vista possam não

parecer ter um vínculo explícito e direto com o modo de produção capitalista, fazem parte da esfera daquilo que Marx chama de emancipação política.

Em Marx (1843/2010) emancipação tem dois sentidos: emancipação política e emancipação humana. Emancipação política diz respeito a um processo que acontece na transição do feudalismo para o capitalismo, que reconfigura a relação entre política e economia, e que tem por pressuposto a nova forma de produzir, cujos fundamentos estão na propriedade privada dos meios de produção. A reconfiguração que se opera nesse processo visa libertar o mercado e sua reprodução da regência política do Estado, que passa a ser subordinado ao primeiro e à nova forma social de produção. Ou seja, sua natureza está na propriedade privada e sua função social é servir à reprodução do capital.

Ou seja, quando falamos em emancipação política, estamos nos referindo a esse processo que ocorre com a emergência do modo de produção capitalista, onde o mercado passa a existir como a esfera determinante da atividade econômica e social. Ocorre, pois, nessa reconfiguração, uma cisão entre a esfera política (o Estado) e a esfera econômica, e é dessa cisão que se trata o processo da emancipação política. Nela, configuram-se dois momentos aos quais pertencem, de forma cindida, os indivíduos: o da cidadania, momento estatal, público, e o burguês, referente à esfera privada (Marx, 1843/2010).

Mas, entre esses dois momentos cindidos, permanece determinante o da esfera privada, ou da propriedade privada. Sobre a contradição que se estabelece entre vida pública e vida privada, entre interesses gerais e interesses particulares, é que se assenta o Estado moderno, emergindo como força social a serviço da dominação de classes (Marx, 1844/2011).

Seu fundamento ontológico está no ato da compra e venda da força de trabalho, que só pode se dar diante da necessária condição de desigualdade entre a classe dos produtores e a dos detentores dos meios de produção. Se a raiz da desigualdade social é

a divisão social de classes, fundada na propriedade privada, o Estado nunca vai poder ser efetivo, portanto, no seu enfrentamento. Pelo contrário, sua maior função social é garantir essa divisão. Por essa razão Marx (1843/2010) constata que a atuação do Estado diante dos males sociais só pode se dar de uma maneira imaterial e limitada, por meio de direitos jurídicos formais.

A emancipação política, nesse sentido, não liberta o ser humano dos determinantes concretos que o limitam, pelo contrário. Não se abole a propriedade privada com a anulação política da propriedade privada. A anulação política desses determinantes materiais, antes de os eliminar em sua concretude, os pressupõe. E mais, ao anular politicamente esses determinantes, o Estado permite com que cada um deles atue à sua maneira, tornando efetiva a sua essência particular (Marx, 1843/2010).

Mas, isso não quer dizer que a emancipação política não tenha importância. Para Marx, ela é o que de mais avançado pode existir dentro dos limites do Estado político. “A emancipação política, de fato, representa um grande progresso; não chega a ser forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui”. (Marx, 1843/2010, p. 41). Reconhecer esse fato não significa aspirar a emancipação política como fim, como se ela fosse conduzir o ser social à sua plena libertação.

Essa condição está na emancipação humana, que se coloca como possibilidade e necessidade histórica para a efetiva autoconstrução do ser social, livre das estruturas produtoras de exploração, injustiça e desigualdade. E, seu fundamento ontológico está na supressão do modo de trabalho sobre o qual se constitui a sociedade burguesa: o trabalho assalariado. Esse modo de trabalho deve dar lugar a uma forma de trabalho, cuja organização seja livre, coletiva e consciente, fundamento da emancipação humana.

A defesa da cidadania, da ampliação de canais democráticos ou de direitos sociais até pode assumir um caráter progressista em certas conjunturas políticas, no entanto, por serem categorias do âmbito da emancipação política, não podem conduzir à eliminação da pobreza, da desigualdade social etc. Nesse sentido, a busca pela efetivação da cidadania até pode ser reivindicada como mediação para a emancipação humana, mas nunca como fim. Tonet (2005), por exemplo, defende que, tendo como horizonte a busca pela emancipação humana, deve-se investir esforços não na mera construção da cidadania como fim último, mas na construção de ações de caráter emancipatório.

Os requisitos para que uma ação possa se constituir como ação de caráter emancipador, passariam, como coloca Tonet (2005), por algumas orientações: 1) o conhecimento da natureza da emancipação humana e de suas possibilidades ontológicas; 2) assumir a perspectiva ontológica do trabalho como matriz do processo social e, conseqüentemente, de uma possível sociabilidade livre; 3) o conhecimento do processo histórico real em suas dimensões universais e particulares; 4) conhecimento do campo específico da ação que se busca empreender; 5) articulação da ação com as lutas das classes subalternas.

Conclui-se, disso tudo, tal como indica Tonet (2005) que, embora não exista uma vinculação explícita e direta entre cidadania e capitalismo, ela integra o conjunto da sociabilidade deste, constituindo parte do que Marx chama de emancipação política, momento necessário para a reprodução do capital, o que a limita como possibilidade de levar a humanidade à superação desta ordem. E que, reconhecer esses limites, não quer dizer rejeitá-la como possível mediação na luta contra o capital, mas significa reconhecer sua impossibilidade como fim.

2.2. Algumas contribuições da tradição marxista ao debate sobre o Estado

As formulações propriamente marxianas acerca da política e do Estado têm como ponto de partida o rompimento com a tradição filosófica hegeliana. Isso se deu num giro que buscava não mais nas relações jurídicas por si mesmas, mas nas relações materiais da vida, os elementos para a compreensão do desenvolvimento humano geral. A partir daí, não se tem mais, em Marx, o Estado como determinante universal da sociabilidade, mas, nos termos usados pelo próprio Hegel, a “sociedade civil”, como o elemento determinante das relações jurídico-políticas (Chasin, 2012).

Em Marx, política não se cinde da economia. É nas relações materiais de produção e reprodução da vida que devem ser buscados os princípios e a natureza do complexo social da política e de sua manifestação concreta, o Estado (Marx, 1843/2010; Marx & Engels, 1848/2003). A divergência marxiana do pensamento hegeliano vem com inspirações do empirismo feuerbachiano. Diante da afirmação hegeliana de que o Estado seria a razão, Marx postula o oposto: o Estado não é a razão; é no máximo a razão da classe dominante (Marx, 1844/2010a).

Para Marx, a resposta para os problemas sociais concretos não deveria ser buscada nas relações jurídico-políticas, que pairam acima das relações materiais de produção, mas são essas relações materiais que determinam aquelas. No Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* (Marx, 1859/2012), essa ideia apresenta-se em remissão às relações de produção material da vida: a anatomia da sociedade civil deve ser buscada na economia política. Afirma Marx:

“(…) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura

jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 1859/2012, pp. 270-271).

E qual a natureza das relações materiais que forjaram o complexo da política e de sua materialização, o Estado?

O Estado funda-se, exatamente, na exploração de uma classe sobre a outra. É com a divisão social do trabalho, que instaura a propriedade privada e a apropriação do trabalho, que surgem os antagonismos entre proprietários e não proprietários, entre interesse coletivo e interesse particular (Marx, 1844/2011). E é a defesa da propriedade privada frente a esse antagonismo que cria a necessidade de um aparato jurídico-político que cumpra essa função. Ou seja, é a propriedade privada e a divisão social do trabalho que instaura a necessidade do domínio de uma força social a serviço da manutenção dessa divisão. Ele está assentado na contradição entre vida pública e vida privada, entre interesses coletivos e interesses particulares (Marx, 1844/2011) derivados da divisão da sociedade em classes sociais distintas e antagônicas (Marx, 1844/2010b).

Na emancipação política da sociedade civil moderna, cuja classe dominante é a classe burguesa, o Estado é a instância que representa não os interesses universais, mas os interesses da burguesia. O Estado moderno é a maneira pela qual a burguesia se organiza internamente e externamente para garantir a manutenção de sua propriedade e a realização de seus interesses.

“Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa como internamente”. (Marx & Engels, 1845/2001, p. 74).

Interessante observar que o caráter de classe do Estado não é dado exclusivamente pela classe que o controla. Marx (1852/2012), em sua análise no 18 Brumário de Luís Bonaparte, demonstra como, em certos momentos, para a própria salvaguarda das relações de produção burguesas, outra classe pode ocupar as instâncias de poder do Estado, como foi o desfecho bonapartista da revolução francesa. Isso descredita qualquer defesa da ocupação do Estado pelos trabalhadores, sem uma radical mudança nas relações produtivas, como uma via de transformação do Estado burguês em Estado dos trabalhadores.

Sua lógica de funcionamento está na inversão ontológica entre democracia e vida civil. Ao inverter a ordem de determinação entre Estado e sociedade civil, os problemas sociais passam a ser entendidos como acidentes a serem corrigidos. A análise marxiana da política e do Estado desfaz essa inversão ontológica e revela que o eixo determinante central do ser social não se encontra na vida política, mas na sociabilidade, nas relações de produção e reprodução concretizadas na vida civil (Enderle, 2000).

O Estado, como instrumento de dominação de classe por meio do poder político nele materializado, para cumprir essa função, portanto, jamais poderá ser efetivo em resolver os problemas sociais, uma vez que mexer nos fundamentos da desigualdade e dos males sociais é mexer em suas bases. Assim, a lógica de atuação do Estado é sempre a de buscar a causa dos problemas sociais em falhas de administração, como conclui Marx (1844/2011).

O Estado não pode eliminar a contradição entre administração, seus meios e possibilidades, sem acabar com o próprio Estado, porque nele reside tal contradição. Por isso, o Estado deve se limitar a uma atividade puramente administrativa, formal e negativa. Diz Marx:

“(…) com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. [...] Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como oposição a ela” (Marx, 1844/2011, p.149).

A supressão de seu fundamento material, a propriedade privada dos meios de produção, é condição necessária para a destruição do Estado. Nesse ponto, algumas leituras revisionistas da obra de Marx e Engels, entretanto, resultaram em certas reelaborações no âmbito do entendimento das relações entre política e economia que abriram margem para o desenvolvimento de tendências políticas reformistas. Com a abdicação da necessidade do processo revolucionário e a defesa da transição gradual do capitalismo ao socialismo pela via de reformas, essas leituras, que encontram sua expressão mais completa no pensamento de Eduard Bernstein, abriram caminho para a ilusão, em que boa parte da esquerda foi capturada, da possibilidade de democratização do capitalismo¹⁹.

O reformismo pode ser caracterizado como uma influência do parlamentarismo burguês sobre os partidos socialdemocratas, definindo o caminho para o socialismo como um processo gradual de reformas implementadas via parlamento, onde a ampliação da democracia teria seu limite no alcance progressivo do socialismo. Progressivamente tais

¹⁹ Sobre o método oportunista de Karl Kautsky, Lenin (1918) trata, em “O Estado e a Revolução”, obra publicada pelo autor às vésperas do processo revolucionário russo de 1917. Nela, Lenin reflete sobre a natureza do Estado em Marx e Engels e, com base nas reflexões de Marx e Engels acerca das lições tiradas da revolução de 1848 e com a Comuna de Paris, aponta para a conclusão dos autores acerca da impossibilidade da destruição do Estado fora de um processo revolucionário, questão ignorada pelo oportunismo em geral. Este se caracteriza por ser uma posição política de conciliação de classes, que acredita na transição gradual do capitalismo ao socialismo, negando a necessidade da revolução socialista.

reformas reduziriam a exploração do trabalho e os trabalhadores ganhariam, cada vez mais, o controle sobre a produção (Luxemburgo, 1900/1975).

Como criticado por Rosa Luxemburgo (1900/1975), Bernstein empreende uma transposição da análise das relações produtivas para as relações de propriedade. Deixa de falar de capital e trabalho para falar de pobres e ricos, e coloca a possibilidade do socialismo na medida em que os pobres possam se transformar em ricos, atenuando os antagonismos de classe.

Seu discurso se assenta na ideia da redistribuição de riquezas, sem se atentar para o fato de que a estrutura produtiva do capital é que determina as mudanças e os limites dessa distribuição. Esse é um dos maiores problemas das concepções reformistas, segundo Melo (2012): não questionar a natureza da estrutura da produção capitalista, o que as limitou à discussão da participação dos grupos sociais apenas na distribuição dos produtos.

A distribuição de produtos, entretanto, como já afirmava Marx, de acordo com Melo (2012), é 1) distribuição dos instrumentos de produção; 2) distribuição dos indivíduos nos diferentes tipos de produção. A distribuição de produtos é, portanto, consequência dessas duas distribuições prévias, que obedecem ao formato estrutural da produção capitalista.

Ainda com relação à análise econômica empreendida pela teoria revisionista, havia a afirmação de que o capital teria alcançado mecanismos de adaptação e de mitigação das crises (associações patronais, o sistema de crédito, meios de comunicação) (Luxemburgo, 1900/1975), e que a teoria do valor de Marx deveria ser corrigida, conclusão logo contrariada pela crise de 1929.

O argumento revisionista é invalidado na medida em que se constata que a extensão da produção e a facilitação da troca viabilizadas pelo crédito não suprimem ou atenuam as crises. Pelo contrário, as acentua, já que exacerba aquilo que é seu núcleo, quer seja, os antagonismos da economia capitalista (antagonismos entre a produção e a troca). Tais mecanismos não atenuam ou resolvem as contradições entre modo de produção e modo de apropriação, apenas deslocam-nas (Luxemburgo, 1900/1975).

No que se refere à democracia, seu desenvolvimento crescente é, na teoria revisionista, um de seus pilares fundamentais, como afirma Luxemburgo (1900/1975). Os revisionistas consideram a democracia como etapa inevitável do desenvolvimento da sociedade moderna, como lei fundamental do desenvolvimento histórico, o que gera consequências para o objetivo final do socialismo que, na leitura de Bernstein, por exemplo, há a atribuição à reforma social, e não à revolução, do estatuto de finalidade do movimento socialdemocrata alemão, que passa a vislumbrar o socialismo como uma espécie de condensação de reformas (Luxemburgo, 1900/1975)²⁰.

O problema é que, como argumenta Luxemburgo, um suposto socialismo pela via das reformas não se trata de um caminho lento, gradual, alternativo para a transformação social. A reforma não conduz ao socialismo, tendo, em relação à revolução, finalidade essencialmente distinta. Não se objetiva, com a realização de reformas sociais, a

²⁰ O desenvolvimento da democracia não é, no pensamento de Luxemburgo, incompatível com a revolução. É neste ponto que entra a crítica mais contundente da autora à tendência reformista justificada teoricamente pelo revisionismo de Bernstein. A defesa da construção gradual do socialismo pela via democrática, com a realização de reformas sociais, presente nas teses reformistas opõe reforma e revolução, conduzindo à renúncia da segunda. A questão é que reforma e revolução, como até então defendido pela autora, não são dois métodos diferentes de desenvolvimento histórico, mas fatores diferentes do desenvolvimento da sociedade de classes, condicionados um ao outro. A revolução instaura uma nova forma social e impulsiona as reformas, a legislação dessa sociedade, dá os contornos da expressão política com vias ao progressivo fortalecimento da classe que ascende com a revolução. Assim, é equivocado e anti-histórico compreender a revolução como uma condensação de reformas.

supressão do capitalismo, mas a supressão de seus abusos, o que, na realidade, é uma grande incoerência.

Deve-se, na linha do pensamento de Luxemburgo (1900/1975), portanto, concluir pela impossibilidade de qualquer grau de democracia nas relações políticas? A autora defende que algum grau de democracia não é impossível, mas somente quando há terreno favorável para isso, ou seja, quando não suprima os antagonismos de classe.

A democracia serviu à burguesia na consolidação de sua condição de classe dominante. A partir do momento em que essa classe ascende ao poder do Estado, contudo, a democracia já não aparece mais assim como elemento tão desejável. Para o proletariado ela seria, entretanto, necessária, na visão da autora, o que para Lenin (1918), contudo, não estaria no nível da imprescindibilidade²¹.

Mas, quanto a essa questão, mesmo para Luxemburgo (1900/1975), as reformas não poderiam substituir a revolução. Elas não conduzem à revolução e seriam importantes justamente para mostrar que elas são insuficientes. A crítica de Luxemburgo dá-se no sentido de que, como o domínio de classe não está efetivamente dado por determinações jurídicas, mas econômicas, pelo trabalho assalariado, não há como transformar a sociedade apenas mudando a legislação burguesa. E, inclusive, as conquistas do trabalho, dentro do parlamento, que podem ser identificadas no decorrer da história, não depõem em favor da mudança da natureza do Estado. Revelam, apenas, que em momentos favoráveis, o sistema pôde se abrir à democracia e possibilitar algumas melhorias às

²¹ Lenin (1918) entendia o importante papel da democracia na luta do proletariado. Entretanto, a despeito de sua importância, não significava um limite intransponível, representando apenas parte do processo de transição para o comunismo. A antecipação do momento revolucionário russo a qualquer tipo de preparação democrática das forças de seu proletariado o levam a conclusões distintas da de Luxemburgo, em 1900, a esse respeito.

condições de vida dos trabalhadores. A atenuação e a harmonização entre capital e trabalho, contudo, não suprimem o trabalho assalariado.

Este tem sido um grande problema nos debates da esquerda na atualidade, que tem atribuído estatuto de universalidade a várias formas de objetivação da democracia, não a restringindo à forma social capitalista e a concebendo não apenas como princípio tático, mas valor estratégico permanente²².

O marxismo ocidental, com exceção de Gramsci, em relação ao tema da política, praticamente não desenvolveu uma teoria capaz de apreender e analisar os mecanismos democráticos burgueses. O rompimento da unidade entre teoria e prática política que se operou no marxismo, tanto ocidental quanto da União Soviética, após a Primeira Guerra Mundial, praticamente impossibilitou o desenvolvimento de uma teoria política consistente nos marcos desta tradição, como analisou Anderson (1976). A produção teórica marxista ocidental se concentrava, especialmente após a Segunda Guerra, nas instituições acadêmicas e se mostrava completamente alijada da prática política²³.

Em relação à redefinição teórica realizada pela socialdemocracia, esta foi marcada pelo divórcio da prática política com a teoria ortodoxa, e se solidificou referenciada nas concepções revisionistas de Bernstein. A implementação do *Welfare State*, o combate ao socialismo soviético e a emergência da Guerra Fria, mais tarde, viriam coroar esse caminho tomado pela socialdemocracia na Europa (Andrade, 2006).

Assim, de um lado tem-se uma tradição teórica que se eximiu de pensar a prática política e, de outro, uma tendência, tanto entre os partidos da socialdemocracia quanto da

²² A esse respeito, é importante a leitura de Coutinho (1979).

²³ Os casos de Gramsci e de Lukács são dois casos peculiares dentro do marxismo ocidental. Ambos, em algum momento, divergiram da linha do Partido Comunista Italiano e do Partido Comunista Húngaro, respectivamente. Lukács, ao ser ameaçado de expulsão do Partido, deixa a militância e passa a se dedicar à filosofia e à crítica literária, naquele momento, sendo posteriormente exilado na URSS. Gramsci, contudo, perde seu vínculo com o Partido em razão de sua prisão realizada pelo regime fascista de Mussolini (Anderson, 1976).

Terceira Internacional, a se distanciar da dialética marxista. De um lado, toda uma geração de teóricos dedicados muito mais à reflexão filosófica; de outro os partidos e os movimentos do trabalho, atraídos pelo horizonte político reformista.

A tese de Coutinho (1979) é um exemplo, no Brasil, dessa inflexão da crítica da esquerda à sociedade burguesa. Mas a presença de concepções reformistas pode ser identificada em várias outras teses, passando, na verdade, a se constituir como a marca principal da crítica da esquerda, após os anos do *Welfare State*. O sustentáculo ideológico fundamental dessas teses teria sido, como avalia Lessa (2013), um mistificado Estado de Bem-Estar.

Dois casos analisados por Lessa (2013) são o de Esping-Andersen e de Ferran Coll, os quais exemplificam um vasto campo que, entre outros pontos em comum, afirma a existência de um Estado de Bem-Estar e que este teria promovido a ampliação da democracia e da justiça através das políticas públicas. Para Esping-Andersen, uma nova atuação do Estado neste período teria sido viabilizada pela capacidade de “desmercadorização”²⁴ e pela distribuição da renda e da riqueza realizadas pelo Estado. Em Coll verifica-se a crença de que o Estado de Bem-Estar teria sido um marco para o início do desenvolvimento de um Estado assentado em valores pós-materialistas democráticos.

Em seu estudo, Lessa (2013) demonstra, com números e dados concretos, como a ideia de um Estado de Bem-Estar representou muito mais uma mistificação fundada no axioma da distribuição de renda do que uma realidade. A ideia largamente difundida de que o Estado de Bem-Estar teria efetuado uma distribuição de renda e riquezas não pode

²⁴ “Desmercadorização ocorre quando um serviço é prestado como uma questão de direito e quando uma pessoa pode manter um padrão de vida sem depender do mercado. (...) Uma definição mínima [de Estados de Bem-Estar desmercadorizadores] implica que os cidadãos podem livremente e sem uma potencial perda de emprego, renda ou bem-estar geral, optar por se ausentar do trabalho quando eles próprios considerarem necessário” (Esping-Andersen, 1997 como citado em Lessa, 2013, p. 13).

ser constatada quando se vai em busca de sua comprovação real. O que sua pesquisa encontrou a esse respeito, nos “30 anos dourados” (de 1945 a 1975) nos países centrais da Europa foi, na realidade, o oposto: uma maior concentração, e não distribuição de renda²⁵.

Em relação a uma suposta democratização do Estado, que teria existido nesse período, Lessa (2013) também traz conclusões diferentes do que geralmente afirmam os defensores do Estado de Bem-Estar. Ao invés de uma democratização do Estado, ocorreu, na realidade, o oposto: a entrada dos sindicatos no Estado não foi uma conquista do trabalho, mas justamente a renúncia de suas lideranças políticas e sindicais mais importantes à luta revolucionária.

Outro exemplo de tese de grande influência referenciada no mito do Estado de Bem-Estar, pode ser encontrada no pensamento político do italiano Norberto Bobbio. Para o autor, a democracia representativa era o modelo político mais aperfeiçoado da ampla e segura participação dos cidadãos nas decisões políticas. Sem a divisão de funções legislativas e sem a limitação do poder do Estado, não se poderia falar em liberdade, de acordo com o autor, que em embate com os intelectuais do Partido Comunista Italiano, chegou a afirmar que o socialismo só seria alcançado com a democracia; mas que no regime socialista a democracia não tinha lugar. Assim, a solução lógica para este paradoxo foi a recusa do socialismo como horizonte estratégico (Bianchi, 2007b).

A defesa trazida por esta perspectiva da esquerda democrática é, em síntese, a da abdicação da revolução e a defesa da ampliação da democracia. Dantas (2013) expõe bem alguns equívocos em que incorre essa defesa. Destacamos, aqui, em primeiro lugar, o fato

²⁵ Dados percentuais precisos a esse respeito, com relação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos nos anos de 1959 e 1960, foram apresentados por Ralph Miliband, em livro publicado em 1969. Westergaard e Resler, em 1975, sugerem que a tal redistribuição de renda ocorreu muito mais no interior das classes do que entre elas. A esse respeito, ver Lessa (2013, pp. 31-32).

de que a ampliação do controle do Estado não equivale à perda de sua natureza de classe. Em segundo, que a democracia não é, de maneira alguma, ferramenta usada apenas em favor da classe trabalhadora. O adequado funcionamento das instituições democráticas em muitos momentos históricos contribuiu, e não o contrário, para a legitimação da ordem. E, por fim, o fato de que a desigualdade material é apenas minimamente atingida pela igualdade formal conquistada pela via dos instrumentos político-democráticos.

Outra importante contribuição, no campo do marxismo, para o debate sobre o Estado, é o pensamento do italiano Antônio Gramsci. Nascido na Sardenha, em 1891, membro fundador do Partido Comunista Italiano, foi levado à prisão, pelo regime fascista, onde produziu grande parte de sua obra, publicada como *Cadernos do cárcere (Quaderni del carcere)*. Foi especialmente após a Segunda Guerra Mundial que sua obra se difundiu, sendo, contudo, reinterpretada sob perspectivas distintas (Sader, 2005).

Nestas releituras, parece ter se tornado hegemônica aquela herdada do “eurocomunismo” que reivindica sua obra como justificativa teórica para a defesa de uma transição pacífica entre capitalismo e socialismo (Sader, 2005). O grande recurso de defensores do reformismo ao seu pensamento, sustentadas em interpretações equivocadas de seus conceitos, contudo, reforça a importância da apresentação, mesmo que superficial²⁶, de algumas questões importantes de seu vasto pensamento político, que não rompe com a essência das teses clássicas marxistas sobre o Estado, mas amplia seu sentido estrito.

²⁶ A grande simplificação dessa apresentação tem o prejuízo da descontextualização do desenvolvimento de suas ideias nos acontecimentos político-econômicos da Itália e da Europa, naquele momento. Não considera, além disso, a relação do autor com o Partido Comunista, com as mobilizações dos trabalhadores de Turim, ou seus embates com Lenin, Trotsky e a Internacional. Por fim, tem o problema do recurso aos textos de comentadores, e não ao próprio texto gramsciano.

A originalidade de seu pensamento político tem na ideia do Estado ampliado seu ponto central. Com ela, Gramsci encontra uma resposta possível para o fracasso da revolução socialista nos países da Europa central e ocidental. Essa formulação tem como ponto de partida a questão da hegemonia, já tratada por Lenin, e como avanço, a proposição de que este conceito teria um conteúdo material: a sociedade civil.

As análises marxistas clássicas do Estado trataram de um Estado cujo aspecto prioritário foi o da repressão. A análise gramsciana, contudo, viria tratar de um Estado que, nas palavras de Coutinho (1992), teria se complexificado e em que a política teria se socializado, com a formação de novos sujeitos políticos coletivos, voluntariamente organizados.

Ao analisar as especificidades da formação econômico-social italiana, Gramsci chegou à conclusão de que o capitalismo italiano teria se constituído como um capitalismo frágil, com uma burguesia que não foi capaz de realizar seu projeto na totalidade do país. Essa burguesia, aliada a setores latifundiários e à monarquia, teria realizado uma “revolução passiva”²⁷ que não rompeu totalmente com a organização fundiária feudal. A necessidade da renovação do Estado italiano não foi acompanhada por uma equivalente transformação na estrutura social, ou seja, tal renovação do Estado precedia, desta forma, a modernização da economia (Bianchi, 2007b; Coutinho, 1992).

Não só no caso específico da Itália e seu capitalismo débil, mas na Europa ocidental e central em geral, a formação econômica e social do capitalismo teria criado não só amplos estratos proletários, mas um estrato superior, a aristocracia operária. Nesses contextos, a ação das massas não poderia ser direta, como a dos bolcheviques na

²⁷ Revolução que se opõe à revolução tipicamente popular. Incorpora algumas demandas populares, mas conserva as relações de poder anteriores, não rompendo, completamente, com a organização político-econômica precedente (Gramsci, 2012).

Rússia, devido à formação de superestruturas políticas existentes nas formações capitalistas mais avançadas (Coutinho, 1992).

Isso colocaria ao partido revolucionário a necessidade de uma estratégia e táticas mais complexas. Nesses contextos, o proletariado deveria extrapolar a luta pelo controle da produção. Para se tornar classe dirigente, deveria "exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo" (Coutinho, 1992, p.36).

Hegemonia, então, para Gramsci, na concepção de Coutinho (1992), distingue-se de dominação. Trata-se da conquista do poder pelo consenso das massas trabalhadoras, e não apenas pela coerção. O conteúdo material desse conceito de hegemonia só apareceria em Gramsci quando ele teorizasse a respeito do Estado e sua composição como síntese da sociedade política e da sociedade civil. A sociedade civil seria, então a portadora material da função da hegemonia.

A descoberta da sociedade civil como conteúdo material da hegemonia ampliaria a noção marxista clássica do Estado, que seria não apenas aparelho repressivo e coercitivo, mas a síntese da sociedade política e da sociedade civil. À sociedade política caberia a função coercitiva de adequação das massas ao modo de produção da época. À sociedade civil, composta pelas organizações privadas, como sindicatos, igrejas, partidos de massa, caberia a difusão ideológica (Coutinho, 1992).

A função de ambas seria a mesma: assegurar ou promover os interesses de uma classe. Mas, sua forma de atuação é diferente:

“Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são os que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política” (Coutinho, 1992, p. 77).

Assim, Coutinho (1992), na esteira de Bobbio, aponta o conceito de sociedade civil como o ponto de partida para a reconstrução do pensamento político de Gramsci. Partilha, com Bobbio, do entendimento de que sociedade civil em Gramsci diverge da de Marx, no sentido de que, para o primeiro, o conceito não se identifica com a base material da economia, como ocorre em Marx. Ou seja, em sua leitura, em consonância com a interpretação de Bobbio, sociedade civil pertenceria ao momento da superestrutura.

Leitura distinta é feita por Bianchi (2007b) que indica que, no texto gramsciano, a economia capitalista é entendida como parte da sociedade civil. Nos parece correta sua leitura que identifica, em Gramsci, a análise 1) das relações da *sociedade econômica* como relações de forças objetivas; 2) da *sociedade civil* como forças político-ideológicas; e 3) da *sociedade política* como forças político-militares.

A distinção entre esses três momentos seria, contudo, apenas um recurso metódico, que não justifica a oposição entre eles. Essas três esferas, para Gramsci, manteriam uma relação de unidade/distinção em que se pressupõe um movimento de correlação e não de negação ou separação (Bianchi, 2007b).

Dessa forma, parece problemática a conclusão a que chega Bobbio²⁸ ao apontar a sociedade civil como um momento positivo do desenvolvimento histórico. Como compreende Bianchi (2007b), Bobbio, ao atribuir uma positividade imanente à sociedade civil, ignora que os processos de construção de hegemonia têm uma materialidade muito

²⁸ Essa interpretação de Bobbio encontra fundamentação na própria obra de Gramsci. A questão, contudo, como coloca Bianchi (2007b), é o conhecimento insuficiente do próprio Gramsci sobre a obra de Hegel, o qual, provavelmente, teria chegado a Hegel a partir da leitura de Croce. Mas essa afirmação de Gramsci não permite dizer que ele atribui à sociedade civil o lugar ativo, não permite dizer que ele rompe com o marxismo e faz um retorno ao idealismo.

determinada, não sendo mera ideologia. Essa leitura tem peso nas teses reformistas na medida em que justifica a opção pela ocupação de espaços na sociedade civil, fazendo sentido estabelecer disputas e buscar afirmar novos projetos societários no “campo político”.

A atribuição de uma autonomia à esfera da sociedade civil, presente na tese de Coutinho (1992), também abre margem para defesas reformistas, se analisarmos a partir do argumento de Bianchi (2007b). Ao tornar orgânica uma distinção – entre sociedade política e sociedade civil – que, em Gramsci, é apenas analítica, Coutinho (1992) chega à conclusão de que é possível e desejável que as classes subalternas busquem o consenso e a hegemonia no interior da sociedade civil antes da tomada do poder do Estado em sentido estrito.

Gramsci, em acordo com Lenin, acreditava na necessidade da extinção do Estado como condição para o desaparecimento da divisão entre governantes e governados. Essa extinção significaria:

“o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja ‘a reabsorção da sociedade política na sociedade civil’. As funções sociais da dominação e da coerção – à medida em que se avança na construção econômica do socialismo, cedem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso”. (Coutinho, 1992, p. 83).

Mas, diferente de Lenin, para o qual a extinção suporia uma extinção quase automática em consequência da extinção progressiva das classes econômicas, Gramsci, na leitura de Coutinho (1992), teria levantado a importância de se fortalecer, antes, a sociedade civil, nos lugares onde os mecanismos democráticos inexistissem ou fossem incipientes.

Esta proposta cai no equívoco, apontado por Bianchi (2007b), de se estabelecer uma relação de antagonismo entre as duas esferas do Estado. Ao sugerir que o

fortalecimento da sociedade civil tenderia a provocar uma redução da sociedade política, Coutinho perde a unidade dialética entre essas duas instâncias que, combinadas, é que constituem a hegemonia. A proposta gramsciana, contudo, como demonstra Bianchi, sugere que o próprio exercício da hegemonia é uma combinação de coerção e consenso, não implicando numa relação de anulação, mas de coexistência dialética.

Gramsci teria formulado, assim, uma proposta estratégica para os países ocidentais, que residia na construção de lutas “travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil” (Coutinho, 1992, p. 89). Tratar-se-ia da “guerra de posição” (ataque no campo político), que na leitura de Coutinho, viria a substituir progressivamente, nos países ocidentais a guerra de movimento (de ataque frontal ao Estado).

Nessa questão, repousa mais um ponto problemático a partir do qual se desenvolvem leituras reformistas que tendem a menosprezar a necessidade do enfrentamento direto ao Estado. Como alerta Del Roio (2007), a elaboração gramsciana acerca da guerra de posição como estratégia para a retomada da luta socialista, através da construção de uma nova hegemonia, não deve ser entendida como uma formulação reformista. Trata-se de uma estratégia posta pelas condições históricas, que retoma e desenvolve aquilo que já estava presente nas teses de Lenin, Engels, ou de Rosa Luxemburgo²⁹.

Como avalia Bianchi (2007b), a dicotomia estabelecida, nessas leituras problemáticas, tanto à questão da “guerra de posição” e “guerra de movimento”, quanto da sociedade civil e da sociedade política, entre ocidente e oriente ou mesmo entre revolução permanente e hegemonia, tem deturpado o pensamento de Gramsci e

²⁹ Luxemburgo antevia a necessidade de uma guerra de posição, por meio dos conselhos operários, como melhor estratégia revolucionária na Alemanha (Del Roio, 2007)

alimentado a defesa de diversas teses reformistas, tão presentes nos argumentos da esquerda democrática.

A crítica ontológica do Estado e do capital realizada por Marx evidenciou o caráter de domínio de classe e de relação intrínseca do Estado e da política com a economia. Particularmente no contexto de crise estrutural do capital, o Estado assume algumas novas ações e posturas em resposta às mudanças na configuração do capital.

Compreendendo que a ação repressiva e legal do Estado é, hoje, um dos maiores empecilhos à generalização e ao fortalecimento das lutas dos trabalhadores, coloca-se como um grande e atual desafio teórico para a emancipação do trabalho o resgate da crítica ontológica do Estado e do capital.

Muito se questiona se a crítica marxiana teria lugar na atualidade da sociedade capitalista e das novas formas de Estado que Marx não chegou a analisar. A defesa feita neste trabalho é a da pertinência e atualidade das elaborações marxianas sobre esse tema. Mais do que isso, a crítica ontológica de Marx ao capital e ao Estado é, ainda, o melhor arsenal teórico para a realização de análises que não se bastem no âmbito da política e que objetivem mais do que a participação política no Estado, mas a retomada da ofensiva socialista.

Para isso, recorreremos, especialmente, às elaborações de Mészáros sobre o papel do Estado no contexto de crise estrutural do capital, e às suas análises dos limites da ação política do Estado capitalista na efetivação dos interesses da classe trabalhadora.

Mészáros (2011), em sua obra *Para Além do Capital*, buscou realizar aquilo que Lukács apenas sinalizou como necessidade enquanto elaborava a *Ontologia do ser social*: uma atualização dos nexos das categorias trabalhadas por Marx em *O Capital*. Nela,

Mészáros trata do capital nas suas formas e mecanismos de funcionamento sociometabólico.

Entre suas teses centrais está a de que o capital se constitui como uma totalidade composta de três elementos: capital, trabalho e Estado, onde, na divisão social hierárquica do trabalho, trabalho se subordina ao capital, e o Estado entra como elo mediador dessa subordinação. O capital só pode ser superado com a superação dessa totalidade. E o trabalho, não apenas como trabalho, mas como trabalho *subordinado* ao capital, é o eixo fundamental dessa totalidade (Mészáros, 2011).

Outra tese central de sua obra é a de que o capital é incontrolável por sua própria estruturação, que separa produção de controle, produção de consumo e se constitui num sistema global. Seu caráter incontrolável faz dele um sistema sociometabólico essencialmente destrutivo, onde a tendência de decréscimo do valor de uso das mercadorias permite a ele um enorme potencial de crescimento ao longo da história. Com o crescimento da concorrência entre diferentes capitais, duas consequências se acentuam: a precarização cada vez maior das condições de trabalho e a degradação crescente do meio ambiente. Duas consequências que, por se tratarem de consequências de uma crise estrutural, só tendem a aumentar e que só podem vislumbrar uma resolução numa alternativa socialista (Mészáros, 2011).

E, por fim, como o funcionamento sóciometabólico do capital opera sua lógica na esfera extraparlamentar, qualquer tentativa de sua superação que se restrinja ao âmbito institucional ou do Estado está fadada ao fracasso. A emancipação do trabalho não deve se restringir à emancipação política, já que o Estado é um instrumento que serve ao capital na viabilização de sua reprodução (Mészáros, 2011).

O desafio colocado para os movimentos sociais e de trabalhadores, nesse sentido, é o da articulação, normalmente perdida tanto pelos defensores do reformismo quanto pelo socialismo soviético, da ação política e da ação econômica.

Segundo Mészáros (2011), o capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico. Isso se deve à sua estrutura totalizadora de controle que submete tudo a seu julgo, especialmente no que se refere à política e o Estado. Como modo de controle, ele se efetiva graças a existência de classes sociais inconciliáveis e antagônicas sustentadas numa divisão hierárquica do trabalho que separa a produção do controle da produção, de forma radical. O capital se orienta para a expansão e é movido pela acumulação. Se deixar de acumular, ou seja, de extrair e acumular trabalho excedente, ele perde sua sustentação.

Além disso, o controle sociometabólico do capital é também um controle global. Ele só se efetiva se houver circulação, e é isso que permite sua expansão. A expansão do capital, contudo, também revela um lado problemático a ele próprio. Ela tende a deslocar as contradições irresolúveis do capital, ao mesmo tempo em que cria novas contradições, o que revela o seu espectro de incontrolabilidade total³⁰ (Mészáros, 2011).

O Estado moderno constitui-se num elemento fundamental da "estrutura totalizadora de comando político do capital" (Mészáros, 2011, p. 106), cuja existência é imprescindível para a garantia da permanência da produtividade do sistema. Não é por

³⁰ O problema do controle é estrutural e se manifesta em novos microcosmos fragmentados que podem se expressar: 1) na separação radical da produção e do controle; 2) na separação entre produção e consumo, que adquirem uma independência e cria dois extremos: do extremo consumo e da extrema exploração; 3) separação entre produção e circulação: esses novos microcosmos se combinam em uma espécie de conjunto capaz de ser administrado pelo capital social total, que, na prática, se efetiva no interior desses microcosmos, em "personificações do capital", embora o imperativo alienante seja do sistema global (Mészáros, 2011).

coincidência que a crise do capital acompanhe a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados democráticos liberais até os de tipo soviético.

É na falta de unidade dos três aspectos citados que o Estado atua, na forma de ação corretiva, ação que tenta empreender um controle abrangente sobre as forças que partem das unidades fragmentadas, dando a impressão de que ele realiza uma ação efetivamente corretiva³¹. No sistema do capital, todo equilíbrio é apenas temporário, dado o antagonismo insolúvel entre produção e controle, que tem efeitos na relação entre produção e consumo e entre produção e circulação (Mészáros, 2011).

Os diferentes componentes metabólicos do capital, nos quais se inclui o Estado, atuam dentro de uma diversidade estrutural de funções dentro da qual se produz uma separação entre a esfera da sociedade civil e a do Estado, ainda que estes atuem de forma interdependente e sobre uma base material comum. Essa relação é permeada por contradições.

As falhas estruturais de controle citadas anteriormente criam a necessidade de mecanismos de controle que complementem a base material do sistema do capital. O Estado moderno surge simultaneamente a essa base material para cumprir essa função, constituindo-se ele também em parte da base material do sistema. Não se trata de o Estado ser determinado pela base socioeconômica, mas de uma co-determinação dialética entre as duas esferas. Ele não é uma superestrutura, mas tem a sua própria superestrutura, uma superestrutura legal e política, superestrutura esta, deve-se lembrar, referenciada no imperativo estrutural da expansão do sistema (Mészáros, 2011).

Sua natureza é a mesma desde o capitalismo concorrencial. Por mais mudanças que possam ter se processado desde então, a natureza do capitalismo continua sendo de

³¹ Sobre como o Estado realiza essa ação corretiva a partir do cumprimento de um papel totalizador, ver Mészáros (2011, pp. 105-106).

exploração do trabalho pelo capital. Estado e mercado se equacionam dinamicamente em uma relação onde o Estado se constitui em estrutura de comando político totalizadora dos constituintes do capital. E essa é a função do Estado, mesmo nas suas formas pós-capitalistas: constituir-se como uma estrutura separada de comando político totalizador que viabilize a extração da mais-valia (Mészáros, 2011).

A ordem produtiva e reprodutiva do capital, nesse sentido, só pode se manter com a existência de sua base sóciometabólica em relação direta e dialética com sua estrutura totalizadora de comando político, o Estado moderno. As funções reprodutivas materiais têm relação intrínseca com as configurações do Estado e de seus aparatos, mas com ele não se confundem.

“O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto (Mészáros, 2011, pp. 124-125).

O fracasso das formações soviéticas poderia ser atribuído a esse equívoco, onde buscou-se realizar o controle metabólico do capital pelo Estado político, segundo Mészáros (2011). Quer dizer, o que as formações pós-capitalistas do tipo soviética fizeram foi unicamente a eliminação jurídico-política da propriedade privada. Buscou-se anular um dos polos do sistema do capital, a propriedade privada dos meios de produção sem, contudo, superar os outros polos desse mesmo sistema, o que manteve intocado seu elemento básico: a divisão social hierárquica do trabalho, onde é o trabalho subordinado

ao capital, e não o Estado, o fator determinante de sustentação de seu sistema sóciometabólico.

Incorreram, e incorrem, no mesmo equívoco, as propostas reformistas, de ontem e de hoje, na busca de controle desse sistema. A ideia da ampliação dos limites do Estado e do aperfeiçoamento de suas ações de modo a torna-lo mais democrático tem limites objetivos muito precisos, se entendemos o Estado como parte dessa estrutura totalizadora que, no limite, é incontrolável.

Assim, mesmo nos tempos de neoliberalismo, em que se intensificam as políticas de austeridade e de restrição aos trabalhadores, em resposta às demandas de expansão do capital, configurado, neste momento, principalmente como capital financeiro, o papel do Estado é o mesmo. O que muda é apenas a forma pela qual se executa a resposta do Estado. Se, por um período, o capital possibilitou a aplicação de políticas redistributivas (do tipo keynesianas) e certa democratização do Estado (no chamado *Welfare State*), não significa dizer que a natureza desse Estado é radicalmente distinta do Estado no neoliberalismo.

Em qualquer configuração social capitalista, o Estado estará, inevitavelmente, desempenhando papel central, sobretudo nos momentos de crise. A crise estrutural que atualmente se manifesta não vem sendo razoavelmente retificada pelo neoliberalismo e, com isso, a mediação política do Estado vem se tornando cada vez mais repressiva e autoritária, uma vez que as condições materiais de existência da classe trabalhadora vêm se tornando, também, cada vez piores (Paniago, 2012).

Da perspectiva da luta dos trabalhadores, conclui Paniago (2012), tanto o keynesianismo quanto o neoliberalismo cumprem a mesma função estratégica: viabilizar a reprodução do capital e manter as relações de produção e de distribuição de riquezas,

ainda que no keynesianismo se verificasse um grau maior de participação dos trabalhadores no consumo geral. Essa constatação serve de referência para que possamos desfazer as ilusões, tanto na perspectiva de centro-direita, quanto na perspectiva da esquerda, de instrumentalização do Estado nas lutas sociais dos trabalhadores.

À perspectiva do trabalho, nesse sentido, coloca-se, mais do que nunca, a urgência da superação das análises limitadas ao campo da política. A análise de Mészáros parece ser um referencial importante para a conclusão de que não nos basta a ilusão, que seduz tantos setores progressistas da sociedade, na reforma do Estado. Ela reafirma a atualidade dos limites apontados por Marx com relação à emancipação política. E aponta, assim, para a necessidade da retomada da análise da realidade a partir do primado ontológico da economia sobre o Estado, fundamental para a perspectiva da emancipação humana.

2.3. “Questão social”, Estado e o caráter de classe das políticas sociais

As elaborações acima apresentadas nos ajudam a realizar algumas reflexões em torno da questão das políticas sociais, sua natureza, função social e sua relação com o Estado. Não existe uma definição geral do que venham a ser políticas sociais, mas pode-se dizer que elas constituem um conjunto de ações e de ideias que lidam com a conciliação entre público e privado diretamente ligadas à “questão social” e/ou ao trato das desigualdades sociais e da pobreza.

Entende-se aqui a “questão social” como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos provenientes da contradição capital-trabalho e da pobreza postos desde a constituição da sociedade capitalista que, mediado pela luta de classes, tem expressões multifacetadas e diversas (Montaño, 2002; Yamamoto, 2007; Paulo Netto, 2013).

Assim, fundamentais são as análises que fazem remissão à “questão social”, ou ao pauperismo da classe trabalhadora decorrente da assimetria na relação entre capital e trabalho que, próprio da formação social capitalista, começa a surgir a partir das primeiras revoluções industriais (Paulo Netto, 2013).

A produção dessa nova forma de pauperismo, como descreve Marx (1867/1985), dá-se num movimento contraditório em que a elevação da produtividade capitalista gera como consequência a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção e do número de trabalhadores ocupados. Na medida em que cresce o exército de trabalhadores não ocupados, cresce a camada de miseráveis e se estabelece uma nova forma de pauperismo, cuja natureza se assenta na contradição do processo de acumulação capitalista, que produz riqueza na proporção em que produz miséria.

A produção capitalista necessita de um exército industrial de reserva para que possa se desenvolver livremente e o ócio forçado dessa parte excluída da massa trabalhadora força a superexploração da camada ocupada de trabalhadores, além de forçar a redução do nível salarial dos trabalhadores empregados. Nesse processo residem as causas da “questão social” e das propostas de intervenção nela (Paulo Netto & Braz, 2006).

Importante salientar, como alertam Paulo Netto e Braz (2006), que não é o desenvolvimento das forças produtivas que produz o desemprego em massa, mas o desenvolvimento das forças produtivas dentro das relações sociais de produção capitalista.

No tempo em que todo trabalhador está totalmente ou parcialmente desocupado, ele está compondo a superpopulação relativa, que corresponde à parte do exército ativo de trabalhadores que, contudo, não estão em ocupações regulares. Essa superpopulação é o ponto de apoio do capital para a exploração mais dura da camada ocupada. E é nesse

processo que se opera a lei geral da acumulação capitalista, que traduz a equação colocada entre o crescimento do exército industrial de reserva e a produção do pauperismo (Pimentel, 2012).

Quanto mais se produz, nesse modo de produção, mais se produz mais-valia e mais se produz acumulação. Com mais acumulação, mais se produz dominação e superexploração dos trabalhadores ocupados e maior fica a massa desocupada. Mesmo os assalariados, nessa lógica, têm suas condições de vida progressivamente deterioradas com a expansão do capital. Ou seja, mais se produz trabalhadores superexplorados e mais se produz, também um exército industrial de reserva. Com isso cresce a camada de pauperizados, aqueles que não mais têm condições de vender a sua força de trabalho no mercado e cuja sobrevivência depende das ações de caridade pública (Paulo Netto & Braz, 2006; Pimentel, 2012).

E é dos diversos matizes de análises sobre essas novas formas de relação e de pauperismo que surgirão as diferentes propostas de gerência dos problemas delas decorrentes.

Montaño (2012), analisando as principais concepções sobre a “questão social”, a pobreza e seu enfrentamento, identifica as abordagens hegemônicas ao longo dos séculos de capitalismo. Assim, no capitalismo concorrencial, vigorou uma noção naturalizante e a-histórica da questão, que não a analisava a partir de suas relações com a economia e a política. Dentro desta perspectiva, propunha-se que a resolução dos problemas sociais passaria por fora do âmbito econômico, e cuja responsabilidade era atribuída aos indivíduos que sofriam seus efeitos.

No capitalismo monopolista, com um novo período de acumulação e expansão oriundos do pós-guerra, a intervenção do Estado nos problemas sociais passaria a focalizar os problemas sociais com o objetivo de geri-los, de forma a preservar esses

padrões de acumulação. A forma de enfrentamento posta neste momento tem, no Estado, a figura responsável pela administração sistemática e segmentada (não integral) dos problemas sociais decorrentes dessa assimetria. Note-se que se trata de uma administração, através da redistribuição de parte do excedente produtivo, em que o Estado cria condições de produção e consumo, por meio de políticas de contenção do desemprego e de transferência de renda (Montaño, 2012).

Essa concepção, que vigorava no período do capitalismo monopolista do pós-guerra, e configurou aquilo que se denominou (em alguns Estados) o Estado de Bem-Estar social, aborda a “questão social” sob três aspectos fundamentais: 1) entendendo-a como produto transitório do (ainda) insuficiente desenvolvimento produtivo; 2) enfrentando-a de forma segmentada (questão transformada em questões); 3) e concebendo-a como problema de distribuição e não uma contradição essencial entre capital e trabalho. Nesse sentido, seriam, as políticas sociais, as responsáveis pela realização dessa correção na distribuição da produção (Paulo Netto, 2013).

Para Höfling (2001), esse seria um processo de regulação, desempenhado pelo Estado, que representaria uma correlação de forças, de um lado, de trabalhadores organizados e seus interesses e, de outro, o Estado, representando as classes politicamente hegemônicas. Nesta concepção, a permeabilidade das políticas aos diferentes interesses seria maior ou menor dependendo do grau de correlação de forças colocado. Mas, ainda que se encare o processo como o resultado de uma correlação de forças, em última instância, a política social visa assegurar a reprodução da força de trabalho e manter os padrões de acumulação.

Com a crise do capital, a partir da primeira metade dos anos de 1970, a emergência de um novo padrão de acumulação capitalista e o desenvolvimento do neoliberalismo, os problemas decorrentes da “questão social” passam a ser abordados não mais como

simples questão de distribuição, mas de escassez. Assim, seu enfrentamento não mais passa por políticas de redistribuição, mas pela minimização do conjunto de intervenções do Estado em resposta às lutas sociais. As políticas sociais passam a representar um obstáculo aos mecanismos auto-regulatórios do mercado (Höfling, 2001).

Assim, o enfrentamento do pauperismo não mais se dá com o estímulo ao consumo através de ações redistributivas de parte do excedente, mas com a realização dos interesses do capital financeiro. A crise leva à necessidade da ampliação dos processos de exploração para que o capital não deixe de se expandir. Resulta, portanto, desse processo, a desresponsabilização do Estado quanto à “questão social”, que passa às mãos da sociedade civil.

Nessa estratégia, as políticas sociais estabelecem-se em três frentes de ação, como analisa Montañó (2012): (1) políticas sociais do Estado, precárias e focalizadas, dirigidas à população mais pauperizada; (2) mercantilização de serviços sociais, direcionados à população consumidora que pode pagar por serviços de melhor qualidade; (3) “terceiro setor” (ou sociedade civil organizada ou não), que presta serviços sociais de caráter filantrópico voltados à população e às demandas não atendidas pelas outras duas frentes.

Entender o papel exercido pelas políticas sociais a partir de sua remissão à “questão social” permite-nos enxergar os problemas sociais aos quais elas se direcionam não como defeitos pontuais do sistema, mas parte constituinte e fundamental do mesmo. Quando a análise da “questão social” é feita a partir de uma abordagem ontológica de seus determinantes materiais, chega-se ao seu equacionamento necessariamente vinculado à acumulação capitalista, cuja expansão só pode acentuar a desigualdade social, e não a resolver.

As análises exclusivamente políticas dessa questão perdem a capacidade de identificar a gênese estrutural do problema. Não existe uma nova “questão social” ou uma

“questão social” que não tenha sua gênese no processo de acumulação capitalista. Na medida em que o capitalismo se desenvolve e sofre algumas mudanças, a “questão social” ganha novas expressões, novas formas de se apresentar. Mas sua natureza continua sendo a mesma, permanecendo insuprimível nos marcos da produção e reprodução do capital (Paulo Netto & Braz, 2006).

Nesse sentido, qualquer forma de intervenção que não enfrente a questão de forma integral, ou seja, a acumulação de riquezas e a propriedade privada, é paliativa e, no limite, só pode contribuir para a ampliação da desigualdade.

A defesa das políticas sociais, nesse sentido, ainda que atraia vários setores progressistas e assuma algum caráter contestatório, especialmente em momentos de desmonte de direitos sociais, não pode conduzir, por si só, à emancipação humana. Se os limites do poder político são sempre os limites das suas formas materiais de sociabilidade, as políticas sociais, que não as enfrentam diretamente, não podem emancipar. No atual patamar do capitalismo, além disso, em que o capital tende a ser cada vez mais antidemocrático, não se pode nem mesmo ser otimista com relação a um novo Estado de Bem-Estar, como conclui Paulo Netto (2013).

Dessa forma, a defesa das políticas sociais só faz sentido se colocada na perspectiva da emancipação humana, como mediação, na forma de ações de caráter emancipatório. A defesa de direitos sociais, da cidadania, como parte daquilo que Marx chamou de emancipação política, só pode existir enquanto mediação numa ofensiva ao capital.

A reivindicação de um Estado social até pode se apresentar como uma forma de resistência ao desmantelamento dos frágeis direitos e políticas sociais de enfrentamento às fraturas da “questão social”. No entanto, entendida em seus fundamentos materiais, a própria “questão social” se revela em seus aspectos econômicos: tem no processo de

acumulação capitalista e no sistema de causalidades do pauperismo seus determinantes fundamentais. Somente ações que se proponham ao enfrentamento do capital em sua totalidade de relações podem, de fato, apontar para a solução dos efeitos da atual crise estrutural.

Mészáros (2011), nessa linha, oferece contribuições para se problematizar, por exemplo, a possibilidade de controle do Estado e do capital, por parte dos trabalhadores. Sobretudo em um contexto de crise estrutural, em que se ativou aquilo que o autor apresenta como a incontrolabilidade total do sistema do capital, na forma da tendência à autodestruição tanto do sistema de acumulação em geral quanto da própria humanidade, fica cada vez mais difícil se pensar nesse tipo de controle.

Ou seja, o Estado não realizará os interesses da classe trabalhadora porque, ainda que permeável a algumas de suas aspirações em certos períodos históricos e a depender da hegemonia de forças sociais colocadas, em última instância sua natureza é a de manutenção das condições de acumulação e expansão do capital. A criação de direitos sociais ou o oferecimento de alguns serviços sociais de Bem-Estar social por via de políticas públicas só acontece na medida em que não ultrapassem os limites da reprodução desse sistema. E em uma conjuntura de crise como a que se presencia na atualidade, o Estado pode, cada vez menos, responder, mesmo que parcialmente, às demandas sociais.

E, assim, portanto, cabe, não às políticas sociais e ao Estado, mas, à classe trabalhadora organizada e aos movimentos sociais anticapitalistas a tarefa da construção de ações que ataquem, de forma consequente, a essência da desigualdade, ou seja, a acumulação capitalista e a propriedade privada.

3. CAPÍTULO 3 – PSICOLOGIA E QUESTÃO SOCIAL: DITADURA MILITAR, LUTAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO BRASIL

3.1. Ditadura Militar e questão social no Brasil de 1964 a 1990

3.1.1. Nexos econômico-sociais do período ditatorial burguês brasileiro

A análise histórica do conjunto de transformações econômico-sociais e políticas ocorridas no Brasil durante o regime militar de 1964-85 deve abordar o processo como parte de um reordenamento internacional na divisão social do trabalho, hegemônico pelo imperialismo, sobretudo norte-americano. Um processo que operou, no curso dos anos sessenta, uma contrarrevolução preventiva na forma do patrocínio imperialista à série de golpes de Estado como o desenvolvido no Brasil.

Paulo Netto (2009) apresenta, nesta linha, uma análise desse processo com o objetivo de situar historicamente o desenvolvimento de tendências no Serviço Social brasileiro após o golpe de 1964. Sua análise se constitui aqui como a referência principal para abordarmos esse conjunto de transformações que tiveram implicações determinantes no desenvolvimento das práticas comunitárias em psicologia nos anos de 1970-80.

Na linha tratada por Paulo Netto (2009), essa contrarrevolução, que significou o golpe de 1964, teve como finalidade a adequação do padrão de desenvolvimento nacional à reconfiguração do capital em sua internacionalização ampliada, frear a resistência sociopolítica a esse reordenamento e dinamizar as tendências contrárias à revolução e ao socialismo. Como resultados desse processo teve-se a edificação de um padrão de desenvolvimento econômico vinculado de forma subalterna aos interesses do capital internacional (padrão típico do modelo de capitalismo dependente brasileiro), a garantia

da contenção de projetos nacional-populares e democráticos, e a ampla difusão de um discurso anticomunista.

Nesse processo, nota-se a fundamental participação do capital imperialista internacional³², que sempre financiou a industrialização e a consolidação do capitalismo brasileiro. No processo de desenvolvimento da indústria brasileira, a participação de capital nacional em certos setores se deu por via da locação de recursos obtidos pelo Estado no exterior. Ou seja, o financiamento do capital internacional foi central na industrialização e desenvolvimento capitalista brasileiro, intensificando-se, sobretudo, durante a Guerra Fria, com o fito de abastecimento do mercado interno e fluxo do capital norte americano (Santos Neto, 2015).

A garantia dessa dependência foi possibilitada pela dinâmica e elementos internos da particularidade histórica brasileira desenrolada desde a colonização portuguesa, que edificou as bases para a subordinação e dependência do capitalismo daqui. Assim, faz-se importante o destaque às configurações dessa particularidade que residiriam, como analisou Fernandes (2011): na produção econômica interna básica voltada ao mercado externo; a não ruptura radical com a estrutura colonial e a ausência de condições objetivas de ordem político-econômica para que a burguesia brasileira pudesse confrontar o latifúndio e realizar suas tarefas nacionais; e o tardio processo de industrialização.

Assim, tem-se, ao longo do desenvolvimento econômico-social brasileiro, a preservação de algumas formas econômico-sociais de certa maneira adversas ao desenvolvimento capitalista, como o caso dos latifúndios, que permaneceram existindo, mas reintegrados, com nova dinâmica e função, na formação social do país. Uma das

³² Nos anos de 1950, observa-se a forte presença do capital estrangeiro por exemplo nos seguintes números apresentados por Santos Neto (2015, p. 239): “...na produção de veículos a motor (100%), pneus (100%), vidro (90%), produtos farmacêuticos (86%), autopeças (62%) e alumínio (48%)”.

marcas do desenvolvimento capitalista brasileiro foi, portanto, a ausência da realização de transformações estruturais. Como sintetiza Paulo Netto, “no Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (Paulo Netto, 2009, p. 18. Grifos do autor).

No aspecto político, a marca foi a supressão das forças populares nas definições dos rumos políticos do país e o exercício de um papel estatal de desconstrução de agências e instrumentos veiculadores de projetos de sociedade alternativos. Em razão da profunda articulação entre a produção industrial brasileira e o fluxo de capital norte-americano, era fulcral promover a garantia do desenvolvimento capitalista brasileiro e a contenção de movimentos de resistência que porventura pudessem insurgir por parte do proletariado urbano e do campo (Santos Neto, 2015; Paulo Netto, 2009).

O não rompimento do desenvolvimento capitalista brasileiro com as estruturas da colonização, processo típico do capitalismo dependente descrito por Fernandes (2011), produziu um quadro de permanente reposição de uma mesma estrutura, que permaneceu pautando tanto os fundamentos de sua forma concorrencial quanto monopolista. “Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço” (idem, p. 238).

Essa continuidade histórica garantiu a aliança entre burguesia nacional e o grande capital internacional, e destituiu aquela de qualquer autonomia ou capacidade de conduzir um processo revolucionário burguês nacional³³. Pelo contrário, então, o capital

³³ “Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (Fernandes, 2011, p. 239).

internacional pôde encontrar na burguesia nacional, especialmente após a década de 1930, um apoio político fundamental (Fernandes, 2011).

Tem-se como síntese do processo de desenvolvimento econômico brasileiro a produção de um capitalismo tardio, sem a realização de transformações estruturais, com a instituição de decisões políticas pelo alto, à margem dos anseios populares. Essas duas feições de nossa formação social convergiram na formação de um Estado que atua “como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão, das agências da sociedade *que expressam os interesses das classes subalternas*” (Paulo Netto, 2009, p. 19. Grifos do autor). A frequente gerência do capitalismo dependente e subdesenvolvido brasileiro pela política é, como afirma Fernandes (2011), fator bastante interessante às economias capitalistas centrais, em razão do desestímulo à formação de uma burguesia nacional fortalecida e também à transição para uma forma de capitalismo de Estado ou mesmo para o socialismo.

Toda essa forma histórica de configuração econômica e política resultaria em uma conjuntura problemática, a partir dos anos de 1960. Com a passagem a um novo padrão de acumulação, onde a industrialização restringida passou à industrialização pesada, se abriria a iminência de uma crise de produção e financiamento, cujo enfrentamento viria a se desestabilizar politicamente entre 1961 e 1964³⁴. Após a renúncia de Jânio Quadros e o encabeçamento do executivo por João Goulart, uma expressiva ocupação do Estado por forças progressistas, democráticas e populares colocaria cada vez mais em evidência a questão da ausência histórica de reformas e a supressão das massas nos processos decisórios (Paulo Netto, 2009).

³⁴ O Plano de Metas do Governo Kubistchek priorizou as indústrias automobilísticas, siderúrgicas e navais, facilitou a importação de equipamentos, reformou a legislação tarifária e, por essas vias, não por acaso, como afirma Oliveira (2008), logrou o aceleração da industrialização.

Na avaliação de Ianni (1981), desenhou-se uma situação pré-revolucionária, refletida no avanço da politização dos trabalhadores, especialmente de operários e camponeses e no enfraquecimento do poder burguês. Para Paulo Netto (2009), teria se tratado mais de uma evidente ascensão das classes subalternas a um movimento com alguns conteúdos objetivamente revolucionários.

“Nas condições brasileiras de então, as requisições contra a exploração imperialista e latifundista, acrescidas das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado; se, imediatamente, suas resultantes não checavam a ordem capitalista, elas punham a possibilidade concreta de o processo das lutas sociais alçar-se a um patamar que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo *bloco de forças político-sociais* poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma nova hegemonia e na implementação de políticas democráticas e populares nos planos econômico e social” (p. 23).

Isso implicaria em uma possibilidade concreta de reversão da referida particularidade de nossa formação social. A partir daí o quadro que se desenrola é de crescente tensionamento social, com a desaceleração do crescimento e a inevitabilidade da apresentação de uma saída. Os riscos de uma saída pela aliança entre capital nacional privado e Estado, com o ônus da democratização deste, tanto a já processada até então, quanto aquela possível de se desenvolver, pesaram menos que a segurança de uma articulação com os interesses imperialistas. Uma segurança de que não só se preservassem as condições de reprodução do padrão de acumulação já existente, quanto da contenção das forças do campo democrático (Ianni, 1981; Paulo Netto, 2009).

O enfraquecimento nas alianças de Goulart, as divisões que se processaram no campo político democrático e o crescimento da coesão da direita levariam à conhecida saída antidemocrática: “O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contra-revolucionário e

inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como ‘um padrão compósito e articulado de dominação burguesa’” (Paulo Netto, 2009, p. 25). Politicamente significou a derrota das forças democráticas, populares e nacionais e, economicamente, o que é de grande importância, preservou a estrutura da formação social brasileira dependente, constituindo-se em um movimento precisamente reacionário.

Sob uma ótica histórica ampliada, se tratou de uma dupla contrarrevolução, tal como avaliou Ianni (1981), que anulou e rompeu com todo um processo de ascensão política das classes subalternas e também com o próprio processo de construção de uma democracia burguesa.

“O assalto ao poder constitucional, representado pelo governo de João Goulart, representou também, em termos jurídico-políticos e econômicos, em termos ideológicos e práticos, a destruição das prerrogativas da sociedade civil, da cidadania, da classe operária e outras, que haviam sido conquistadas, ainda que limitadamente, entre 1946 e 1964. Sob esses aspectos, pois, o golpe de Estado de 64 e a ditadura desenvolvida desde então representaram os desdobramentos de uma dupla contra-revolução” (Ianni, 1981, p. 197).

O programa econômico³⁵ implementado nos primeiros anos do regime ditatorial burguês, que focou a contenção inflacionária, teve como resultado, de início, uma forte recessão que só começaria a ser resolvida a partir de 1967/68. A partir de então, a implementação da política seletiva de combate à inflação, atuando de maneira oposta à

³⁵ “Em todos os governos militares, a política econômica é formulada por tecnocratas que se colocam, de modo claro, na perspectiva do capital monopolista, em nome da ‘livre empresa’, das ‘forças de mercado’, do ‘desenvolvimento econômico’, da ‘reversão de expectativas’, do ‘crescimento do bolo’, do ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, do ‘Brasil Potência’ e muitos outros artifícios da ideologia dos governantes. No Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-67), a política econômica foi conduzida principalmente pelo Ministro do Planejamento, o economista e professor Roberto de Oliveira Campos. Os governos seguintes, do Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-69 e do General Emílio Garrastazu Médici (1969-74), tiveram como principal técnico da área econômica o economista e professor Antônio Delfim Netto, como Ministro da Fazenda. Depois, durante os governos do General Ernesto Geisel (1974-79) e General João Baptista Figueiredo (iniciado em março de 1979), a política econômica passou a ser conduzida principalmente pelo economista e professor Mário Henrique Simonsen, como Ministro da Fazenda, inicialmente, e do Planejamento depois. Em 1979, devido ao agravamento da crise da economia política da ditadura (...) Simonsen foi levado a sair do Ministério, em cujo lugar entrou de novo Delfim Netto” (Ianni, 1981, p. 200).

anterior, promoveria o crescimento da disponibilidade de crédito, o aumento dos gastos do Governo e o incentivo à demanda e à circulação. Tudo isso, contudo, transferindo o ônus dessa estratégia às classes de menor renda, que arcaram com os custos da reprodução de sua força enquanto a realização da acumulação permanecia sem grandes onerações à produção. Assim é que, como avalia Oliveira (2008), a política econômica do período intensificou ainda mais a concentração de renda já antes existente³⁶.

Culturalmente, criava-se a ilusão de um “milagre econômico” em torno do aparente sucesso da política econômica de grande crescimento às custas da superexploração dos trabalhadores, que gerou alta concentração e centralização do capital. Nela, o imperativo era a manutenção da taxa de lucro, e a resolução das contradições entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, a despeito das diferentes medidas tomadas para se evitar o bloqueio do crescimento, foram sempre enfrentadas pelo acirramento da exploração do trabalho (Ianni, 1981; Oliveira, 2008).

Como evidencia Oliveira (2008), paradoxalmente, os arcaicos esquemas de acumulação se atualizariam permanentemente na razão de crescimento dos planos econômicos no pós-64. Uma continuidade dos piores traços de nossa formação, como lembra Paulo Netto (2009): a heteronomia, a exclusão, as decisões “pelo alto” e o ativo papel do Estado na garantia da acumulação. Por essa razão, inclusive, não se poderia caracterizar o processo como uma revolução econômica burguesa, mas como seu oposto, uma contra-revolução, que no referido regime combinou expansão econômica com repressão política (Oliveira, 2008).

³⁶ “...enquanto o 1% superior em 1960 se apropriava de 11,72% da renda total, em 1970 essa porcentagem aumenta para 17,77%; os 5% superiores em 1960 detinham 27,35%, enquanto em 1970 passam a reter 36,25%. Em contrapartida, *et pour cause*, os 40% inferiores da população participavam em 11,20% da renda total, enquanto em 1970 sua participação decaiu para 9,05%” (Oliveira, 2008, p.97).

E é precisamente aí que, afirma Paulo Netto (2009), reside a novidade que deu coesão à autocracia burguesa, que é o seu Estado. Se, no período que antecedeu o golpe de 1964, estava colocado o questionamento político da forma subordinada e dependente de desenvolvimento capitalista brasileiro, com expressões nas próprias forças do Estado, o período seguinte expressaria o rearranjo político das forças opostas. Para estas, interessava a preservação do mesmo velho padrão, com o acréscimo do aprofundamento da heteronomia e da exclusão, na forma do mencionado pacto contra-revolucionário.

O grande beneficiário desse processo foi o capital internacional pela via dos monopólios imperialistas, ao qual atende o modelo de desenvolvimento dependente. E o Estado, nessa perspectiva, trabalhava pela via da transferência de renda aos monopólios e pela mediação entre diversos setores econômicos, sempre em benefício do capital transnacional. Por essa razão, inclusive, não só as classes subalternas eram excluídas dos processos de decisão, mas em grande medida também setores da economia nacional (Paulo Netto, 2009; Santos Neto, 2015).

Trata-se, assim, de um Estado não só antidemocrático, mas antinacional e que deve lançar mão de todos os recursos para conter a organização e mobilização de todo esse espectro de classes excluído. “A exclusão é a expressão política do conteúdo econômico da heteronomia” (Paulo Netto, 2009, p. 29), que se expressa no segmento político-social que passa a ocupar esse Estado: “uma burocracia civil e militar que serve aos interesses consorciados dos monopólios imperialistas e nativos, integrando o latifúndio e deslocando a camada burguesa industrial que condensava a burguesia nacional” (idem, p. 30).

O papel do Estado na realização da política econômica do ciclo seria então a de, mais do que garantir, induzir a centralização e a concentração de capital, o que permite caracterizar o processo como uma modernização conservadora (Paulo Netto, 2009). Tal

como mostrou também Oliveira (2008), exponenciou-se a concentração de renda e de propriedade, o que produziu resultados como uma alta polarização na estrutura de classes, uma ampliação da pauperização relativa e o aprofundamento de desigualdades sociais e regionais. Para responder a essa programática econômica, necessariamente, viria a se estabelecer uma excepcionalidade política, como conclui Paulo Netto.

Amplamente heterogêneo e contraditório nas forças políticas que o constituíam, o então bloco dominante, hegemonizado pelo capital internacional, ao começar a perder legitimidade política, não teve outra saída senão o endurecimento e a coação cada vez mais aberta e direta. É nesse movimento que se amplia também a resistência democrática, que atrai os mais diversos setores sociais (Paulo Netto, 2009; Santos Neto, 2015).

O ciclo autocrático burguês, como identifica Paulo Netto, é inaugurado com o golpe de 1964, mas não se conclui com a redemocratização do país. Ainda que seu Estado se mantivesse até a reabertura política, a autocracia burguesa só se sustentou até o Governo de Figueiredo, em 1979. Quando o crescimento da resistência democrática se somou ao reingresso político da classe operária e à revitalização dos movimentos sociais, as já não tão sólidas bases de sustentação da ditadura se desgastaram ainda mais, impossibilitando ao regime ditar suas regras daí em diante.

O autêntico período de autocracia burguesa se processou, sobretudo, entre 1968 e 1974, quando do endurecimento da militarização do Estado e da sociedade para conter a crise de legitimidade e de contestação dos setores não beneficiados pela política econômica, processo este que entravava o modelo de desenvolvimento posto em marcha.

“1968 é o ano que decide do curso do processo. Conjugando a ação nos espaços legais cedidos pelo governo com a intervenção aberta na área de penumbra entre a legalidade e a ilegalidade, as oposições inviabilizaram a intenção governamental de legitimar-se politicamente. Fica patente que, mantidas em vigência as estruturas jurídico-políticas que reservavam canais para o dissenso, mesmo desprovido de chances

imediatas de rebater nos centros decisórios do Estado, a projeção ‘modernizadora’, em curso, entrará em ponto morto (assim é que nem a proposta constitucional de Costa e Silva/Pedro Aleixo mostra-se funcional, naquela conjuntura, a tal projeção). O nó de impasses é rompido com o Ato Institucional nº. 5 (AI-5): abre-se o genuíno momento de autocracia burguesa” (Paulo Netto, 2009, p. 38).

É nesse momento que o Estado é de fato ajustado em sua estrutura ao projeto econômico modernizador a serviço do capital monopolista imperialista em aliança com o latifundiário nativo. A ampla militarização e repressão do Estado são a expressão política do projeto econômico de “modernização conservadora”, particularmente no momento de crescimento acelerado, conhecido como de “milagre econômico” brasileiro.

Diante do insucesso da legitimação do regime no plano da representação política, esta passa a ser requisitada no então propalado sucesso do “milagre econômico”, gerando um certo consenso passivo, como afirma Paulo Netto (2009). Somando-se isso às políticas estatais, tanto de forte caráter repressivo, quanto propositivas de coesão econômica, ao movimento democrático e popular restou, nesse período, apenas uma existência molecular e uma política de resistência.

Esse refluxo só começaria a se reverter quando essa política econômica expressava seus primeiros sinais de esgotamento, em 1973, ao se agravarem as contradições sociais resultantes da alta centralização e concentração do capital. Mediada pelos movimentos de resistência, a crise do modelo econômico levaria então à crise do próprio regime autocrático burguês, que solapou a sustentação da hegemonia de até então.

Como descreve Ianni (1981, p. 199):

“Logo, desde 1974, ficou cada vez mais evidente a crise de hegemonia em que passou a debater-se o bloco de poder constituído sob a aparência da ditadura militar. A classe média, a Igreja, a pequena burguesia, militares, burocratas e tecnocratas, vários setores sociais distanciaram-se do bloco de poder; ou passaram a manifestar as suas discordâncias com a economia política da ditadura. A classe operária e o campesinato,

que jamais deram qualquer crédito à ditadura, puderam começar a contar com o apoio, ou a aliança, de setores de outras classes sociais”.

Como avalia Paulo Netto (2009), foi pelo fato de o regime ter reduzido as possibilidades organizativas da resistência a formas extremamente elementares que fatos como o processo eleitoral de 1974 puderam condensar a mobilização e reprovação popular contra o regime. E, em contrapartida, já não mais exercendo um poder autocrático através do regime, a burguesia e os altos setores militares trataram de buscar promover uma transição que não colocasse em risco o sistema de relações econômico-sociais e políticas que serviam ao capital monopolista.

Nesse processo de transição, fazia-se necessária a intervenção estatal de forma coercitiva e direta sobre setores militares que tinham adquirido certa autonomia nos anos ditatoriais, no intuito de subordinar todo o conjunto a um único comando, e também sobre as organizações políticas que poderiam vir a problematizar o projeto político que se buscava implementar. Houve, porém, a necessidade de uma forma de intervenção indireta em certos segmentos da sociedade, em razão de novas tendências políticas que começavam a se desenvolver em consequência do ressurgimento da classe operária na cena política (Paulo Netto, 2009).

Abordaremos um pouco mais esse cenário político no tópico que se segue a este. Cabe pontuar aqui, apenas que, como indica Paulo Netto (2009), esse ressurgimento foi um ponto político inflexivo na radicalização da oposição democrática ao regime, que iniciou um giro de aproximação à classe operária naquele momento. Esse fator é o que possibilitaria que o movimento democrático ganhasse maiores dimensões, que forçariam a autocracia burguesa a realizar uma abertura do regime, que combinou negociações, concessões e medidas repressivas. A crise econômica e o fortalecimento dos movimentos

populares e operários no período, entretanto, impossibilitariam que a dominação burguesa seguisse o curso planejado no processo de autorreforma.

Trataremos, brevemente, do teor desses movimentos a seguir. O que se deve destacar, neste momento, é aquilo que Paulo Netto identifica como dois elementos fundamentais na totalidade do processo ditatorial. O primeiro se refere à doutrina de segurança nacional como vetor de coesão da tutela militar que esteve presente em todo o decorrer do regime. Criou-se uma ideologia da necessidade desta tutela em todos os momentos do ciclo autocrático burguês, constituindo-se como “sua representação ideal constante e privilegiada” (p. 43). Como implicação disso, tem-se o desenvolvimento de um Estado, mesmo com a dissolução do regime, que é incompatível com um substancial processo de democratização.

O segundo fator, que tem aproximações com o primeiro, é a inexistência de um direcionamento do campo de oposição democrática por forças de fora do quadro burguês. Esteve sempre nas mãos da burguesia a hegemonia dos movimentos mais orgânicos pela democratização, o que teve como consequência, por exemplo, o fato de que um de seus horizontes mais avançados fosse a conquista de uma democratização capaz de controlar o Estado. Articulados estes dois fatores, tem-se, finalmente, como produto desse processo, um regime político democrático cujos preceitos são incompatíveis com o aparato Estatal que o acompanha.

3.1.2. Falência do “milagre econômico” brasileiro e ascenso das lutas operárias e populares

A crise econômica, que eclodiu mundialmente na primeira metade da década de 1970 e que repercutiu no Brasil com a crise do modelo econômico de intensificação da centralização e acumulação do capital, colocaria em crise também o próprio regime

ditatorial. Como resposta à crise, teve-se um movimento de ascensão das lutas populares e sociais e a importante reinserção da classe operária no cenário político do país. Essa situação forçou a burguesia dominante a manejar um processo de transição democrática que resguardasse o máximo possível da estrutura de acumulação produzida e reproduzida historicamente em nossa formação econômico-social.

Neste tópico, trataremos de forma breve e panorâmica, mas um pouco mais especificamente, desse quadro de ressurgimento da classe operária nas lutas de classes e de diversos setores populares, trabalhadores, artísticos e intelectuais nos movimentos de insurgência ao regime e nas lutas pela redemocratização. Um pouco mais de ênfase é dada à emergência de duas objetivações desse período: o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983.

Em meio à crise econômica dos primeiros anos da década de 1970, um fato político interessante na história do período de autocracia burguesa foi o processo eleitoral de 1974³⁷, que impôs uma derrota nas urnas ao regime, em que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) conquistou significativas vitórias nos parlamentos federal e estaduais contra a Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido da ordem (Carvalho, 2012). Por pressão da crise econômica e política, o Governo Geisel inicia o processo de abertura nos termos descritos anteriormente. Os anos que se seguiram passariam a ser marcados pelo largo ingresso de setores sociais os mais diversos no protagonismo de várias lutas sociais.

O movimento estudantil, que no período ditatorial teve talvez sua maior expressão no ano de 1968, em 1977 iniciou uma retomada de sua radicalidade, com a organização

³⁷ As eleições de 1974, realizadas no dia 15 de novembro daquele ano, submeteram ao voto popular as cadeiras do Senado Federal e das Câmaras federal e estaduais, onde o resultado foi amplamente desfavorável à Arena. O MDB, que canalizava todo um amplo espectro de insatisfação com o regime, conquistaria, na disputa eleitoral daquele ano, 16 das 22 cadeiras do Senado Federal, 165 na Câmara dos Deputados e maioria nas Câmaras estaduais de importantes estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

de manifestações de rua e a reivindicação de mais verbas e de ensino público e gratuito, pautas, estas, presentes nas lutas estudantis brasileiras do ano de 1968. O ano de 1968 foi emblemático para o movimento estudantil no período da ditadura em razão da generalização de greves, passeatas e ocupações de faculdades que se realizaram especialmente no mês de junho daquele ano (Antunes & Ridenti, 2007; Müller, 2010).

Manifestações estudantis esporádicas vinham sendo reprimidas pelo Estado desde o ano de 1966, mas é em 1968 que essas manifestações explodem em maior número e adesão. Um dos momentos marcantes no crescimento do movimento foi o descontentamento resultante da rejeição da entrada de estudantes aprovados pelo vestibular nas universidades em razão da carência de vagas, que teve como um dos estopins a mobilização de estudantes secundaristas no restaurante *Calabouço*, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968. A manifestação foi duramente reprimida pela polícia, resultando, dentre vários estudantes feridos, na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, o que ocasionou na explosão de diversas outras manifestações daí em diante, sendo, em mais uma delas, registrada a morte de outro estudante, em Goiânia (Antunes & Ridenti, 2007).

O auge das lutas estudantis no ano de 1968 se deu em junho, especialmente no Rio de Janeiro, onde, em um único dia de manifestações, mais de cem pessoas foram presas e, em uma mesma semana, quatro estudantes foram mortos e outras dezenas feridos. Passeatas e ocupações se espalhavam por diversas cidades e faculdades, sendo a primeira registrada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no dia 22 de junho (Antunes & Ridenti, 2007).

Junto a outros setores, esses estudantes mobilizados contra a ditadura compuseram, no dia 26 de junho, a Passeata dos Cem Mil e viram a repressão se intensificar no segundo semestre do ano, com a prisão de lideranças, a invasão de

universidades pela polícia e, por fim, o encerramento e prisão de cerca de 700 estudantes no Congresso da União Nacional dos Estudantes, no interior de São Paulo. Com a derrota sofrida pela escalada repressiva, vários representantes do movimento estudantil brasileiro engrossariam, nos anos seguintes, as lutas junto a organizações políticas clandestinas, inclusive vinculando-se à luta armada (Antunes & Ridenti, 2007).

E é somente em 1977, na conjuntura de ressurgimento das diversas lutas sociais, que o movimento estudantil retorna à cena política com a retomada de sua radicalidade. Não houve uma unificação nacional nas proporções de 1968, mas, após vários anos de refluxo, houve a retomada de manifestações de rua, como no dia 30 de março, em São Paulo, por iniciativa do DCE-Livre da USP, com adesão da PUC-SP e de outras instituições privadas da cidade, reivindicando mais verbas, ensino público gratuito, e denunciando a situação do ensino superior (Müller, 2010).

Um marco da retomada do movimento foi o dia 5 de maio, na cidade de São Paulo, em que se realizou uma passeata, organizada pelo DCE da USP e da PUC-SP, que reuniu dez mil pessoas exigindo o fim das prisões, das torturas, da violência do Estado e a anistia aos presos políticos. Não havia, nesse momento, uma força tal como a das mobilizações do ano de 1968. No entanto, o início dessa rearticulação provocaria desconforto no governo, que continuaria sua sistemática repressão ao movimento. Exemplo disso foi a invasão policial na PUC-SP ao final do III ENE, com o intuito de conter a retomada dos protestos e da organização de 1968, que resultou na detenção de 1700 pessoas (Müller, 2010).

Apesar das investidas repressivas, os anos seguintes foram de retomada cada vez maior dessas mobilizações, somadas às mobilizações de outros setores sociais e onde as forças policiais não puderam conter, em 1979, por exemplo, a refundação da UNE.

Movimento semelhante ocorreu no campo das artes, em que a perseguição e o exílio da maior parte dos artistas explicitamente vinculados à esquerda, entre os anos de 1968 e 1972, desarticulou a combatividade e resistência construídas nos anos anteriores. O ressurgimento de suas expressões de insurgência durante os anos de 1970, tal como o movimento estudantil, não ocorreu com o mesmo peso e articulação do período anterior. O desmanche do sistema cultural brasileiro e sua substituição pelos esquemas de galeria, subordinados ao crescente mercado das artes, alimentado durante a fase do “milagre econômico”, tornaria o ressurgimento da crítica e da combatividade desse campo mais isolado e em um patamar organizativo substancialmente diferente do período anterior.

De uma maneira geral, no período pós golpe, a cultura nacional permaneceu hegemonicamente de esquerda e crítica ao militarismo (Schwarz, 2008). Desde o Cinema Novo, elaborado por Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos, até a Tropicália e sua ambiguidade estrutural com relação à incipiente indústria cultural, a arte parecia elaborar criticamente o trauma do golpe.

Com efeito, após o golpe civil-militar, a produção visual brasileira constituiu-se como uma espécie de foro de debates, coletivo e público, que procurava, ao mesmo tempo em que reelaborar o sistema visual brasileiro recém-formado, sistematizar as grandes questões nacionais (Martins, 2007). Assim, após 1964, observou-se a ruptura, efetuada por frações do movimento concreto e neoconcreto, com o abstracionismo geométrico em prol do uso da figuração como recurso estratégico, centrado na explicitação e discussão da violência, da carestia e da desigualdade social. As mostras-manifesto “Nova figuração” (1965) e “Nova Objetividade” (1967) serviam a tal propósito.

Conforme sintetizava Hélio Oiticica, no “Esquema geral da Nova Objetividade” (1967), “há atualmente no Brasil a necessidade de tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos, necessidade essa que se acentua a cada dia e pede

uma formulação urgente, sendo o ponto crucial da própria abordagem dos problemas no campo criativo: artes ditas plásticas, literatura etc” (Oiticica, 2009, p. 163).

Diferentemente do campo das lutas estudantis, que não ressurgiram com a mesma ofensiva e organização do período anterior a 1968, apesar de ainda assim, ressurgirem, nos anos de 1970, ou do campo das artes, em que as manifestações críticas e insurgentes do período até 1968 reaparecem de forma isolada, em alguns outros campos o ascenso das lutas é inquestionável.

Um campo, então emergente, que merece destaque é o dos movimentos populares, que reunia mobilizações contra os altos custos de vida, a precariedade dos equipamentos e serviços públicos, as elevações das tarifas dos transportes, e que se reuniram, de certa forma, no Movimento Contra a Carestia. Exemplos da emergência desses movimentos foi a onda de quebra-quebras de ônibus e trens entre 1974 e 1984, inicialmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, difundindo-se posteriormente por outras capitais do país (Nunes, 1987).

Houve também o surgimento de variadas práticas associativas nos bairros das cidades do país, tais como as sociedades de “amigos de bairro” (SABs), grupos religiosos de leitura dos Evangelhos, grupos de mães, grupos auto-organizados de serviços como de creche à comunidade, ou mesmo grupos de organização sindical de operários que não podiam se reunir no espaço da fábrica ou de seu sindicato. Assim é que militantes de organizações de esquerda, trabalhadores, lideranças religiosas progressistas, militantes do movimento estudantil, professores, encontravam-se nos espaços dos bairros e transformavam as relações comunitárias em subterfúgios para reuniões e discussões sobre as suas condições de vida (Nunes, 1987).

Como avalia Nunes (1987), tais laços comunitários e de solidariedade, somados ao terrorismo do Estado, parecem ter contribuído com a produção de uma postura popular, na década de 1970, de suspeição das instituições do Estado e de confiança na auto-organização e auto-gestão popular. “Preferiam ter seus próprios equipamentos aos do Estado, não apenas ‘contaminados ideologicamente’, como fonte de sua legitimidade” (idem, p. 93). Essa postura, como se verá mais adiante, teve pouco fôlego e deu lugar a outra bem diferente no decorrer dos anos de 1980.

Mas, a desconfiança com relação aos serviços públicos e aos equipamentos estatais em geral permitiu que diversas dessas instituições fossem alvo das reivindicações populares do período. A unidade, de todas as demandas que se manifestaram nesses movimentos, em torno da luta contra a carestia e a expressão do descontentamento popular geral com as instituições políticas, parecem ter sido fator central na produção dos resultados das urnas em 1974. Como avalia Nunes (1987), não teria sido por mérito da campanha do próprio MDB, mas pelo caráter plebiscitário que adquiriram as eleições de 1974, que a oposição conquistaria a vitória nas urnas daquele ano. Ou seja, a mobilização popular foi, em grande medida, determinante para que se impusesse a derrota eleitoral ao partido da ordem naquele momento, e não o contrário.

No processo de organização e mobilização popular nesse período, importante papel de mediação foi desempenhado por certos setores da Igreja Católica, em especial por meio da constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) como espaços de construção de lutas políticas. Alves (2013), ao investigar a atuação da Igreja Católica durante o a ditadura militar na América Latina e no Brasil, verificou que a entrada da igreja no cotidiano dos bairros abriu espaços para reuniões, cursos e encontros da comunidade católica, mas também para quaisquer outros grupos que encontravam nessas comunidades um lugar de apoio, ajuda e de diálogo.

Inspirados pelas direções propostas à Igreja no Concílio Vaticano II, que buscou desviar-se de seu tradicional dogmatismo para uma perspectiva teológico-antropocêntrica, esses setores católicos se inseriram no cotidiano dos bairros pobres brasileiros, dialogando e mediando a construção de suas formas de resistência e de contestação. Ao propor à Igreja uma renovação estratégica que a colocasse voltada às necessidades concretas da humanidade, as diretrizes tiradas nesse Concílio acabaram promovendo a difusão, entre alguns de seus setores, daquilo que se poderia chamar de uma opção pelos pobres (Domezi, 2014).

O trabalho realizado pelos representantes da Igreja Católica no cotidiano dos bairros acontecia de maneira silenciosa e clandestina, o que possibilitava com que fossem dribladas as poderosas lentes da ditadura, como afirma Alves (2013). Diferentes setores políticos que, de maneira comum, resistiam à ditadura, aglutinavam-se em torno desses trabalhos em que a mediação de padres e jesuítas, por exemplo, acabava atuando na forma de uma rede de intelectuais orgânicos. Na busca por produzir respostas e alternativas, em uma realidade de profundas injustiças sociais e de cerceamento de liberdades, no sentido da opção preferencial pelos pobres, proposta pelo Concílio Vaticano II, esses setores católicos acabavam, com frequência, recorrendo a categorias do marxismo.

Esse recurso acontecia tanto para atender a necessidade de se entender os mecanismos geradores da pobreza quanto para produzir formas de intervenção voltadas à “libertação dos povos oprimidos” (Betto, 1999 como citado em Alves, 2013, p. 192). Assim é que houve um intenso engajamento de vários de seus representantes com as lutas sociais e populares. A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, com o objetivo de fornecer assessoria, acompanhamento e orientação para grupos que encampavam a luta pela terra, é um exemplo desse movimento. A aproximação com o marxismo, o engrossamento de lutas populares e o enfrentamento à repressão ditatorial

fez, entretanto, com que vários padres, freis e bispos fossem perseguidos, presos, torturados e mortos durante o regime³⁸.

Esse movimento foi de grande importância para o cenário das lutas populares brasileiras no período porque foi uma das grandes fontes de indução da formação de lideranças comunitárias na criação de ações libertadoras. Nesse trabalho, as lideranças religiosas, atuando como intelectuais orgânicos, agiam como animadores e articuladores de trabalhos coletivos, organizados em comunidades de base ou em clubes de mães. E, com o estreitamento dos mecanismos de resistência, de enfrentamento e de organização, promovido pela repressão militar, o trabalho realizado por esses setores da Igreja Católica foi de grande importância para mediar lutas políticas e para acolher os diversos setores sociais perseguidos pelo regime, como avalia Alves (2013).

Como uma espécie de amálgama das matrizes discursivas dos movimentos progressistas da Igreja Católica, do marxismo dos grupos de esquerda e da estrutura sindical, nesse período de ressurgimento da resistência e de lutas nasceria, no final dos anos de 1970 e início de 1980, também uma nova forma de sindicalismo. Nesse contexto, começa-se a formar aquela que se tornaria a maior central sindical brasileira dos próximos anos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Tumolo, 2002).

A história do movimento operário sindical no Brasil, entretanto, tem início ainda em décadas anteriores, quando, em 1904, 1905 e 1906, se viu, em São Paulo, a formação das primeiras greves nas indústrias paulistas do mercado têxtil, de calçados e de ferrovias. A exaustiva jornada de trabalho, com baixíssimos salários, altos níveis de desemprego e degradantes condições de vida às quais eram submetidos os trabalhadores brasileiros

³⁸ Alves (2013) menciona dados de um documento da Comissão arquiocesana da Pastoral de Direitos Humanos de São Paulo que revela que, de 1968 a 1978, foram presas 122 pessoas ligadas à Igreja Católica, das quais 36 foram de padres estrangeiros, 9 bispos, 84 sacerdotes, 13 seminaristas e 6 religiosas, além de outras 273 prisões de coordenadores de pastorais da Igreja.

naquele período de gestação dos primeiros segmentos da grande indústria brasileira levaram às primeiras colisões operárias no país. Estas foram lideradas primeiramente por trabalhadores estrangeiros do bloco denominado anarcossindicalista, e, posteriormente, a partir do início dos anos de 1920, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre 1904 e 1930, com períodos de assenso e de refluxo, ocorreram jornadas de greves que, diferentemente das greves ocorridas no século anterior, contaram com uma adesão mais ampla do operariado (Santos Neto, 2015).

O processo de industrialização iniciado nesse período e de gestação das primeiras formas de organização sindical resultariam na criação de algumas centrais sindicais muito anteriores à CUT, como a Confederação Operária Brasileira (COB), hegemônica pelos anarcossindicalistas, criada em 1906, e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962, que teve a participação do PCB (Tumolo, 2002).

O período imediatamente após o golpe de 1964 foi de grande declínio no movimento grevista industrial. Colocados sob intervenção federal e tendo suas principais lideranças presas, assassinadas ou perseguidas, a maior parte dos sindicatos operários, nos primeiros anos ditatoriais, não conseguiria encampar movimentos significativos. É somente entre os anos de 1978 e 1979 que se observa o ressurgimento do movimento operário em resposta à perda salarial acumulada no período do “milagre econômico” e à legislação trabalhista repressiva. Assim é que, em 1978, meio milhão de trabalhadores entram em greve e, em 1979, já são 3.241.500 trabalhadores parados no Brasil, segundo dados de Antunes, apresentados por Santos Neto (2015). E são os metalúrgicos do ABCD paulista os protagonistas do marco fundamental da história da luta de classes no Brasil, que colocou o regime contra a parede e que deu um direcionamento mais radicalizado a algumas lutas que vinham se construindo.

A principal referência sindical brasileira na atualidade, a CUT, surge, então, nesse período. O esvaziamento e a falta de representatividade que caracterizaram a existência das centrais sindicais no período mais duro da ditadura começaram a ser enfrentados, a partir dos anos de 1970, por uma corrente, então minoritária, que se propunha à construção de uma nova forma de sindicalismo. Os traços de novidade desse novo sindicalismo são descritos por Tumolo (2002):

“Primeiramente, uma alta concentração operária num polo avançado da indústria no Brasil – região do ABCD – que, naquele período, era o carro-chefe da economia brasileira. Em segundo lugar, a unificação da luta contra duas características marcantes no processo de industrialização no Brasil, o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho (...) Por último, as contradições políticas que se expressam na ditadura, que consciente da impossibilidade de continuar mantendo a ‘panela de pressão’ hermeticamente fechada, põe em prática o seu projeto de distensão. O acirramento das contradições, no âmbito econômico e político, constitui o ‘caldo de cultura’ de onde emergem forças latentes, duramente reprimidas até então, e o novo sindicalismo é, por certo, uma das mais expressivas” (p. 112).

Ao mesmo tempo em que surge esse novo sindicalismo, uma outra força começa a nascer no movimento sindical, que foram as oposições sindicais, que tem sua maior representação na oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Esses teriam sido, juntamente com setores mais avançados do movimento sindical rural, de acordo com Tumolo (2002), os principais pilares do nascimento da CUT.

Criada em 1983, mas gestada dentro da conjuntura política que se estabeleceu desde as greves de 1978, a CUT nasce com a proposta de se contrapor às tendências sindicais existentes até aquele momento, voltando-se para uma perspectiva assumidamente classista e anticapitalista. Este foi, inclusive, o ponto de divergência que dividiu o movimento sindical em duas posições: a CUT, com horizonte anticapitalista e na qual a estratégia de conciliação de classes era incogitável, e a CGT, que não partilhava da mesma orientação.

Os princípios que orientavam a atuação da CUT neste momento nascente são elencados por Tumolo (2002, pp. 114-115):

- “1) sindicalismo classista;
- 2) sindicalismo enraizado na base;
- 3) sindicalismo livre da interferência do Estado;
- 4) autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos;
- 5) democracia interna nas instâncias da central;
- 6) internacionalismo sem alinhamentos;
- 7) socialismo como objetivo final da luta sindical”

Essa postura foi ratificada no II Congresso Nacional da CUT, em 1986, em que se reafirmaria sua orientação estratégica para o acirramento do conflito de classes e para a preparação dos trabalhadores para a luta contra o capitalismo, a qual deveria guiar as reivindicações imediatas. Houve, também, nesse mesmo congresso, a formalização das tendências internas da Central: a “Articulação Sindical” e a “CUT pela Base”.

Pode-se dizer que, até o ano de 1988, esses foram os traços que marcaram o movimento sindical brasileiro e a orientação geral da CUT, ainda que existissem correntes político-ideológicas distintas e em disputa, uma voltada à construção de um sindicalismo nos limites da ordem legal (“Articulação”), e outra voltada à contestação capitalista (“esquerda socialista”). A primeira voltada a uma perspectiva mais socialdemocrata, que faz uso da negociação e do diálogo com os setores patronais, e a segunda que defendia a autonomia dos trabalhadores e a negação das formas de participação nos limites da ordem.

O marco do fim desse ciclo da Central pode ser definido no III Congresso da CUT. Nele se inicia: 1) um alinhamento maior com o sindicalismo europeu de tipo

verticalizado, 2) um direcionamento para uma atuação dedicada à mediação na negociação da venda da força de trabalho e 3) uma mudança estatutária que definiu novos critérios para a participação de delegados, o que desconstruiu o caráter massivo da participação nos congressos. Inicia-se, assim, uma nova fase da Central, burocratizada e verticalizada, uma fase do “sim”, da participação política em um país redemocratizado, da negociação e do diálogo com os setores empresariais em oposição à fase anterior, vista como uma fase do “não”.

Voltaremos aos aspectos dessa nova fase da Central no próximo capítulo. Importante, para este momento, é apenas situar o nascimento da CUT, a maior representação na organização sindical brasileira desde então, como parte do processo de ressurgimento e reorganização das lutas operárias e populares no Brasil. E que, gestada na radicalidade da conjuntura pós 1978, atuou, em um primeiro momento (até 1988), em uma perspectiva assumidamente classista e anticapitalista.

No mesmo “caldo cultural” e no contexto de redemocratização do país, estabelecem-se as condições para o surgimento de outra importante objetivação do período: o Partido dos Trabalhadores (PT). Em uma conjuntura internacional pouco favorecedora do tradicional discurso das esquerdas, onde ascendiam os governos com medidas neoliberais de Thatcher e de Reagan, e se desmantelava, onde existia, o Estado de Bem-Estar social, no Brasil estariam emergindo aqueles novos movimentos populares.

Nesse período é que nasce o PT, fundado em 1980, no Colégio Sion, em um bairro de classe média alta de São Paulo, em um ato que contou com cerca de 1200 pessoas, a maioria intelectuais e líderes de movimentos populares. Sua formação, contudo, se deu em um processo que teve início ainda em 1978, em Salvador, quando é proposto no Congresso dos Petroleiros e em 1979, em Poços de Caldas, no Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Ao ser fundado, em 1980, apresenta um manifesto com um discurso situado

fora da ordem do comunismo soviético, afirmando um socialismo em um horizonte distante e com a defesa de um programa para a democracia. Apesar de, diferentemente da sua carta de princípios, de 1979, tratar da construção do socialismo como tarefa bem distante da ordem do dia, apresentava um discurso claramente de esquerda e voltado à realização dos interesses imediatos dos trabalhadores.

Como indica Secco (2018), três teriam sido os pilares gerais de construção do partido: remanescentes dos grupos que construíram luta armada durante a ditadura, setores progressistas da Igreja e o chamado novo sindicalismo. Essas três fontes possibilitaram a abertura dos caminhos para o desenvolvimento do partido dada a sua capilaridade nos bairros periféricos das grandes e médias cidades brasileiras e nas zonas rurais sob conflito. Também em razão do, mesmo que indefinido, socialismo como horizonte dessas três frentes e do papel desempenhado por elas na liderança de movimentos no mundo do trabalho.

Era um partido que contava com uma constituição bastante diversa e contraditória em suas forças políticas, suas composições regionais e seus setores sociais. Em sua formação, grande importância tiveram as greves dos anos de 1978 e 1979, tanto por conta das ações nas fábricas quanto pelo apoio de uma grande rede comunitária nos bairros em que viviam os trabalhadores e suas famílias. Como indica Secco (2018, p. 40), “os piquetes não se limitavam às portas de fábrica e eram feitos nos pontos de ônibus; os encontros se davam em bares e as reuniões, proibidas pela polícia, acabavam na Igreja Católica”.

A Igreja Católica, por sua vez, teve um papel central também nesta formação, se constituindo como uma base central de influência popular através das CEBs, naquele momento de aproximação de alguns de seus setores com o marxismo e com a Teologia da Libertação. Por via de algumas de suas Pastorais, facilitava certas ações e cedia, por

exemplo, o espaço de igrejas para reuniões de formação dos núcleos do partido. Foram as CEBs, somadas ao novo sindicalismo, os principais vetores sociais de seu surgimento, embora tenha contado também com intelectuais, dissidentes de organizações de extrema esquerda, dentre outros setores. Na construção do sindicalismo, engrossavam as fileiras junto aos comunistas, divergindo destes mais na leitura de conjuntura e nas relações internacionais do que propriamente na ação sindical (Secco, 2018).

Neste momento inicial, apesar de toda a diversidade em sua composição e em suas tendências políticas, apresentava, no plano teórico, uma definição minimamente crítica à socialdemocracia europeia e também à burocracia soviética. Por efeito das posições defendidas até então nas lutas sindicais, colocava a necessidade da construção de uma plataforma de lutas econômicas que fosse encampada pela base. Herdava, das organizações populares religiosas, um formato de organização de base, trazido das CEBs, que se expressou, nos seus anos iniciais, em uma organização através de núcleos. Estes não eram reconhecidos pela legislação da Ditadura, mas possibilitavam um mínimo enfrentamento à burocratização (Secco, 2018).

Essa forma de organização, como mostra Secco (2018), foi adquirindo novos instrumentos na medida em que o partido foi chegando aos governos locais, onde passa a se somar a proposta de Conselhos Populares como uma alternativa de enfrentamento às forças conservadoras locais sem, contudo, romper com a institucionalidade. A implementação desses Conselhos deu-se de maneira bastante heterogênea pelas diversas localidades, mas, de maneira geral, mais ou menos dentro dessa lógica institucional. Celso Daniel, em 1988, por exemplo, afirmaria que os

“os conselhos populares não deveriam ser nem órgãos dos movimentos sociais e nem deliberativos. Neles deveria estar a representação de diversas classes sociais. Os conselhos deveriam ser independentes na escolha de seus membros, mas esta escolha deveria ser reconhecida pelo poder local. Não haveria disputa entre eles e a câmara municipal, posto

que as competências seriam distintas e concorrentes. Desse modo, um poder local progressista poderia aceitar as deliberações dos conselhos populares e incluí-las na peça orçamentária a ser levada à Câmara Municipal, pressionando-a por meios legítimos a aceitá-la” (Secco, 2018, p. 91).

Diferentemente do modelo dos Partidos Comunistas (PCs), o PT, desde suas origens, se construiu como um partido de tendências e procurava distanciar sua concepção democrática e popular da perspectiva etapista anteriormente defendida pelos PCs sem, contudo, colocar o socialismo em grande relevância. Dentre suas tendências, merece destaque, pelo peso nos caminhos tomados pelo partido, a “Articulação”, simbolicamente liderada por Lula, que obteve rápido crescimento com uma cultura de construção pela base e de certa maneira avessa ao intelectualismo, ainda que contasse com a participação de intelectuais. Sua existência possibilitou, além disso, a garantia de um grau de coesão interna perante a existência de diversas e contraditórias tendências.

Na campanha das “Diretas Já”, hegemonizada pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PT conquistou o protagonismo nas ruas, mesmo que não tenha sido ele o partido que constituiu a principal força do movimento. Neste momento, era hostil a alianças externas e construiu uma identidade externa de oposição social, o que, entretanto, nos indica Secco (2018), durou apenas até o ano de 1987, quando se iniciam as batalhas parlamentares e os movimentos da constituinte.

E aí, já em 1988, com a eleição de 36 prefeitos e de uma representação legislativa municipal de 179 para 992 vereadores, em 1988, algumas divergências vão se tornando mais insustentáveis e direcionando o partido para uma inflexão que se veria mais adiante. Um exemplo dessas divergências, apontado por Secco (2018), aconteceu em São Paulo, onde Luiza Erundina assumiria a prefeitura da cidade com um discurso mais radicalizado e que, no entanto, entrava em conflito com o então eleito presidente da Câmara de

vereadores, Eduardo Suplicy, que pretendia construir um governo “para todos”. Esse discurso mais voltado à acomodação era rejeitado pelas tendências mais à esquerda do partido que não admitiam a possibilidade da convergência de interesses entre capital e trabalho, a exemplo da ideia de um crescimento econômico capitalista que pudesse vir a beneficiar todos os distintos setores sociais.

No ano seguinte, nas campanhas das eleições presidenciais, o partido começou a elaboração de um Plano de Ação de Governo que buscava apresentar um discurso amplo, mas em que ainda havia alguns traços de contestação, como a defesa de uma política econômica que suspendesse o pagamento da dívida externa. Esse ciclo histórico do PT, iniciado em seu processo de formação, nos anos de 1978 e 1979, consolidado com a sua fundação, em 1980, começa a se encerrar com a chegada do partido ao segundo turno do processo eleitoral de 1989 e com a campanha pelo *impeachment* em 1992. Foi um ciclo histórico de maior participação popular e de ascensão de lutas populares, de oposição extraparlamentar e com um discurso, ainda que difuso, referenciado em um léxico socialista e em um modelo de organização em núcleos. O problema é que, como conclui Secco (2018, p. 143), nele já estava contido o seu contrário, “um partido da Ordem que solapava a voz dos radicais”.

Voltaremos aos caminhos percorridos por estas organizações no capítulo 4. Nos interessa, para este momento, traçarmos os fundamentos sociomateriais e o panorama histórico e cultural em que se deu a emergência daquilo que viria a ser identificado como psicologia comunitária no Brasil. Seu desenvolvimento histórico deve, necessariamente, ser entendido em seus nexos com o processo histórico geral. Traçados estes fundamentos e o referido panorama, podemos, então, tratar do desenvolvimento inicial disso que identificamos como psicologia comunitária no Brasil.

3.2. Psicologia comunitária no Brasil: crise da psicologia e o surgimento das práticas de psicologia em comunidades

3.2.1. Sobre a indefinição do campo: a psicologia comunitária como uma realidade histórica

Do que estamos falando quando tratamos da psicologia comunitária? Diversas são as tentativas de definição do que constituiria o domínio disso que historicamente foi sendo identificado sob a denominação de psicologia comunitária. A grande diversidade de acepções, de vinculações teórico-epistemológicas, de práticas e de propostas metodológicas presentes em suas produções mais tem contribuído para o insucesso dos intentos de sua definição do que o contrário.

A psicologia comunitária não é um domínio teórico. Não é, tampouco, uma área da psicologia, com um campo de atuação próprio. Seus representantes, como vem observando estudiosos do movimento comunitário em psicologia no Brasil, e como se verá no decorrer desta discussão, vêm se empenhando sobremaneira na tarefa de lhe fornecer uma unidade, um escopo próprio.

Neste estudo, tal como tratado também por Gonçalves (2017), concebemos o que estamos chamando de campo da psicologia comunitária muito mais como uma realidade histórica. Não buscamos avigorar o movimento de engendramento de mais uma especialidade da psicologia, mas reconhecemos a existência histórica de um campo que, muito mais tático do que disciplinar, aglutina um certo tipo de produção em psicologia no Brasil. São produções que, de certa maneira, referenciam-se em um movimento que, ao menos de início, voltava-se ao combate à individualização de problemas sociais, à priorização de trabalhos coletivos, à atuação junto às populações diretamente afetadas pelas sequelas da “questão social” e com interesse em contribuir para alguma forma de transformação social.

Se estas são as marcas que permanecem presentes na identificação da psicologia comunitária, é uma questão que será tratada no decorrer do trabalho. Esta pequena introdução serve apenas para definirmos, minimamente, o objeto com o qual estamos lidando: a psicologia comunitária como realidade histórica, cujos representantes produzem saberes e práticas em seu nome e a reivindicam como recurso tático de reflexão e intervenção nos efeitos psicossociais da “questão social”.

Neste tópico, portanto, dois foram os tipos de fontes de dados tratadas: primeiro, os principais estudos históricos sobre o campo, como os consagrados trabalhos de Freitas (1996; 2001), Lane (1996), Góis (2003; 2005), Scarparo (2005), e estudos mais recentes de Gonçalves (2017), Collares-da-Rocha (2013) e Carvalho (2014). A partir desses estudos buscamos fornecer alguns apontamentos sobre o desenvolvimento histórico da psicologia comunitária no Brasil com o intuito de resgatar as principais marcas desse campo. Assim é que destacamos dois elementos a partir dos quais direcionamos nossa investigação mais específica: o propósito da deselitização da psicologia e a preocupação em contribuir com alguma forma de transformação social.

O segundo conjunto de fontes desta parte de nosso estudo se constituiu, assim, de produções textuais identificadas, por esses estudos históricos, como produções iniciais do movimento comunitário em psicologia, e que serviu de referência para as sistematizações em torno da identidade de psicologia comunitária, ou psicologia social comunitária, posteriormente. Essas produções nem sempre se identificavam a partir do termo psicologia comunitária, como se verá adiante, mas fazem parte de um importante conjunto de produções que expressavam as discussões, as preocupações e os vínculos que esse movimento inicial estava desenvolvendo.

Dada esta pequena demarcação introdutória, prossigamos com nossa discussão.

3.2.2. Apontamentos sobre o desenvolvimento histórico da psicologia comunitária no Brasil

A psicologia comunitária tem seu surgimento no contexto norte-americano e europeu ainda na década de 1960, ligada a movimentos de saúde mental comunitária. Comumente, alude-se sua história ao período de algumas mudanças sociais mais gerais e, em especial, de algumas mudanças no paradigma de atenção à saúde mental nos Estados Unidos naquele período. Debatia-se o desenvolvimento de uma perspectiva menos remediativa e mais preventiva do sofrimento humano, que promovesse um tipo de intervenção mais voltado à ação local no território de vivência das pessoas, e menos ao individual e/ou biológico (Ornelas, 1997).

Nesse novo modelo, buscava-se considerar a relação entre os problemas sociais vividos em certas áreas geográficas ou por certos grupos populacionais com suas manifestações de sofrimento psíquico. Assim, progressivamente, foi-se substituindo o modelo individual e biomédico por um modelo de intervenção de caráter mais educativo e voltado à promoção de reformas sociais. A perspectiva da saúde comunitária desenvolve-se nesse processo, apontando para a rejeição da noção de doença mental como sinônimo de déficit individual. A intervenção profissional comunitária em saúde teria por princípio, nesta perspectiva, trabalhar as condições do meio de vida das pessoas de forma a torná-lo saudável e propício ao desenvolvimento das pessoas (Ornelas, 1997).

O termo psicologia comunitária começou a ser usado neste contexto. Nos Estados Unidos, no ano de 1965, realizou-se uma conferência convocada por psicólogos sociais, clínicos e escolares (Conference on the Education of Psychologists for Community Mental Health), em Swampscott, em que o termo psicologia comunitária passou, então, a ser adotado (Montero, 2004; Góis, 2005)

Nessa conferência, na linha dos debates que vinham sendo construídos nos movimentos de saúde, discutiu-se a necessidade de uma nova formação para os psicólogos, e da ampliação da noção de saúde mental ao contexto comunitário. A perspectiva preventivista de saúde mental passava a se colocar como alternativa à psiquiatria tradicional, tendo como objetivo não mais o tratamento exclusivamente da doença mental, mas a prevenção primária em âmbito comunitário e com uma perspectiva de mudança no meio social. Na Europa, as origens se assemelham às dos Estados Unidos, com algumas variações, contudo, decorrentes de influências do Estado de Bem-Estar social (Ornelas, 1997; Montero, 2004; Góis, 2005).

Na América Latina, costuma-se identificar o seu surgimento a partir de meados da década de 1970³⁹, dentro de um movimento em que psicólogos de distintos países do continente manifestavam insatisfações com os tradicionais modelos de teoria e prática da psicologia. Normalmente, associa-se esse movimento, na América Latina, à psicologia social.

Seu surgimento é situado dentro de um processo de questionamento da psicologia social tradicional, com seus modelos importados dos contextos do Norte e acriticamente reproduzidos no território latino-americano. Dessa crítica se teria originado um movimento de busca por novos referenciais teóricos e pela realização de trabalhos em outros espaços distintos dos tradicionais, com manifesta preocupação em se comprometer com transformações na sociedade (Lane, 1984; Freitas, 1996; 2001).

³⁹ No Brasil, alguns autores indicam a década de 1960 como o período em que emergiram as primeiras práticas de psicologia em comunidades no país. Collares-da-Rocha (2013), contudo, ao realizar um resgate histórico das referidas experiências brasileiras, não encontrou registros consistentes que permitissem afirmar que havia um princípio daquilo que posteriormente passaria a ser reconhecido como psicologia comunitária naquela década. A exceção é dada à experiência desenvolvida na UFMG, como será tratado mais à frente neste tópico.

Esse movimento teria constituído a resposta da psicologia social latino-americana à situação comumente tratada como crise da psicologia social. As reiteradas análises do processo e dos elementos dessa crise costumam apontá-la como resultado de um descontentamento de psicólogas e psicólogos com os tradicionais modelos psicológicos de atendimento e de interpretação da realidade.

Criticava-se a pretensa neutralidade científica desses modelos, seu distanciamento da realidade concreta da maioria da população, seu elitismo e a reprodução acrítica de pesquisas e experimentos importados dos Estados Unidos (Lane, 1984; Freitas, 2001; Yamamoto, 1987). Essas críticas foram se concretizando em propostas para uma psicologia social de bases “materialistas-históricas e voltadas para trabalhos comunitários” (Lane, 1984, p. 11).

A sistematização dessas propostas ocorreu no Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, no Peru, em 1979. A partir de então, colocava-se como orientação a busca por referenciais teóricos e metodológicos apropriados para a interpretação da realidade latino-americana e que contribuíssem para a transformação social. Uma das “saídas”, portanto, que se delineavam para a crise, começava a aparecer na forma de uma “psicologia comunitária”. Nesse mesmo congresso foi proposta e efetivada a criação de um Núcleo de Psicologia Comunitária com o intuito de articular pesquisadores de toda a América Latina (Carvalho, 2014).

Para Campos (2010), por trás da constatação dos psicólogos da insuficiência de seus modelos tradicionais, encontrava-se, muito mais, uma crise de mercado. As contingências de mercado, que forçaram os psicólogos a ampliar seu lugar de atuação, contribuíram para expor a insuficiência de seus modelos de interpretação da realidade.

A expansão dos cursos de graduação em psicologia pelo país, propiciada pela Reforma Universitária de 1968, gerou, como uma de suas consequências, a saturação do mercado tradicional e jogou no mercado um enorme contingente de profissionais com uma formação incapaz de dar conta da realidade nacional. Isso propiciou a revisão, pela psicologia, de seu quadro teórico-metodológico e sua função social (Campos, 2010; Yamamoto, 1987).

Não foi resultado da vontade dos psicólogos, mas uma consequência da conjuntura, marcada, naquele período, internacionalmente, pela entrada do capital em uma crise estrutural e, nacionalmente pela falência do “milagre brasileiro”. Um resultado direto desse quadro recessivo para a massa trabalhadora foi, inevitavelmente, o crescimento do exército de reserva. E foi nesse cenário que ganharam espaço os questionamentos acerca do “valor social” e inclusive da própria necessidade do trabalho do psicólogo, como indica Yamamoto (1987). Também foi nesse processo que as discussões que apontavam para a necessidade da deselitização da profissão e as primeiras intervenções da psicologia em contextos comunitários começaram a acontecer no Brasil.

Os trabalhos em comunidade já existiam no Brasil mesmo antes do golpe militar de 1964. Datam das décadas de 40 e de 50 registros de projetos assistenciais ou educacionais coordenados pelo Estado com o objetivo de adequar a força de trabalho ao modelo do desenvolvimentismo econômico. Eram trabalhos de forte cunho assistencialista voltados ao atendimento dos interesses das elites econômicas do país (Freitas, 1996).

Atendiam às premissas instituídas no pós-II Guerra Mundial pela ONU (Organização das Nações Unidas), que visavam reduzir as possibilidades de conquista econômica, política e ideológica por parte do regime soviético das porções “livres” do globo. Entendendo que os quadros de grande pobreza aumentavam a vulnerabilidade à

ofensiva ideológica socialista, visavam intervir nos países de forma a garantir a veiculação dos interesses e da ideologia norte-americana em regiões como a América Latina, por exemplo (Ammann, 1987).

Assim, a partir da II Guerra Mundial, o Governo dos Estados Unidos passou a investir em programas de assistência técnica a países pobres, especialmente latino-americanos. O primeiro convênio entre Brasil e Estados Unidos, a partir desses programas, se realizou em 1942, mantendo uma cooperação entre Ministério da Agricultura do Brasil e a chamada *Inter-American Education Foundation – Inc*⁴⁰.

Desse acordo, nasce a “Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR)” (Ammann, 1987, p. 31), vinculada ao Ministério da Agricultura. Junto ao Ministério de Educação, nos mesmos moldes da CBAR, firma-se um acordo que consolida uma comissão voltada à formação de quadros industriais e urbanos. São acordos instituídos no bojo de um esquema que objetivava a adequação da classe trabalhadora urbana e rural aos programas de modernização verticalizados pelos Estados Unidos.

Os primeiros trabalhos de comunidade no Brasil foram gestados nesse contexto e buscavam integrar os trabalhadores aos planos nacional e internacional de desenvolvimento econômico do país, sendo absolutamente acríticos com relação às estruturas de produção e distribuição, e aclassistas, como verificou Ammann (1987). Essa mesma perspectiva de trabalho em comunidade seguiu presente, até a década seguinte, em programas voltados à assistência (que podia ser financeira), à educação e à formação de comunidades rurais, populações urbanas e trabalhadores industriais.

⁴⁰ “Corporação subordinada ao ‘Office of Inter-american Affairs’, agência do Governo dos Estados Unidos” (Ammann, 1987, p. 30).

Já, nos anos de 1960, um outro tipo de trabalho em comunidade passou a ser verificado. Esse foi um período de efervescência nas lutas populares, de estudantes e de trabalhadores contra as difíceis condições de vida do período. O esgotamento do modelo de acumulação capitalista baseado na economia primário-exportadora colocou a necessidade do desenvolvimento de uma nova forma de conciliação entre capital e trabalho, o que resultou em uma certa abertura à participação política de diversos setores sociais (Ammann, 1987).

Nesse cenário, ampliava-se o engajamento popular em lutas por reformas estruturais e proliferavam-se diversos movimentos políticos, como o “Movimento de Educação de Base, Centros Populares de Cultura, Movimentos de Cultura Popular, Ação Popular e outros” (Ammann, 1987, p. 67). Diferentemente da intervenção realizada pelos trabalhos em comunidade desenvolvidos nas décadas de 1940 e 1950, os trabalhos impulsionados por esses movimentos apresentavam uma leitura mais crítica da realidade social e uma intencionalidade voltada à promoção da participação popular nos rumos do país.

Eram politicamente bastante heterogêneos e matizados por interesses diversos, dentro de um espectro mais amplo de reivindicação por reformas de base. As fontes teóricas que serviram de inspiração a esses movimentos também eram as mais diversas, indo desde algumas correntes mais radicais do marxismo até orientações do humanismo da igreja católica europeia. Apesar da pluralidade de visões teóricas e de estratégias políticas, tratava-se de movimentos que tiveram grande participação popular e apoio dos governos populistas brasileiros expressos, principalmente, na figura de Jânio Quadros e, posteriormente, também, de João Goulart (Amman, 1987).

É nesse contexto que trabalhos inspirados pelo método de Paulo Freire ganham força, manifestando, explicitamente, interesses políticos pela libertação de setores

populares. A duração desses trabalhos, contudo, foi curta, encerrados com o golpe militar no país, em 1964.

Os trabalhos de psicologia em comunidades começam a existir tão logo se formam as primeiras turmas de graduação no país, entre o final dos anos de 1960 e início de 1970⁴¹. Nesse momento, começava a ser empregado o termo “psicologia na comunidade”, que se referia aos trabalhos de psicologia de caráter, geralmente, voluntário, pouco fundamentados teórico e metodologicamente, mas com grande engajamento político. Vinham da preocupação, sobretudo, em oferecer serviços de psicologia às camadas pobres da população, além de colaborar para sua organização política (Freitas, 1996; Andery, 1984).

Entre esses primeiros trabalhos, desenvolveram-se algumas experiências em saúde mental da população, experiências em grupos de mulheres e jovens nos bairros, experiências em instituições populares, em escolas públicas, dentre outros. Algumas dessas principais experiências foram realizadas pela iniciativa de Silvia Lane e Alberto Andery, no curso de Psicologia da PUC de São Paulo, aliando estudo teórico e prática em campo pela via de uma disciplina que integrava ensino e extensão, conduzindo os estudantes à realidade dos bairros periféricos e de comunidades de baixa renda⁴². (Andery, 1984; Collares-da-Rocha, 2013).

Além dos trabalhos realizados na PUC de São Paulo, Collares-da-Rocha (2013), em um resgate histórico da Psicologia Comunitária no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, descreve algumas outras experiências pioneiras de psicologia em comunidade

⁴¹ Como sinalizado anteriormente, os registros históricos sobre o início dessas experiências no Brasil parecem indicar o início da década de 1970 como o período de início desses trabalhos.

⁴² Collares-da-Rocha (2013) apresenta uma minuciosa descrição do mais emblemático dos projetos que compôs o conjunto de experiências realizadas pelo curso de Psicologia da PUC-SP em comunidades, nas décadas de 1970 e 1980. O projeto ficou conhecido como “Projeto Osasco” e o detalhamento de seus antecedentes, sua constituição, sua organização, os resultados de suas atividades e seu desfecho podem ser encontrados na sua Tese: “História da Psicologia Comunitária no Brasil nas décadas de 1960 e 1970”.

desenvolvidas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Na UFMG, as experiências de psicologia em comunidades tiveram relação com as atividades e discussões realizadas pelo Setor de Psicologia Social da Universidade. Essas atividades tiveram início em 1965 e eram realizadas tanto na forma de contribuições acadêmicas do grupo em palestras, cursos etc., quanto na forma de atendimento à comunidade externa, prestando serviços através do Centro de Psicologia Social Aplicada.

Mas é no final da década de 1970 que se registravam atividades de intervenção psicossociológica em penitenciária, contribuições para a elaboração de um projeto arquitetônico do campus da UFMG, atuação no I Congresso Mineiro de Psiquiatria, na atividade de avaliação, e a realização de uma pesquisa psicossocial sobre esquistossomose mansônica (Collares-da-Rocha, 2013).

Em 1974, foi criada a disciplina de “psicologia comunitária e ecologia humana” e, entre os referenciais teóricos que influenciavam as atividades desenvolvidas pelo Setor, destacava-se a ideia de conscientização de Paulo Freire, pressupostos da Pesquisa-Ação e a Análise Institucional. Na investigação de Collares-da-Rocha (2013), a importância da psicologia social na constituição da psicologia comunitária na UFMG, inclusive, se evidencia na identificação do objeto das intervenções que se buscava realizar. Esse objeto seriam os ditos “problemas sociais” (Collares-da-Rocha, 2013).

No Rio de Janeiro, em 1971 foi criado um Setor de Psicologia Comunitária⁴³ da PUC-RJ no Hospital Fernandes Figueira com o objetivo de oferecer atendimento

⁴³ A experiência realizada no Hospital Fernandes Figueira parece ser a de maior relevância nos registros históricos sobre os primeiros projetos comunitários de psicologia desenvolvidos no Rio de Janeiro. Entretanto outras iniciativas são descritas, por exemplo, por Soares (2001).

psicológico a grupos de gestantes e grupos de mães que haviam dado à luz recentemente. Apenas o grupo de gestantes, contudo, aconteceu. Trabalhava-se a partir de um referencial teórico bastante múltiplo, com certa predominância, entretanto, do grupo operativo, da psicanálise, especialmente de influência argentina, da educação popular de Paulo Freire e de algumas determinações da psiquiatria preventiva e comunitária. Em 1972, é criada a disciplina de “psicologia comunitária”⁴⁴, orientada principalmente pela psicologia institucional de Bleger e pela psiquiatria preventiva de Caplan⁴⁵ (Soares, 2001; Collares-da-Rocha, 2013).

As experiências realizadas na PUC-RJ, em especial o trabalho feito no Hospital Fernandes Figueira, pode apresentar poucas semelhanças com aquelas realizadas por iniciativa de Andery, Lane e outros professores na PUC-SP, dada a aproximação muito maior da experiência da PUC-RJ com o contexto de saúde e a prática hospitalar. Entretanto, como bem avalia Collares-da-Rocha (2013), trata-se de uma das experiências pioneiras de psicologia comunitária brasileiras. Uma psicologia comunitária, contudo, muito mais próxima dos trabalhos de psicologia comunitária cubanos e norte-americanos, desenvolvidos em contextos hospitalares ou em Centros de Saúde Mental Comunitários.

Na UFPB, o desenvolvimento da psicologia comunitária teve relação com a criação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (nível de mestrado), em 1976, com duas áreas de concentração: teórico-experimental e psicologia comunitária. O programa contava com uma disciplina de psicologia comunitária que começou a ser ministrada pela

⁴⁴ A disciplina se encerra no ano de 1984 por decisão da própria professora que a ministrava. Em entrevista concedida a Soares (2001), ela relata que a denominação comunitária já não correspondia mais às discussões da matéria, de onde foi resolvido se criar uma outra disciplina: “psicologia e saúde”. Segundo a professora, a disciplina “psicologia comunitária” não estava discutindo o trabalho em comunidades, mas o trabalho do psicólogo em qualquer contexto não convencional.

⁴⁵ Os princípios da Psiquiatria Preventiva de Gerald Caplan tiveram grande importância na orientação dos trabalhos realizados nos Centros de Saúde Mental Comunitária norte-americanos, contexto no qual emergem as discussões dentro das quais se desenvolveram as ideias da psicologia comunitária nos Estados Unidos.

professora Maria Alice D'Amorim, em 1976, sendo, posteriormente, assumida por Dirceu Malheiro. Sob o comando de D'Amorim houve a prevalência de um enfoque teórico bastante inspirado nos referenciais da psicologia comunitária norte-americana (Collares-da-Rocha, 2013).

Quando Malheiro assumiu a disciplina, esses referenciais foram substituídos por conteúdos que visavam contemplar uma leitura sobre o capitalismo no Brasil, a função do trabalho comunitário do psicólogo na realidade do país e reflexões sobre como orientar esse trabalho para a transformação social. Interessante notar, inclusive, a presença de categorias associadas ao léxico marxista, como resgatou Rocha em sua investigação, no plano de curso da disciplina: “(1) política e luta de classes; (2) subimperialismo; e (3) a revolução brasileira” (Collares-da-Rocha, 2013, p. 94) (subtítulos de uma das unidades teóricas da disciplina).

Outro desenvolvimento que se destacou no Estado da Paraíba foi o trabalho que Ieno Neto, psicólogo formado no final dos anos de 1970 pela PUC-SP, e que passaria a integrar, posteriormente, o corpo docente do curso de Psicologia da UFPB, realizou junto a comunidades rurais em sua luta pela terra. Foi um trabalho construído junto à Pastoral Rural, mas que buscou contribuir com a organização política dessas comunidades em sua luta e onde o trabalho realizado pelo psicólogo buscou fomentar a participação e a conscientização, recorrendo aos referenciais da Pesquisa-Ação e da Educação Popular e visando a transformação social (Collares-da-Rocha, 2013).

O Programa de Pós-Graduação deixou de ter áreas de concentração no início dos anos de 1980, tendo, em 1985, as últimas dissertações defendidas como propriamente sendo da área de concentração de psicologia comunitária. Mas, como identifica Collares-da-Rocha (2013), entre os resultados de alguns estudos realizados no programa tem-se a

aproximação com alguns movimentos de luta como os de luta pela terra e o desenvolvimento de experiências de educação popular em comunidades rurais.

No Ceará, conforme indicação de Góis (2003), a psicologia comunitária teria como marco do início de sua trajetória um curso de formação de animadores populares para a alfabetização de adultos na periferia de Fortaleza. Foi um curso que articulou Psicologia, Biodança e o método de alfabetização de Paulo Freire, realizado em 1980 nas dependências do que, alguns anos mais tarde, seria a sede do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade.

As práticas que mais tarde viriam a constituir a chamada psicologia comunitária no Estado, de início, tiveram como proposta aproximar a psicologia das populações periféricas da capital cearense. O termo psicologia comunitária, inclusive, só passaria a ser usado em 1987. Antes disso, falava-se em psicologia popular, termo que se referia aos trabalhos com jovens, com dependentes de drogas e com a alfabetização de adultos no bairro de Pirambu. Participavam desses trabalhos iniciais profissionais de educação, alguns professores e estudantes do curso de psicologia da Universidade Federal do Ceará.

Trataremos mais especificamente da trajetória histórica da psicologia comunitária no Ceará mais adiante. Cabe, neste momento, apenas indicar a psicologia popular, desenvolvida nos primeiros anos da década de 1980, como uma das experiências iniciais de aproximação, no Brasil, da psicologia com as populações pobres e periféricas no intuito de colaborar com mudanças nas condições de vida dessas populações.

No Rio Grande do Sul, a trajetória da psicologia comunitária tem grande influência da área de Saúde Mental e da Saúde Social e Comunitária, conforme analisou Scarparo (2005). Sua investigação histórica sobre as experiências precursoras do campo no Estado tem como resultado uma sistematização dos contextos, das práticas pioneiras

e dos referenciais teóricos que constituíram os caminhos iniciais da psicologia comunitária no Rio Grande do Sul.

Tal como no restante do país, o contexto de ditadura militar foi decisivo para as discussões e desenvolvimento das experiências iniciais disso que viria a ser sistematizado como psicologia comunitária. Foi um contexto que tanto intensificou a demanda por serviços de psicologia que atendessem ao imperativo da conformação à ordem social quanto o seu contrário (Scarparo, 2005).

De maneira semelhante ao conjunto do país, as décadas de 1970 e 1980 no Estado gaúcho tiveram uma proliferação de movimentos sociais e de lutas populares por melhores condições de vida e direitos. Ao mesmo tempo em que se valorizava a contribuição do atendimento clínico individual e do trabalho de avaliação psicológica para as finalidades de controle e repressão social⁴⁶, a escalada repressiva daquele contexto propiciou também o envolvimento de profissionais e estudantes de psicologia com os movimentos de resistência (Scarparo, 2005).

No Rio Grande do Sul, essa aproximação aconteceu especialmente no campo da saúde pública e dos movimentos inspirados pela psiquiatria preventivista. Scarparo (2005) menciona como uma das experiências resultantes desse processo a criação do estágio de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da PUC-RS no Centro Médico Social São José do Murialdo (CMSJM).

⁴⁶ A primeira turma de graduação em psicologia oficialmente reconhecida na PUC-RS se forma no ano de 1967 e, nos períodos de 1968 e 1969 verificou-se uma priorização da formação no curso que contemplasse conteúdos e atividades voltados à orientação vocacional, à aplicação de testes psicométricos e projetivos e ao atendimento clínico individual. Em 1969, o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Artur de Matos Saldanha, em uma fala sobre o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Psicologia Clínica da universidade, declarou que entre os objetivos do trabalho desenvolvido no departamento estava a busca por solução para “problemas de ajustamento” (Scarparo, 2005, p. 49). No Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da universidade foram produzidos estudos de psicologia social sobre motivações e comportamentos que tiveram como sujeitos de pesquisa prefeitos eleitos e que participaram no Seminário de Desenvolvimento Social em 1968.

O trabalho desenvolvido no CMSJM⁴⁷ representou uma manifestação, no Estado, do movimento que vinha se desenvolvendo em outros Estados brasileiros, como já foi mencionado. Expressou a busca pela deselitização da prática psicológica, levando-a aos espaços da saúde pública e foi marcado, inicialmente, pela reduzida rigorosidade teórico-metodológica em contraponto a uma preocupação mais evidente em atender aos apelos por responsabilidade social na prática do(a) psicólogo(a) (Scarparo, 2005).

Além da experiência pioneira no CMSJM, um importante evento para o desenvolvimento das práticas que articulavam psicologia e comunidade foi o I Encontro de Psicólogos Escolares do Rio Grande do Sul, realizado em 1983 pelo Departamento de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da PUC-RS sob coordenação de Jorge Sarriera. Scarparo (2005) relata como, segundo Sarriera, o evento foi fundamental para o desenvolvimento da psicologia comunitária no estado ao visar a disseminação do trabalho psicossocial nas comunidades populares.

Em grande medida, esses primeiros trabalhos comunitários em psicologia, no Brasil, tanto os mais restritos ao campo da saúde pública ou da saúde mental, quanto os realizados em aproximação a lutas e movimentos populares em outros campos, não rompiam com os modelos tradicionais da psicologia, onde acontecia de, muitas vezes, apenas se levar a clínica à periferia. Quando não se reproduzia, de uma forma mais flexibilizada, os modelos tradicionais de clínica psicológica, como por exemplo nos trabalhos de colaboração com a formação e organização política de coletivos, o recurso aos aportes teórico-metodológicos de outros campos, como da sociologia ou da educação, eram bastante frequentes.

⁴⁷ A descrição de outras experiências precursoras na linha dos movimentos e debates no campo da saúde desenvolvidas no período podem ser encontradas no trabalho histórico de Scarparo (2005). Além das discussões no âmbito da psiquiatria comunitária e do movimento preventivista, houve grande influência do Movimento de Luta Antomanicomial nas reflexões e práticas dos(as) psicólogos(as) preocupados(as) com a função social de seu fazer.

Não havia, nesses desenvolvimentos iniciais, uma grande preocupação com a definição de referências teóricas e metodológicas para o tipo de trabalho que se estava buscando construir. Essas primeiras experiências são de grande importância, entretanto, por marcar o início do confronto das teorias tradicionais da psicologia social com a experiência prática e a realidade de vida das populações pobres.

O tipo de trabalho que a “psicologia na comunidade” realizava pode ser incluído no movimento, descrito por Yamamoto (1987), de busca por alternativas diante da crise na psicologia. Para o autor, o contexto de reorganização das lutas nos anos de 1970 foi propício para que se proliferassem não só as críticas à psicologia tradicional, mas a busca por alternativas. Dentro da denominação “psicologia alternativa” incluía-se todo tipo de tendência que divergisse do convencional, mas que para o autor podem ser divididas em dois grupos, segundo a presença ou ausência de preocupação social.

No primeiro grupo, o autor inclui aquelas modalidades alternativas que apenas se propunham a trabalhar com algo “original”, ainda que o “original” pudesse apresentar os mesmos problemas do tradicional.

No segundo grupo, estariam incluídas as propostas que visavam incluir as maiorias populares; que intencionavam levar os serviços de psicologia às camadas sociais que não podiam pagar por eles. Dentro destes estariam dois tipos de trabalhos, aqueles realizados em instituições públicas e aqueles realizados diretamente na comunidade (Yamamoto, 1987).

Dentro desse segundo grupo, especificamente naqueles trabalhos realizados diretamente na comunidade, é que Yamamoto (1987) situa as iniciativas que começaram a surgir a exemplo das experiências realizadas por Lane e Andery na PUC de São Paulo.

Andery (1984) descreve algumas dessas experiências, que parecem compor dois tipos de trabalho. Um, cuja intervenção, na leitura de Yamamoto (1987), era de caráter mais “psicológico”; e outro de caráter mais “educativo”, voltado à formação e apoio das organizações operárias e populares. Neste segundo grupo havia pouca preocupação com a natureza teórico-metodológica da intervenção. Nessas experiências havia muito mais a preocupação em servir aos movimentos organizados da comunidade, como já se afirmou.

Levados a esses novos espaços por força das contingências de mercado ou por iniciativa de projetos como o realizado dentro da PUC de São Paulo, esse período foi seguido pela busca pela deselitização da profissão e pela revisão de seu quadro teórico-metodológico. Questionamentos a respeito da função social do psicólogo e da relevância social de seu fazer para as populações pobres ganham força. E diante de todo caráter político que a crise da psicologia ganhou aqui (no Brasil e na América Latina como um todo), o tema da transformação social se tornou uma preocupação central (Carvalho, 2014).

De alguma forma, isso talvez esteja expresso em outra vertente de alternativas da psicologia que surgem nesse período. Esta outra vertente de respostas à chamada crise da psicologia no Brasil é classificada por Yamamoto (1987) como “contra-psicologia”. Esta buscava fazer a crítica à neutralidade técnico-científica da psicologia e propunha a formulação de um novo quadro teórico-metodológico que fosse capaz de apreender a realidade social e que politizasse a psicologia. Nesta vertente, esboçava-se a ideia de uma “psicologia crítica” como possível redentora da psicologia.

Em sintonia com a análise de Yamamoto (1987), pode-se dizer que a psicologia comunitária, na forma das primeiras experiências de psicologia em comunidades, se encaixa nisso que o autor identifica como “psicologia alternativa”. Essa leitura é coerente,

também, com a descrição feita por Freitas (1996) a respeito dessas primeiras experiências, definidas pela autora como o momento da “psicologia na comunidade”.

Esses trabalhos, que incluem a já citada iniciativa dos(as) psicólogos(as) e estudantes ligados à PUC de São Paulo, nos anos 70, caracterizavam-se por serem, normalmente, voluntários, mas com grande convicção política. Eram marcados, além disso, pela ausência de um corpo teórico-metodológico definido. Assim, recorriam às teorias e metodologias da sociologia, da educação popular, da antropologia, do serviço social, dentre outros (Freitas, 1996).

Eram trabalhos muito mais preocupados em levar os serviços da psicologia às populações que geralmente estavam excluídas deles, e em oferecer contribuições para a organização política de moradores, trabalhadores, grupos em geral, visando a melhoria de suas condições de vida (Freitas, 1996).

O processo de abertura política do país no fim dos anos 70 e início dos anos 80 ascenderia os debates em torno do caráter de clandestinidade desses trabalhos, de sua condição não remunerada e de seus aspectos metodológicos. O termo “psicologia comunitária” passa a ser adotado com mais frequência e, até os anos 90 o que se viu foi a expansão do trabalho do psicólogo nesses contextos (Freitas, 1996).

Na América Latina, instituiu-se também a denominação psicologia social comunitária (PSC) no intuito de marcar diferença em relação aos modelos assistencialistas de saúde da psicologia comunitária, em especial, dos Estados Unidos. Uma outra denominação que passa a ser utilizada é a da “psicologia da comunidade”, que se referia às práticas psicológicas realizadas em instituições públicas de saúde, de bem-estar social etc. (Freitas, 1996).

Como se vê, o surgimento da psicologia comunitária esteve atrelado à manifestação e às respostas à crise da psicologia social no Brasil e na América Latina em geral. Mas a conjuntura política de ditadura militar e de reavivamento dos movimentos de luta, nos anos de 1970, foi um segundo, e talvez mais decisivo, fator nesse processo, como avalia Lacerda Jr. (2010b). Isso porque o impulso à reflexão sobre o papel social do psicólogo e a preocupação em contribuir para a redução da desigualdade social, mais do que consequência da crise pessoal de psicólogos, é o resultado de todo um conjunto de transformações pelo qual passou o capital mundial e nacional no período dos anos de 1970.

No período situado entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1980, o sistema de acumulação capitalista foi garantido por duas frentes. De um lado, com o Estado de Bem-Estar social nos países centrais da Europa ocidental e, de outro, com a implantação de ditaduras militares em países periféricos, a exemplo do que ocorreu na América Latina. É na luta contra a ditadura que, no caso do Brasil, os diversos setores da burguesia são forçados a realizar concessões que resultariam na reconquista de direitos democráticos e na elaboração da Constituição de 1988, nunca efetivada na prática, contudo (Lacerda Jr. 2010b; Lessa, 2013).

Mas é nesse período de crescente insatisfação popular com o regime político ditatorial, cujo modelo econômico do “milagre brasileiro” começava a mostrar seus sinais de esgotamento, e a entrada do capitalismo em uma fase de crise estrutural, que se intensificava a insatisfação popular e acirravam-se os movimentos populares e de luta por melhores condições de vida. Na combinação entre esses fatores é que se tornou propícia a revisão sobre o papel do psicólogo e a inserção mais sistemática dos psicólogos no campo do Bem-Estar social (Freitas, 2001; Lacerda Jr., 2010b, Yamamoto & Oliveira, 2010).

Como sintetiza Lacerda Jr. (2010b): o surgimento da psicologia comunitária é resultado das mudanças na forma de se responder à “questão social” ao longo da segunda metade do século XX. São as contradições colocadas pelas mudanças na “questão social” e no trato de suas sequelas que apontam o conjunto de contradições enfrentadas pelas práticas comunitárias.

O dimensionamento da psicologia comunitária como uma resposta histórica, na psicologia, a esse conjunto de contradições exige, portanto, sua significação na totalidade político-econômica que marca o contexto brasileiro na segunda metade do século XX. A propalada crise da psicologia social não foi um processo unilateralmente constituído pela insatisfação de psicólogas e psicólogos com os tradicionais modelos de teoria e prática na psicologia, como debateram Campos (2010) e Yamamoto (1987), por exemplo.

A resposta expressa no projeto comunitário de psicologia, que foi se delineando no processo acima descrito, também não é unilateral, muito menos isenta de contradições. Não se trata de um natural reposicionamento político de profissionais e intelectuais sensibilizados e conscientes da necessidade de se renovar teorias e métodos para servir a uma realidade social particular. Não foi um desdobramento harmonioso do propósito de se deselitizar a psicologia e torná-la acessível e útil a um novo público.

Para entender de que forma e que elementos fundamentais estão colocados no delineamento da psicologia comunitária no Brasil é necessária a remissão de seus desdobramentos ao conjunto da luta de classes no Brasil naquele período. As tendências colocadas no desenvolvimento dessa resposta à chamada crise da psicologia revelam-se na articulação de seus elementos com as transformações globais e locais na forma de se responder à “questão social” naquele momento.

3.2.3. O papel da ABRAPSO

O desenvolvimento da psicologia comunitária no Brasil, como se discutiu até o momento, insere-se em todo um conjunto de debates e movimentos que vinham se processando na psicologia social brasileira, e mesmo latino-americana, em geral. Sua constituição como uma das respostas históricas que se apresentaram à crise de relevância social da psicologia se articula de forma direta à realização de certos eventos e à criação de algumas entidades científicas e profissionais. Dentre essas entidades, destaca-se o papel da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) como impulsionadora e aglutinadora das discussões e ações que marcaram a emergência desse campo.

A ABRAPSO foi criada em 1980 como resultado dos encaminhamentos tirados no Congresso de 1979 da SIP (Sociedade Interamericana de Psicologia), no Peru, que tinha como uma de suas recomendações a criação de associações nacionais de psicologia social. Até então a psicologia social era representada em território latino-americano pela ALAPSO (Associação Latino-americana de Psicologia Social), fundada em 1973, na Colômbia. O alinhamento teórico da ALAPSO aos modelos hegemônicos de psicologia social, em especial os importados dos Estados Unidos, vinha, contudo, nesse período de fins da década de 1970, sofrendo questionamentos na linha dos debates sobre a relevância social da psicologia. A proposta de se estimular a criação de associações nacionais visava a atenção, na formulação de modelos teóricos e metodológicos, à realidade local de cada país e o intercâmbio de estudos e pesquisas (Campos & Guedes, 2006).

Assim é que Silvia Lane, que teve participação ativa, até 1980, na ALAPSO e na SIP, tendo, inclusive, integrado a direção daquela entre 1977 e 1980, propôs, na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (agosto de 1980), a criação da ABRAPSO, tornando-se sua primeira presidente. Além do espaço da SIP de 1979, foi importante o evento realizado, no mesmo ano, na PUC-SP, pela ALAPSO, do

Primeiro Encontro Brasileiro de Psicologia Social em que Alberto Andery esteve presente com um relato sobre a experiência que ele e Silvia Lane vinham conduzindo na periferia de Osasco naqueles anos (Campos & Guedes, 2006).

Na criação da ABRAPSO, em 1980, estiveram presentes não só Lane e Andery, mas outros nomes importantes no desenvolvimento das primeiras práticas de psicologia em comunidades. Leoncio Camino, Dirceu Malheiro, ambos professores do Mestrado de Psicologia da UFPB e Genaro Ieno Neto, professor na graduação da mesma instituição, compuseram também a reunião de criação da associação (Collares-da-Rocha, 2013).

A ABRAPSO tornou-se um importante instrumento na realização dos debates que vinham se desenvolvendo no campo das críticas e busca por modelos alternativos à psicologia social tradicional no Brasil, tendo papel fundamental na aglutinação das discussões em torno dos trabalhos comunitários que vinham se desenvolvendo. O primeiro dos eventos realizados pela associação, por exemplo, foi o Primeiro Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, em 1981, que contou com a apresentação de relatos de alguns trabalhos comunitários que vinham sendo desenvolvidos, como os da PUC-SP e da UFPB (Lane, 1996; Collares-da-Rocha, 2013).

Outro evento importante para o desenvolvimento da psicologia comunitária no Brasil, que teve a ABRAPSO como sua realizadora, foi o Encontro Mineiro de Psicologia Comunitária, ocorrido em 1988, em Belo Horizonte. Nesse encontro se verificou o desenvolvimento de um movimento de busca pela definição da especificidade do trabalho psicológico em comunidade. O papel do grupo apareceu como importante definidor desse tipo de trabalho, sendo apontado como um importante mediador no processo de auto-organização popular (Lane, 1996).

Com esse encontro, segundo apresenta Lane (1996), houve um avanço na definição do trabalho da psicologia em comunidades, cabendo ao(à) psicólogo(a), nesse contexto,

“(...) desenvolver grupos que se tornem conscientes e aptos a exercer autocontrole de situações de vida através de atividades cooperativas e organizadas. Para tanto, o entendimento de relações de poder que se constituem no cotidiano é de grande importância para a compreensão tanto da violência arbitrária quanto de uma ação cooperativa e transformadora”. (Lane, 1996, p. 25).

A trajetória da psicologia comunitária, como se vê, tem grande articulação e difícil distinção com o percurso da ABRAPSO. Não só pelo importante papel aglutinador e impulsionador da ABRAPSO nos debates sobre as ações que vinham sendo desenvolvidas. Essa articulação faz-se presente, também, no papel que teve a psicologia comunitária na definição de um novo enquadre para a psicologia social no Brasil, somando-se ao desenvolvimento de uma espécie de “visão crítica da psicologia social”, conforme afirmam Lane e Bock (2003, p. 150).

3.2.4. A busca pela sistematização da psicologia comunitária: deselitização e transformação social

As breves indicações históricas acerca dos primeiros desenvolvimentos disso que passaria a ser sintetizado como psicologia comunitária, trazidas nos tópicos acima, colocam a possibilidade de se apontar, agora, algumas questões importantes sobre a constituição do campo. As investigações históricas e os registros desses primeiros desenvolvimentos revelam a prevalência da busca por um fazer que se aproximasse da realidade das maiorias populares, da classe trabalhadora, periférica ou, de uma maneira abrangente, das parcelas da população mais atingidas pelos efeitos da pobreza e da desigualdade social.

Essas primeiras experiências, como se viu, aconteceram em um contexto que marcou todo o cenário da psicologia social e que se caracterizou por uma manifesta preocupação com a relevância social da psicologia (Freitas, 1996; Lane, 1996; Yamamoto, 1987). Foram, inicialmente, bastante caracterizadas pela extensão dos serviços psicológicos a essa população normalmente desassistida pela psicologia, aquilo que Freitas (1996) identifica como a “psicologia na comunidade”. Posteriormente, pode-se verificar a reivindicação de uma disciplina que respondesse à realidade latino-americana e produzisse conhecimentos e práticas úteis à transformação social.

Neste momento, que se situa em meados dos anos de 1970, houve a notável aproximação de psicólogos(as) com movimentos comunitários (especialmente os Eclesiais de Base e os da área de saúde mental) e de profissionais, professores(as) e estudantes com movimentos populares. Havia grande preocupação em se reivindicar a tarefa de transformar as condições sociais das maiorias populares e pouca preocupação em se definir dispositivos teóricos e metodológicos específicos (Freitas, 1996), embora se possa identificar uma variedade e riqueza teórico-metodológica expressiva, que tinha como principal substrato a educação popular de Paulo Freire e a psicologia social, como é possível apreender da investigação de Collares-da-Rocha (2013), e dos trabalhos de Góis (2003) e Scarparo (2005), por exemplo.

As primeiras práticas da psicologia em comunidades no Brasil, e na América Latina, em geral, surgiram com o explícito interesse de psicólogos e psicólogas em contribuir com movimentos sociais e lutas populares (Freitas, 1996; Lane, 1996; Lacerda Jr. 2010b). Levados(as), por forças da conjuntura, a novos contextos de trabalho, até então, inexplorados e estranhos aos tradicionais modelos de teoria e prática psicológica, esses profissionais se viram confrontados com uma realidade que imporia a necessidade de se produzir respostas às suas contradições.

As primeiras respostas traduziam-se nos esforços pela deselitização de um saber e prática reconhecidos como historicamente elitistas. No início parecia suficiente tornar os serviços de psicologia acessíveis às populações que, até então, não podiam pagar por eles. Reduzia-se ou anulava-se os custos de atendimento, flexibilizavam-se acordos e protocolos da clínica, simplificava-se móveis, levava-se os consultórios aos bairros, favelas, centros comunitários ou de saúde, enfim, buscava-se tornar os serviços de psicologia mais próximos da maioria da população.

Deve-se lembrar que o período histórico em que se processou esse movimento teve a marca da recessão. Tratava-se de uma conjuntura cujas contradições estavam internacionalmente determinadas por uma crise de definições estruturais, com os choques nos preços do petróleo e as elevações nas taxas de juros norte-americanas. Nacionalmente, se via ruir o propalado “milagre econômico” brasileiro, e se acentuarem os efeitos concretos de seus custos na vida da classe trabalhadora, pauperizada e periférica do Brasil. As lutas e movimentos sociais, operários e populares suscitados em resposta a esse quadro constituíram-se, nesse sentido, como ponto de inflexão nas respostas da psicologia ao propósito da deselitização.

É na aproximação com o cotidiano de vida dessas populações que esses profissionais, estudantes e professores(as) puderam ter contato não só com os efeitos mais tangíveis da conjuntura recessiva, mas também com as formas de resistência e de luta populares. Essa aproximação foi determinante para a inflexão política que boa parte das propostas comunitárias em psicologia começaram a apresentar.

O caráter político que a crise da psicologia social ganhou no Brasil e na América Latina, em geral, é devedor desse processo. Assim, como já se mencionou da observação de Carvalho (2014), o tema da transformação social elevou-se à posição de centralidade

nas propostas preocupadas em ser socialmente relevantes aos setores sociais mais atingidos pelos efeitos da desigualdade social e da recessão.

O conjunto de debates e de reformulações teóricas e metodológicas dentro do qual se desencadeia a emergência da psicologia comunitária no Brasil pertence a esse quadro histórico, tanto mais específico da profissão, quanto mais geral da sociedade brasileira. Pode-se, assim, dizer que, nesse processo, a atenção à necessidade de engajamento das intervenções de psicologia em contextos comunitários com projetos de busca por transformação social foi se tornando aspecto central da legitimação deste campo. Legitimação histórica, deve-se frisar, contudo. Legitimação da psicologia comunitária como realidade histórica, e não legitimação de um novo campo da psicologia, especialista em produzir reflexões e intervenções voltadas à transformação social.

Essa diferenciação pode ser melhor entendida se recorrermos à observação feita por Nascimento (2001) a respeito de uma das marcas da trajetória histórica da psicologia comunitária no Brasil, que é a busca por um modelo que conferisse identidade ao campo. Essa falta de identidade, como afirma a autora, foi motivo de incômodo para muitos profissionais nos primeiros desenvolvimentos dessas práticas. A resposta a esse incômodo foi se configurando na forma da busca por uma especificidade para o trabalho da psicologia comunitária, expressa nos esforços por defender a psicologia comunitária como uma especialidade dedicada ao trabalho em contextos populares e voltada à transformação social.

Em outras palavras, quando afirmamos que a preocupação em contribuir com processos de transformação social tornou-se um elemento legitimador do campo, nos referimos unicamente à sua legitimação histórica. Não se deduz disso que a psicologia comunitária detenha qualquer recurso teórico ou prático que a especialize em reflexões e intervenções para a transformação social. Afirma-se, exclusivamente, que a reivindicação

dessa preocupação legitimou a emergência da psicologia comunitária como realidade histórica, como recurso aglutinador de certas propostas e reflexões da psicologia.

Isso não quer dizer que a reivindicação dessa especificidade não tenha se traduzido, historicamente, em esforços, de muitos dos profissionais que vinham desenvolvendo esse tipo de trabalho, por defender a psicologia comunitária como especialidade. Essa questão será retomada mais à frente neste texto, mas cabe trazer a crítica de Gonçalves (2017) a esse movimento que, segundo a autora, inverte a proposta de uma perspectiva popular para essas intervenções. Ao se sustentar na figura do especialista, aquele que detém o poder e exerce a autoridade da fala sobre um assunto que é de seu domínio exclusivo, a tendência à especialização, manifesta pela psicologia comunitária, parece tirar o protagonismo e a autonomia popular na construção de ações que possam promover algum tipo de transformação social.

O que se quer afirmar aqui, portanto, é que se trata de um movimento que legitima a existência histórica do campo unicamente como conjunto de reflexões, propostas e intervenções, jamais como uma especialidade.

Além disso, o percurso de seu desenvolvimento histórico tem entrecruzamentos de difícil distinção com os caminhos da profissão no Brasil, com o desenvolvimento da psicologia social latino-americana, com a criação de certas entidades científicas e profissionais e com os próprios movimentos político-sociais do país (Gonçalves & Portugal, 2016; Freitas, 1996, Lane, 1996).

Este movimento caracterizou-se, como buscamos apresentar nos tópicos anteriores, pelo questionamento da relevância social da psicologia para a realidade brasileira e latino-americana. Os debates na psicologia que problematizavam essa realidade e denunciavam a histórica cumplicidade desta ciência e profissão com a

exploração e a reprodução da desigualdade estrutural são volumosos. No Brasil, desde meados dos anos de 1970, registravam-se as primeiras experiências e trabalhos que se desenvolviam na esteira daquilo que Yamamoto (1987) identificou como preocupação com o significado social da psicologia.

Ao se deter sobre as discussões por trás dessa preocupação, Yamamoto (1987) apontava dois caminhos interpretativos. Um equiparava a mudança da função social do psicólogo à simples extensão de seus serviços à maioria da população, até então, normalmente desassistida pela psicologia.

Com relação a esse caminho, o termo “função social” não parecia adequado. Simplesmente estender os serviços psicológicos para um número maior de pessoas que antes não tinham acesso a eles não mudaria a natureza de sua prática adaptativa. Mais do que essa extensão, o que estaria relacionado às discussões da redefinição da função social do psicólogo se referiria à própria redefinição da psicologia ou à construção de uma “psicologia crítica” (Yamamoto, 1987). Uma visão que, na análise do autor, dominava amplamente a construção das práticas ditas “alternativas” que surgiam em resposta às contingências da profissão.

Por ora, não temos por objetivo entrar no mérito (correto, ao que parece) da crítica às tentativas de se redefinir ou salvar a psicologia para que o profissional pudesse se engajar nas lutas das classes subalternas sem precisar abandonar sua ciência. O que se pretende, com esta retomada da discussão da função social do psicólogo tão presente nas críticas e alternativas da psicologia em meados dos anos de 1970, é retomar alguns elementos chave na emergência da psicologia comunitária no Brasil.

O que intencionamos enfatizar aqui é que a preocupação com a deselitização da psicologia e a necessidade de oferecer contribuições à transformação da realidade dos

setores mais pauperizados da população são os elementos que, desde sempre, ou, desde esse contexto de crise e busca por alternativas, legitimam a existência de um projeto comunitário em psicologia. Um projeto comunitário nos moldes do que foi sendo sintetizado nesse dispositivo da psicologia comunitária, ou psicologia social comunitária, no caso da América Latina. Sem a primordial atenção à necessidade de se contribuir para a transformação social, fragiliza-se o propósito de busca por relevância social da psicologia e sua utilidade em contextos marcados pela desigualdade social.

Por essa razão, defende-se aqui que a busca por contribuir com processos de transformação social, sendo um elemento legitimador disso que se identifica como psicologia comunitária, inevitavelmente estará sempre presente, de uma maneira ou de outra, implicitamente ou explicitamente, em qualquer proposta do campo.

Como buscamos argumentar ao longo do capítulo, a psicologia comunitária refere-se a uma realidade historicamente situada. Trata-se de uma das respostas da psicologia à situação histórica daquele momento. Expressa o conjunto de contradições existentes naquela conjuntura, mas também atua como tendência no jogo de forças sociais, buscando, por exemplo, oferecer contribuições para a organização e a luta política de certos movimentos e grupos.

Assim, o compromisso com a transformação social, que pode se manifestar de forma explícita ou não em suas propostas, não consiste em um elemento estático e assente, que almeja os mesmos interesses políticos em qualquer circunstância. Tal como o desenvolvimento histórico não se processa uniformemente e sem contradições, mas tem na luta de classes o seu motor, os projetos políticos e as tendências colocadas nesse compromisso com a transformação social podem ser os mais distintos e conflitantes.

Não existe uma transformação social com a qual toda psicologia socialmente crítica e sensível se comprometa. Tampouco sua busca por contribuir com a transformação social se trata de um valoroso projeto, em constante aperfeiçoamento, colocado em marcha de forma harmoniosa desde que essa ciência e profissão vem buscando responder à sua crise de relevância social.

Assim, cabe aos próximos capítulos problematizar: que projetos políticos de transformação estavam presentes nos primeiros desenvolvimentos do campo no Brasil? Que concepções de transformação/mudança social sustentavam aqueles projetos e sustentam, hoje, as propostas que se identificam a partir desse dispositivo?

Dentro do quadro de transformações da sociedade, nas últimas décadas, como se apresentou e como se apresenta, na atualidade, o projeto de transformação social na psicologia comunitária no Brasil? Diante das mudanças na forma de se tratar a “questão social”, dos avanços e recuos na organização operária e popular e dos debates internos da psicologia, que concepção ou concepções de emancipação vigoram nesse projeto? Que nexos históricos e sociais estão relacionados a ele?

3.3. Transformação social nas primeiras produções de psicologia comunitária brasileiras

3.3.1. Psicologia na comunidade, psicologia popular e primeiras sistematizações da psicologia comunitária

Um dos primeiros textos publicados com o uso do termo psicologia comunitária foi escrito por D’Amorim (1980), professora integrante do programa de mestrado da UFPB com o título “A psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas”. A autora inicia o texto problematizando a questão da responsabilidade social da psicologia àquele momento, concluindo que se deveria primar, nas pesquisas psicológicas, não só

pelo rigor científico, mas pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e grupos com os quais se trabalha.

A autora recorre à posição de McGuire⁴⁸ sobre a relação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, em que, segundo o autor, o comumente praticado isolamento entre os dois tipos de pesquisas, incluindo as pesquisas em Psicologia, deveria ser evitado. Os esforços da ciência, em sua perspectiva, deveriam se voltar à aplicação dos resultados experimentais nas situações cotidianas de vida. “Segundo ele, nada é mais relevante para a solução dos problemas da vida real do que uma teoria desenvolvida no laboratório” (D’Amorim, 1980, p. 100).

A responsabilidade social da ciência, problematizada pela autora a partir da referência de Hilgard⁴⁹, deveria ser pautada com base em alguns elementos intrínsecos à atividade científica. O primeiro, de que “a integridade dos dados científicos deve estar acima de qualquer crítica” (idem, p. 101), e, segundo, de que se deve ter em consideração as implicações ambientais e sociais da aplicação dos resultados experimentais. Uma atividade científica e prática que primasse pelo rigor científico e pela adequada aplicação de resultados na vida prática seria um primeiro passo para a realização de uma ciência com responsabilidade social.

A busca pela melhoria da qualidade de vida seria, na concepção de pesquisa social de Hilgard, na qual se referencia a autora, elemento fundamental para fazer da ciência mais do que boa ciência, em termos de rigor metodológico, mas uma ciência de interesse e de utilidade para a vida social. Nesse tipo de trabalho, a busca por indicadores sociais,

⁴⁸ William McGuire (1967): “Some impending orientations in social psychology. Some thoughts provoked by Kenneth Ring”.

⁴⁹ Hilgard, E. R. (1971): “Toward a responsible social science”.

que remetesse a indicadores econômicos, tornar-se-ia fundamental para a avaliação da qualidade de vida e para o desenvolvimento de ações que se baseassem em um consenso.

A psicologia comunitária constituiria um dos trabalhos possíveis na construção desse consenso, junto a outros profissionais e pesquisadores de outros campos do saber. Buscando chegar a uma definição do que seria isso que se estava chamando de psicologia comunitária, D'Amorim toma por referência as discussões e trabalhos que vinham sendo realizados nos Estados Unidos. Tentando verificar a existência de um denominador comum para esses trabalhos, a autora identifica quatro argumentos que caracterizariam esses trabalhos: 1) aceitação da responsabilidade social dos(as) psicólogos(as) nesse tipo de trabalho; 2) o local ou o uso de novas técnicas de trabalho; 3) o acordo quanto à finalidade da prevenção como objetivo do trabalho comunitário.

Com base nas estratégias utilizadas nesse trabalho, indica quatro possibilidades: 1) o engajamento em movimentos sociais, visando a mudança social; 2) o trabalho com ações ou programas voltados à solução de problemas sociais específicos, sem o envolvimento com movimentos sociais; 3) o trabalho clínico comunitário, tendo na Psicologia clínica comunitária uma alternativa à terapia individual na modificação de comportamentos com vias à prevenção; 4) uma psicologia comunitária voltada à engenharia social, ou à busca por intervir nas organizações e instituições do sistema social.

Suas conclusões apontavam para a inexistência de uma definição unitária, embora se pudesse identificar alguns postulados teóricos e referenciais práticos em comum. Diz D'Amorim (1980, p. 104):

“a) a comunidade deve ser o ponto de partida para a análise e a intervenção; b) deve existir a preocupação com vários níveis de comportamento individual, interpessoal, social, intra e intergruppal,

comunitário; c) a tendência para focalizar os níveis mais amplos, nacional e internacional como objeto de mudança”.

Como perspectiva comum para a construção de um modelo prático estaria “a tendência a afastar-se das correntes da psicologia clínica e a aproximar-se dos programas criativos de mudança social” (D’Amorim, 1980, p. 105).

Outra produção que pode ser identificada como uma das primeiras publicações em psicologia comunitária no Brasil é a dissertação de mestrado de Gallindo, defendida em 1981 com o título “A psicologia comunitária como agente de transformações sociais” no Centro de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Em seu trabalho, a autora realiza uma retomada histórica do desenvolvimento da psicologia comunitária. Essa retomada é remontada à trajetória da psicologia comunitária, em especial, desenvolvida no contexto norte americano. A autora apresenta essa nova perspectiva da psicologia como sendo parte de um movimento de mudança de abordagem dos fenômenos psi. De uma abordagem “do modelo intrapsíquico para uma perspectiva social” (Gallindo, 1981, p. v), que propunha uma visão das desordens emocionais como resultado do “mau funcionamento das fontes básicas de suporte social” (idem, p. 03). Nesse movimento, difundia-se a visão de que a intervenção profissional em instituições que lidassem com esses desajustes a nível individual deveria abordar o sintoma como “uma falha do sistema social como um todo” (idem, ibidem). À dita comunidade, de acordo com a perspectiva de Zax e Specter, trazida pela autora, caberia a tarefa de “tornar-se mais sensível em relação à sua responsabilidade no que tange à reabilitação e reintegração dos considerados ‘perturbados mentalmente’” (idem, ibidem).

Em seu trabalho, a autora faz, então, essa retomada histórica da psicologia comunitária como parte desse reposicionamento diante dos fenômenos psi, mas propõe,

também, apresentar o modelo da aprendizagem social como contribuição aos objetivos do campo. No movimento de surgimento de alternativas às abordagens psicológicas, um dos modelos que viria se apresentando seria o da aprendizagem social. Assim, Gallindo (1981) oferece, em um segundo momento, uma apresentação dos princípios desse modelo, seguindo com uma busca por entender o tipo de mudança almejado pelas ações da Psicologia Comunitária.

No modelo da aprendizagem social (Bandura, 1979), que a autora defende como uma alternativa à psicologia comunitária em suas finalidades, haveria o entendimento de que os comportamentos sociais, desviantes ou socialmente desejados, seriam produtos de um processo que teria como sustentação três sistemas reguladores diferentes.

No primeiro sistema estariam os estímulos ambientais como fonte de controle dos comportamentos, sejam eles respostas autônomas do organismo, como o caso de certas respostas fisiológicas, ou mesmo comportamentos instrumentais, o que permitiria atribuir a causa de certos comportamentos socialmente desviantes a estímulos do ambiente. O segundo sistema se basearia no fornecimento de recompensas ou punições, ou seja, de um *feedback* que atuaria no controle dos comportamentos. O terceiro sistema funcionaria a partir da observação, em que a aprendizagem se processaria a partir da mediação da observação das consequências do comportamento de outra pessoa.

Os princípios do modelo da aprendizagem social a colocariam, assim, dentro de uma perspectiva próxima às mudanças que vinham se processando na construção de uma abordagem crítica ao modelo médico de compreensão dos fenômenos psi. Os comportamentos considerados desviantes seriam resultado, portanto, do arranjo de estímulos ambientais e da aprendizagem pela observação (Gallindo, 1981).

A autora busca fornecer, além disso, uma compreensão acerca do que estaria colocado no termo comunidade. Assim, recorre a algumas definições que apontam para uma noção de comunidade não como sinônimo de pertencimento a um mesmo grupo ou um mesmo espaço geográfico, mas como compartilhamento de certas condições, sentimentos, valores e objetivos. A Psicologia Comunitária, para contribuir com mudanças que sejam interessantes à comunidade deveria, nesse sentido, estar atenta aos seus anseios e valores.

A psicologia comunitária seria, portanto, na perspectiva da autora, uma alternativa surgida no movimento de mudança do paradigma médico para um que busca entender os componentes sociais dos comportamentos e que, além disso, teria como “uma de suas metas promover mudanças que propiciem uma justiça social” (Gallindo, 1981, p. 76).

Nesse sentido, a autora indica o modelo da aprendizagem social como uma possibilidade de contribuição à psicologia comunitária em suas finalidades. Propõe a não incompatibilidade e contradição total entre a perspectiva fenomenológica, que assume a condição de liberdade essencial dos seres humanos, e a perspectiva chamada “comportamentista” (idem, p. 77), que concebe os comportamentos como resultado passivo dos estímulos do meio.

A possibilidade de a psicologia comunitária se oferecer como alternativa de contribuição para a realização de mudanças sociais (compreendidas como mudanças nas contingências ambientais e sociais que determinam o bem-estar das pessoas), estaria na dinamização possibilitada pela articulação entre essas duas posições. Diz a autora:

“(...) o ponto crucial parece ser sistematicamente o fato que não pode o homem evitar que o seu comportamento de alguma maneira seja controlado. É importante conscientizá-lo disso pois, só assim, embora não ficando totalmente imune, consegue livrar-se de algum tipo de controle. Deverá, portanto, ser orientado no sentido de evitar todo controle vinculado a consequências aversivas. O trabalho a ser

realizado será no sentido de oferecer-lhe uma maior quantidade de reforços positivos, despertando a concepção de uma sociedade menos repressiva, onde tanto a vida individual como em comunidade poderá ser mais agradável” (Gallindo, 1981, p. 78).

A finalidade do trabalho da psicologia comunitária, nesse sentido, traz também uma concepção de mudança subjacente a esse trabalho, e que deveria ser problematizada. Como indicação para essa problemática, a autora apenas propõe a dignificação da vida humana como a direção básica para a qual devem-se voltar as intervenções da psicologia comunitária, entendendo essa dignificação como o atendimento às necessidades básicas de vida de qualquer pessoa: “alimento, abrigo, higiene, segurança, educação e tudo aquilo que lhe propicie desenvolver-se dignamente como pessoa” (Gallindo, 1981, p. 80).

Também no Rio de Janeiro, em um texto publicado em 1980, intitulado “O trabalho do psicólogo na favela”, Landin e Lemgruber (1980) descrevem uma experiência de estágio de psicologia na comunidade, realizado pela PUC-RJ, dentro do movimento das universidades católicas brasileiras de se aproximarem da realidade social do país, seguindo as diretrizes tiradas pela Igreja Católica latino-americana nos encontros de Medellín e Puebla⁵⁰.

Vera Lemgruber⁵¹, que fez parte do Setor de Psicologia Comunitária do Hospital Fernandes Figueira, no Rio de Janeiro, e Regina Landin, inspiradas pelo trabalho desenvolvido no hospital, iniciariam um trabalho de atendimento psicológico em favela,

⁵⁰ Logo em seguida à realização do Concílio II do Vaticano (1962-1965), os dirigentes da Igreja Católica na América Latina se reúnem, em 1968, em Medellín, na Colômbia, para interpretar as diretrizes tiradas no Concílio à luz da realidade social latino-americana. Em 1979, organiza-se um mesmo encontro em Puebla, no México, em que, apesar da forte intervenção reacionária do Vaticano, tal como no encontro de 1968, o resultado foi a produção de um documento crítico e em reafirmação das posições progressistas que indicariam uma “opção preferencial pelos pobres” à Igreja (Brito, 2010).

⁵¹ Em sua investigação histórica, Collares-da-Rocha (2013) encontrou, como publicação mais antiga, no Brasil, usando o termo “psicologia comunitária”, um artigo de Lemgruber, publicado em 1975 na revista “Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada”, com o título “Psicologia preventiva: uma experiência na cidade do Rio de Janeiro”. Nossa busca, que se restringiu às publicações disponíveis em bases online, alcançou, entretanto, como publicação mais antiga, o referido texto de D’Amorim, de 1980.

no final da década de 1970, e é em referência a esse trabalho que são apresentadas as discussões trazidas neste texto de 1980.

Segundo as autoras, as comunidades, que se subentende serem constituídas de pessoas de pouco poder aquisitivo vivendo em regiões periféricas da cidade, poderiam tanto apresentar demandas mais ou menos definidas de um atendimento psicoterapêutico clássico, quanto não saber identificar sua demanda. A psicologia comunitária seria aquela que assumiria a função de escutar e interpretar as demandas da comunidade.

Nessa tarefa, com o objetivo de diminuir o risco da psychologização dessas demandas, as autoras defendem a necessidade da atuação profissional multidisciplinar. A especificidade do(a) psicólogo(a) na equipe multidisciplinar estaria nessa “escuta” capaz de identificar desejos e necessidades da comunidade. À equipe multidisciplinar não caberia a missão de resolver os problemas apontados pela comunidade, mas de assessorá-las na busca por soluções.

O trabalho descrito pelas autoras foi realizado em um bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro, cuja população residente era de aproximadamente cinco mil famílias e onde não havia grande presença de lideranças atuando de forma orgânica. O trabalho se iniciou a partir do convite de algumas freiras da Igreja Católica que conduziam um trabalho de pastoral de favelas no local e contava, nesse momento, com a participação de sete estagiários de psicologia.

Durante o processo de organização do projeto, houve o recebimento de uma doação financeira de considerável valor, como descrevem as autoras, não ficando claro, contudo, as origens dessa doação. Esse financiamento, entretanto, foi importante para o impulsionamento do projeto que teve, como uma de suas primeiras ações, a realização de um levantamento de necessidades prévio realizado junto à comunidade, que contou com

a participação de 500 de seus membros indicando como prioridade a realização de obras de saneamento e urbanização no bairro.

Os resultados desse levantamento levaram a equipe de psicologia à conclusão de que era prioritário à instalação de um serviço de psicoterapia no bairro, a mobilização e organização da comunidade na aplicação da verba recebida. Nesse trabalho inicial é que a equipe de psicologia pôde, inclusive, estabelecer uma maior aproximação com a comunidade (Landin & Lemgruber, 1980).

As autoras descrevem que a mobilização teve como resultado a realização de uma assembleia, convocada pela equipe de psicologia, com o objetivo de discutir a aplicação da verba. Como encaminhamento foi tirada a construção de uma eleição que indicaria uma comissão de moradores que ficaria responsável pelo direcionamento dessa aplicação. O processo eleitoral teve uma considerável participação dos moradores, contando com a presença de 1600 eleitores, os quais elegeram uma comissão de representantes que passou a se reunir abertamente, no espaço da Associação de Moradores do bairro, com os técnicos da PUC-RJ.

Apesar da expressão que esse trabalho de mobilização e organização apresentou, o trabalho específico da psicologia, para fins de atendimento ao processo burocrático de registro do projeto de extensão junto à universidade, era o de organizar centros de atividade e de socialização para crianças em fase pré-escolar e adolescentes. O trabalho com adolescentes ficou inviabilizado por falta de estrutura, mas o trabalho com as crianças aconteceu, passando a ser identificado como creche, funcionando diariamente na parte da manhã e contando com o trabalho não só da equipe de psicologia, mas de membros voluntários da comunidade (Landin & Lemgruber, 1980).

A descrição feita pelas autoras foi realizada quando ainda tinham apenas duas semanas de existência da creche. O pouco tempo de efetivação do trabalho no bairro, incluindo-se o trabalho da creche e o trabalho de mobilização em torno da aplicação da verba nas ações de saneamento e urbanização, permitiu, contudo, às autoras, discutir alguns aspectos desse trabalho que se delineava.

Como um dos limites identificados pelas autoras estava a questão da fundamentação teórica do trabalho. As abordagens psicológicas clássicas, que buscam no indivíduo as raízes de seus sofrimentos e de suas demandas, seriam modelos teóricos de baixa validade em contextos comunitários. Em contrapartida, Landin e Lemgruber (1980) esboçavam uma crítica a uma tendência que já se manifestava nas discussões da psicologia comunitária, especialmente norte-americana, mas que se tornaria bastante expressiva em alguns grupos brasileiros pautados pela perspectiva da “Saúde Comunitária” (Góis, 2008).

Ao denunciarem um certo “pragmatismo otimista que negligencia a noção de conflito social” (idem, p. 71), as autoras demarcavam um problema contido na perspectiva preventivista em Psicologia. Ao se trazer para o campo da saúde mental o modelo da medicina preventiva⁵², que busca intervir sobre os antecedentes imediatos do problema, o que se teria como objetivo seria a promoção da readaptação social ou mesmo a prevenção da desadaptação. A maneira como o meio social pode produzir sofrimento, dentro dessa tendência, não é problematizada, sendo prioritário o planejamento de ações que visam evitar os conflitos que podem levar à desadaptação.

O alinhamento do trabalho do(a) psicólogo(a) em comunidade com essa perspectiva é apontado como problemático pelas autoras. Embora não aprofundem essa

⁵² Para uma abordagem crítica do modelo preventivista em medicina, consultar Arouca (1975).

discussão, indicam a incoerência entre uma atuação profissional que busca prevenir desajustes, com aquela que se buscou desenvolver no projeto descrito: escutar e interpretar as demandas da comunidade, ajudando-a na busca por soluções coletivas de seus problemas.

Apesar do caráter preliminar da discussão apresentada pelas autoras, dois importantes destaques relativos ao trabalho em comunidade são apresentados: a questão da autogestão e da inserção gradual. A entrada da equipe profissional externa à comunidade deveria, em sua avaliação, se dar de forma processual, e o trabalho não deveria perder de vista o desenvolvimento da própria comunidade, e de seus membros, em seus recursos, para que, autonomamente, esses possam controlar e decidir sobre os rumos de suas vidas.

Em mais um caso da Paraíba, questões levantadas em torno de um trabalho desenvolvido com movimentos populares são objeto da publicação de 1989 de Genaro Ieno Neto, com o título “Psicologia e movimentos populares: algumas possibilidades de aproximação”. Professor no curso de Psicologia da UFPB, Ieno Neto teve um percurso diferente no trabalho comunitário em psicologia que o de D’Amorim. Tendo cursado Psicologia na PUC-SP, nos anos de 1970, voltaria à Paraíba onde começaria a desenvolver um trabalho em comunidades rurais, acompanhando grupos em áreas de luta pela terra. Esse trabalho era realizado junto à Pastoral Rural onde os objetivos, que extrapolavam o domínio da Psicologia, eram o de fomentar a conscientização, a participação, através de métodos da educação popular, da pesquisa-ação e visando a transformação social (Collares-da-Rocha, 2013).

Em sua publicação de 1989, com base nesse trabalho, Ieno Neto reflete sobre possibilidades de contribuição da psicologia no delineamento e na busca de respostas às questões que se colocavam no trabalho comunitário com grupos e movimentos populares.

Por grupos populares, o autor define “pequenos produtores rurais, posseiros, canavieiros, favelados e trabalhadores da construção civil” (Ieno Neto, 1989, p. 108), e chama de movimentos populares as práticas desenvolvidas por esses grupos. Entende-se, como propõe o autor, essas práticas como estando inseridas de forma local nas dinâmicas de seus grupos, e de forma global no jogo de forças do conjunto da sociedade.

A produção singular, também particular, desses grupos, na forma do que o autor identifica como cultura desses grupos, seria o objeto com o qual se trabalharia, nos trabalhos junto a movimentos populares. A apreensão e compreensão do processo de produção dessa cultura poderia ser feita em um trabalho de tipo educativo junto aos grupos populares.

A psicologia, nesse sentido, ao propor um trabalho em uma perspectiva popular, deveria se dedicar à “compreensão de como se dá o processo singular da produção das culturas populares” (Ieno Neto, 1989, p. 109). Como cultura, o autor entende “a atividade produtiva de bens simbólicos que objetivam reproduzir, resistir ou transformar uma dada realidade social” (idem, p. 109). Essa atividade aludiria a aspectos singulares da experiência social de um grupo, classe etc., mas se articularia de maneira complexa à particularidade da realidade social, expressando seus conflitos e antagonismos. Assim, a cultura popular teria como referência a relação conflituosa que sua classe mantém com a classe dominante.

A cultura seria, assim, apresentada como um conceito importante na articulação subjetiva das condições concretas de vida das pessoas. Os sentidos dados pelas pessoas aos elementos de sua cotidianidade manifestariam os múltiplos e contraditórios conteúdos operantes nessa cultura. Os trabalhos junto a movimentos populares deveriam, como alerta o autor, levar em consideração esse processo.

O imediato e o concreto presentes, sendo conteúdo da cultura popular, serviriam de material para a análise e para a atribuição de sentido histórico às vivências cotidianas das pessoas que produzem essa cultura. Entendidos em articulação à particularidade histórica e ao jogo de forças sociais de uma dada conjuntura, esses elementos imediatos e concretos instrumentalizariam a compreensão de como as contradições da sociedade se manifestam na esfera da singularidade dos grupos populares. Possibilitariam colocar em cena a questão do poder,

“ou seja, em que medida as classes dominantes, através do Estado e de outros mecanismos, contamina as conjunturas particulares de vida cotidiana e como, no caso, os populares reproduzem, resistem e/ou se confrontam abertamente com esse exercício concreto de poder, quer a nível de subjetividade, quer a nível dos comportamentos objetivos, quer da relação entre ambos” (Ieno Neto, 1989, p. 111).

A realização de práticas educativas que permitam a emergência da subjetividade como conteúdo fundamental à luta política seria uma das contribuições que a psicologia, com uma perspectiva popular, poderia produzir. Outra contribuição poderia ser a da articulação entre projetos pessoais de vida com projetos coletivos. Como articular aspirações individuais aos projetos de luta coletiva, sejam elas contra expressões da dominação política ou contra formas de exploração econômica (Ieno Neto, 1989)?

Mais que isso, o autor indica a possibilidade de contribuição da psicologia, fundada nessa perspectiva, para a problematização da articulação entre as aspirações singulares dos grupos populares com um projeto popular a nível nacional, que dê organicidade às lutas locais e regionais. Essa articulação não seria uma tarefa ao alcance da psicologia, mas a problematização de seus elementos, na viabilização de um projeto de transformação social, poderia ser um debate com o qual os psicólogos se implicassem em um trabalho com movimentos populares.

Interessante trazer o sentido de popular atribuído pelo autor a uma prática profissional como a da psicologia: “o adjetivo popular entra para assinalar uma opção política a respeito do sentido que se pretende dar a prática profissional, numa sociedade, mesmo que se queira em última instância, mas marcada significativamente pelo conflito de classes” (Ieno Neto, 1989, p. 115).

O autor conclui o texto passando por mais uma questão presente nas preocupações em torno desse tipo de trabalho naquele momento, que é a da especificidade do trabalho nesse tipo de contexto. Sua defesa se dá no sentido de que a busca pelo enquadramento desse trabalho em algum modelo específico de prática psicológica não deve ser prioridade.

“A questão não é enquadrar a prática em algo formal que possa ser chamado de psicologia. O desafio é selecionar entre as múltiplas questões produzidas pelas práticas concretas de trabalho junto às classes populares, aquelas questões que nos impulsionam, psicólogos e populares, no sentido da busca conjunta de viabilizar projetos comuns (...).” (Ieno Neto, 1989, p. 116).

Um trabalho que também tem as lutas populares como referência para a construção de um projeto popular de psicologia é o desenvolvido no início da década de 1980, no Estado do Ceará, pela iniciativa de César Góis, então professor de psicologia na Universidade Federal do Ceará, em conjunto com alguns outros profissionais que atuavam com a educação popular. Em um artigo originalmente publicado na “Revista de Psicologia da Universidade Federal do Ceará”, no ano de 1984, Góis (2003) discute as articulações entre a realidade econômica e a situação de opressão e alienação vivida pelas classes oprimidas.

O trabalho, do qual resultou a reflexão trazida no texto, foi iniciado no bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu, em Fortaleza, em 1980, a partir da iniciativa de César Góis e participação de “Ruth Cavalcante (Psicopedagoga do Centro de

Desenvolvimento Humano), Raquel Balsalobre (ex-professora de Psicologia Social da UFC), Irmã Maria Montenegro (Freira que residia no Cristo Redentor), Gílton e Domingos Sávio (Lideranças do Pirambu na época)”(Góis, 2003, p. 17).

Neste momento, os trabalhos comunitários de psicologia na região não recebiam o nome de psicologia comunitária. O termo só passaria a ser usado a partir de 1987, como resultado da busca por uma sistematização teórica das experiências que, até então, segundo o autor, era uma psicologia “mais prática que teórica” (Góis, 2003, p. 28) e “a serviço da população pobre” (2003, p. 18), recebendo o nome de psicologia popular e, posteriormente, psicopedagogia popular, quando passou a integrar o campo da educação popular (Góis, 2003).

A proposta da psicologia popular surgiu da ideia de se buscar uma aproximação da psicologia com a vida do povo oprimido e, através de um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará no bairro, pôde dar início a esse esforço teórico e prático. Na proposta de Góis, era preciso fazer com a psicologia aquilo que Pichón-Rivière havia feito com a psicanálise, ou seja, “leva-la às ruas” (Góis, 2003), no intuito de reverter o histórico papel de omissão cumprido pela psicologia.

Góis (2003) introduz seu texto lançando um questionamento a respeito da efetividade dos serviços de saúde realizados pelas instituições públicas e destinados à população. Sua resposta à questão é categórica:

“Não existem condições econômicas, ideológicas nem justiça social suficiente dentro desse sistema sócio-econômico para levar a psicoprofilaxia às populações pobres de maneira séria, abrangente e efetiva. Os serviços públicos, de um modo geral, estão comprometidos com a ideologia de dominação.

Dentro dessa perspectiva social e desumana só resta uma saída para o povo: ser responsável pela sua organização, decidir seu rumo, exigir os seus direitos e impor sua autoridade para governar.

Sob esse prisma é que encontro o caminho para uma Psicologia Popular” (Góis, 2003, p. 36).

Para o autor, o adoecimento psíquico e quaisquer problemas sociais deveriam ser vistos sob o ponto de vista da dominação existente em uma realidade social estruturalmente injusta e baseada na exploração. A compreensão de que se trataria de uma sociedade de classes antagônicas, cujo Estado serviria à sua reprodução, é nitidamente expressa. Nesta perspectiva, Góis (2003) rejeitaria qualquer possibilidade real de prevenção e de desenvolvimento de condições que resolvessem os problemas vividos pelo que ele entende como classe dominada sem a superação da sociedade de classes. A conciliação entre a classe dominadora e a classe dominada não é uma opção⁵³.

Seu texto segue apresentando uma caracterização da situação da classe oprimida de uma forma geral e, mais especificamente, nordestina. Assim, apresenta alguns dados que expressam a alarmante condição de miséria no nordeste brasileiro, onde quase 80% da população passava fome, mais de 80% dos trabalhadores no campo não chegava a receber um salário mínimo mensal, onde mais da metade da população urbana e rural tinha rendimentos mensais inferiores a um salário mínimo, e onde se registravam elevados índices de adoecimento psíquico entre as populações oprimidas (Góis, 2003).

Diante dessa situação vivida pela classe oprimida, o adoecimento psíquico poderia ser encarado como uma resposta defensiva à violência desumanizadora sofrida por ela cotidianamente. Assim, na contramão das abordagens tradicionais em saúde mental, a psicologia popular levantava a necessidade de que tais processos psicossociais fossem matizados em sua relação com os mecanismos de opressão, que levariam à reprodução de estruturas psíquicas fragmentadas. Na implementação desses mecanismos, o poder do Estado, não só pela via do monopólio da violência policial, mas também pela via do poder

⁵³ O autor faz uso dos termos “dominação”, “exploração”, “classe oprimida”, “pobre” sem uma grande preocupação com sua diferenciação, assim, diz: “as expressões ‘pobre’ e ‘oprimido’ são empregadas no texto para designar pessoas que vivem na periferia das cidades, sem condições de moradia e saneamento e ganhando no máximo, quando empregadas, quatro salários mínimos (em 1984)” (Góis, 2003, p. 38).

do saber de psicólogos, médicos, assistentes sociais, dentre outros profissionais, não deixaria de ser convocado para minar qualquer embrião de organização popular.

Nesse sentido, a linha de ação proposta para a psicologia popular visava algo além do oferecimento de serviços de psicologia às pessoas submetidas às condições de miséria e exploração. A possibilidade de uma psicoterapia popular, por exemplo, residiria não em sua capacidade de se deselitizar e se tornar acessível a essas populações. Uma “psicoterapia do pobre” (Góis, 2003, p. 45) teria sua possibilidade somente na medida em que a situação social concreta de negação de direitos e de condições básicas de sobrevivência fosse problematizada. Caberia à ação da psicologia popular colaborar com o engajamento em ações de militância e de reivindicação, o que viabilizaria o desenvolvimento de recursos psicossociais para a superação da estrutura social desumanizante produtora da fragmentação e do adoecimento.

“A organização comunitária, os grupos de jovens, as hortas comunitárias, as atividades de reflexão e a ação comunitária, o mutirão, as lutas reivindicatórias, as reflexões existenciais e emocionais em grupo, o esporte, a cultura e o lazer, são formas concretas de ampliação do conceito e da prática psicoterápica e onde se integram os conceitos de prevenção e tratamento. São também atividades que estabelecem e restabelecem as condições de crescimento pessoal e comunitário. Formam o espaço onde deve ser teorizada e praticada a Psicologia Popular.

Atuar no contexto psicossocial e econômico do oprimido, buscando resgatar, fortalecer e criar relações culturais, sociais, econômicas e psicológicas saudáveis, facilitando o esforço de organização da população e de sua luta contra a opressão são ações que devem fazer parte da atuação do Psicólogo Popular” (Góis, 2003, p. 46).

Para isso, o recurso aos conhecimentos produzidos em outros campos de saber como a antropologia, a sociologia, o direito, as ciências políticas, a medicina, etc., se tornaria indispensável para a problematização e superação da ideologia de submissão, do caráter oprimido e para a “restauração do núcleo de vida ou tendência realizadora da

classe oprimida” (p. 47), que se constituiria na tarefa da psicologia com a proposta de ser popular.

Mais tarde, Góis descreveria o trabalho realizado no Pirambu, e que resultou nas reflexões acerca de uma Psicologia popular, como tendo sido “confuso e disperso, sem uma base teórica e metodológica” (Góis, 2003, p.17). A mencionada dispersão parecia estar relacionada a esse recurso aos conhecimentos de outros campos do saber em detrimento da definição de um corpo teórico e metodológico específico da psicologia nessa atuação. Entretanto, como se depreende de suas conclusões em 1984, esse recurso era fundamental para a tarefa a que se propunha a psicologia popular.

Góis (2003) propunha à psicologia popular o trabalho com três categorias conceituais básicas: Ideologia de Submissão e Resignação; Caráter Oprimido; e Valor Pessoal e Poder Pessoal.

Segundo o autor, a submissão e a resignação se apresentariam como processos psicossociais que cumpririam a função de controle das altas tensões sociais resultantes da estrutura social desumana e opressora. A resistência e o enfrentamento que podiam ser originados da ação do núcleo de vida do oprimido sofreriam a ação repressora desses processos psicossociais, que por sua vez estariam presentes na situação de vida e na estrutura psíquica da classe oprimida. Assim, a ideologia de submissão e de resignação se realizaria na totalidade da vida dos indivíduos dessa classe, atingindo todos os seus âmbitos e resignando-o ao convencimento da imutabilidade de sua situação.

“Todos esses fatores formam no cotidiano a rede estrutural e funcional da submissão e resignação, presentes numa ideologia tecida ao longo do tempo para manter o oprimido afastado da vida, impedindo-o de acreditar no seu potencial de realização humana e a agir com consciência e autonomia” (idem, ibidem, p. 49)

Ao conceitualizar o caráter do oprimido, Góis (2003) recorre à noção de caráter neurótico em Reich⁵⁴ e de repressão em Toro⁵⁵, entendendo que a estrutura psíquica tem sua formação condicionada por fatores externos e internos à pessoa. O caráter neurótico, tal como discutido por Reich, seria observado em qualquer classe social, não dependendo das condições específicas de uma classe ou outra.

Para Góis (2003), entretanto, numa sociedade de classes, existiriam não só os fatores específicos individuais na determinação do caráter, como também as condições próprias de uma classe. E o fator decisivo e estruturante da formação do caráter na classe oprimida seria a questão da sobrevivência, que permaneceria cotidianamente central na estruturação de todas as ações e de todo o cotidiano dessas pessoas.

Assim, no que se refere ao caráter oprimido, não se trataria de um caráter neurótico, mas de um caráter alienado, produto do subdesenvolvimento e não de uma psicopatologia. Esse caráter alienado do oprimido seria a posição psíquica de resposta encontrada ao destino imposto pelas classes dirigentes à classe oprimida. Desconstruir o caráter oprimido como uma resposta resignada à situação de opressão dessa classe, não através de intervenções psicoterápicas individuais, mas através da combinação de meios psicológicos, sociais e políticos, seria uma das tarefas da Psicologia Popular (Góis, 2003).

“Trabalhar o caráter oprimido não é fazer um trabalho de desencouraçamento psicológico, como o realizado nos grupos de psicoterapia, nem tampouco *sociologizar* as relações do oprimido, desqualificando ou minimizando a sua estrutura psíquica, como é comum nos trabalhos de educação popular. Nem por um lado, nem pelo outro os esforços são suficientes. Acreditamos que as condições de desencouraçamento e desenvolvimento pessoal da classe oprimida estão intimamente ligadas à criação de um clima psicossocial de

⁵⁴“No livro “Análise do Caráter”, Reich (1995) relata que a formação do caráter neurótico é produzida pela repressão da energia libidinal, pela fixação das situações pré-genitais. Nesse caso, em torno do Ego, vai-se formando uma blindagem para protegê-lo do conflito e permitir um *modo estável de viver* frente às angústias e aos medos. Essa blindagem psíquica é uma couraça que se forma no âmbito da musculatura, modelando um caráter para a pessoa” (Góis, 2003, p. 49. Grifos do autor)

⁵⁵ Na concepção de Toro, trazida por Góis, a repressão seria a de “potenciais evolutivos de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência” (idem, *ibidem*).

mudanças individual e social que favoreça a expressão do valor pessoal e do poder pessoal. Isso quer dizer que a eliminação da estrutura do caráter oprimido não pode ser feita apenas por meios psicológicos, e sim também por meios sociais e políticos” (idem, ibidem p. 51)

Visar ações de mudança sociais e políticas como via de desconstrução do caráter oprimido requereria o favorecimento da expressão do valor e do poder pessoal. Referenciando-se em Toro, o autor entendia o valor pessoal como uma tendência à autorrealização pessoal, ao passo que o poder pessoal seria a capacidade de uma pessoa em somar seus recursos aos recursos de outras na construção de relações saudáveis e na transformação da realidade. A potencialização desses processos poderia favorecer a organização popular e a construção de ações políticas e reivindicatórias (idem, ibidem).

Sua proposta metodológica para o favorecimento da emergência desses processos teria os pequenos grupos populares como seu lugar de ação, condicionados pela existência de um clima psicossocial que apresentasse: congruência, aceitação e empatia (Rogers); diálogo (Freire); organização comunitária e luta reivindicatória e política (idem, ibidem).

Nas classes marcadas pela vivência da opressão, o que comumente se encontraria, afirma Góis (2003), não seria a tendência à organização comunitária, mas o oposto. A organização comunitária e a luta popular seriam o caminho para a libertação da classe oprimida, através de lutas reivindicatórias, de associações de moradores, de sindicatos ou partidos políticos. E o pequeno grupo popular seria o núcleo com o qual se poderia trabalhar as condições psicossociais do grupo que favorecessem a organização das lutas populares.

O texto de Góis finaliza com a apresentação da experiência que vinha sendo realizada no bairro de Pirambu. O Pirambu, bairro popular situado na região oeste da cidade de Fortaleza, próximo à região central da capital (2 km de distância), posteriormente dividido em dois bairros (Nossa Senhora das Graças e Cristo Redentor),

tinha as marcas de quase todo bairro popular à época no Brasil: serviços públicos precários ou ausentes, altos índices de desemprego e criminalidade etc (Góis, 2003).

A atuação da igreja católica, tanto no fortalecimento das lutas e da organização popular, quanto em sua acomodação ao assistencialismo, em outros momentos, foi sempre bastante presente. Os trabalhos realizados pelo autor e pelos outros professores e profissionais que o acompanharam nesta experiência se iniciaram neste contexto.

Como relata o autor, o Pirambu foi um bairro surgido na década de 1930, mas legalmente registrado apenas em 1962 após a luta de seus moradores pela desapropriação do terreno para a construção do bairro. Essa luta, chamada de “Grande Marcha do Pirambu”, teve grande participação de membros da Igreja Católica local, como o citado Padre Hélio Campos, responsável pela agitação inicial do movimento. Após um período de intervenção de uma ala paternalista e assistencialista da igreja, que, de acordo com Góis, favoreceu a acomodação dos moradores, seguiu-se uma retomada do período inicial com a chegada de padres das alas mais progressistas da Igreja, como o mencionado Padre Haroldo, em 1982. Este, como relata Góis, teve importante atuação na diminuição do assistencialismo e buscou conduzir trabalhos de educação popular junto aos moradores.

Entre os anos de 1981 e 1987, Góis e os profissionais que o acompanhavam realizaram trabalhos de alfabetização de adultos através do método de Paulo Freire, grupos com jovens marginalizados e usuários de drogas, grupos com adultos, de forma geral. Em 1983 o trabalho conseguiu um apoio mínimo da Universidade Federal do Ceará, passando a ser realizado na forma de um projeto de extensão denominado “Atendimento Psicossocial de Jovens e Adultos do Pirambu” (Góis, 2003, p. 58).

Góis (2003) lembra que, por ser ainda um período de existência dos últimos anos de ditadura militar, foi uma época difícil para a realização desse tipo de trabalho.

Entretanto, resultou, em 1983, a partir do trabalho com um grupo de jovens anteriormente chamado Renascer, na constituição de um grupo que passou a ser chamado de Grupo Libertação e, posteriormente, Movimento Libertação, que mobilizou muitos moradores e organizou um expressivo conjunto de atividades comunitárias.

Uma das importantes atividades realizadas foram os encontros de reflexão e ação, baseados na proposta dos círculos de cultura de Paulo Freire, mas que ao invés da alfabetização, realizava-se o debate e o aprofundamento de temas chaves para a organização de ações comunitárias. Assim, discutiam problemas cotidianos do bairro e possíveis soluções para esses problemas. Essas soluções muitas vezes passavam pela ação organizada de comissões populares do bairro que dirigiam ações de reivindicação aos órgãos públicos. Outras ações realizadas foram a construção de hortas comunitárias, a alfabetização de adultos, trabalhos de educação política e formação de lideranças, círculo de mulheres, grupos de idosos, dentre outros (Góis, 2003).

Mais um trabalho publicado durante os anos de 1980 é o livro de Eduardo Vasconcelos (1985), publicado na coleção “Primeiros Passos” da Editora Brasiliense. Vasconcelos, apesar de graduado em psicologia, não integrou programas de Pós-Graduação ou mesmo compôs o corpo docente de cursos de psicologia no período em que se desenvolviam as primeiras propostas comunitárias em psicologia. Sua trajetória acadêmica se consolidou na área do serviço social, quando ingressou como professor no curso da PUC-MG, em 1981, e depois, em 1994, na UFRJ. Em entrevista à *Revista Serviço Social e Saúde* (2015), reafirma sua trajetória na área do serviço social, mas aborda a passagem pela psicologia nesse percurso afirmando que, apesar de psicólogo por formação, sempre foi um crítico da formação hegemônica em psicologia, marcada pelo psicologismo. E destaca a importância da militância social de esquerda, nos anos de 1970, para sua formação.

Seu livro, de caráter didático e com grande número de citações, no que se refere às obras de psicologia comunitária do período, se inicia com a localização, realizada pelo autor, da emergência da psicologia comunitária dentro do quadro de crise da psicologia, crise, esta, tanto relativa aos seus modelos de atendimento e de interpretação da realidade, quanto à própria situação profissional em um mercado em crise. As primeiras experiências em psicologia comunitária teriam surgido, como explica o autor, “como uma das saídas alternativas para a Psicologia e sua crise” (Vasconcelos, 1985, p. 23).

Sua apresentação passa por um resgate histórico do surgimento da psicologia comunitária no mundo, remontando a algumas experiências de improvisação dramática conduzidas por Moreno, no início do século XX, em Viena, como uma das primeiras experiências a se aproximar do que ele define como os ideais da psicologia comunitária.

A obra de Reich, nos anos de 1920, e a experiência dos Alcoólicos Anônimos (AA), iniciada nos Estados Unidos, em 1935, também são apontadas como marcos históricos importantes para o surgimento da psicologia comunitária. A reforma psiquiátrica, o movimento da Psiquiatria Democrática na Itália, e a emergência de perspectivas preventivas dentro da psiquiatria comunitária estadunidense, além disso, são apontadas como momentos importantes para a definição de uma nova abordagem à saúde mental, que definiria a alternativa da psicologia comunitária.

Na América Latina, a já referida crise de definições tanto teórico-metodológicas quanto de mercado, resultantes do achatamento do mercado de trabalho, junto à criação, nos anos de 1960 e 1970, de centros comunitários de saúde mental, que propunham uma abordagem baseada na atenção primária e preventiva à saúde, somam-se aos referidos marcos históricos internacionais (Vasconcelos, 1985).

No Brasil, conforme discute o autor, a psicologia comunitária teve sua implantação efetivada através de três frentes: a via acadêmica universitária, o movimento popular e os serviços em instituições sociais ligadas ao Estado.

Conforme avaliou o autor, pela via da academia instituiu-se a disciplina de psicologia comunitária em alguns cursos de psicologia do país onde, contudo, copiava-se os currículos estrangeiros, apresentando a disciplina de forma descontextualizada da realidade brasileira. Pela via dos movimentos populares, desenvolveram-se experiências autônomas com a participação de professores, profissionais e estagiários de psicologia que, segundo Vasconcelos, não teriam tido ligação formal com a academia. O autor destaca o caráter espontâneo e pouco preocupado em estabelecer uma sistematização teórica por parte daqueles que desenvolviam trabalhos comunitários nessa via. A via de instituição desses trabalhos nos serviços públicos do Estado era apontada como algo ainda muito inicial, tendo suas primeiras realizações em unidades de saúde e escolas, por exemplo.

A proposta de uma psicologia comunitária, conforme apresenta o autor, seria a de uma prática psicológica comprometida com os interesses populares, a partir de uma abordagem interdisciplinar e multiprofissional, que enfatizaria o caráter social dos conteúdos psicológicos, articulando-os “a uma visão totalizante do social” (Vasconcelos, 1985, p. 39). Manifestaria um compromisso social e político que priorizaria as classes populares, oferecendo serviços de caráter mais generalista junto a serviços de saúde mental em uma perspectiva voltada à prevenção. Além disso, buscaria desconstruir o lugar de poder do saber técnico, promovendo uma integração da saúde mental com a vida cotidiana e se comprometendo com o estímulo à participação comunitária nas ações realizadas.

Não haveria um local de atuação em que o(a) psicólogo(a) comunitário realizaria seu trabalho cotidiano. O autor sugere que a identidade do(a) psicólogo(a) comunitário(a) residiria em uma “*forma própria de atuar, voltada para objetivos próprios segundo uma visão crítica definida*” (Vasconcelos, 1985, p. 43. Grifos do autor). Essa visão crítica corresponderia a “uma abordagem mais preventiva, manipulando variáveis mais amplas, sociais e institucionais. Ela reivindica a ação participativa dos usuários e funcionários das instituições na resolução dos problemas e na atuação sobre a saúde mental” (idem, p. 44).

Entre os campos possíveis de atuação, a partir dessa perspectiva, estariam as escolas, as instituições de ensino superior, os programas governamentais da área social, os movimentos populares, organizações sindicais, as comunidades eclesiais de base e as atividades pastorais da Igreja Católica, organizações de bairro, movimentos e grupos negros e feministas, partidos políticos (Vasconcelos, 1985).

O autor dá ênfase, em seu trabalho, à discussão de um campo que estaria se abrindo mais recentemente em países como o Brasil, que seriam os serviços de saúde mental ligados à atenção primária. Uma apresentação mais detalhada desse campo pode ser encontrada nos últimos capítulos de seu texto. O que cabe, contudo, destacar aqui, como aspecto comum inerente a todas essas possibilidades de campo, como aponta Vasconcelos (1985), seria o caráter da vivência comunitária. Essa vivência teria a especificidade de manifestar conteúdos políticos e sociais explícitos, mas também mecanismos simbólicos, muitas vezes inconscientes.

Esses mecanismos estariam na base da produção de fenômenos como a apatia, a competição, a reprodução de formas de participação e lideranças autoritárias e centralizadoras, que conduziriam ao imobilismo e ao enfraquecimento de processos de mudança. À psicologia comunitária se colocaria a tarefa de explicitação desses mecanismos (Vasconcelos, 1985).

Um alerta interessante é dado pelo autor com relação à realização desse trabalho pela via de empresas ou de instituições do Estado. A mediação dessas instituições colocaria ao trabalho o risco da perda da autonomia da comunidade. Diz o autor:

“(…) se essa relação for mediada por instituições públicas ou ligadas a empresas, todo cuidado é pouco. A ação desses órgãos tem objetivos muitas vezes contrários aos interesses populares, e a atuação junto aos movimentos sociais pode ser integrativa ou desmobilizadora, apesar das boas intenções do profissional” (Vasconcelos, 1985, p. 59).

Um pequeno conjunto de textos, também publicados no decorrer da década de 1980, no Brasil, se relaciona, mais diretamente, às reflexões e discussões que vinham sendo desenvolvidas no campo da Psicologia Social, onde a ABRAPSO cumpriu um importante papel aglutinador. Nos números de sua revista, “Psicologia e Sociedade”, publicados na década de 1980 (que totalizam 7, os quais conseguimos acesso a todos, com exceção do número 4, publicado entre 1987 e 1988) diversos são os artigos que versam sobre a relação do trabalho de psicologia em comunidades. Em nossa análise, fazemos uso apenas daqueles que trabalhavam com a noção de psicologia comunitária ou mesmo de um trabalho comunitário em Psicologia que sobrepujasse a mera ideia de comunidade como mais um dentre tantos espaços distintos para uma atuação clássica de psicologia.

Assim, trazemos aqui as discussões realizadas por Bomfim (1989), em seu artigo “Notas sobre a Psicologia Social e Comunitária no Brasil”, por Andery (1989), em artigo intitulado “Psicologia Social e Comunitária”, e em um capítulo, do mesmo autor, publicado em 1984, com o nome “Psicologia na comunidade” (Andery, 1984). A título de identificação dos autores, Elizabeth Bomfim foi docente no curso de psicologia da UFMG no período de realização das ações do Setor de Psicologia Social, e Alberto

Andery, professor no curso de psicologia da PUC-SP e criador do Projeto Osasco, pioneiro das ações comunitárias em psicologia por parte dos representantes da PUC-SP.

Em seu capítulo, Andery (1984) apresenta a psicologia na comunidade como a síntese de um duplo movimento da Psicologia naquele momento. Um movimento que buscava, de um lado, o distanciamento paulatino dos tradicionais locais de atuação da psicologia (o consultório privado, a gerência da indústria, os laboratórios experimentais, as salas de aula na universidade) e, de outro, a progressiva aproximação com a realidade cotidiana da maioria das pessoas nos bairros, organizações e instituições populares, em que se reconhecia que as raízes de seus problemas fundamentais eram de natureza econômica, relacionados aos baixos salários, desemprego permanente, inadequadas condições de moradia, transporte e saneamento etc (Andery, 1984; 1989).

Esse duplo movimento constituiria parte de uma nova fase histórica pela qual estaria passando a psicologia como ciência e profissão, em que se passava a colocar em questão as determinações históricas e sociais da psicologia enquanto instituição burguesa. Historicamente comprometida com a classe burguesa, essa ciência e profissão estaria passando por um processo de questionamento de seus métodos e vínculos, num quadro político de tensão entre “o mundo capitalista e o socialista” (Andery, 1989, p. 127) do pós-Segunda Guerra Mundial.

É dentro desse quadro de tensão que teriam surgido as propostas de intervenção da Psicologia em comunidade que não se restringissem apenas a ações clínicas, “mas principalmente educativas de suporte ao movimento de conscientização social e de redescoberta dos protagonistas do conflito social de classes que permeia a sociedade capitalista” (Andery, 1989, p. 128).

É um movimento que emerge da constatação da histórica ausência da psicologia nesses contextos e do entendimento de que a psicologia teria importantes contribuições a oferecer às pessoas que neles vivem. A promoção deste contato seria positiva tanto para as populações que poderiam usufruir das benesses que os serviços psicológicos poderiam lhes oferecer, quanto para a própria ciência psicológica, que poderia renovar seus conteúdos e metodologias.

A ausência da psicologia nesses contextos poderia ser verificada na ausência de preocupação, em suas reflexões, com os problemas coletivos contemporâneos, de onde se entendia que a psicologia, até então, se encerrava “numa torre de cristal da discussão meramente acadêmica e do atendimento a poucas pessoas da elite econômica” (Andery, 1984, p. 204).

A crítica se dirigia também à própria psicologia social, pela maneira como o “social” era predominantemente concebido. Da tendência mais instintivista à tendência experimentalista da tradicional psicologia social, o tal “social” aparecia vazio de conteúdos históricos, econômicos e culturais. A crise na psicologia social é que viria a expressar o desconforto com essas construções e a necessidade de reaproximação da psicologia com as ciências histórico-sociais. A proposta da psicologia na comunidade é apresentada como uma via para a reavaliação da psicologia em suas teorias e práticas (Andery, 1984).

Bomfim (1989), por exemplo, identifica a psicologia comunitária no Brasil como produto das críticas e da reavaliação da psicologia social. Ao resgatar a instituição da psicologia social como disciplina nos nascentes cursos de psicologia do país, a autora chega à conclusão de que sua proliferação e desenvolvimento já apresentava, em seu interior, uma divisão fundamental.

De um lado, existia uma psicologia social que tinha como referência o ideário da neutralidade científica e uma tradição de importação de conteúdos. De outro, havia o crescimento de uma psicologia social atenta aos movimentos populares, comunitários e de contracultura que se forjavam naquele momento no país e no mundo (Bomfim, 1989).

A autora indica a importância que o contexto de repressão política e de surgimento de movimentos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os movimentos de saúde mental tiveram nesse processo. O surgimento da psicologia comunitária, como avalia Bomfim (1989) estaria diretamente vinculado aos efeitos que esses movimentos e o contexto político tiveram no movimento de crítica e reavaliação da psicologia social.

Os principais temas que caracterizavam as reflexões em torno dos nascentes trabalhos de psicologia na comunidade são sintetizados por Andery (1984) com base em uma resenha dos quinze anos do aparecimento da psicologia na comunidade nos Estados Unidos, de autoria de Sheldon J. Korchin, Andery (1984) nos seguintes tópicos:

- 1) a relevância dos fatores sócio-ambientais na determinação dos comportamentos e, conseqüentemente, para o planejamento de intervenções sócio-comunitárias;

- 2) a valorização da prevenção e do desenvolvimento de recursos individuais e coletivos adaptativos, mais do que da remediação e da patologia;

- 3) a importância da proximidade e da acessibilidade dos serviços de psicologia às populações até então apartadas deles;

- 4) flexibilização dos papéis e regras tradicionais da clínica psicológica;

- 5) envolvimento da população no planejamento e execução de tarefas ligadas ao trabalho da psicologia na comunidade;

6) a ampliação da noção de saúde mental de forma a incluir a esfera do bem-estar social, o que exigiria do trabalho da Psicologia a busca por promover e facilitar processos de reforma social.

Marcadas por esses elementos, as reflexões em torno dos trabalhos da psicologia na comunidade revelariam o afastamento de suas pesquisas e intervenções da suposta neutralidade da ciência e da profissão, que inerentemente carregam uma posição diante das forças econômicas e políticas na sociedade. A posição da proposta da psicologia na comunidade seria a de “aproximar-se das classes populares, ajudando-as na conscientização de sua identidade psicossocial de classes submissas e dominadas, como primeiro passo para uma superação dessa degradante situação de submissão” (Andery, 1984, p. 207).

A intervenção profissional do(a) psicólogo(a) na comunidade visaria a melhoria nas relações de convivência entre seus membros, mas principalmente buscaria instrumentalizar seus membros para ações comunitárias que combatessem os problemas decorrentes de sua posição de classe (Andery, 1989).

Dentro de uma proposta de valorização do trabalho interdisciplinar, que dê conta da ampliação da noção de saúde e que contemple a esfera dos fatores econômicos e sociais no bem-estar dos indivíduos, o trabalho da psicologia demandaria a conjunção com o trabalho de outros profissionais em uma perspectiva educativa e social. Nessa linha, o método de Paulo Freire se apresentaria como um valioso recurso de aproximação com as ditas classes populares.

“O método de Paulo Freire (...) mostra para o psicólogo o que se pode fazer em prol da conscientização e da redescoberta do valor dos indivíduos submetidos a processos seculares de dominação e alienados de sua própria cultura. Articula as forças vivas de resistência, de reação, crescimento e libertação dos grupos sociais populares.

A Psicologia na Comunidade deverá assim colocar os recursos da Psicologia em prol do processo de libertação. Cabe à Psicologia na comunidade trabalhar nos indivíduos e grupos a visão de mundo, a autopercepção enquanto pessoas e grupos; reavaliar hábitos, atitudes, valores e práticas individuais e coletivas, familiares e grupais, no sentido de uma consciência mais plena de classes e de destino” (Andery, 1984, pp. 207-208).

O autor trata de frisar que essa visão sobre a psicologia na comunidade não era uma unanimidade entre os(as) psicólogos(as) que estavam realizando trabalhos em comunidade. Assim, alerta para a diferença das práticas e preceitos buscados pelo movimento descrito, para algumas outras práticas e visões que disputavam espaço nesse trabalho nascente.

A psicologia na comunidade, adverte Andery (1984), não deveria ser apenas uma modalidade de intervenção com fins de caridade ou de assistencialismo, que levasse os mesmos modelos da atuação clínica tradicional de uma forma simplificada e financeiramente acessível a uma população que normalmente não poderia pagar por seus serviços. Também não deveria usufruir de sua inserção nos bairros e instituições populares para exercer uma prática de controle e vigilância dos ditos comportamentos moralmente desviantes.

O autor destaca também a relevância da diferenciação das práticas buscadas por esse movimento com as práticas tipicamente político-partidárias, que poderiam usar de sua inserção e trabalho na comunidade para a realização de recrutamento e trabalho de base partidários. A organização político-partidária por si só não era condenada, mas deveria ser considerada, no trabalho do(a) psicólogo(a), como uma possível consequência do trabalho educativo e conscientizador fomentado pelo trabalho comunitário (Andery, 1984).

Segue-se a essa discussão um relato sobre as experiências de psicologia na comunidade que vinham sendo desenvolvidas no Brasil e que foram debatidas no primeiro Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, em 1981, em São Paulo, organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)⁵⁶. Essas experiências foram organizadas em algumas categorias: 1) experiências na área de saúde mental da população; 2) experiências em grupos de mulheres e de jovens nos bairros; 3) experiências em instituições populares; 4) experiências nas escolas de 1º grau da rede pública.

O I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade foi o primeiro evento realizado pela ABRAPSO e contou com relatos sobre os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos na PUC de São Paulo e na Universidade Federal da Paraíba. Silvia Lane, Peter Spink e Alberto Andery compuseram a mesa redonda do evento, onde Lane apresentou um panorama da psicologia comunitária na América Latina e Andery tratou de aspectos da psicologia na comunidade no Brasil (Collares-da-Rocha, 2013).

Apesar da diversidade de tais experiências, é possível observar alguns eixos em comum de seus trabalhos. De maneira geral, todas essas experiências buscavam oferecer contribuições às populações dos bairros periféricos, favelas, instituições ou organizações populares, seja na forma de atendimento psicológico ou na forma de ações de caráter educativo e/ou organizativo. Em qualquer das linhas de trabalho, ressaltava-se a necessidade de se olhar e entender os problemas que atingiam essas pessoas

⁵⁶Constam, neste relato, aspectos de algumas experiências que vinham sendo realizadas também em outros países da América Latina, mas que foram relatadas em publicações brasileiras. A aproximação dos contextos político, econômico e social destes países com o Brasil aproximava, também, as experiências de Psicologia na Comunidade que ali se desenvolviam com as que aqui estavam se processando. Essas experiências aparecem publicadas nos Cadernos PUC nº 11 – Psicologia, “Reflexões sobre a prática da Psicologia”, Ed. Cortez/EDUC, 1981 (Andery, 1984).

considerando-os como problemas decorrentes de condições materiais de vida precárias, sendo essas condições próprias da sociedade de classes burguesa (Andery, 1984; 1989).

Assim é que a questão da saúde mental da população destes contextos deveria ser tratada com necessária atenção à vinculação de fatores como o desgaste emocional ou o estresse às péssimas condições de salário, alimentação, emprego, moradia etc. Da mesma forma, os problemas vividos pelas mulheres e jovens, que viviam boa parte do seu dia no bairro ou na favela em que residiam, estavam diretamente ligados à falta de infraestrutura, carência de recursos como creches, escolas, postos de saúde, saneamento etc. Nas escolas, a atuação da psicologia na comunidade buscava apontar a contradição existente entre as aspirações das crianças e de suas famílias e a organização do processo institucional educativo (Andery, 1984).

Como consequência desse tipo de análise sobre os problemas cotidianos da população nesses contextos, frequentemente se observava o engajamento dos(as) psicólogos(as) atuantes na comunidade com as lutas populares que ali se forjavam.

Assim é que, na atuação com a saúde mental, esses profissionais muitas vezes engrossavam as lutas pela presença de outros profissionais, que não só os de medicina, nas equipes de saúde dos Centros ou Postos de saúde geridos pelos governos estadual ou municipal, e pela mudança na tradicional concepção de saúde mental centrada no saber médico-psiquiátrico e no tratamento medicamentoso e excludente.

Nas experiências com grupos de mulheres e jovens, na medida em que se processava uma tomada de consciência desses grupos sobre os fundamentos dos problemas por eles vividos, ia se construindo uma organização de ações reivindicativas. Dessa forma, o trabalho de psicologia na comunidade realizado com esses grupos acabava

se inserindo nas lutas populares por melhores condições de infraestrutura para o bairro (idem, ibidem).

Andery (1984) chama a atenção para outra frente interessante de trabalho com os quais os profissionais de psicologia envolvidos com trabalhos em comunidade poderiam contribuir, que eram os trabalhos junto a instituições populares e a sindicatos. Sua defesa era a de que a psicologia na comunidade poderia contribuir com programas formativos fomentados pelos sindicatos, buscando resgatar um movimento operário que superasse os vícios e distorções herdados do autoritarismo de certos regimes do passado. O autor argumentava a favor da existência, em outros países, de experiências “sobre programas formativos patrocinados por sindicatos de trabalhadores que se coadunam perfeitamente com os propósitos da Psicologia na Comunidade” (idem, p. 216).

Ao finalizar seu texto chamando a atenção para a importância de uma sistematização teórica sobre essas experiências que vinham se processando, como vimos, não só no Brasil, mas em diversos países da América Latina, Andery (1984) sintetiza:

“Cabe às pesquisas em Psicologia na comunidade uma aproximação ao cotidiano do trabalhador sem preconceito, convivendo um pouco com ele no seu bairro operário, nas suas organizações populares, para apreender sua cultura e forma de vida, suas expectativas, lutas e fracassos e deles partilhar um pouco também, não como quem já sabe, mas como quem quer primeiro aprender. Há esperanças assim de entender de forma mais justa a verdadeira Psicologia do trabalhador urbano de nossas periferias, sabendo-se que tal conhecimento modificará práticas profissionais, vigentes na área de seleção de trabalho, de diagnóstico e tratamento clínico e na programação escolar dos estabelecimentos públicos de ensino de 1º e 2º graus” (idem, pp. 219-220).

Em razão dessas experiências terem trazido para o primeiro plano o caráter determinante dos fatores políticos e sociais nos problemas vividos por essas populações, Andery, em 1989, apontava para aquilo que viria a se tornar uma angústia entre alguns profissionais.

“Por privilegiar, na comunidade, ações de relevância social ou reivindicações de melhoria de vida, e por propor um trabalho psico-educativo que leva ao desenvolvimento da consciência social das pessoas, não estaria o psicólogo se afastando da Psicologia Ciência e Profissão e adentrando um outro terreno o da política e da ação social? Nessa linha de atuação, o psicólogo não se transformaria num assistente social ou animador político perdendo as especificidades de sua profissão”? (Andery, 1989, p. 133).

Outras preocupações são manifestadas com relação à formação curricular para esse novo tipo de prática e ao seu caráter não remunerado. Com relação às experiências realizadas no projeto, que durou de 1977 a 1985, teve-se como balanço a conclusão sobre a viabilidade e a utilidade desse tipo de trabalho, e da necessidade de se revisar os conceitos e métodos da psicologia. O projeto teve fim em 1985 e, após isso, alguns dos profissionais e estagiários, à época, continuaram realizando trabalhos nas instâncias da prefeitura e do Estado de São Paulo, contratados em Centros de Saúde ou em programas que estavam sendo desenvolvidos no bairro (Andery, 1989).

3.3.2. Transformação social nos primeiros desenvolvimentos da psicologia comunitária: enfrentamento ao Estado e à ordem social

O conjunto de textos trazidos aqui, com o intuito de acessarmos com mais atenção as discussões realizadas nos primeiros desenvolvimentos dos trabalhos comunitários em psicologia no Brasil em torno da preocupação com a transformação social ou com a função social do psicólogo, revelam aspectos reiterados nas análises históricas do campo. Entretanto, também colocam em relevo aspectos mais propriamente ligados aos projetos políticos, trazidos nas concepções de transformação social, explícitos ou implícitos a essas emergentes propostas de trabalho em psicologia.

Esses aspectos nem sempre são problematizados nos célebres estudos históricos com os quais trabalhamos em nossos estudos e investigações. A breve exposição que aqui

se realizou fica muito longe de esgotar as possibilidades de problematização e de análise de suas vinculações históricas e políticas. Cumpre, muito mais, o papel de início do desvelamento de tais vínculos, seguindo o caminho que vem sendo aberto por outros estudiosos das alternativas críticas em psicologia brasileira, no sentido de se considerar que há muito mais contradições em sua trajetória histórica do que parecem indicar seus registros.

Assim, de maneira semelhante ao que encontraram os conhecidos trabalhos históricos de Freitas (1996; 2001), de Lane (1996), de Góis (2003; 2005), ou investigações mais recentes como as de Collares-da-Rocha (2013) ou de Gonçalves (2017), pôde-se verificar a presença de alguns temas ou preocupações comuns com as quais se ocuparam os psicólogos que empreenderam as primeiras ações do tipo dos trabalhos comunitários em psicologia no Brasil.

Como propôs Campos (2010), e endossou Yamamoto (1987), a dissonância entre os tradicionais modelos de psicologia e a realidade com a qual estes tiveram que se enfrentar, que inquietou tantos psicólogos já nos primeiros anos seguintes à formação das primeiras turmas de graduação de psicologia no Brasil, não foi uma crise pessoal ou de valores. A reprodução de modelos de atendimento, de experimentação e de interpretação, produzidos em contextos muito distintos dos marcados pelas contradições do desenvolvimento de um país capitalista dependente, inevitavelmente revelaria seus limites.

A psicologia hegemônica, levada a um público cujas formas mais fundamentais de sofrimento estavam diretamente ligadas às decorrências dessas contradições, só podia produzir dois tipos de resultados: favoráveis à manutenção do *status quo*, garantindo o atendimento aos imperativos da modernização capitalista, ou resultados quase inúteis, pensado em seus aspectos favoráveis à população atendida.

As angústias em torno dessa crise ocuparam importantes produções da psicologia no período e se revelam, em distintas gradações, nas reflexões iniciais produzidas em nome da psicologia comunitária no Brasil. Como definir a psicologia comunitária? Se perguntavam uns que, já tendo conhecimento do que vinha se produzindo em nome desse campo em outros países, especialmente nos Estados Unidos, pareciam ver nele a possibilidade de uma alternativa socialmente relevante.

Esta é a tônica do início da discussão apresentada por D’Amorim (1980), por exemplo, cujo pós-Doutorado foi realizado em psicologia comunitária na Universidade da Carolina do Norte, entre 1975 e 1976, e do qual são importados os referenciais e modelos com os quais a autora trabalhou em sua discussão, e que fundamentaram os tópicos de sua disciplina de psicologia comunitária ministrada na UFPB⁵⁷ (Collares-da-Rocha, 2013).

Entendida como um movimento disruptivo, já em desenvolvimento em outros países, e com potencial de relevância para o contexto brasileiro, a psicologia comunitária, em alguns casos, parecia se revelar como mais uma área de desenvolvimento da psicologia. A perspectiva é semelhante no trabalho de Gallindo (1981), que entende a psicologia comunitária como parte de um movimento de mudança de abordagem dos fenômenos psi. De uma abordagem “do modelo intrapsíquico para uma perspectiva social” (Gallindo, 1981, p. v). Assim como D’Amorim, seu referencial eram os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nos Estados Unidos, onde a autora, inclusive, trabalha

⁵⁷ Como resgatou Collares-da-Rocha (2013, p. 89) em sua pesquisa, o programa da disciplina, oferecida em 1978 por D’Amorim, constava dos seguintes tópicos: “1. Conceitos de Comunidade; 2. O trabalho do psicólogo na Comunidade; 3. Etapas de uma intervenção na Comunidade: do planejamento à avaliação dos resultados; e 4. Trabalho de campo – avaliação prática dos conceitos e metodologia vistos durante os seminários. As referências da disciplina eram: FRENCH, R. M., ‘The Community: a comparative perspective’, 1969; RAPPAPORT, J., ‘Community Psychology: Values, Research and Action’, 1977; BENDER, M., ‘Psicologia da Comunidade’, 1978; e ZAX, M.; SPECTER, G. ‘An introduction to Community psychology’, 1974; e artigos diversos (não citados no programa)”.

em sua dissertação com referenciais teóricos também trabalhados na disciplina ministrada por D'Amorim na UFPB.

Como observado por Gonçalves (2017), a perspectiva teórica trabalhada por Gallindo (1981), cujo estudo foi feito antes das intervenções em psicologia que se realizariam em favelas, no Rio de Janeiro, talvez se expresse nas produções do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia e Ecologia Social (EICOS-UFRJ), criado em 1992. Essa opção teórica se manifesta sobremaneira no que parece estar colocado como perspectiva de transformação social, dentro do chamado paradigma ecológico. Retomaremos a vinculação com esse paradigma mais a frente, dada a centralidade que ele passa a ocupar nas atuais concepções de transformação social de importantes grupos representantes da psicologia comunitária no Brasil na atualidade.

Nos cabe, nesse momento, apenas a demarcação do trabalho de Gallindo (1981) como uma espécie de exceção dentro do conjunto das produções que se realizariam no Estado do Rio de Janeiro, decorrentes dos trabalhos realizados em favelas, e mesmo do conjunto de produções sobre os nascentes trabalhos de psicologia em comunidades no Brasil, à época. Os caminhos seguidos por D'Amorim e por Gallindo na busca por apresentar a psicologia comunitária, em seus referenciais norte-americanos, não foi o caminho majoritariamente seguido por aqueles que estavam produzindo reflexões, naquele mesmo período, sobre esses trabalhos. Produzir definições sobre o que constituiria o domínio da psicologia comunitária não estava no centro das discussões naquele momento, como observaram os estudos históricos sobre esses trabalhos.

Como concluído por Freitas (1996), a preocupação primordial era a da produção de ações que possibilitassem colocar a psicologia a serviço das populações com as quais se estava trabalhando. A discussão sobre as orientações teórico-metodológicas para essas ações era secundária em face da discussão sobre como produzir intervenções socialmente

relevantes a esses setores da população e, em alguns casos, como fomentar movimentos de organização e de reivindicação políticos.

Assim é que não se colocavam objeções ao recurso a teorias e instrumentais metodológicos de outros campos do saber, como a antropologia, a sociologia, a educação, o serviço social. “Todas as formas de trabalho eram bem-vindas, desde que se guiassem por uma preocupação em oferecer algum tipo de colaboração à população, seja sob a forma de serviços psicológicos, seja ajudando-a a se organizar politicamente” (Freitas, 1996, p. 62). Nesse sentido, em boa medida, sequer se recorria à identificação psicologia comunitária como definidora daqueles trabalhos.

Landin e Lemgruber (1980) até ensaiam uma definição do escopo da psicologia Comunitária quando atribuem ao seu domínio a função de “escuta e interpretação das demandas da comunidade” (idem, p. 68). Mas a discussão de seu trabalho, ademais apresentado como trabalho de psicologia em favela, se centra muito mais no desenvolvimento das ações de mobilização em torno dos encaminhamentos relativos à verba recebida pelo projeto. As autoras manifestam seu desconforto com a fundamentação teórica, entendida como limitada, para o trabalho comunitário em psicologia e, inclusive, esboçam uma crítica à abordagem preventivista que se difundiu na psicologia comunitária norte americana.

A identificação e a crítica a essa perspectiva, por parte de Landin e Lemgruber (1980), é interessante na medida em que, embora não fosse essa a questão central colocada na maior parte dos trabalhos de psicologia em comunidades no Brasil no período, ou, pelo menos, era apenas uma das questões junto a outras questões e proposições, esta perspectiva já aparecia como tendência, não hegemônica, nos trabalhos que se inspiravam nos desenvolvimentos comunitários de matriz norte americana. O que, naquele momento, estava colocado apenas como uma tendência, posteriormente se

tornaria perspectiva predominante dos trabalhos comunitários de psicologia no Brasil desenvolvidos na chave da “Saúde Comunitária” (Góis, 2008).

De maneira semelhante a Landin e Lemgruber, que identificam seu trabalho como psicologia em favelas, Ieno Neto (1989) discute seu trabalho em termos da relação entre psicologia e movimentos populares, assim como Góis (2003), ao identificar os primeiros trabalhos comunitários em psicologia no Ceará como psicologia popular, e não psicologia comunitária. Um caminho distinto do seguido pelas discussões de D’Amorim e de Gallindo, o que, com base nos estudos históricos sobre as primeiras propostas comunitárias em psicologia e a partir das discussões trazidas nos textos aqui acessados, pode-se reiterar que a produção de uma definição sobre o domínio da psicologia comunitária não era a questão para a qual se voltavam os esforços daqueles que estavam envolvidos com suas produções naquele momento.

Com muito mais notoriedade se expressava a preocupação com a relevância social das intervenções realizadas. Nesse âmbito, dois parecem ter sido os eixos para os quais se inclinaram as propostas de intervenção comunitária em psicologia. Um primeiro, que se pautou pela expectativa da deselitização da psicologia, entendendo que a psicologia, até então, esteve distante dos problemas sociais nacionais e inacessível à maior parte da população brasileira. Andery (1984) fornece, a partir da caracterização de Korchin sobre os temas presentes nas discussões sobre psicologia na comunidade, um exemplo de forma de se construir essa deselitização. Treze são os elementos elencados pelo autor, dos quais destacamos aqui, na íntegra, alguns que parecem representar esse propósito:

“...5) A ajuda é mais eficaz quando obtida na proximidade dos ambientes em que os problemas aparecem. Portanto, os clínicos da comunidade deveriam trabalhar em ambientes familiares próximos das pessoas necessitadas, antes que em locais social e geograficamente afastados delas; 6) As clínicas da comunidade deveriam ir ao encontro dos clientes, antes que ficar passivamente à espera de que eles o procurem profissionalmente. Sua atuação profissional deveria ser

flexível, facilmente acessível no local e tempo onde a necessidade surge e oferecida numa atmosfera que reduza, ao invés de aumentar, a distância social entre o profissional e a pessoa ajudada. A ajuda deveria ser acessível àqueles que dela necessitam e não só aos que a procuram (...) 8) Exigências do papel tradicional e normas costumeiras profissionais devem ser abrandadas” (Andery, 1984, p. 206).

Trata-se, como analisou Freitas (1996), daquilo que se poderia chamar de psicologia na comunidade. O nome dado pelo autor ao seu texto diz desse movimento inicial de busca por deselitizar a psicologia, em que deselitização parecia ser sinônimo de tornar a psicologia próxima da população apartada, até então, de seus serviços. Os trabalhos discutidos por Andery (1984), a despeito da denominação utilizada pelo autor, extrapolam a tão-somente disponibilização de serviços de psicologia às populações que não tinham condições de pagar seus costumeiros valores. A aproximação de psicólogos com o cotidiano dessas populações, a partir do propósito de disponibilização de seus serviços, acabaria encontrando demandas de amplitude muito maior que as do domínio da ciência e da prática profissional psicológica.

Assim é que, relacionado ao movimento de se levar a clínica psicológica à comunidade, a preocupação com a relevância social da psicologia teria, como um outro eixo, a elaboração e construção de ações que ultrapassavam as fronteiras da psicologia clássica. Era preciso que as intervenções comunitárias tivessem relevância social para as populações atendidas. E, na busca por responder às suas demandas, intimamente ligadas às condições materiais de vida, profissionais, estudantes e pesquisadores implicados com esses trabalhos acabaram se envolvendo com muito mais que o domínio da psicologia.

Assim, parece que, no outro eixo que compõe o movimento de preocupação com a relevância social da psicologia nos trabalhos comunitários, estaria a disponibilização não da clássica ciência psicológica e de seu modelo clínico, mas dos psicólogos e psicólogas enquanto profissionais interessados em produzir intervenções socialmente

relevantes a essa população. Nesse âmbito é que o movimento de deselitização, ao buscar tornar a psicologia mais próxima, mais disponível às populações pobres, colocou profissionais, estudantes, professores e pesquisadores em contato não só com as necessidades mais básicas dessas pessoas, mas com suas formas de resistência e de organização. Muito mais do que a psicologia, os profissionais de psicologia, independentemente dos referenciais que estes traziam, é que foram instrumentalizados pelas demandas e lutas comunitárias.

Os registros históricos acerca dos primeiros desenvolvimentos comunitários em psicologia no Brasil, bem como o conteúdo do conjunto de textos aqui apresentados, revelam com expressão esse processo. Entre as experiências de psicologia em comunidade apresentadas por Andery (1984), por exemplo, estiveram intervenções na área de saúde mental, experiências em instituições populares, experiências com grupos de mulheres e jovens nos bairros, dentre outras.

Com estes últimos grupos, as ações dos(as) psicólogos(as) envolvidos no trabalho comunitário se realizaram muito mais na forma de acompanhamento de sua articulação em torno de pautas comuns referentes a demandas do bairro, de seu processo de conscientização, e de sua organização política em torno da luta por melhores condições de vida. E mesmo nas experiências em saúde mental, a atuação dos psicólogos em grande medida ultrapassava o mero fornecimento de serviços de psicologia e, com frequência, esses profissionais se somavam às lutas pela ampliação da concepção de saúde e pela contratação de profissionais para os Centros de saúde nos bairros.

Da mesma maneira, Góis (2003), ao expandir a noção de psicoterapia em uma perspectiva popular, inclui a necessária construção de ações no nível da organização popular e da militância reivindicatória no rol de objetivos da intervenção comunitária, ou, no caso, de um projeto popular em psicologia.

“A organização comunitária, os grupos de jovens, as hortas comunitárias, as atividades de reflexão e ação comunitária, o mutirões, as lutas reivindicatórias, as reflexões existenciais e emocionais em grupo, o esporte, a cultura e o lazer, são formas concretas da ampliação do conceito e da prática psicoterápica e onde se integram os conceitos de prevenção e tratamento” (idem, p. 46)

O trabalho realizado no bairro do Pirambu, que marcou o início da trajetória da psicologia comunitária no Ceará, teve como premissa o trabalho com mecanismos psicossociais de submissão e resignação, dentro da sua articulação com estruturas sociais produtoras dessa condição de submissão, de resignação e de opressão. No limite, essas ações deveriam facilitar a organização de lutas políticas (Góis, 2003). O próprio início do trabalho no bairro, como descreve Góis (2003), foi caminhando de um início com ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos, em 1980, para, em 1983, um trabalho de formação política de lideranças locais e de agentes externos.

Na mesma perspectiva, aconteceu o trabalho realizado por Ieno Neto (1979) junto a movimentos de luta pela terra, com o objetivo de favorecer processos de conscientização e de participação. A finalidade última era a de fortalecer os movimentos populares, onde parecia residir a relevância social da intervenção que se buscava construir. Não só a psicologia, mas em boa medida, muito mais do que apenas a psicologia era colocada, por esses psicólogos que buscavam construir uma perspectiva popular de intervenção, à disposição desses grupos e de suas lutas políticas.

Todo esse processo, mais uma vez, não pode ser entendido como um simples movimento interno da psicologia ou de psicólogos(as) que se sensibilizaram com as condições reais de vida de populações as quais, naquele período, os serviços de psicologia começaram a chegar.

Em um quadro histórico ampliado, já assinalamos aquilo que analisaram os trabalhos históricos em psicologia comunitária no Brasil: o período de recessão

econômica, de repressão política, de ressurgimento das lutas sociais e populares nos anos de 1970 e início dos anos de 1980 foram favoráveis ao movimento de deselitização da psicologia e ao engajamento de profissionais e pesquisadores nessas lutas. Esse envolvimento foi primordial para a politização da psicologia e para a centralidade que adquiriria a preocupação com a transformação social nas propostas comunitárias ou mesmo na perspectiva de psicologia social que se estava buscando construir.

Assim, quais as formas particulares que esse envolvimento assumiu nos referidos casos? Uma abordagem inicial de suas discussões já nos permitiu ver algumas nuances epistemológicas que respondem a distintas concepções de realidade.

No que se refere, mais propriamente, às concepções em torno da preocupação com a transformação social, talvez se pudesse fazer uma distinção entre dois grupos principais: aqueles que se situam em uma abordagem de tipo mais conservador, que não rompem com mecanismos essenciais dos modelos hegemônicos de psicologia, e aqueles com um tipo de abordagem que, por ora, trataremos como não conservador, que buscam romper com a individualização dos problemas sociais e cujo âmbito da realização de transformações sociais se situa no campo das lutas sociais e populares.

O atendimento à chamada responsabilidade social da psicologia, em D'Amorim, é discutido em termos da questão do rigor científico. O adequado cumprimento dos procedimentos experimentais e de sua aplicação na solução de questões de natureza social seria o primeiro passo para a realização de mudanças sociais, entendidas como um conjunto de mudanças comportamentais de nível “individual, interpessoal, social, intra e intergrupar, comunitário” (D'Amorim, 1980, p. 104), onde a prioridade deveria se voltar à mudança nas contingências de “níveis mais amplos, nacional e internacional” (idem, ibidem). Contribuir para mudanças sociais seria um processo de intervenção psicológica em diversos níveis de contingência, portanto, em que se realizaria a prevenção como

forma de promover mudanças comportamentais que, por sua vez, promoveriam mudanças ambientais e sociais.

Essa é a perspectiva inerente à concepção de mudança também no trabalho de Gallindo (1981), em que o modelo da aprendizagem social de Bandura é apresentado como proposta de modelo para a realização dessas mudanças comportamentais a nível social e ambiental. Aqui, mais uma vez, aparece um referencial teórico que, de forma geral, no conjunto das produções iniciais sobre as propostas comunitárias em psicologia naquele período, não era hegemônica, mas que se tornaria predominante em certos grupos representantes da psicologia comunitária na atualidade. O paradigma ecológico-contextual (Sarriera, 2008) adquiriria, ao longo do desenvolvimento do campo, centralidade na concepção de transformação social de importantes grupos brasileiros. Retomaremos os fundamentos dessa concepção no capítulo seguinte.

Neste momento, mais interessante que a análise dos casos excepcionais, dentro do conjunto do movimento de construção de um projeto comunitário em psicologia no Brasil, é a atenção àquilo que parece ter sido sua tendência hegemônica naquele período. Diferentemente das concepções de transformação ou de mudança social ancoradas em abordagens de tipo mais conservadoras, o que parece ter predominado nessas produções iniciais foi outra perspectiva.

Na medida em que se interpunham as exigências da produção de ações com relevância social para as populações atendidas, e que o acolhimento e a busca de atendimento de suas demandas expandia o campo de interpretação e da ação desses profissionais, contribuir para a produção de mudanças sociais passou a significar muito mais que o controle de contingências ambientais ou a prevenção de situações de risco. Em um período de intensa agitação política em torno de pautas populares como as lutas contra a carestia, pela democratização do Estado, ou das lutas sindicais, que de uma

maneira ou de outra, pautavam o movimento cotidiano dos bairros, a população já desenvolvia algumas formas de organização política e já se relacionava, passiva ou ativamente, com diferentes forças políticas atuantes nessas lutas e movimentos.

A politização da psicologia é profundamente devedora desse processo, que se constituiu como um ponto de inflexão para o propósito da deselitização e da busca por produzir relevância social em seus saberes e práticas. Na leitura do conteúdo das discussões dos textos apresentados, é possível se identificar alguns aspectos gerais presentes no que parecia ser a concepção hegemônica de transformação social com a qual suas intervenções buscavam se vincular:

1) objetivos do trabalho comunitário coletivamente definidos a partir das demandas da própria população (Landin & Lemgruber, 1980; Andery, 1984; Góis, 2003; Ieno Neto, 1989);

2) ação do(a) psicólogo(a) realizada diretamente na comunidade, sem ser pela via de serviços ofertados em equipamentos públicos (Landin & Lemgruber, 1980; Andery, 1984; Góis, 2003; Ieno Neto, 1989; Bomfim, 1989; Vasconcelos, 1985);

3) o Estado como agente ao qual se dirigiriam ações reivindicatórias ou contestatórias, e não como agente de negociação ou a serviço da classe trabalhadora (Ieno Neto, 1989; Góis, 2003; Vasconcelos, 1985);

4) perspectiva de classes distintas e inconciliáveis, ainda que, às vezes, não tratadas em termos de claro antagonismo entre capital e trabalho. Algumas vezes isso se expressava na contraposição entre classe de dominantes e classe dominada, na oposição entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos (Góis, 2003; Ieno Neto, 1989). Em Ieno Neto (1989) esse rigor conceitual, a partir do referencial marxiano, está mais presente;

5) horizonte anticapitalista (Góis, 2003; Ieno Neto, 1989);

6) referencial teórico-metodológico ampliado para além do domínio da psicologia e de perspectiva totalizante (Góis, 2003; Ieno Neto, 1989; Vasconcelos, 1985), com críticas às limitações de seus referenciais teóricos e à psicologização dos problemas sociais (Landin & Lemgruber, 1980).

Dado que a politização do propósito da deselitização, ou da busca por relevância social nas intervenções comunitárias em psicologia, foi resultado de uma inflexão produzida pelo envolvimento de seus representantes com os projetos políticos que circulavam no cotidiano dos bairros, nos movimentos que ali eram forjados, faz sentido que as pistas para a análise de seu processo de generalização sejam buscadas nas articulações desses profissionais e intelectuais com esses projetos e movimentos.

Góis (2003) assim descreve o início das ações comunitárias em psicologia no Ceará, em torno do projeto de psicologia popular e que, mais tarde, se transformaria no que o autor identifica como a psicologia comunitária do Ceará:

“A trajetória da Psicologia Comunitária no Ceará teve seu ponto de partida [...] em outubro de 1980, quando conheci Ruth Cavalcante em um curso de formação que ela mesma ministrava, de Animador de Círculo de Cultura, com o objetivo de alfabetizar adultos na periferia de Fortaleza (Método Paulo Freire). O curso era realizado no Casarão Democrático, na Avenida da Universidade, atual sede do Partido dos Trabalhadores – PT” (idem, p.17).

Com o intuito de colocar a psicologia a serviço da “população excluída da riqueza da nação” (idem, *ibidem*), no ano de 1981 seria dado início ao trabalho desenvolvido no bairro do Pirambu e, em 1982, com o apoio do recém-chegado Padre Haroldo ao bairro, o trabalho ganharia maiores dimensões. O bairro, conquista da luta de seus moradores pela desapropriação da área onde se estabeleceu, teve o importante papel de lideranças políticas sendo desempenhado por representantes da igreja católica local.

Assim relata Góis (2003): “O primeiro Padre, Hélio Campos, foi o responsável pelo início da organização do Pirambu” (p. 57), tendo se colocado à frente do movimento que resultou na conquista do terreno, a chamada “Grande Marcha”. Os dois padres que se seguiram a este, diz Góis (idem, ibidem), “da ala paternalista da igreja, facilitaram a acomodação dos moradores pela omissão e assistencialismo”, em um período marcado pela grande recessão durante o período ditatorial.

Em 1982, com a chegada de Padre Haroldo, da ala progressista da igreja, as perspectivas mudariam. Havia um esforço, por parte deste padre, que canalizou os anseios e insatisfações populares, em construir um trabalho de educação popular, o que abriu espaço para ações do tipo das que Góis e Cavalcante vinham buscando desenvolver.

O trabalho que, iniciado em 1981, buscava realizar ações de alfabetização de jovens e adultos, passaria a intervir, também, em grupos de jovens e de usuários de drogas (1982), mas ampliaria seus objetivos e modo de atuação, em 1983, “no sentido da organização comunitária e da luta reivindicatória e política” (idem, p. 58).

Nesse processo é que se construiu o denominado Grupo Renascer, um grupo de jovens que, mais tarde, se tornaria Grupo Libertação e, posteriormente, Movimento Libertação, organizado entre membros do bairro e colaboradores externos. O grupo realizaria ações de caráter formativo e reivindicatório, alçando importantes conquistas para o bairro, como realização de ações de saneamento, de calçamento etc. No decorrer dos anos finais da ditadura, esse movimento cresceria, mas surgiriam também outros movimentos e associações que atuavam na construção política dos movimentos do bairro.

É também por via da intervenção dos movimentos políticos da igreja católica que Ieno Neto (1989) inicia seu trabalho de acompanhamento de grupos em luta pela terra, em comunidades rurais na Paraíba. Ieno Neto, que havia cursado psicologia, na década

de 1970, na PUC-SP, retornaria, após a graduação, ao estado da Paraíba, onde começaria a acompanhar o trabalho de apoio, realizado pela Pastoral rural da igreja católica, às lutas de trabalhadores rurais do estado, na época (Collares-da-Rocha, 2013).

A entrada nessas comunidades rurais deu-se pela via do trabalho militante da igreja católica. Entretanto, mesmo o trabalho da Pastoral rural se iniciou com uma já longa trajetória precedente construída por outras forças políticas no Estado desde o movimento do cangaço no final do século XIX. Os movimentos acompanhados pelo autor, que vinham sendo apoiados pela atuação da Pastoral, entretanto, tinham grande influência do modelo das Ligas Camponesas, impulsionadas nos anos de 1940 pelo PCB no estado (Ieno Neto, 2005).

A experiência dessas ligas, embora incipiente, já que logo foram desarticuladas com a decretação da ilegalidade do PCB, em 1947, deixaria um legado que seria retomado anos mais tarde, no ascenso das lutas, na década de 1970. Nesse período, o movimento ganhou força, com a realização de ações de resistência empreendido por moradores de fazendas, em 1974, e a desapropriação de uma fazenda, em 1983, após um grande movimento de luta iniciado em 1976. Entre os moradores dessas fazendas, havia um número significativo de militantes que tiveram participação ativa nas Ligas Camponesas (Ieno Neto, 2005).

A partir de meados da década de 1980, como relata Ieno Neto (2005), as lutas pela terra, retomadas em 1970, passariam a ter o apoio exclusivo da Pastoral rural da igreja católica que originou, posteriormente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), passando a ter a atuação também, no final dos anos de 1980, do Movimento dos Sem Terra (MST). Neste momento, que é o período em que o autor acompanhou e buscou dar contribuições às lutas que estavam se construindo, a questão da terra passava, para estes movimentos, de um debate em torno da dicotomia entre o pequeno e grande estabelecimento

agropecuário, para a dicotomia entre a agricultura patronal, típica dos países subdesenvolvidos, para o modelo da agricultura familiar.

Ieno Neto, ao que parece, não desenvolveu sua trajetória na psicologia, tendo realizado seu doutorado, inclusive, em sociologia, na Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, e continuado seu envolvimento com as lutas do campo, embora no referido período tenha contribuído com importantes discussões na psicologia, estando presente, inclusive, na fundação da ABRAPSO, em 1980. A discussão apresentada em seu texto, de 1989, sobre as possibilidades de contribuição da psicologia para esses movimentos, a partir de um projeto de psicologia popular, entretanto, tem como solo essa conjuntura de lutas de moradores e trabalhadores rurais, com forte atuação militante de organizações da igreja católica, como as pastorais e a CPT, mas também com um acúmulo trazido da experiência político-organizativa das Ligas Camponesas.

De maneira semelhante, Silvia Lane, Alberto Andery e os outros professores e estudantes que estiveram à frente da construção das intervenções do Projeto Osasco, projeto emblemático do início do desenvolvimento dos trabalhos comunitários em psicologia pela PUC-SP, iniciaram seu trabalho em um lugar de significativo desenvolvimento de lutas e de estabelecimento de movimentos políticos. A cidade de Osasco, emancipada do município de São Paulo na década de 1960, contava com a forte presença do movimento sindical e da igreja católica, que contribuíram para a construção de uma tradição política, especialmente em torno das lutas operárias e por melhores condições de vida nos bairros (Collares-da-Rocha, 2013).

A inserção da equipe de psicologia nos bairros da cidade se deu a partir da busca espontânea destes profissionais e professores, que procuraram desde a prefeitura até as sociedades de amigos de bairro, que facilitaram o início do desenvolvimento desses trabalhos. Como descrito anteriormente, esses trabalhos iniciais se deram tanto na forma

de atendimento clínico individual ou grupal, quanto na forma de acompanhamento de grupos que já se organizavam em torno de certas pautas no bairro, como grupos de mães, grupos de jovens etc.

Os movimentos populares, que ali existiam naquele momento, tanto na forma das sociedades de amigos de bairro quanto na forma de organizações de moradores, tinha grande articulação com outros movimentos que se fortaleciam na região metropolitana de São Paulo na década de 1970.

Moura (2015), em um estudo sobre o movimento operário e sindical em São Paulo, Guarulhos e Osasco, traçou as principais linhas de atuação política nesses movimentos, nos anos de 1970. O autor mostra como os movimentos na cidade de Osasco tiveram influência determinante no conjunto das lutas sindicais em São Paulo, através de uma linha política que, inclusive, se contrapôs à tendência que se tornaria hegemônica na CUT, de estruturação sindical estatal/oficial.

A partir de entrevistas realizadas com ex-militantes de movimentos populares e sindicais nessas cidades, o autor indica que houve uma grande intersecção entre os movimentos de bairro, do tipo dos movimentos de reivindicação, dos de luta contra a carestia, e os movimentos operários e sindicais. Essa intersecção teve importante papel mediador da Pastoral operária, ligada à igreja católica. Essa pastoral, em Osasco, criada no início da década de 1970, contribuiria com a construção de uma das forças políticas de maior expressão na cidade, a Oposição Sindical Metalúrgica. A Pastoral operária, que até o período anterior ao golpe de 1964 tinha uma atuação, em certa medida, até anticomunista, começaria a se aproximar da luta pelo socialismo, a partir do contato com a teologia da libertação e com o marxismo, passando a integrar a Oposição Sindical, apesar de ser um de seus blocos políticos menos radicais.

Assim, houve grande articulação entre os movimentos populares que iam se forjando no interior dos bairros com as forças políticas atuantes no movimento sindical, em que a Oposição Sindical tinha grande influência. Em uma das entrevistas coletadas por Moura (2015), isso se expressa no relato de uma ex-militante que recorda que muitas lideranças dos movimentos populares nos bairros acabavam ingressando no movimento sindical, na medida em que se avançava a consciência de classe. A participação na militância em sociedades de amigos de bairros, por exemplo, relata a entrevistada, facilitava esse ingresso e, conseqüentemente, o contato com a militância política da Oposição Sindical.

A Oposição Sindical começou a ganhar força no movimento em 1975 e teve importante atuação nas greves de 1978, menos por sua capacidade de centralização e de composição de um todo orgânico, e mais pela ampla propagação de comissões operárias e interfábricas, de associações de bairro, de comitês regionais, a partir de inspirações do movimento grevista de Osasco nos anos de 1960 (Moura, 2015).

Foi uma força política de grande presença em São Paulo, Guarulhos e Osasco, embora não tenha conseguido estabelecer uma articulação entre essas diferentes cidades, o que acabou limitando, junto a outras contradições políticas e estratégicas da corrente, sua atuação na totalidade do movimento sindical do estado, enfraquecida pela atuação que hegemonicamente se consolidaria a partir das tendências majoritárias da CUT (Moura, 2015).

Certamente, a limitada descrição do cenário político da cidade de Osasco, no período de inserção da equipe de psicologia da PUC-SP, com a indicação da atuação de algumas de suas organizações e forças políticas fundamentais, não apreende todo o conjunto de disputas e contradições que provavelmente perpassavam esses movimentos nos bairros. Mas o levantamento do caráter das lutas que ali se forjavam e da linha política

e estratégica de suas principais organizações talvez ajude a estabelecer um cenário dentro do qual foram sendo construídas essas intervenções de psicologia em comunidade conduzidas por Andery, Lane e outros.

As discussões a partir das quais podemos apreender uma certa perspectiva de transformação social nas produções sobre essas intervenções se dão nesse terreno. A organização de ações reivindicativas e de lutas populares nos bairros tem, em boa medida, como público, esses atores políticos: militantes de movimentos do bairro em interlocução direta com o movimento sindical, por vezes, inclusive, construindo ativamente essas lutas dentro de uma perspectiva socialista e teoricamente referenciada no marxismo.

Assim, retomemos a centralidade que passa a adquirir a preocupação com formas de contribuição com a transformação social, nas produções não só da psicologia comunitária, mas mesmo da psicologia social brasileira como um todo.

A inflexão que essa preocupação ganha em direção à vinculação desse propósito com a construção de lutas populares, de caráter anticapitalista, por vezes antiestatal e numa perspectiva de classes, não é produto da sensibilização pessoal de psicólogos(as) com a realidade social do país e com a situação de vida das populações atendidas. A entrada desses profissionais e intelectuais em comunidades rurais ou urbanas que já vinham encampando lutas, e onde já havia atuação e disputa de tendências políticas, tanto do âmbito dos movimentos populares quanto operários, foi decisiva para esse processo.

A tendência política predominante nas discussões sobre como transformar a sociedade, na psicologia, não é resultado do movimento exclusivamente interno aos seus debates. É preciso situá-la na conjuntura política do país em que, naquele momento de ascenso das lutas sindicais e populares, construíam-se importantes atuações combativas por parte de diversas organizações da classe trabalhadora. A linha política combativa,

antiestatal, socialista, referenciada em aspectos gerais da teoria social marxista, que esteve nas origens da formação da CUT, e mesmo teve espaço entre correntes importantes do PT em sua construção inicial, dentro do que se pode deduzir, manifestou-se diretamente na linha política das discussões dessas produções da psicologia, dado o engajamento de seus profissionais e intelectuais em suas construções.

A emancipação humana, ou o socialismo, era a estratégia política predominante na maior parte dessas organizações e movimentos naquele período? Nem sempre. Como se viu, tendências políticas as mais diversas, com diferentes alinhamentos teóricos e diferentes opções táticas disputavam a hegemonia dessas importantes organizações da classe trabalhadora, ou mesmo cada pequeno grupo com atuação política nos bairros ou comunidades rurais. A questão é que os dois principais instrumentos de organização da classe trabalhadora, produtos históricos das lutas construídas durante a crise do “milagre econômico” e a crise do modelo político da ditadura militar brasileira, o PT e a CUT, expressaram e atuaram de forma fundamental na linha política de cada luta trabalhadora pelo país.

Tampouco podemos dizer que era o socialismo, ou a emancipação humana, a estratégia colocada na concepção de transformação social predominante nos trabalhos comunitários em psicologia. Vimos que, por vezes, as reflexões em torno do caráter político da atuação junto a movimentos populares, compartilhava espaço, em um mesmo texto, com perspectivas teóricas mais conservadoras, como alguns referenciais da psicologia comunitária norte-americana (Andery, 1984; Vasconcelos, 1985), ou clássicos da psicologia, como a abordagem de Rogers (Góis, 2003).

Mas a existência de elementos que correspondem à perspectiva da emancipação humana, como o ponto de vista de classes, a posição de enfrentamento ao Estado, ou pelo menos de desconfiança quanto à sua posição diante dos conflitos sociais, o recurso teórico

a formulações gerais do marxismo (em alguns casos) e o movimento de ampliação epistemológica em direção a uma leitura de realidade mais totalizante, nos permite afirmar que havia uma inclinação política, na tendência predominante dessas produções iniciais, em direção a esse horizonte estratégico. Não era essa a estratégia política, em si, trazida nessas produções, mas havia a presença central de elementos dela em suas produções.

O período de ascenso das lutas populares e operárias no Brasil e a construção de uma posição combativa por parte de suas principais organizações começaria, contudo, a sofrer uma derrota a partir do processo de auto-reforma do regime militar. O reestabelecimento do domínio burguês sobre a classe trabalhadora brasileira teria a atuação decisiva de intelectuais das tendências majoritárias do PT e da CUT na interlocução da classe com os interesses burgueses, estabelecendo um novo patamar de dominação, não mais pela autocracia, mas pela democracia burguesa, como se verá no capítulo seguinte.

Junto à derrota do socialismo, em nível internacional, com a atuação da socialdemocracia alemã, o fortalecimento das tendências reformistas e o esgotamento do socialismo soviético, o processo político que se seguiu, no campo dessas lutas no Brasil, teria consequências decisivas também para as estratégias políticas presentes nos debates dos campos críticos da psicologia brasileira. Disso trataremos no capítulo que se segue.

4. CAPÍTULO 4 – UMA INFLEXÃO POLÍTICA NA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: DO ENGAJAMENTO COM AS LUTAS POPULARES À DEFESA DA CIDADANIA

4.1. Novo padrão de acumulação do capital e seus efeitos nos movimentos do trabalho

4.1.1. Reestruturação produtiva, redemocratização e luta de classes no Brasil

A análise das configurações econômico-sociais brasileiras do período que se segue a 1989 exige uma retomada, mesmo que breve e sintética, das reconfigurações no padrão de acumulação do capital em seu âmbito global, iniciadas na primeira metade da década de 1970, e das consequências desse processo para o mundo do trabalho. Mundialmente, os anos de 1970 têm como marca a abertura da crise do modelo de acumulação taylorista/fordista que, de acordo com Antunes (2009), trata-se da expressão fenomênica da crise estrutural do capital. Esta, como descreve Mészáros (2009), se refere à crise resultante do atingimento dos limites de sua expansão, em que somente soluções de caráter estrutural passaram a poder apontar algum tipo de saída efetiva.

Os principais traços do quadro crítico em que adentra o sistema do capital nesse período são descritos por Antunes (2009): 1) queda e tendência decrescente da taxa de lucro; 2) esgotamento do padrão taylorista/fordista de acumulação, incapaz de responder à redução do consumo decorrente do desemprego estrutural; 3) alta financeirização do capital e relativa autonomização dessa modalidade frente ao capital produtivo, avolumando sua expansão e riscos inerentes à especulação; 4) aumento da concentração de capitais; 5) crise do *Welfare State*; 6) Tendência às privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos.

A incapacidade do capital industrial em manter as taxas de lucro ante sua alta financeirização levariam, quase inevitavelmente, ao quadro que se abre no início da década de 1970, de crise de definições estruturais. Esta, na leitura de Mészáros (2011),

torna-se crítica na medida em que ativa os aspectos mais destrutivos do sistema sociometabólico do capital que, dado seu espectro de incontabilidade total, não pode mais deslocar suas contradições irresolúveis sem criar novas e cada vez mais destrutivas contradições.

Em resposta à crise é que, nos anos de 1980 e 1990, se veria uma reorganização, a nível global, no modo de acumulação e no sistema político e ideológico de dominação burguês com vistas à retomada dos padrões de expansão do período anterior. Dessa forma é que se abre, nesse período, um ciclo de reestruturação produtiva que tem como característica marcante a generalização da ofensiva do capital e do Estado contra a classe trabalhadora, com a ampliação da autonomia relativa do capital financeiro. Nas palavras de Antunes (2009, p. 34),

“Uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou— se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros. As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio técnico científico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo (...)”.

O novo padrão de acumulação, que vem tentar resolver o problema do esgotamento do modelo taylorista/fordista e da queda da taxa de lucro, é um modelo baseado em uma forma de acumulação flexível. Tem como receituário de recuperação produtiva o modelo japonês criado no pós-1945, o Toyotismo, que se diferencia do fordismo por ter uma produção diversificada e heterogênea, voltada aos fluxos de demanda e com um tipo de trabalho operário coletivo, flexível com relação às funções, em que se busca reduzir as atividades improdutivas, aumentar o aproveitamento do tempo de produtividade e em que se ampliam e se intensificam as formas de exploração do trabalho (Antunes 2009).

O Brasil, que, até a segunda metade da década de 1980, ainda estava razoavelmente distante desse processo de reestruturação e da aplicação do receituário neoliberal, principal estratégia da reestruturação produtiva, se insere com mais intensidade nesse processo, a partir dos governos de Fernando Collor (1990) e de Fernando Henrique Cardoso (1994). A conjugação da inserção de elementos desse modelo no país com a particularidade da formação econômico-social brasileira geraria importantes consequências para os movimentos do trabalho (Antunes, 1995).

Como se buscou descrever no capítulo anterior, a década de 1980, em especial sua primeira metade, em que ainda não tinham se acentuado as tendências mais gerais da inserção brasileira no processo de reestruturação capitalista, o movimento do trabalho, principalmente o movimento sindical, viveu um período de ascensão, em que o surgimento do novo sindicalismo e da CUT é a melhor expressão.

Em um sentido contrário à crise sindical que se desenvolvia nos países capitalistas centrais àquele período, o movimento sindical brasileiro, na figura do novo sindicalismo, apresentava-se como uma alternativa classista, combativa e anticapitalista. Esse movimento começaria a sofrer uma inflexão nos últimos anos de 1980 e, sobretudo, no início da década de 1990, quando da inserção de elementos do receituário da reestruturação produtiva no país, em que se passaria a verificar a existência de tendências econômicas, políticas e ideológicas que já estavam presentes nas décadas anteriores nos países capitalistas centrais (Antunes, 1995).

Como parte desse receituário tem-se a implementação de propostas de desregulamentação, de desindustrialização, de privatização acelerada e de flexibilização, com uma política de corte neoliberal e de desmonte de direitos trabalhistas. Diante desta nova realidade, o movimento operário brasileiro do tipo do desenvolvido pelo novo sindicalismo, de uma posição ofensiva passaria então à defensiva (Antunes, 1995).

E que nova realidade de mudanças no mundo do trabalho é essa? Antunes (1995) faz uma indicação do que seriam os principais traços dessa nova realidade: 1) redução do trabalho operário manual fabril e da indústria concentrada e verticalizada; 2) aumento da subproletarização ou da precarização do trabalho; 3) crescimento do trabalho feminino, principalmente nos postos precarizados; 4) crescimento do setor de serviços e assalariamento dos setores médios; 5) exclusão de trabalhadores jovens e idosos do mercado de trabalho em países centrais; 6) intensificação e superexploração da mão de obra trabalhadora; 7) aumento do desemprego estrutural; e 8) expansão do trabalho social combinado, que fragmenta, diversifica e complexifica a classe trabalhadora.

A partir da análise de Harvey, Tumolo (2002) acrescenta a esse quadro o desenvolvimento, no mercado de trabalho, de uma estruturação com base em uma divisão do mercado de trabalho em trabalhadores do centro e trabalhadores da periferia. O primeiro grupo seria aquele composto de trabalhadores empregados em tempo integral, contemplados com alguma segurança e certas vantagens que o grupo dos periféricos não possui. Este, por sua vez, seria composto de um conjunto mais flexível de trabalhadores mais disponível no mercado, tanto numericamente quanto em relação às possibilidades de contratação parcial, precarizada ou temporária. A tendência que viria se estabelecendo, como indica Harvey, é a da redução progressiva do primeiro grupo em face do crescimento do segundo.

Tais metamorfoses que vêm se operando no mundo do trabalho não são manifestações de uma efetiva transformação no modo de produção, mas expressão das mudanças no seu modelo de acumulação, que se redefine para garantir a preservação das condições de efetivação dos mesmos objetivos do modelo de acumulação anterior. Como afirma Tumolo (2002), “tal padrão representa não só a tentativa de superação do modelo keynesiano-fordista, mas principalmente a resposta histórica construída pelo capital à

crise de superacumulação que precede o processo recessivo de 1973” (p. 91). O que se tem de novo é a intensidade com que a exploração sobre a força de trabalho passa a ser realizada, com o acréscimo da sofisticação e efetividade com que passam a ser combatidas as formas de organização da classe trabalhadora.

As consequências desse reordenamento para o movimento sindical são diretas e atingem, tanto a materialidade do processo de trabalho, quanto a subjetividade dos trabalhadores e suas formas de organização política. A partir das conclusões de Antunes sobre as repercussões dessas metamorfoses no movimento dos trabalhadores, Tumolo (2002, p. 103) elenca os principais contornos e dimensões da crise que se estabelece: 1) redução na sindicalização; 2) distanciamento dos trabalhadores estáveis daqueles que trabalham em condições precarizadas, o que produz enfraquecimento do poder sindical e coloca dúvidas sobre o sindicalismo vertical; 3) aumento da sindicalização dos assalariados médios; 4) acentuação da tendência *neocorporativista*, que privilegia os interesses do trabalhador estável em detrimento do precarizado; 5) prejuízo das ações grevistas em decorrência da heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores; 6) prejuízo das possibilidades de desenvolvimento de uma consciência de classe operária.

As tendências que são geradas com esse processo passam, então, a ser a da individualização crescente das relações de trabalho, perda das conquistas históricas do movimento sindical e a escolha pelo sindicalismo de participação, com uma acentuada burocratização e institucionalização dos sindicatos. Isso tem como consequência uma atuação definida, cada vez mais, pelos marcos da institucionalidade e com um estatuto de moderação, distante do discurso radicalizado e anticapitalista. Com a redução das possibilidades de reformas, mesmo nos países centrais, após a crise que se inicia na década de 1970, esse sindicalismo de corte socialdemocrata, negociador, moderado que

se estabelece como tendência tem, contudo, cada vez mais dificuldade de ter qualquer postura combativa (Tumolo, 2002).

Essa tendência, como analisa Antunes (1995), atingiu o sindicalismo dos países capitalistas centrais na década de 1980 e chegou, também, ao sindicalismo dos países periféricos, que têm um grau significativo de industrialização, como o Brasil, a partir de 1990.

Retomemos os traços que marcaram a construção política daquela que se constituiu a maior central sindical brasileira a partir do início da década de 1980, a CUT. Como já apresentado anteriormente, os primeiros anos de atuação da CUT na luta sindical foram marcados por uma postura, ratificada em seu segundo congresso nacional, de orientação estratégica para o acirramento do conflito de classes e para a preparação dos trabalhadores para a luta contra o capitalismo. As reivindicações mais imediatas adquiririam caráter transitório na construção do objetivo final do socialismo. Como se mencionou anteriormente, com base no estudo de Tumolo (2002), o III Congresso Nacional da Central, em 1988, marcaria o fim dessa primeira fase, contestatória e anticapitalista da CUT.

O III CONCURT marcaria o início da aproximação da perspectiva da Central com o sindicalismo europeu, já marcado por aquelas tendências apontadas por Antunes de verticalização, de atuação nos marcos da institucionalidade e com uma política limitada à mediação na negociação da venda da força de trabalho. Mudanças estatutárias redefinindo os critérios de participação levariam a uma forma de funcionamento muito mais verticalizada, complexa e burocratizada. E, com o processo de redemocratização do país, difundia-se a expectativa de que as classes trabalhadoras poderiam vir a influenciar as decisões políticas do país (Tumolo, 2002).

Ocorre, assim, um rebaixamento político com a proposta de revisão histórica da posição contestatória construída até então, em nome de uma política de entrada no pacto democrático com uma postura disposta à negociação. A virada dos anos de 1980 para os anos de 1990 selaria, por fim, o giro político da Central iniciado no III Congresso, como avalia Tumolo (2002).

“...o IV CONCUR foi a expressão político-institucional da consolidação de tal inflexão. Realizado em 1991, com a presença de apenas 1554 delegados – resultado das decisões do congresso anterior – e numa conjuntura completamente diversa daquela do final dos anos 70 e início dos 80, tendo como pano de fundo a conformação do novo padrão de acumulação de capital que imperava nos países centrais, no qual o Brasil já tomava a iniciativa de se inserir, o colapso da maioria dos países socialistas e, do ponto de vista sindical, o surgimento e crescimento da Força Sindical, o congresso recolocou na ordem do dia a discussão, ou melhor, o embate entre as diversas correntes políticas que disputavam a estratégia a ser trilhada pela CUT” (p. 121).

Assim é que se conformariam dois blocos políticos fundamentais, um hegemônico pela linha da tendência *Articulação* e outra que aglutinaria as tendências próximas à *CUT Pela Base*. A conjuntura que se delineou no país naquele ano em tudo colaborou para o encaminhamento do sindicalismo e da Central a uma posição defensiva: vitória do projeto neoliberal de Fernando Collor para a presidência, o conjunto de transformações decorrentes da reestruturação produtiva e o fracasso do socialismo soviético (Tumolo, 2002).

Na disputa entre os dois projetos políticos colocados, venceria, então, aquele cuja linha era a de aproximação com a visão socialdemocrata dos sindicatos europeus e norte-americanos filiados à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSI)⁵⁸ e de priorização da estratégia de negociação. Na linha oposta à defendida pela

⁵⁸ A aproximação não se deu em uma via de mão única. Houve um papel ativo da CIOSI nesse movimento, com o fornecimento de grandes financiamentos para a construção da Central, a realização de convênios, escolas de formação, viagens etc., como indica Tumolo (2002) a partir do trabalho de Rodrigues L. M. (1990).

CUT Pela Base, se passaria a investir na governabilidade e na crença de que o crescimento econômico capitalista brasileiro poderia trazer ganhos aos trabalhadores na forma de distribuição de renda. Operava-se, assim, uma inflexão de um sindicalismo de confronto, classista e anticapitalista para um sindicalismo de negociação e de parceria entre trabalhadores e capitalistas. O V Congresso, realizado em 1995, só reafirmaria essa posição de acomodação e de participação dentro da ordem do capital. Nas palavras de Antunes (1995 como citado em Tumolo, 2002, p. 126. Grifos do autor), “é uma postura cada vez *menos* respaldada numa *política de classe*. E cada vez *mais* numa política para o *conjunto* do país”. Em última instância, como conclui Tumolo (2002), substitui-se o horizonte socialista pelo horizonte da cidadania.

Movimento semelhante acontece com o PT, que também passa de uma posição de maior radicalidade para uma de subsunção à lógica da sociabilidade burguesa, pelo fato principal de eleger a disputa parlamentar como centro de suas lutas. Na perspectiva de Secco (2018), a tendência ao caminho da institucionalidade sempre esteve presente na formação do partido. Entretanto, a queda do muro de Berlim, a eleição de representantes para os governos municipais e para o legislativo, no final dos anos de 1980 e início de 1990, e o processo de *impeachment* de Fernando Collor em 1992, acentuaram os dilemas que sempre perseguiram o partido e se expressavam nas disputas entre as diferentes tendências e mesmo no interior de cada uma delas. “A crise do socialismo se dava em escala internacional e cortava o PT ao meio” (Secco, 2018, p. 150).

Essas disputas, no âmbito do intento à batalha pela presidência no ano de 1994, que pautou o VIII Encontro Nacional do partido, realizado em 1993, veriam a tendência majoritária sofrer uma derrota interna. A *Articulação*, após um processo de cisão interna, perderia a direção do partido, mas iniciaria, naquele momento, um movimento de aproximação com alguns grupos mais à direita do partido. E, embora a direção partidária,

naquele momento, estivesse nas mãos de tendências mais à esquerda, começaria a ocorrer um processo de autonomização de Lula e de seu círculo próximo (Secco, 2018).

Naquele momento, a presidência acenava como uma possibilidade concreta. O PT governava, em 1994, 53 prefeituras, tinha 77 deputados estaduais, 33 federais, 1400 vereadores e um senador. Com um “modo de governar” baseado na “ética na política, descentralização administrativa, democracia participativa através de conselhos setoriais, mas nada parecido com as propostas de conselhos populares dos anos oitenta” (Secco, 2018, p. 162), ganharia diversos prêmios destinados a gestões municipais bem-sucedidas nos anos de 1990. Soma-se a isso as ações de assistência social, de orçamento participativo, de participação social, de incentivo ao esporte e lazer, de saúde, saneamento etc. O partido tinha uma direção eleita no VIII Encontro, no entanto, havia uma vida própria à margem da direção, dirigida por Lula e pela *Articulação*.

Em um estudo sobre a história das duas organizações que convergiram na formação do bloco majoritário do PT – a *Articulação* e o Coletivo inicialmente denominado *Partido Comunista Revolucionário* (PCR), que passou a usar o nome *Nova Esquerda*, em 1989 e, em 1992, *Democracia Radical* (DR) – Coelho (2005) observou que os caminhos trilhados pelo bloco político mais influente da esquerda brasileira foram, em verdade, os caminhos tomados pela esquerda mundial, de uma forma geral.

Situando o processo de transformismo ocorrido neste bloco majoritário do partido como uma manifestação do fenômeno mais amplo de crise do marxismo, Coelho (2005) observa como tal mudança representou o abandono de um projeto político orientado pelo marxismo. Ambas as tendências, estruturadas sobre uma base marxista em suas origens, a despeito de divergências na apropriação do marxismo entre uma e outra, passariam por mudanças substantivas em sua estratégia e leitura de mundo. Essas mudanças levaram a *Articulação* a substituir a política de hegemonia pela de supremacia, e o PCR a um

progressivo abandono do marxismo e a uma profunda reformulação programática que culminaria na dissolução da própria tendência, que se tornaria, posteriormente, a *Democracia Radical*.

A análise desse processo como uma manifestação particular da crise do marxismo pode ser encontrada na tese de Coelho (2005). Nos interessa, para este momento, as consequências desse processo na hegemonia de projetos políticos que se estabelece no PT e no campo da esquerda brasileira. Em linhas gerais, o arcabouço teórico da nova visão de mundo e estratégia política que passariam a orientar o campo tem como principal referência alguns postulados pós-modernos⁵⁹ e uma concepção liberal da política, que passariam a fornecer as bases do projeto político de uma *esquerda nova*.

Esse projeto político não mais se orientaria pela identificação das contradições sociais capitalistas ou pela busca de possibilidades de superação histórica de seu modo de produção. A própria história não seria mais entendida como um movimento resultante da dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção, passando a ser vista como um conjunto de contingências indeterminadas, onde seriam os indivíduos “livres” de outras determinações que escolheriam os caminhos de sua própria história (Coelho, 2005).

A classe já não seria o critério fundamental de definição da ação política e a classe operária, por sua vez, não seria, mais, portanto, classe revolucionária. O sujeito da construção de uma nova sociedade passaria a ser requisitado em atores distintos da classe

⁵⁹ O pós-modernismo, de uma maneira bem geral, pode ser entendido como uma crítica aos supostos limites dos paradigmas sociológicos modernos, como o marxismo e o funcionalismo. Tem como um marco teórico inicial a discussão feita por Lyotard, em 1979, no ensaio “A Condição Pós-Moderna”, que defendia que os vínculos entre os indivíduos na sociedade, atualmente, já não poderiam ser explicados pelos modelos sociológicos modernos. Seriam os jogos de linguagem os principais determinantes, na contemporaneidade, das posições dos indivíduos nas relações sociais. Estes substituiriam as grandes narrativas na interpretação filosófica e sociológica da realidade, sendo constituídos de uma proliferação de dissensos em que qualquer um pode assumir o mesmo estatuto de verdade.

trabalhadora, que não poderia representar os interesses do conjunto da sociedade. Assim é que, diz Coelho (2005), “as duas correntes parecem convencidas de que a condução de uma política de esquerda depende de atores com motivações distintas das dos interesses dos trabalhadores, que atuariam segundo uma lógica diferente da luta de classes e num espaço que poderia ser denominado, segundo uma das vertentes, a ‘nova esfera pública’” (idem, p. 359).

Sem a existência de uma classe historicamente capaz de conduzir à superação do capitalismo, a política da esquerda passa a ter sua prioridade na resolução democrática dos conflitos, em uma perspectiva alinhada com a visão liberal de democracia, onde todos seriam cidadãos iguais em direitos e poder de participação nas decisões. A política, nesta linha, não é mais vista como conflito, mas como ordenamento do convívio entre sujeitos diferentes, o que retira a classe subalterna da condição de destinatária privilegiada do discurso da esquerda (Coelho, 2005).

Na medida em que, cada vez mais, o centro da estratégia dessa *esquerda nova* (representada pelo campo majoritário do PT, maior referência de esquerda no Brasil de então) vai em direção às disputas eleitorais, vai se acentuando esse processo. A redação dos programas eleitorais passa a não mais apresentar conteúdos de classes, que são substituídos por

“...pautas amplas, ‘para todos’. Mesmo quando figura ainda nos discursos, a classe aparece desacompanhada da luta de classes. Nisto reside o passo mais importante da reviravolta teórica e programática: o objetivo de construir a ‘conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica’ da classe trabalhadora foi cancelado do projeto político das tendências do campo majoritário” (Coelho, 2005, p. 360).

A igualdade que passa a ser buscada com a estratégia da democracia liberal não é mais uma igualdade real, fundada na abolição da desigualdade de classes, que

supostamente feriria a liberdade individual dos sujeitos, mas uma igualdade formal expressa na condição dos direitos da cidadania. Não há mais o objetivo de eliminar o inimigo de classe, porque não há mais adversários políticos materializados em uma classe social. Todos os indivíduos livres poderiam exercer poder político em sua representação governamental, o que torna desnecessária a revolução (Coelho, 2005).

As conclusões de Coelho (2005) sobre os caminhos tomados pela ala majoritária do PT, no que se refere às consequências do abandono do marxismo para sua estratégia política podem assim ser sintetizadas:

“A fração da esquerda que estudamos esticou a recusa à ideia da inevitabilidade do socialismo até o ponto em que nenhuma necessidade histórica pode ser reivindicada para o projeto socialista que, se e quando ainda é proposto, é apoiado em justificativas puramente éticas, de foro individual, e submetidos às instituições já constituídos e permanentes, vistos agora como sinônimos de... democracia” (idem, p. 362).

Nem todo o PT e nem toda a esquerda foram engolidos pela crise do marxismo. No próprio PT, sobreviveram alas críticas ao campo majoritário que se mantiveram teoricamente e politicamente referenciadas no marxismo. Esse processo, identificado pelo autor a partir do termo gramsciano “transformismo”, tem raízes na derrota histórica das classes subalternas ao mesmo tempo em que também alimentou os processos que conduziram a essa derrota (Coelho, 2005).

No caso do PT, o deslocamento de intelectuais da esquerda, que estiveram na construção histórica do partido, em direção a uma aproximação com a classe dominante foi um fator de grande determinação nesse processo de abandono do marxismo, somado ao distanciamento das bases provocado pela burocratização. O papel que antes era o de organização da classe trabalhadora passa a ser, no caso desses intelectuais, de organização do Estado burguês. Isso pôde acontecer devido à absorção do campo majoritário do PT pela hegemonia das classes dominantes que, diante da efetividade econômica, porém,

instabilidade política da aplicação do receituário de orientação neoliberal de FHC, conseguiu produzir, na figura dessa nova esquerda, uma esquerda para o capital (Coelho, 2005).

O movimento operado, por fim, pelo bloco majoritário do PT, foi o do abandono da condição de vanguarda socialista, referenciada no marxismo, para uma adesão ao capitalismo, que poderia ser reformado, melhorado, organizado de maneira a distribuir equitativamente seus produtos com seus vários “atores sociais”. A criação de políticas distributivas, o controle social por meio da participação popular na definição e execução de políticas públicas, dentro da linha clássica da socialdemocracia, passaria a ser o programa fundamental da esquerda (Coelho, 2005).

Ou seja, toda uma recomposição de um Estado de Bem-Estar social, Estado este que pôde existir, parcialmente, em um período específico de expansão capitalista, e em alguns lugares de economia central, mas que, no momento da atual crise, que se prolonga desde meados de 1970, não mostra qualquer viabilidade material de restituição.

Como discute Coelho (2005) em suas conclusões, a direita tradicional tanto internacional quanto a que se assenta em solo brasileiro já havia abandonado essa ilusão, retomada, entretanto, pelo campo majoritário do PT: a crença na possibilidade do impulsionamento de um novo período de desenvolvimento com a realização de ações redistributivas, através da colaboração de classes.

O rompimento da institucionalidade e do pacto colaboracionista, no Brasil, no momento histórico atual, consolidado principalmente a partir de 2016, viria mostrar a insustentabilidade dessa estratégia a médio prazo. Mas o deslocamento político do partido, expresso pelo transformismo de seu bloco majoritário, é manifestação da acomodação do projeto político das principais objetivações da classe trabalhadora, nesse

período de crise estrutural e reestruturação produtiva de caráter neoliberal, à ordem social do capital, decorrente dos efeitos devastadores desse conjunto de transformações para o mundo do trabalho.

O próximo tópico tem como objetivo discutir os efeitos dessas transformações mais especificamente nas mudanças que se operam no tratamento da chamada “questão social”.

4.1.2. *Neoliberalismo e uma “nova” “questão social”*

Como discutido anteriormente, com a atual crise do capital e suas estratégias de reestruturação, vem havendo um retorno à ideia da pobreza como produto individual, onde a filantropia vem sendo recolocada como uma de suas formas de enfrentamento. Nesta perspectiva, mantém-se presente o entendimento do problema como uma questão de distribuição, agora não mais resultante da demanda de mercado, mas sim de uma suposta escassez que estaria produzindo um déficit entre ofertas de bens e serviços (Montaño, 2012).

Seu enfrentamento dá-se não mais com o estímulo ao consumo através de ações redistributivas, como no modelo keynesiano, mas ao investimento e lucro do capital como forma de enfrentar a crise. Assim, o trato dos problemas sociais retorna ao tradicional modelo de apelo ao voluntarismo e ao solidarismo da sociedade civil, argumentando-se, além disso, que o atual estágio do capitalismo globalizado viria produzindo “novas” “questões sociais”, que justificariam a formulação de “novas” e “diversas” estratégias de enfrentamento de suas sequelas. Como também se buscou argumentar anteriormente, a partir de uma abordagem histórico-material da questão, não se trataria da produção de uma ou de várias “novas” “questões sociais”, mas apenas de novas expressões da mesma velha “questão social”.

E quais seriam as novas expressões da “questão social” resultantes das formas de acumulação, expansão e reestruturação capitalista de caráter neoliberal? Se não há, na atualidade, a existência de uma “nova” “questão social”, mas novas formas de manifestação do mesmo velho pauperismo capitalista, como, mais particularmente no Brasil, essa questão se apresenta e é tratada na atualidade?

Na segunda metade da década de 1970, como discutido anteriormente, o país assistia à confirmação do colapso da política econômica do chamado “milagre brasileiro”, ao mesmo tempo em que se reorganizavam e ganhavam força movimentos e lutas sociais por melhores condições de vida, sindicais e contra a repressão militar do período autocrático burguês. Como trazido no capítulo anterior, foi um período de grande acirramento político. É dentro dessas circunstâncias que, por um período muito breve e de forma muito incipiente, a burguesia brasileira se viu forçada a fazer a concessão de alguns direitos sociais e a propor algumas políticas sociais como resposta a esse acirramento das lutas.

O período que se segue a esse, marcado pela entrada do Brasil na programática do novo padrão de acumulação do capital, padrão este que é uma tentativa de resposta à crise estrutural, trouxe, como se buscou indicar, mudanças importantes nas relações materiais de produção e nas relações políticas e sociais, como um todo. Aos países que experienciaram um certo grau de redistribuição e nos quais os movimentos do trabalho tiveram uma possibilidade maior de organização sindical, o esgotamento do modelo fordista/keynesianista mostra com mais evidência seus efeitos no que se refere ao trato à “questão social”. O que não quer dizer, entretanto, que em alguma medida esse processo não tenha se manifestado em países periféricos com o grau de industrialização como o do Brasil.

O novo trato que se direciona à “questão social”, por via da estratégia neoliberal, é planejado e executado com vistas à remediação parcial dos efeitos da crise, diminuindo ou mesmo eliminando a presença do Estado no fornecimento de serviços sociais sob o argumento da necessidade de sua desoneração financeira em tempos de recessão. A adoção dessa estratégia, no que se refere ao fenômeno da “questão social”, produz, não só novas formas de manifestação dessa questão, mas uma nova forma de tratamento que a ela se direciona (Montaño, 2002).

No caso do Brasil, se antes existia uma garantia, ainda que muito frágil, de alguns direitos sociais por parte do Estado, na forma de algumas políticas sociais concedidas no processo de redemocratização e de construção de uma nova Constituição “cidadã” (ainda que boa parte delas compareçam apenas formalmente na legislação), com o neoliberalismo o trato da “questão social” deixa de ser entendido como de responsabilidade do Estado. A responsabilidade pelo enfrentamento dos efeitos da “questão social” passa a ser atribuída à sociedade civil, na forma de trabalhos filantrópicos ou mesmo ao mercado, em que assumem a forma de mercadoria. O novo formato de trato da questão social é aquilo que costuma ser definido como o “terceiro setor”, que surge como produto da desresponsabilização do Estado quanto à questão social (Montaño, 2010; 2002).

Numa perspectiva que se distancia das abordagens endogenistas do conceito, Montaño (2010) analisa o surgimento do “terceiro setor” dentro da totalidade do processo de reestruturação do capital, situando-o como conceito ideológico, que atua escamoteando o processo social em questão, na medida em que se coloca como uma visão que segmenta e parcializa a realidade social. O “terceiro setor”, apresentado entre aspas pelo autor justamente por esse caráter encobridor da realidade, surge funcionalmente

articulado ao processo de reestruturação produtiva, tanto quanto a resposta keynesiana, do Estado de bem-estar social, foi funcional à acumulação no modelo fordista.

Ele é coerente com o novo padrão de acumulação do capital, que intensifica a exploração do trabalho pela via da flexibilização e fragiliza as tradicionais formas de organização sindical do período anterior. No campo dos direitos sociais, ainda que, no caso de países como o Brasil tais direitos nunca tenham se efetivado, de fato, em um Estado de bem-estar social, conquistas como a Constituição de 1988 ou a criação de algumas políticas sociais como a da assistência social, por exemplo, são perdidas em nome da reorganização do papel do Estado na resposta aos efeitos da questão social.

A funcionalidade do “terceiro setor” no rearranjo social que se processa na reestruturação produtiva do capital se manifesta no cumprimento de tal tarefa, mas também por ideologicamente substituir a centralidade da organização trabalhadora na luta de classes. O enfrentamento de classes perde lugar para a parceria entre as classes supostamente unidas em torno de um futuro humano comum positivo para todos (Montaño, 2010).

A tônica do tratamento às sequelas da “questão social” passa a ser, como bem aponta Arantes (2000), a da “interação” de “novos atores” na abertura e construção de espaços “comprometidos” com o envolvimento mútuo, em um registro “pró-ativo”. Espaços abertos à “participação cidadã”, onde através da interlocução entre governo e sociedade civil, constrói-se parcerias em torno de plataformas comuns. Os efeitos materiais das contradições do capitalismo viram “desafios”, aparentemente resultantes do “impacto” da produção de “novas realidades”. O maior de todos os “desafios”, diz Arantes, fica sendo o da promoção de direitos e da construção da cidadania.

Difunde-se a ideia de que os tempos de ditadura militar, repressivos e autoritários, justificavam e mesmo exigiam um caráter reativo dos movimentos da sociedade, o que já não se justificaria em uma conjuntura redemocratizada, em que governo e sociedade civil se unem em torno da mesma busca de efetivação de Direitos e da cidadania. Redistribuição vira “retorno para a sociedade”, que não se pauta no elemento lucro, *stricto sensu*, mas se sustenta, primeiro, na eficácia simbólica que adquirem as ações voluntárias e sem fins lucrativos no atual estágio de reprodução social e, segundo, por seu significado econômico tangível de, inclusive, produzir “valor social” cotável, tudo isso garantido por um Estado que de mínimo, para o capital, não tem nada (Arantes, 2000).

O Estado que, na fase do keynesianismo, regulava e promovia alguns serviços sociais, se torna um “parceiro-facilitador da acumulação privada” (idem, p. 08), fornecendo concessões estatais aos agentes não governamentais que irão explorar o terreno dos serviços sociais. O “terceiro setor” emerge como um suposto harmonizador dos interesses das duas esferas distintas, o mercado e a esfera pública, como se os tempos democráticos provassem a capacidade de a solidariedade resolver as contradições da acumulação.

Arantes (2000) realiza um importante resgate das raízes históricas, não tão distantes, do modo de ser do “terceiro setor”. É pela ação de micro-organizações internacionais de cooperação, no encontro com alguns movimentos sociais surgidos do clima de reconstrução mundial do pós-Segunda Guerra, que alguns setores da esquerda sul-americanos são tocados pela expectativa da construção política e da transformação social por fora da luta armada, mas também por fora, exclusivamente, do Estado. Tudo isso naquele momento de modernização integradora da periferia em tempos de recessão política. Ao resgatar essas origens históricas, Arantes problematiza mais do que a metamorfose no discurso sobre a questão do tratamento à “questão social” que culmina

no “terceiro setor”, mas “a reversão histórica que a tornou indiscernível do seu oposto oficial” (idem, p. 16).

Na medida em que se difunde a ideia de que existiria uma nova forma social, globalizada, com novas questões e desafios, que exige novos formatos de trato de seus problemas, esquerda e direita passariam, como constata Arantes (2000), a se confundir no espelho desse “terceiro setor”:

“...agora com total liberdade de movimento, essa máquina futurista de triturar pode inclusive se dar ao luxo de ser apresentada como a única fonte de riqueza pela própria esquerda, que dela exige apenas a contrapartida do prateado pleno emprego do ciclo anterior, enfim, mais alienação em nome de um ultrapassado direito ao trabalho assalariado. Então é isso o que se vê na vitrine da globalização: a esquerda na retaguarda, procurando conservar o que ainda sobra do *Welfare State*, acossada por um *establishment* que alega estar na crista da nova onda das forças produtivas” (Arantes, 2000, pp. 18-19).

Quer dizer, a crise do capital demanda uma estratégia de reestruturação produtiva cujos efeitos, no mundo do trabalho, na organização política da classe trabalhadora e mesmo no tratamento da “questão social” se retroalimentam com efeitos destrutivos para a classe trabalhadora. No que se refere aos efeitos da mudança no modo de se enfrentar as sequelas da questão social para os projetos políticos da esquerda, o recuo político em direção ao reformismo socialdemocrata é uma das respostas que os setores mais progressistas da sociedade têm encontrado para o cenário de brutal enxugamento do Estado social e de desmonte de direitos.

4.2.A psicologia comunitária no Brasil pós-redemocratização política

4.2.1. A proliferação das práticas de psicologia em comunidades

Como constatou Freitas (1996), o início dos anos de 1990 presenciou uma grande expansão dos trabalhos de psicologia junto a diversos setores sociais e parcelas

populacionais. Essa proliferação de produções e intervenções, entretanto, foi sendo realizada dentro de um quadro amplo e plural de práticas referenciadas nos mais diferentes postulados teóricos e pressupostos filosóficos.

As práticas psicológicas realizadas nos equipamentos públicos de fornecimento de serviços de bem-estar, como os postos de saúde ou, mais recentemente, também os Centros de Referência de Assistência Social, passaram a ser mais frequentes, dada a inserção desse profissional no campo das políticas sociais. Da mesma maneira, um grande crescimento de trabalhos comunitários em psicologia no âmbito do “terceiro setor”, nas chamadas Organizações Não Governamentais, por exemplo, vem sendo observado no mesmo período, na medida em que tem se alargado a funcionalização desse setor no trato da “questão social” em tempos de neoliberalismo (Freitas, 1996).

O que nos alerta a autora, a partir desses dados, é que, apesar da grande expansão dos trabalhos ditos comunitários em psicologia, a partir do início da década de 1990, nem todos eles visam a deselitização, o trabalho prioritário com grupos, o combate à perspectiva assistencialista e a contribuição com projetos de transformação social.

Assim, diante da já complicada tarefa de se definir um objeto, a partir da referência identitária da psicologia comunitária, torna-se ainda mais difícil sua identificação em tempos de tamanha proliferação e diversidade do que se faz em seu nome.

O objetivo prioritário de nossa pesquisa não é o de fornecer uma caracterização do que se tem produzido em seu nome. Nosso objeto, muito mais que a forma dada da psicologia comunitária, ou, mais especificamente suas discussões em torno da preocupação com a transformação social (que fornece pistas de suas estratégias políticas), é o seu desenvolvimento histórico, é o seu processo, o seu movimento.

Assim é que, no tópico que aqui se apresenta, recorreu-se, primeiro, a alguns estudos históricos (Carvalho, 2014; Boechat, 2017) que circunscrevem o quadro geral do projeto político que se hegemonizou na variante da psicologia social brasileira que teve influências determinantes nas sistematizações do campo da psicologia comunitária, a Escola de São Paulo de psicologia social. Em seguida, acessamos um conjunto de produções textuais realizadas em nome da psicologia comunitária no Brasil, com publicação a partir de 1990. Essas produções nos serviram, mais do que como fonte exclusiva ou privilegiada de dados sobre o processo que buscamos desvelar, como uma espécie de mapa com pistas dos caminhos que deveríamos adentrar na pesquisa.

Buscando nos ater mais à compreensão do processo de inflexão nas discussões políticas do campo, realizamos uma busca do que vem sendo produzido na atualidade pelos grupos que se envolveram com o início da construção do projeto comunitário em psicologia no Brasil. Assim, não se quer dizer que o conjunto de produções aqui apresentadas representem a totalidade do que seja a psicologia comunitária na atualidade. Elas apenas nos fornecem indícios de suas vinculações epistemológicas e políticas, cuja devida investigação não poderia ter um procedimento metodológico traçado a priori, devendo ser necessariamente guiada pelos rumos requeridos na nossa abordagem do objeto.

Dessa forma, realizamos uma busca nas principais bases de dados de artigos publicados a partir de sua referência (no título, nas palavras chaves ou no resumo) na psicologia comunitária, por parte dos grupos historicamente envolvidos com o início do desenvolvimento do campo no Brasil. São eles, especialmente, seus representantes do Estado do Ceará e do Rio Grande do Sul.

Apresentamos, assim, o teor geral da discussão de cada uma de suas duas ou três produções bibliográficas de maior circulação entre aqueles que se referenciam no campo

da psicologia comunitária, elegendo-as a partir do número de citações feitas em outras produções. Da discussão apresentada em cada uma delas, extraímos aqueles conceitos, categorias e debates a partir dos quais poderíamos proceder com uma análise de suas vinculações epistemológicas e políticas. Estas são, por fim, problematizadas no último tópico desta sessão, que iniciamos, a seguir, com a discussão sobre a situação teórica e política da Escola de São Paulo de psicologia social.

4.2.2. O giro ideopolítico da Escola de São Paulo de psicologia social

A Escola de São Paulo de psicologia social se refere a uma variante brasileira da crítica à psicologia social dominante elaborada por seus representantes do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP (PEPG-PSO), no período de vigência da ditadura militar brasileira e do contexto de crise da psicologia social na América Latina. Tem como grande representante a figura de Silvia Lane, que direcionou seus primeiros desenvolvimentos e uma larga e heterogênea produção acadêmica, posteriormente, apresentando nomes como os de Bader Sawaia, Odair Furtado e Ana Bock.

Apesar da grande heterogeneidade de autores e de obras, existe certa unidade em torno da crítica à psicologia social de modelo experimental, à naturalização dos fenômenos psicossociais e da preocupação com a relevância social das produções e intervenções da psicologia na realidade social brasileira (Bock, 2004; 2009; Lane, 1984; Sawaia, 2014).

Carvalho (2014), com o objetivo de historiar a Escola de São Paulo de psicologia social, observou que seu desenvolvimento apresentou descontinuidades e heterogeneidades. Não se tratou de um processo linear de acréscimo de novos temas e

autores de referência. O autor sustenta a tese de que, em sua trajetória, a Escola de São Paulo de psicologia social operou um giro ideopolítico nas concepções e formulações apresentadas em seus primeiros desenvolvimentos.

Tal giro consistiria em uma reorientação tanto teórica quanto política. Essa reorientação traduzir-se-ia no deslocamento de uma referenciação geral no marxismo, tanto no recurso ao seu conjunto de categorias teóricas, quanto na orientação da perspectiva de transformação social, para uma psicologia social de orientação política socialdemocrata e teoricamente inspirada em autores neomarxistas, como Agnes Heller e Jürgen Habermas.

Na análise de Carvalho (2014), esse desenvolvimento é dividido em dois períodos, com remissão a dois períodos históricos pelos quais passou o Brasil e o mundo: o primeiro, situado entre 1964 e 1989, sob vigência da ditadura empresarial-militar brasileira, e o segundo, de 1989 a 1991, em que, internacionalmente, se tinha a crise do petróleo, aberta em 1973, e o fim do regime soviético no Leste europeu. Estes últimos seriam processos chave para a compreensão da emergência de formulações como as do neomarxismo, para o qual estaria dado o fim da história, das ideologias, a não mais centralidade do trabalho e o fim das classes sociais.

A caracterização da crise da psicologia, das respostas que inicialmente se formulavam a essa situação e especialmente o conteúdo da psicologia social desenvolvida pela Escola de São Paulo, tem como fonte, na análise conduzida pelo autor, alguns trabalhos de Silvia Lane e de Alberto Andery. O desenvolvimento teórico de suas categorias, a partir da apropriação de seus representantes do conjunto de formulações do marxismo, teve como fonte as produções acadêmicas de membros do grupo, cuja reconceitualização teria tido como expressão duas obras-síntese: “O que é Psicologia

Social” (Lane, 1981), e o livro “Psicologia Social: o homem em movimento” (Lane & Codo, 1984).

Na antítese à psicologia social estadunidense, cuja tônica era o modelo experimental e o desenvolvimento de recursos de ajustamento social, é que se teriam as primeiras formulações críticas às teorias tradicionais. Esse processo de reformulação teórica, entretanto, aconteceu dentro de um processo pelo qual passou o curso de Psicologia e a própria instituição da PUC-SP nos anos de 1960.

Esse período, em especial após o recrudescimento ditatorial em 1968 e a implementação da contrarreforma universitária, no mesmo ano, teve, na PUC-SP, alguns desdobramentos particulares. Apesar da contração geral na autonomia universitária no Brasil, setores da comunidade da PUC-SP conseguiram levá-la a driblar algumas interdições e avançar em sua democracia interna. Fazendo uso de sua natureza jurídica de universidade particular, conseguiu aprovar, em 1970, um projeto⁶⁰ que determinava que a instituição deveria ter como objetivos a orientação de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão para a realidade brasileira. Isso possibilitou a reformulação de cursos de graduação e a criação de programas de pós-graduação (Carvalho, 2014).

Abriu caminho para a entrada também do marxismo, não só nas ciências sociais, mas na psicologia social, se constituindo como o principal fundamento da crítica à psicologia social estadunidense. Nessa conjuntura de reestruturação da PUC-SP, antes que essa crítica ou as novas formulações teóricas fossem desenvolvidas pelos representantes dessa psicologia social, o currículo proposto em 1971, para o curso de

⁶⁰ “A reestruturação da PUC-SP previa, como pontos fundamentais: a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e financeira; a instalação do Ciclo Básico; vestibular unificado (antes, cada Faculdade fazia o seu próprio vestibular) e classificatório; disciplinas obrigatórias e optativas semestrais distribuídas pelos departamentos, organizadas em sistema de créditos, conforme, aliás, exigido pela Reforma de 1968 do governo militar; e a implementação de um ciclo básico e de um setor independente, administrativamente, de pós-graduação (para burlar a lei)” (Carvalho, 2014, p. 76).

Psicologia, passaria a contemplar disciplinas optativas. Dentre essas, havia uma elaborada por Lane que propunha o estudo de temas escolhidos pelos estudantes e que se relacionassem com a realidade brasileira.

No currículo de 1975, viria a ser criada uma estrutura que articularia estágios obrigatórios a supervisões teóricas, orientando-se pelo pressuposto da indissociabilidade entre teoria e prática. Dentre esses estágios, havia a oferta do estágio em comunidades. Como avaliou posteriormente Lane, e como evidencia Carvalho (2014), a conjuntura recessiva e a contrapartida da mobilização universitária foram de fundamental importância para o questionamento das práticas e teorias em psicologia e para o início de uma prática psicológica em comunidades com uma perspectiva educativa, popular e conscientizadora.

Esses trabalhos em comunidades, como já se afirmou em momento anterior, não rompiam integralmente, em seu início, com a psicologia social dominante. A revisão teórica desses tradicionais modelos de psicologia social só seria realizada mais tarde, na pós-graduação, cujo programa foi criado em 1972. O programa⁶¹ viria a se constituir como uma via de esquiwa de algumas interdições impostas pelo regime às pesquisas nas universidades. Assim é que, na pós-graduação, pôde-se desenvolver pesquisas com uma maior autonomia e a contratação de professores demitidos, por razões políticas, de outras instituições, como da USP, por exemplo.

⁶¹ Dado interessante sobre a avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES/MEC nos anos de 1980 é trazida por Carvalho (2014). “O curso de Psicologia Social da PUC-SP, no período, jamais obteve conceito maior que B. Dados de pesquisa do Núcleo de Estudo em História da Psicologia (NEHPSI) mostram, aliás, que não só o curso da PUC-SP ia mal (na opinião da CAPES), mas todos os de Psicologia Social (PUC-SP, USP e Universidade Federal da Paraíba) ou com área de concentração em problemas sociais (como um da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Ecologia e um do Instituto Metodista em Psicologia da Saúde). Estes cinco cursos e o curso de Psicologia Clínica da PUC – Campinas são os únicos que chegam a receber conceito D na área de Psicologia e recebem a maioria dos conceitos C” (p. 81).

Esse momento inicial de desenvolvimento da psicologia social da Escola de São Paulo se inseria, no cenário nacional, na conjuntura econômica de esgotamento do “milagre econômico” brasileiro e de surgimento de alguns dos referidos instrumentos de organização da classe trabalhadora naquele momento, como a CUT e o PT. Seu ponto alto, por sua vez, se daria nos momentos iniciais de redemocratização do país.

As críticas teóricas e os debates que conduziriam à formulação da resposta dessa escola à crise da psicologia levaram certo tempo para se desenvolver. Quando se desenvolveram, apontavam, como problemas, o caráter experimental e individualizante do modelo dominante de psicologia social e a falta de relevância social de sua produção.

A crise da psicologia no Brasil, como em outros países da América Latina, não se equivalia à crise vivida pela psicologia social na Europa. Silvia Lane tinha apropriação do debate em torno da crise e das respostas que se delineavam na Europa, como também em outros países latino-americanos, como é o caso da discussão que vinha fazendo Martín-Baró no contexto de guerra civil de El Salvador. A crise da psicologia social no contexto latino-americano possibilitou às suas respostas a especificidade da preocupação com a transformação social. Aqui, diferentemente da tradição europeia, emergia a constatação da necessidade de uma ruptura com os modelos e visão de mundo da psicologia social dominante (Carvalho, 2014).

Como já se afirmou anteriormente, é nesse momento que se inicia o desenvolvimento, inclusive, de uma psicologia social de “bases materialistas e históricas e voltadas para trabalhos comunitários” (Lane, 1984 como citado em Carvalho, 2014, p. 97). Diante da necessidade da formulação de uma resposta que desse conta da particularidade de um país subjugado ao imperialismo norte americano e regido por uma ditadura empresarial-militar, Silvia Lane encontraria em Marx uma saída teórica para a crise.

Com todo seu acúmulo da psicologia social cognitiva, dos debates colocados nas respostas europeias à crise da psicologia social, de Marx e clássicos do marxismo, de obras latino-americanas tanto na psicologia como em outros campos, inspirados pelo marxismo, Lane direcionaria, então, a constituição das bases do materialismo histórico-dialético de sua psicologia social. Essas bases, como analisa Carvalho (2014), estão sintetizadas naquelas duas obras: “O que é Psicologia Social” e “Psicologia Social: o homem em movimento”.

A inflexão em direção ao referencial geral do marxismo, naquele momento, foi um movimento que teve grande adesão no conjunto da produção intelectual brasileira no campo das ciências humanas. Na Psicologia Social da PUC-SP, essa inflexão, como mostra Carvalho (2014), tem seu melhor desenvolvimento nos trabalhos da pós-graduação.

Nas teses e dissertações defendidas no programa e analisadas por Carvalho, nota-se esse desenvolvimento no que se refere ao trabalho com o conceito de ideologia, com a ideia de centralidade do trabalho, ou mesmo com a discussão sobre a questão da transformação social. A apropriação do marxismo pelo grupo, contudo, como constata o autor, se deu de forma bastante heterogênea. Heterogênea em relação ao rigor teórico no trato de algumas categorias, em relação ao aprofundamento em certos debates, ou mesmo em razão de existirem diferentes leituras de alguns conceitos.

Dentro dessa apropriação heterogênea dos fundamentos do marxismo, a psicologia social desenvolvida por seus representantes da Escola de São Paulo, naquele momento, poderia, então, ser sintetizada na forma como nos apresenta Carvalho (2014, p. 116):

“Os trabalhos aqui expostos refletem o adensamento das reflexões, discussões e estudos empreendidos por aqueles que seriam

reconhecidos posteriormente como representantes da Escola de São Paulo de Psicologia Social. Esta psicologia que se pretendia materialista e dialética não concebia o sujeito como resultante de uma estrutura imobilizante da ação, nem tampouco concebia o sujeito como um ente indeterminado. O ser humano é sujeito da ação social, sujeito historicamente determinado, cujas ações e escolhas se dão ante alternativas objetivamente possíveis: é unidade de singular-universal”.

Com relação ao conjunto de categorias teóricas com os quais trabalhavam, afirma o autor:

“Atividade, consciência e identidade constituirão o complexo categorial da psicologia social. Em que pese o foco do trabalho de cada um dos autores aqui analisados, a unidade entre estas categorias é uma preocupação comum a eles. O papel constitutivo do trabalho e a compreensão do singular a partir do universal da sociedade de classes, bem como a necessidade de superação da sociedade de classes e do posicionamento da ciência – reconhecendo a sua não neutralidade na produção do conhecimento – como instrumento posto a favor da superação da sociedade de classes, da alienação. Tais autores e suas obras estão em relação de unidade, mas não de identidade: entre eles, há apropriações e aprofundamentos muito diversos do método histórico-dialético. A Escola de São Paulo é – como qualquer outra escola de pensamento – uma unidade no diverso” (Carvalho, 2014, pp. 116-117).

O posterior desenvolvimento teórico da Escola de São Paulo de psicologia social teria, dez anos passados da publicação de “Psicologia Social: o homem em movimento”, uma feição um tanto quanto transformada. Carvalho (2014) analisa aquela que seria a obra síntese desse desenvolvimento, “Novas Veredas da Psicologia Social” (Lane & Sawaia, 1994), contextualmente a algumas transformações no cenário dos países capitalistas centrais no pós-guerra fria.

Tal período, marcado, especialmente em alguns países europeus, pelo crescimento econômico pós-guerra, por um Estado de Bem-estar social, pelo pleno emprego, e por uma relação mais conciliatória e colaboracionista entre aparelhos sindicais e representantes do capital, forneceria as bases sociomateriais para as formulações do neomarxismo. Cumprindo a função ideológica de projeção da estabilidade da ordem do

capital e de absolutização de seus elementos estruturais, certas produções teóricas tornam-se prato cheio para a legitimação da pacificação dos conflitos sociais (Carvalho, 2014).

Nesse sentido, Carvalho (2014) destaca, como proposições fundamentais no cumprimento dessa função, a inferência, presente nas formulações de Habermas e Heller, sobre o fim do trabalho, das classes e das lutas de classes, e a assimilação do objetivo da emancipação humana à construção de uma ética emancipatória geral nos quadros de um capitalismo internacionalizado.

Após a crise do capital que se inaugura na primeira metade da década de 1970 e o colapso da experiência do socialismo soviético, tais teses passaram a encontrar respaldo muito mais na derrota soviética, que esvaziou o horizonte de um projeto societário alternativo ao capitalismo, do que nas próprias virtudes do capital. A ideologia de que não haveria alternativa ao capitalismo encontrava correspondência nas teorias de Habermas e Heller, como indica Carvalho (2014).

O autor observou que foi a incorporação das teorias desses autores a maior característica da versão da psicologia social da Escola de São Paulo, atualizada, entre 1989 e 1991, em sua obra síntese: “Novas Veredas da Psicologia Social”. Essa incorporação teria expressão no conjunto de formulações teórico-metodológicas, nas categorias trabalhadas e nas direções que tomariam a concepção de transformação social. As objetivações sociais com as quais se enfrentam as análises e intervenções da psicologia viriam perdendo, em suas novas proposições, seu elo fundamental (e determinante) com as relações materiais de produção, ficando restritas ao âmbito das relações intersubjetivas.

No afastamento ou mesmo na recusa de categorias chave da teoria social marxiana, como a centralidade do trabalho, modo de produção, luta de classes, e na assimilação de fundamentos resultantes desse neomarxismo, a psicologia social da Escola

de São Paulo não só reformularia suas categorias, mas mudaria sua concepção de transformação social. Nessa mudança, afirma Carvalho (2014, p. 229), “a superação do capitalismo por uma sociedade sem classes deixa de ser um objetivo para o qual deve contribuir a teoria e prática da Psicologia Social”.

E antes se tratasse apenas de um abandono dos fundamentos gerais do marxismo e da transformação estrutural da sociedade. O giro ideopolítico operado pela referida escola, ao assimilar recursos teórico-analíticos de caráter antimarxista, produziu como resultado, no que diz respeito à concepção de transformação social por ela manifesta, um projeto, da mesma maneira, antimarxista, como conclui Carvalho (2014).

Seu resultado é:

“...um socialismo ético, um socialismo como valor, mas que, no fundo, deve realizar a democracia, a revolução ética, a emancipação política. (...) Um socialismo no qual o livre mercado e a propriedade privada – ou seja, as condições de exploração do humano sobre o humano – continuam a existir, este é o sentido do socialismo ou da revolução ética como quer que se chame” (Carvalho, 2014, pp. 259-260).

Boechat (2017), em uma análise que vincula o desenvolvimento histórico da psicologia brasileira às lutas de classes, traz evidências de como esse giro ideopolítico observado por Carvalho (2014) encontra analogia no movimento de descenso das ofensivas operárias no país. Evitando correr o risco de uma avaliação idealista sobre o referido deslocamento, ou da realização de julgamentos de caráter moral, o autor busca situar tal movimento em sua íntima vinculação com o processo histórico do país.

Dessa maneira, Boechat (2017) problematiza o giro observado por Carvalho (2014), o qual identificou as condições históricas da emergência do neomarxismo, mas não investigou os fundamentos sociomateriais pelos quais a Escola de São Paulo de psicologia social realizou sua apropriação.

Para isso, o autor parte da existência de dois ciclos históricos distintos na política brasileira, cada um deles com sua correspondente estratégia hegemônica, em que se entende que estratégia política diz respeito a um conjunto articulado de táticas voltadas à finalidade da conquista do poder político. Duas seriam, nesse sentido, as grandes estratégias correspondentes a dois dos últimos ciclos históricos da formação social brasileira: a estratégia democrática e nacional, que corresponde ao ciclo democrático-nacional, e a estratégia democrática e popular, referente ao ciclo democrático-popular. Cada um desses ciclos conta com uma estratégia hegemônica, um conjunto de aparelhos privados de hegemonia e, também uma certa ideologia dominante.

Em sua análise, Boechat (2017) situa o surgimento da referida variante da Psicologia Social brasileira dentro do curso do ciclo democrático-popular. Esse ciclo corresponde ao ciclo histórico que se inicia na segunda metade da década de 1970 com a escalada das lutas populares, operárias e sindicais, e cuja estratégia, como analisou Tumolo (2002), sofreu um recuo político do final dos anos de 1980 para os anos de 1990.

Tal recuo refere-se ao deslocamento de uma posição estratégica manifestadamente socialista – ainda que pela via do alargamento dos limites da democracia –, e de negação da possibilidade de alianças com a burguesia, para uma posição reformista e de rebaixamento do horizonte revolucionário (Boechat, 2017). Emerge, portanto, com uma estratégia muito mais avançada que, no entanto, vai dando lugar à ideologia da participação social, da cidadania, da justiça social etc., como ocorrido nos casos da CUT e do PT.

Boechat (2017), nesse sentido, põe em evidência as bases sobre as quais opera-se o giro observado por Carvalho (2014) dentro do quadro de ascenso e descenso das lutas populares e sindicais no referido período no Brasil. Como verifica o autor, trata-se de uma variante da Psicologia crítica que nasceu no ciclo democrático-popular e que,

analogamente ao movimento realizado por aparelhos como a CUT e o PT, operou uma inflexão que se expressa no movimento observado por Carvalho.

Essa inflexão ocorreu no processo de redemocratização política do Brasil, traçando um caminho semelhante àquele percorrido pelas referidas organizações trabalhadoras e sindicais, de abandono de uma perspectiva revolucionária, com horizonte na emancipação humana, em nome da perspectiva da emancipação política. No que se refere a essa psicologia social, diz Boechat (p. 65): “Partindo de uma perspectiva classista e anticapitalista, essa forma nova de Psicologia abandonou progressivamente o núcleo da teoria social marxiana”. Secundarizou, assim, a importância da análise das bases sociomateriais da formação social brasileira. Abriu mão da centralidade política da luta de classes, se posicionando politicamente em defesa da construção “da democracia participativa e [d]a consciência cidadã” (idem, p. 65), “opondo os interesses das ‘elites’ aos interesses da ‘maioria da população’” (idem, *ibidem*). Esses seriam os aspectos característicos de uma forma de psicologia que se constituiu como expressão do referido ciclo histórico.

No entanto, como observou Boechat (2017), não se tratou de uma relação unilateral. Em sua análise, o autor verificou não só a assimilação das determinações gerais do recuo na referida estratégia, por parte da psicologia social da Escola de São Paulo, como obteve evidências do desempenho de seu papel ativo na consolidação desse ciclo histórico.

A partir da observação da integração de alguns de seus representantes em programas de formação sindical, como é o caso da participação de Odair Furtado⁶² no

⁶² O recurso teórico às formulações de Habermas aparece expresso em algumas discussões realizadas pelo autor, tais como na defesa da viabilidade da construção de uma alternativa ao capitalismo através do “entendimento”, ou da alegação da existência de uma nova ordem social. Uma análise mais detalhada do conteúdo de algumas de suas produções pode ser encontrada no capítulo de Boechat (s/d), disponibilizado pelo autor em sua página no “Academia” .

Programa Integrar, da CUT, o autor observou como existiu um papel ativo dessa psicologia social na difusão do ideário da cidadania e da democracia participativa, representada, nos quadros dessa psicologia social, pela ideologia do compromisso social.

O papel desempenhado por seus intelectuais passa, nesse sentido, como afirma Boechat (2017, p. 67) “a conciliar aquilo que é estruturalmente inconciliável: os interesses do Capital aos interesses do Trabalho. Supõem a possibilidade e, mais do que isso, a necessidade de um pacto de classes como condição para a emancipação da maioria da população”.

Ou seja, essas investigações acerca do desenvolvimento histórico da chamada Escola de São Paulo de psicologia social parecem nos indicar que uma variante crítica da psicologia brasileira, nascida em um período de efervescência de lutas sociais e de surgimento de alguns dos principais instrumentos de organização da classe trabalhadora brasileira na época, sofreu uma transformação. E não foi uma transformação de mera assimilação linear de novos temas, de enriquecimento teórico e de consolidação de uma certa perspectiva política.

Sua trajetória, analisada em remissão à trajetória das principais estratégias políticas nos períodos históricos mais recentes do Brasil (de 1964 até a atualidade), revela-se em suas heterogeneidades, rupturas e especialmente em sua inflexão conservadora. Como resultado dessa inflexão, tem-se uma psicologia social que veicula “ilusões sobre a possibilidade de emancipação no interior de uma ordem social que se funda, precisamente, na manutenção da contradição entre a igualdade formal e a desigualdade real” (Boechat, 2017, p. 67).

Em remissão, assim, ao quadro político-econômico de reconfigurações no mundo do trabalho, no tratamento da “questão social”, no desenvolvimento da luta de classes e,

mais particularmente à psicologia, em remissão à análise sobre o giro ideopolítico da psicologia social da Escola de São Paulo, trataremos, a seguir, do desenvolvimento mais recente (pós- redemocratização) da psicologia comunitária no Brasil.

4.3. Transformação social na psicologia comunitária pós-redemocratização política

4.3.1. Aspectos da produção bibliográfica: psicologia comunitária, saúde comunitária e políticas públicas

Uma das produções acessadas, nesta pesquisa, a partir dos critérios de seleção descritos anteriormente, foi o livro de Góis, intitulado “Psicologia Comunitária: atividade e consciência”, publicado em 2005. Nele o autor apresenta os resultados e reflexões em torno de um estudo sobre as categorias da atividade e consciência a partir de referências da psicologia comunitária. O conceito de atividade humana, em sua compreensão mais ampla, é desenvolvido até a elaboração da concepção de atividade comunitária, que serve de referencial para a análise, realizada pelo autor, da consciência de moradores de uma comunidade rural. O mesmo trabalho é realizado com a categoria da consciência, analisada em algumas de suas diferentes concepções, e aprofundada enquanto consciência pessoal, no âmbito do trabalho realizado junto à comunidade.

A psicologia comunitária é apresentada por Góis (2005) como o enquadre teórico geral do estudo, e o primeiro capítulo da obra é dedicado à sua introdução histórica e à exposição daquela que o autor defende ser a concepção desenvolvida em seu trabalho. Mais do que o enquadre teórico-metodológico para o trabalho discutido na obra, tratar-se-ia, para Góis (2005), da concepção de psicologia comunitária que embasaria as pesquisas e intervenções de psicologia comunitária na Universidade Federal do Ceará e

nos trabalhos de assessoramento em planejamento social e desenvolvimento comunitário conduzidos por esse grupo junto a comunidades e municípios.

Ao se deter sobre o que teria sido a trajetória histórica da psicologia comunitária, Góis (2005) coaduna com a narrativa consagrada na maior parte dos estudos históricos do campo. Em sua reconstrução histórica, a psicologia comunitária, em sua vertente originada em território latino-americano, teria se desenvolvido em oposição e crítica aos tradicionais modelos de psicologia social. A história da psicologia comunitária apontaria sua variante latino-americana como uma síntese da crítica e da formulação de novos modelos de psicologia social, da influência das lutas sociais dos anos de 1950 e 1960 no meio intelectual e científico e da consequente politização da psicologia latino-americana e brasileira.

Assim, apresenta a psicologia comunitária dentro daquela polarização frequentemente trazida nas reflexões sobre a constituição do campo: de um lado a psicologia comunitária predominantemente desenvolvida na Europa e Estados Unidos, e de outro a psicologia comunitária latino-americana. No primeiro caso, uma psicologia comunitária cujo enfoque costuma ser o clínico-comunitário e, no segundo, uma psicologia comunitária de tendência sócio-comunitária⁶³. Para o autor, a tarefa que se colocaria para os(as) pesquisadores(as) e profissionais envolvidos(as) com a psicologia comunitária seria a de sua construção como uma disciplina, tarefa esta que é celebrada como tendo sido parcialmente realizada.

“(...) a Psicologia Comunitária avança e, progressivamente, firma-se como uma área da Psicologia Social. Pouco a pouco se diferenciou da Saúde Mental Comunitária (SMC) e da própria Psicologia Social. Desenvolve-se no interior da Psicologia Social e responde com mais especificidade: 1) Às questões psicossociais decorrentes da vida

⁶³ Com base na interpretação de Serrano-Garcia e Vargas Molina (1992, citado por Góis, 2005), o modelo clínico-comunitário tem como fundamentação a saúde mental comunitária, enquanto o sócio-comunitário tem um enfoque sócio-político para os problemas humanos e sociais.

comunitária; 2) Às ações interdisciplinares de desenvolvimento comunitário e desenvolvimento local (trabalho e renda, saúde, educação, assistência social, ação política, ação cultural, urbanização, organização de comunidade, planejamento social, orçamento participativo e outros); e 3) À necessidade de um novo currículo em Psicologia e de uma nova formação do Psicólogo (teoria-prática-compromisso social)” (Góis, 2005, p. 38).

Como objetivos principais da psicologia comunitária na América Latina, Góis (2005) menciona os seguintes:

- a. O desenvolvimento dos moradores como sujeitos da comunidade (desenvolvimento humano);
- b. O desenvolvimento da comunidade como instância ativa do poder local, da auto-sustentabilidade e do crescimento endógeno do lugar, município ou região (potenciação comunitária, mudança social);
- c. A construção da Psicologia Comunitária dentro do enquadre teoria-prática-compromisso social” (Góis, 2005, p. 40).

A defesa do modelo de mudança social e de desenvolvimento humano é especialmente reforçada por Góis (2005) no tocante à psicologia comunitária no contexto brasileiro, marcado por altos índices de desigualdade social. Essa situação se exponencia na região Nordeste, em especial no campo, onde a alta concentração de terra e os incentivos fiscais ao latifúndio criam um quadro de grande concentração de riquezas e socialização de miséria, mas também de acirramento de tensões, indignações e de lutas. Nesse cenário, os movimentos sociais de luta pela terra emergiriam como uma forma de insurgência capaz de expressar as contradições de classe e a necessidade do enfrentamento aos grandes proprietários de terra e ao Estado.

Em razão do propósito de nosso trabalho ser, mais especificamente, a análise das estratégias políticas implícitas à concepção de psicologia comunitária e de transformação social nas obras tratadas, não nos debruçaremos a fundo no trabalho de exploração das categorias da atividade e consciência junto à comunidade rural, realizadas na obra,

embora uma exploração teórica dessa natureza seja importante para a definição do quadro como um todo. A menção, na obra, à maneira como são concebidos esses movimentos sociais e as questões de classe é feita em razão de sua importância na definição dos horizontes políticos estabelecidos para a prática comunitária. A síntese que apresentamos aqui, entretanto, restringe-se mais à sessão dedicada por Góis (2005) a apresentar a concepção de psicologia comunitária que fundamenta não só seu trabalho, mas como se afirmou, o que se faz em nome da psicologia comunitária realizada na Universidade Federal do Ceará.

Nesse sentido, Góis (2005), além de uma retomada histórica da psicologia comunitária na América latina e no Brasil, resgata alguns pontos da história do campo mais especificamente, também, no Ceará. A trajetória da psicologia comunitária no Ceará, reitera, se iniciou no marco do ano de 1980 com a realização do curso de formação de animadores populares para a alfabetização de adultos, tocado pelo autor em parceria com a educadora popular Ruth Cavalcante. Como já tratado no decorrer desse texto, as ações realizadas a partir da construção desse curso tiveram grande importância para o desenvolvimento da psicologia comunitária no Estado do Ceará.

Como também mencionado em momento anterior, tratava-se, naqueles momentos iniciais, de um trabalho que era identificado como psicologia popular. Góis (2005), ao olhar para o trabalho realizado sob essa identificação, a define como “uma psicologia mais prática que teórica” (p. 48). A psicologia popular “pouco a pouco, se transformou em Psicopedagogia Popular, uma integração entre Psicologia Popular e Educação Popular” (p. 48), vindo, mais a frente, em 1987, a ser chamada de psicologia comunitária, quando passou a integrar ideias de autores como Lane, Freire, Vigotski, Martín-Baró, dentre outros, com as ideias de Góis e Cavalcante.

Em consonância com os objetivos do trabalho realizado a partir da referenciação da psicologia popular, a psicologia comunitária no Ceará, como define Góis (2005), viria buscando oferecer um olhar para a dimensão psicológica da dinâmica comunitária, articulando-a à estrutura e movimento histórico-social. O desenvolvimento comunitário, nessa perspectiva, afirma Góis (2005, p. 50): “(...) deve incluir, prioritariamente, o desenvolvimento do sujeito da realidade comunitária, não o seu ajustamento social à ideologia dominante nem, simplesmente, a mudança instrumental da comunidade”. Para que o trabalho da psicologia comunitária possa promover desenvolvimento comunitário, deve-se orientá-la por uma *práxis* social libertadora, que toma a comunidade e seus membros em suas condições atuais e potenciais de desenvolvimento.

A trajetória da psicologia comunitária no Ceará é apresentada por Góis (2005) em termos de seu desenvolvimento a partir do que se identificou, em seu início, como psicologia popular, e que teria culminado na psicologia comunitária, a partir de 1987, como uma síntese dos acúmulos teóricos, políticos e metodológicos realizados até então. Nessa síntese de acúmulos, as orientações daquilo que se identificava como psicologia popular parecem ter se enriquecido, na interpretação do autor, com a soma de novas contribuições teóricas, mas também com a adição de um modelo que passaria a ser central nos trabalhos de psicologia comunitária no Ceará: a articulação comunidade-município.

A municipalidade, ideia que não estava presente nos trabalhos de psicologia popular, torna-se, para Góis (2005), importante eixo nos trabalhos de psicologia comunitária. Nela, tem-se o município como o lugar em que as pessoas vivem seu cotidiano e constroem suas relações, e onde estão dadas as possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento comunitário e pessoal. É o:

“...espaço físico-social privilegiado para a construção de cidadãos e básico para o desenvolvimento de uma nação.

O município é um lugar de participação social direta, efetiva e afetiva, lugar de mediações diretas entre o indivíduo e sua realidade, entre pessoas, entre grupos, espaço visível de relações comunitárias e intercomunitárias, no interior dos movimentos sociais e com as próprias instituições locais” (idem, pp. 50-51).

Por fim, o autor apresenta aquela que seria a concepção de psicologia comunitária, resultante do acúmulo de 24 anos de estudos e práticas da psicologia em comunidades no Ceará, e que vem referenciando os trabalhos desenvolvidos por seus representantes no Estado. A psicologia comunitária seria uma área da psicologia social da libertação, que se dedica ao estudo da atividade comunitária, com todos os processos psicossociais implicados nessa atividade: consciência, identidade pessoal e social, valores, sentimentos etc. Seu objetivo seria, através do aprofundamento da consciência dos membros da comunidade em relação ao seu modo de vida (individual e comunitário), construir o sujeito da comunidade. Seu trabalho deveria ser interdisciplinar e deveria buscar promover a organização e desenvolvimento grupal e comunitário.

No ato de se construir como sujeito da comunidade estaria colocada a ação do sujeito de intervir na realidade social transformando-a, e, na medida em que nela atue e trabalhe em suas contradições, aprofunda sua consciência sobre as determinações dessa realidade. Como afirma Góis (2005), se trataria de uma concepção alinhada com as ideias de Paulo Freire, Sílvia Lane e Vigotski, acerca do processo de desenvolvimento da consciência.

O horizonte da libertação entra como definidor dos objetivos e ações do campo na medida em que situa seus esforços em um contexto específico de dominação e exploração. Não se trataria meramente da construção da liberdade, em seu sentido burguês, mas da libertação do povo oprimido.

O estudo e as práticas desenvolvidas na comunidade teriam, nessa concepção de psicologia comunitária, como premissa, a articulação entre teoria, prática e compromisso social, voltada ao desenvolvimento da vida comunitária. E do que, afinal, se trata o desenvolvimento de comunidade?

O conceito de desenvolvimento de comunidade, como resgata Góis (2005), tem suas origens no início do século XX e culmina, em meados da década de 1960, em uma estratégia de desenvolvimento que busca promover a integração entre os membros de uma comunidade local e o governo. Essa estratégia se apresenta manifestando a intenção de criar melhores condições de vida para a comunidade, de forma integrada ao desenvolvimento nacional. Ou seja, “trata-se de concentrar e utilizar os esforços locais dentro de uma estratégia de combate à pobreza e de desenvolvimento de uma nação” (Góis, 2005, p. 65).

Embora reconheça o caráter controverso dessa articulação, destacando a importância de a própria comunidade manifestar iniciativa, dar sentido e rumos a esse desenvolvimento, Góis (2005) aponta o desenvolvimento comunitário como uma ação a ser desenvolvida pela psicologia comunitária. Esse desenvolvimento estaria inserido e integrado ao desenvolvimento do município. O município se articularia, necessariamente, com o desenvolvimento global, mas o desenvolvimento local, a nível de município, é apontado como aquele que possibilita a inclusão de processos de cooperação, de fortalecimento e de potenciação comunitária. Esse desenvolvimento (local) teria a capacidade de oferecer respostas aos “desafios socioeconômicos do mundo atual, especialmente os de integração comunitária dos mercados e das culturas locais e os da exclusão social – desemprego e fome” (idem, p. 72).

Emerge aí a importância, defendida pelo autor, da participação social como processo que viabilizaria o desenvolvimento local, “um desenvolvimento que é humano,

social, autossustentado e solidário” (idem, ibidem). No conceito de participação social estaria a preocupação com o bem-estar social através de ações de planejamento social, de controle do orçamento público, de cooperativismo etc. No desenvolvimento comunitário estaria implicada a participação social e esse desenvolvimento, enfatiza o autor, não seria tão-somente um desenvolvimento econômico, mas uma integração entre desenvolvimento político, econômico e psicológico. Ou seja, tratar-se-ia de um desenvolvimento que permitiria o desenvolvimento do sujeito da comunidade, “no sentido da conscientização e da cidadania” (idem, p. 73).

Em outro livro, publicado em 2007⁶⁴ com o título “Saúde Comunitária: pensar e fazer”, Góis propõe debater a questão do processo de construção da saúde/doença sob o prisma da saúde comunitária que, por sua vez teria como referência o Princípio Biocêntrico⁶⁵ e a psicologia comunitária. Ou seja, a psicologia comunitária, nesta obra, é apresentada como um enfoque para uma abordagem da saúde em uma perspectiva comunitária, pensada como “práxis da vida, libertação e cidadania” (Góis, 2008, p. 17).

A saúde humana deveria, para o autor, ser entendida em sua natureza mais que orgânica e fisiológica, mas essencialmente social e cultural, em que grupos sociais distintos teriam acesso distinto ao cuidado com a saúde. Nas lutas históricas pela superação dessa desigualdade, a conquista de certas políticas de saúde, como é o caso do SUS (Sistema Único de Saúde), teriam seu destaque na emergência de modelos e práticas em saúde mais próximos das necessidades e anseios da população. Como ressalta Góis (2008), o modelo da atenção primária possibilitou não só uma aproximação dos serviços

⁶⁴ Trabalhamos, aqui, com a edição de 2008.

⁶⁵ Base teórica dos trabalhos realizados por Rolando Toro (1987), desenvolvida a partir de seu modelo teórico da biodança.

de saúde com a população, mas viabilizou a ampliação da participação e mobilização social em sua organização, execução e implicação pessoal no lidar com a saúde.

Pelo fato de preconizar a organização e distribuição dos serviços de saúde no território em que vive a população atendida, e se basear em uma nova forma de relação entre médico e paciente, se poderia dizer, como afirma Góis (2008), que o modelo de atenção primária democratizou a saúde. Nesse modelo, que possibilitou uma certa reorganização do sistema de saúde, baseado “no amor e no respeito a todas as pessoas de uma comunidade” (idem, p. 23), se abriria a possibilidade de se conceber as ações de saúde “com base em uma práxis de vida, libertação e cidadania, uma práxis comunitária que rompe com a dominação social (...) e aponta para um futuro ético, cidadão e ecológico” (idem, ibidem).

A Psicologia Comunitária, como um enfoque na abordagem da saúde, possibilitaria com que esta pudesse ser pautada pela criação de estratégias de mobilização, de aprendizado, com o fomento da participação de profissionais, famílias, moradores etc. Ou seja, se trataria, para Góis (2008), da base para seu entendimento do que seriam os fundamentos de uma saúde comunitária.

A primeira sessão da obra, a qual trataremos nesta apresentação, indica, então, alguns fundamentos da saúde comunitária com a qual o autor trabalha. “A vida é a referência do viver”, “Práxis de vida, libertação e cidadania” e “Psicologia Comunitária” constituem esses fundamentos

Ao afirmar que a vida é a referência do viver, Góis (2008) está propondo o questionamento do que seria uma visão clássica da vida. Essa visão clássica corresponderia a uma perspectiva epistemológica sobre a vida cotidiana. O autor propõe, então, que se aborde os fenômenos e elementos da vida cotidiana a partir de um “enfoque

da complexidade e da mística, de aprofundar-se na direção do complexo – processo, incerteza, totalidade e beleza” (idem, p. 32). Esse enfoque, desenvolvido por Fritjof Capra, denominado “Ecologia Profunda”, parece ter, de fato, como uma grande marca a mística, tratando da percepção da Terra e do Universo como seres vivos (Lovelock, 1991 como citado em Góis, 2008) que mantém uma troca cósmica de experiências e sensações com as pessoas em sua vida cotidiana.

A implicação e a participação das pessoas na construção de sua própria vida são entendidas como um ato de dançar e tecer a vida, ideia alicerçada na teoria rogeriana sobre o ser, na ideia de “dançar a vida” de Roger Garaudy e no Princípio Biocêntrico de Rolando Toro. “Ao falar de tecer a vida, estou falando de participar da vida, de cultivá-la, de ser criatura e criador dessa dança cósmica revelada humana e dançada como história (...)” (idem, p. 35).

“Dançar a vida, portanto, é construir no cotidiano uma cultura Biocêntrica (Góis, 2006), de vínculo e amor, um trabalho com sentido, com prazer, abrir-se ao encontro com as pessoas e lutar contra a opressão e a exploração simplesmente porque ama ao outro e à vida” (idem, p. 36).

Ter a práxis da vida como horizonte das ações que se busca construir em uma comunidade exigiria um trabalho pautado na libertação (Leonardo Boff, Enrique Dussel e Paulo Freire) e na cidadania como perspectiva. A superação das relações de dominação e das estruturas de dependência só poderia se efetivar mediante uma práxis que fomentaria a consciência histórica da libertação, que buscaria romper com a ideologia de resignação e de submissão. A práxis da vida, libertação e cidadania seria a práxis capaz de promover as condições para essa superação, se constituindo como “práxis amorosa e conscientizadora, que arranca o oprimido de sua condição de negado e o conduz na direção de valores pró-vida e de um futuro coletivamente construído (...)” (idem, p. 50).

A ideologia de submissão e resignação seria uma das modalidades daquela que Góis identifica como a ideologia dominante. Esta, por sua vez, corresponderia ao sistema ideológico que forja e é forjado por uma classe social dominante, que organiza as relações de classe, de produção e o lugar social de cada pessoa na sociedade. As classes sociais, entendidas em termos de classe dominada e classe dominante, ou de classe opressora e classe oprimida, teriam seu modo de vida condicionado por esse sistema de ideias. Sua principal expressão seria a da identificação da população pobre com uma condição de subalternidade e de incapacidade de gestão de sua vida, que justificaria a instauração de estruturas autoritárias de controle e de direcionamento da vida dessa população.

A situação de vulnerabilidade social em que se encontra a maior parte da população com a qual lidam as intervenções comunitárias estaria intimamente relacionada à operação dessa ideologia. A eleição e reeleição de Lula, juntamente à gestão executada em seu governo, teria sido um marco na luta contra esse sistema ideológico, na defesa do autor, tendo realizado ações efetivas de combate às desigualdades sociais que forjam as estruturas produtoras dessa situação.

A ideia de identidade do oprimido e explorado, tal como tratada nos textos de psicologia popular, nos anos de 1980, também é trazida nesse texto mais recente. Aqui, entretanto, a transformação dessa forma de identidade para uma identidade “saudável de cidadão” (Góis, 2008, p. 62) seria um processo viabilizado pela realização de espaços de participação e de mobilização dos moradores em seu lugar de vivência. Outro processo que mantém centralidade é o da conscientização, em que o autor toma como referência as ideias de Paulo Freire, Martín-Baró, Sílvia Lane, Dussel e alguns outros, concebendo-a como categoria central da *práxis* da libertação.

Assim como no texto de 2005, Góis aprofunda aspectos do tema da consciência. Esse tema, apesar de, em última instância, ter relações diretas com as concepções e

objetivos que são estabelecidos às práticas comunitárias, é aqui tratado apenas superficialmente, deixando sua análise mais rigorosa a trabalhos que venham a se dedicar mais especificamente à análise dessa categoria.

Uma ideia que nos parece de maior relevância para os objetivos de nossa investigação é a da participação e da mobilização social. Góis (2008) defende que tais processos seriam fundamentais na democracia e que por essa razão mereceriam ser discutidos com mais cuidado. A participação social seria um processo próprio da atividade social consciente humana, próprio da consciência pessoal e que atuaria não só em favor do próprio indivíduo, mas da coletividade. O processo de mobilização social seria coletivamente proporcionado pela participação dos indivíduos em ações que visam o controle social.

Mediante esses dois processos, poder-se-ia desenvolver o controle social e do Estado buscando a construção de uma sociedade democrática e o desenvolvimento local da cidade. Esse desenvolvimento, afirma Góis (2008), teria sua realização ideal na integração entre mercados e culturas locais, e na resposta aos desafios da pobreza e do desenvolvimento sustentável. A práxis da vida, libertação e cidadania como horizontes para a redefinição da saúde comunitária deveriam, na perspectiva do autor, articular o desenvolvimento desses dois processos ao desenvolvimento local do município.

No capítulo seguinte da sessão, Góis (2008) retoma a concepção de psicologia comunitária a partir da qual ele trabalha. Reafirma a necessidade de se pensar o desenvolvimento comunitário não como uma adequação dos sujeitos à ideologia dominante ou mesmo como um ajustamento aos preceitos das políticas públicas existentes. Reafirma também o modelo de articulação municipalidade-comunidade como um eixo definidor da psicologia comunitária que tem sido construída no estado do Ceará,

entendendo o município como o lugar privilegiado para a construção da participação e mobilização social.

Apresenta, por fim, uma boa síntese do que constituiria a referida psicologia comunitária no Ceará. Esta se inseriria no marco da psicologia da libertação e o autor a define como:

“(…) uma área da Psicologia Social voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço físico-social, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados. Tem como objetivo a expressão e desenvolvimento do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo de vida da comunidade, mediante um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento das pessoas, dos grupos e da própria comunidade” (idem, p. 83).

Teria como objeto os sentimentos, significados e sentidos pessoais e coletivos da vida comunitária, se dedicando ao entendimento de como esses processos se manifestam em seu cotidiano e na transformação das condições de vida dessa comunidade. Sua preocupação se dirigiria à compreensão das condições e processos sociopsicológicos que operariam na vida comunitária, identificando os fatores que impedem os moradores de se tornarem sujeitos de sua comunidade, e buscando formas de desenvolver sua autonomia (Góis, 2008).

Há o destaque interessante dado a algumas categorias que são centrais nessa concepção de psicologia comunitária. Uma delas é a de comunidade, em que Góis (2008) reconhece a falta de unanimidade em torno do conceito, e assume uma noção de comunidade como um lugar de mediação entre a vida familiar, mais restrita, e a vida em sociedade. O espaço social que, por via dessa intermediação, confirma o indivíduo como pertencente a uma certa identidade e cultura. “É um arranjo particular do cotidiano da

sociedade” (idem, p. 86), manifestando suas heterogeneidades e contradições. Haveria uma essência às comunidades que independeria do momento histórico de sua existência: a vida comunitária, a vida compartilhada pelos membros de um determinado lugar.

O autor menciona, ainda, o que seria uma crítica de alguns setores profissionais da saúde ao conceito de comunidade. Nessa crítica, a ideia de comunidade atuaria escamoteando o conceito de luta de classes. Góis responde a essa crítica recorrendo a uma discussão que teria sido feita por Marx⁶⁶, em 1853, acerca da desintegração de comunidades tradicionais decorrente do colonialismo, em que o pensador teria passado a defender a existência de um potencial de transição das comunidades que poderia conduzi-las do pré-capitalismo ao socialismo. Não só o proletariado seria o sujeito histórico revolucionário, mas as comunidades, por esse potencial de transição, apresentariam, na defesa de Góis (2008), condições de superar a pobreza e a desigualdade social.

As comunidades se constituiriam como a intermediação entre a vida concreta de seus moradores com a totalidade da sociedade de classes. As relações comunitárias, apesar de manifestarem contradições de classes, não seriam elas, primordialmente, determinadas por essas contradições; não seriam, as contradições entre as classes sociais fundamentais, a essência de suas relações. Isso permite que se possa pensar a comunidade em termos de objetivos comuns a todos os seus membros e que o processo de busca pela efetivação desses objetivos poderia manifestar um potencial de transição. A facilitação da proximidade e do convívio entre os moradores de uma comunidade, seja ela rural ou urbana, nesse sentido, poderia conduzir ao conhecimento da realidade e à mudança social (Góis, 2008).

⁶⁶ A obra em que Marx realiza essa discussão não é apresentada nas referências do autor, mas possivelmente se trata de suas discussões, a partir dos anos de 1850, sobre a questão russa

Outro conceito tratado é o de atividade comunitária que, afirma o autor, seria mais que apenas a atividade que busca a melhoria das condições de vida. A atividade comunitária constituiria um tipo de participação com dimensão não apenas sociológica, mas psicológica, em que o indivíduo, ao agir, transitaria de uma forma de reflexão imediata sobre sua realidade para uma que apreende seu movimento e sentido. Nesse processo a participação permitiria a criação e apropriação de uma vida comunitária.

Com a prática do diálogo e da cooperação, na medida em que agisse construindo o “seu lugar de vida” (idem, p. 96), o sujeito se constituiria como sujeito da comunidade. Este se diferenciaria do indivíduo submisso e dependente por ter uma consciência transitiva que o possibilitaria ter uma compreensão mais adequada de seu modo de vida e da comunidade. É nesse movimento que se poderia construir a superação da ideologia de submissão e resignação (Góis, 2003; 2005) e da situação de opressão e negação das potencialidades desse sujeito e da comunidade. E seria a superação dessas condições que apontaria para o resgate de sua essência ontológica, que é a de ser livre e sujeito de si e da comunidade.

Por fim, o autor discute o conceito de desenvolvimento comunitário, definido como: “(...) prática coletiva que facilita, concentra e utiliza os esforços comunitários dentro de uma estratégia de combate à pobreza, de proteção à Natureza e de fortalecimento do poder popular” (Góis, 2008, p. 98). Não se trataria, como enfatiza Góis, do conceito tradicional de desenvolvimento de comunidades, aquele normalmente presente nas políticas públicas em que os objetivos e ações são definidos por agentes externos à comunidade, aliados ao desenvolvimento nacional.

A referência do desenvolvimento comunitário se encontraria na própria cultura local, no potencial, experiência e vontade dos moradores, na integração e cooperação entre agentes internos e agentes externos e na atividade comunitária.

“Não é uma ação de fora para dentro, sem considerar fundamental a história, cultura e capacidade de agir da comunidade, nem uma ação fechada em seu interior, cabendo exclusivamente a iniciativa, controle e sentido do desenvolvimento à própria comunidade. Nem uma nem outra coisa, mesmo que, ainda hoje, a iniciativa e o rumo do desenvolvimento continuem nas mãos do governo ou de outras agências externas, como as do terceiro setor, e não nas mãos dos moradores” (idem, p. 98).

Nessa forma de desenvolvimento, que se modelaria como um desenvolvimento local, a integração entre agentes internos e agentes externos, em suas ações, seria fundamental para a definição de objetivos “compartilhados de comum acordo” (idem, *ibidem*). Nela, a palavra final nos processos decisórios sobre os rumos do desenvolvimento e o controle da ação seria da comunidade.

Góis defende a importância desse processo na consolidação de estratégias de desenvolvimento municipal, chamando a atenção, contudo, para a existência de dificuldades em torno do alcance de resultados positivos nesse desenvolvimento. O autor parece atribuir ao inadequado planejamento e realização das ações de fomento à participação e mobilização social, por parte dos agentes governamentais, os resultados frustrantes no que diz respeito à execução do desenvolvimento municipal.

Estaria, na aplicação verticalizada de ações, por parte desses agentes externos, o desestímulo à mobilização e à participação popular. Góis (2008) chama a atenção para o problema que acaba atingindo essa forma de participação quando institucionalizada pelo Estado, na forma de conselhos municipais ou de políticas públicas. A legalização de estruturas que cumpram essa função abriria a possibilidade de que estas se transformassem em instâncias burocráticas e formais. Abriria margem para que estas sofressem uma disfunção que as encaminharia a uma aparência democrática e participativa, mas com essência manipulada e normativa.

Para que essa disfunção não se opere e anule o potencial de fomento à participação desses espaços, dever-se-ia trabalhar nessas políticas, programas ou projetos de modo pedagógico. Isso só se tornaria possível através do fomento da criação de estruturas de mobilização, de serviços e de produção, e não de decisões verticalizadas (Góis, 2008).

O desenvolvimento comunitário seria, nessa perspectiva, o desenvolvimento do sujeito comunitário,

“(...) do morador que se descobre cada vez mais como sujeito socialmente crítico, afetivo, responsável e capaz de mudar seu projeto de vida que se encontra, em geral, limitado por relações de dominação e alienação, dando tanto a seu projeto de vida como ao sistema de ação histórica da comunidade um novo sentido e uma direção consciente, mais própria e apropriada ao lugar” (idem, p. 100).

Outra produção cearense de alta circulação entre as referências de psicologia comunitária na atualidade é o artigo intitulado “Psicologia Comunitária e Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades”, de Ximenes, de Paula e Barros (2009). Neste artigo, os autores debatem as possibilidades de articulação entre, de um lado, a proposta de desenvolvimento de vínculos sociais em famílias assistidas pela Proteção Social Básica (PSB) e, de outro, a práxis da psicologia comunitária. Buscam verificar as possibilidades de diálogo teórico-metodológico entre a psicologia comunitária e a Proteção Social Básica, avaliando possíveis contribuições daquela à efetivação dos princípios desta, bem como as limitações que se interpõem nessa articulação.

Entendem que a emergência da psicologia comunitária no Brasil se deu dentro do contexto de crise e de críticas à psicologia social hegemônica, bem como de rearranjo nas políticas públicas, que abriram um campo de trabalho para a psicologia junto ao campo do bem-estar social e, em especial, o campo da assistência social. Entendem, também, o caráter contraditório e histórico dessas políticas, que consistiriam em respostas do Estado

aos problemas sociais gerados pelo desenvolvimento capitalista (Ximenes, Paula & Barros, 2009).

Retomam as discussões que estiveram presentes na luta pela regulamentação da assistência social como uma política dentro da Proteção Social, destacando o caráter assistencialista e filantrópico que historicamente marcou as ações assistenciais no Brasil até então. Esse caráter, contudo, como observam os autores, manteve-se mesmo após sua institucionalização na Constituição Federal de 1988.

Isso se expressaria em alguns dados como a tardia aprovação, em 1993, da Lei Orgânica de Assistência Social, da permanência e até mesmo da intensificação do caráter assistencialista, voluntarista e clientelista desse tipo de serviço, nos anos de 1990, com a grande proliferação de entidades do “terceiro setor”, e da pouca abrangência, mesmo atualmente, da política junto à população (Ximenes, Paula & Barros, 2009).

Trazem, além disso, o marco do ano de 2004 na efetivação da política de assistência social, fazendo destaque ao caráter contraditório da gestão na qual essa efetivação se realizou. Caráter contraditório, este, que residiria na realização de concessões à ideologia neoliberal ao mesmo tempo em que incumbe o Estado de desenvolver políticas sociais de proteção social. Nesse cenário é que, em 2004, se teve a institucionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, em 2005, a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Ximenes, Paula & Barros, 2009).

As ações na PNAS são organizadas em torno de dois tipos de proteção, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, e não há, para o trabalho profissional dentro dos seus equipamentos de referência, os CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) e os CREAS (Centros de Referência Especiais da Assistência Social), orientações

metodológicas específicas. Por essa razão, Ximenes, de Paula e Barros (2009) propõem verificar as possibilidades de articulação entre os preceitos da Proteção Social Básica com os conceitos e propostas da psicologia comunitária, no intuito de fornecer uma orientação às ações profissionais realizadas nesse nível da política.

A Proteção Social Básica tem como premissa a territorialidade no fornecimento de seus serviços e a dimensão ética de inclusão dos “invisíveis” (idem, p. 691), aqueles que são transformados em casos individuais quando, na realidade, são parte de uma situação coletiva socialmente produzida. Nessas condições, as possibilidades colocadas à práxis do(a) psicólogo(a) passariam, na argumentação dos autores, pela retomada da concepção de psicologia comunitária e da visão de mundo e de ser humano com a qual trabalha esse profissional.

Os autores resgatam a definição de psicologia comunitária apresentada por Góis e entendem, a partir de contribuições de Freitas (1998) e de Montero (2004) o ser humano como agente participante da criação de sua vida cotidiana. A contribuição da psicologia comunitária à efetivação das ações territoriais na PSB estaria no âmbito da ampliação e da criação de possibilidades na vida cotidiana. Com referência na concepção desenvolvida por Góis, afirmam que a psicologia comunitária poderia oferecer uma compreensão mais subjetiva da realidade da comunidade.

No âmbito das discussões em torno da questão da pobreza, da desigualdade, dos direitos sociais, a psicologia poderia contribuir para a atenção a processos como os da afetividade e o do sofrimento ético-político (Sawaia, 2004 como citado em Ximenes, de Paula e Barros, 2009), categorias analíticas importantes no processo chamado de dialética exclusão-inclusão social.

As ações da PSB objetivariam também, como trazem os autores, desenvolver potencialidades e desenvolver vínculos familiares e comunitários. Diante desses objetivos, a atuação profissional poderia se desenvolver de três formas: assistencialista, tecnicista e comunitário libertadora.

“Na primeira, a relação entre o agente externo – nesse caso, o psicólogo – e a comunidade é ‘paternalista, distanciada e não favorece o processo de análise e reflexão’. Tal prática se limita à satisfação de necessidades imediatas e favorece a dependência e a submissão da comunidade. Na atuação tecnicista, há uma relação hierárquica entre o saber do profissional e os erigidos localmente, o que torna a despotencializar práxis emancipatórias.

Finalmente, o tipo de atuação comunitário-libertador baseia-se na construção compartilhada de conhecimentos de maneira dialógica e colaborativa, na qual se destaca a problematização de saberes e de relações de poder alinhavados e, por vezes, naturalizados no cotidiano” (p. 692).

É na forma comunitário-libertadora que se encontraria a possibilidade de contribuição da psicologia comunitária, a partir da análise, vivência e construção de atividades comunitárias (Góis, 2005). Referenciando-se naquela concepção de psicologia comunitária apresentada por Góis, esses aspectos poderiam ser relevantes por oferecer subsídios às diretrizes da PSB e por ampliar a possibilidade de trabalho nas ações grupais de seus serviços, já que trabalha o diálogo e a reflexão (Ximenes, de Paula & Barros, 2009).

A atividade comunitária, tal como proposta por Góis (2005), seria uma importante contribuição nesse processo, podendo tanto promover o fortalecimento de ações que já existem na comunidade quanto criar novas atividades. Nesse sentido é que afirmam os autores que tal perspectiva coaduna com a orientação metodológica apontada no Guia de Orientação Técnica do SUAS, que orienta o conhecimento das formas já existentes e potenciais de organização da comunidade. Como esperam os autores, o fomento de atividades comunitárias poderia ser articulado aos preceitos da PSB principalmente no

que se refere à identificação e desenvolvimento dessas potencialidades, buscando a constituição de vínculos sociais.

Os autores destacam também alguns limites que estariam colocados na articulação desses dois campos. Um dos aspectos problemáticos se encontraria no fato de a política de assistência representar apenas um vetor da Proteção Social, que necessariamente deveria se vincular a outras políticas públicas, como as de saúde e de seguridade. A política pública de assistência, separadamente, como qualquer outra política pública de forma isolada, seria incapaz de dar resolução a todas as situações de exclusão, de vulnerabilidade e desigualdade. O conjunto de políticas públicas no campo da Proteção Social, contudo, teria essa capacidade (Ximenes, de Paula & Barros, 2009).

A permanência do caráter assistencialista e filantrópico, que historicamente marcou a assistência social no Brasil, também é apontado como um problema. Os autores sugerem que sua superação passaria pela consolidação de uma “cultura de direitos” em detrimento da “cultura da carência” (Ximenes, de Paula e Barros, 2009, p. 695). Assim, seria necessário que o trabalho do(a) psicólogo(a) na PSB não só buscasse uma orientação teórico-metodológica que viabilizasse seus objetivos, mas que considerasse alguns problemas da ordem dos limites objetivos do cotidiano de execução dessas políticas.

O primeiro destaque é dado ao conflito existente entre duas formas de configuração do Estado executor dessas políticas: de um lado, um Estado democrático que amplia as políticas públicas e, de outro, um Estado ajustador que restringe e submete-as aos imperativos do mercado. O cenário problemático que se cria no cotidiano do trabalho na PSB, resultante disso, seria o da precarização das relações de trabalho, da terceirização, da precarização também das instalações onde são realizados os serviços (Ximenes, de Paula & Barros, 2009).

O segundo destaque se refere à prática do(a) psicólogo(a) no âmbito microssocial e ao problema da assimilação do trabalho em políticas públicas com um suposto caráter transformador. Os autores afirmam que determinadas formas de gestão locais podem reproduzir a ordem social excludente, mas que há possibilidades de se produzir fissuras nessa ordem e que o trabalho do(a) psicólogo(a) nas políticas, nesse sentido, pode produzir tanto uma coisa quanto outra.

A sobreposição, por vezes, de demandas da gestão ao objetivo de criação de ações e atividades de desenvolvimento comunitário, geraria interferências, também, verticalmente, na efetivação de uma práxis comunitário-libertadora, inviabilizando o diálogo, a vivência e a reflexão. Como consequência disso, ter-se-ia, muitas vezes, a submissão do trabalho do(a) psicólogo(a) à agenda política dos grupos que compõem a gestão, levando-o à reprodução da tradicional normatização (Ximenes, de Paula & Barros, 2009).

Por fim, na avaliação dos limites e possibilidades que se colocariam à articulação da práxis da psicologia comunitária com os preceitos da PSB, os autores arrematam com a discussão feita por Yamamoto (2007) em torno da possibilidade de ampliação da dimensão política da prática do(a) psicólogo(a) como a possibilidade que caberia a uma profissão do tipo no trabalho com políticas públicas. A referida avaliação deveria, na perspectiva dos autores, considerar a impossibilidade objetiva da ação profissional em promover transformações estruturais, mas buscar ampliar os limites dessa dimensão política, alinhando-se a setores e lutas sociais progressistas e buscando novos referenciais teórico-metodológicos críticos à ordem posta.

Tratar-se-ia, assim, de potencializar o diálogo e a cooperação entre os diversos atores sociais que trabalham na política pública, onde o trabalho do(a) psicólogo(a),

inspirado(a) pela práxis da psicologia comunitária, poderia contribuir para a realização das políticas públicas de assistência social.

Outro lugar de grande produção, na atualidade, em nome da psicologia comunitária no Brasil, é o Rio Grande do Sul, em um trabalho que, como registram as análises históricas do campo no Brasil, se iniciou ainda na década de 1980, tal como relatado por Scarparo (2005). Entre suas produções de maior circulação está o capítulo de Guareschi (1996), publicado no conhecido livro “Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia”, organizado por Regina Helena de Freitas Campos.

Em seu capítulo, Guareschi (1996) inicia a discussão com uma reflexão sobre o que seriam as relações sociais. Para isso, busca definir a ideia de relação, apresentando-a como “uma ordenação, um direcionamento intrínseco (necessário) de uma coisa, em direção a outra. Mas essa ‘coisa’ continua ‘uma’” (idem, p. 83). Pressupõe não apenas a união entre duas coisas, mas também, por vezes, o conflito, a rejeição ou a exclusão, existindo, portanto, todas as vezes em que uma coisa não pode existir sem a outra.

A existência de relações é o que possibilitaria a existência dos grupos, que seriam constituídos de relações das mais sólidas às mais fluidas, das mais frágeis às mais coesas. Por ser a relação (ou relações) o fundamento da existência de um grupo, sua transformação passaria, nesse sentido, pela transformação na qualidade de suas relações. Essas relações, bem como, portanto, o grupo, seriam entendidos pelo autor a partir de uma visão dinâmica, que concebe o grupo em seu caráter relativo e aberto a mudanças.

O exame do tipo e da qualidade dessas relações é o que permitiria estabelecer uma caracterização ao grupo. Nesse sentido, Guareschi (1996) discute o que seriam as relações de dominação. Para isso, busca fazer uma diferenciação entre as noções de poder e de dominação, onde o poder constituiria a capacidade de alguém ou um grupo de executar

uma ação qualquer e a dominação seria a relação que se estabelece entre pessoas, grupos, ou entre pessoas e grupos, onde um expropria tal capacidade do outro.

A dominação teria sua origem e sustentação nos processos ideológicos que criariam estereótipos negativos que justificariam (ideologicamente) essa expropriação. As formas de dominação podem ser as mais diversas e a dominação econômica, como argumenta o autor, é a principal delas, e seria consequência da dominação política e da dominação cultural. Em um sentido mais estrito, a dominação política corresponderia à existência de relações injustas ou antidemocráticas entre cidadãos e Estado. A dominação cultural se estabeleceria a partir da existência de assimetrias nas relações entre pessoas ou grupos que se cristalizaram de forma desigual, como seria o caso do racismo e do patriarcado.

O caminho traçado até esse momento pelo autor, esmiuçando os conceitos acima mencionados, leva, por fim, ao que seria o ponto central de seu texto: a defesa da construção de relações comunitárias como caminho de condução para uma sociedade igualitária e democrática. Uma comunidade, diz o autor, existe quando as pessoas mantêm sua singularidade, ao mesmo tempo em que necessitam da existência de outros para a sua realização. Nela haveria a melhor condição para o exercício da vocação política e social do ser humano. A existência de comunidades seria, para o autor, condição para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática. Um

“...país somente será democrático se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de participação e são respeitados como pessoas. É nesse nível básico que acontece a vida e a vivência democrática. Se não houver democracia em nível comunitário, não poderá haver democracia em nenhum outro nível, seja municipal, estadual ou nacional. O teste de uma sociedade democrática é a existência de verdadeiras comunidades” (Guareschi, 1996, pp. 96-97).

A existência de relações igualitárias é que definiria uma verdadeira comunidade, onde seus membros devem possuir iguais direitos e deveres. Essas relações “implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas” (idem, p. 97).

O autor conclui seu texto direcionando algumas perguntas àqueles(as) que realizam trabalhos em comunidades, como é o caso do que ele se refere como “uma nova psicologia comunitária que está nascendo” (idem, ibidem). Questiona o autor: por que esses trabalhos normalmente são realizados em espaços sociais de pobreza e carência? E quais seriam os objetivos desse trabalho?

Nesse questionamento parece haver um incômodo do autor em relação aos espaços e objetivos geralmente presentes nos trabalhos comunitários em psicologia que vinham se desenvolvendo naquele momento. O autor manifesta um certo descontentamento com a suposição de que as comunidades, às quais devem se dirigir as preocupações da psicologia comunitária, sejam as comunidades pobres. Segundo ele, esse tipo de trabalho poderia ter resultados positivos na construção de uma sociedade democrática quando realizado, também, com grupos sociais economicamente privilegiados.

Parece incomodá-lo também a possibilidade de que nesses trabalhos estivesse implícita uma concepção voluntarista, onde universitários detentores do saber se dirigiriam a comunidades pobres para ajudá-las a sair de sua condição. Para o autor, no trabalho com comunidades, o que deve ser colocado como preocupação prioritária é a garantia da autonomia e da autogestão das comunidades, que correspondem à forma mais democrática de relações comunitárias.

Outro texto entre os mais citados produzidos pelos representantes da psicologia comunitária no Rio Grande do Sul, e mais atual que o de Guareschi (1996), é o artigo de Scarparo e Guareschi (2007) que tem como título “Psicologia Social Comunitária e formação profissional”.

Neste artigo, as autoras discutem algumas questões referentes à relação entre formação profissional da psicologia e a construção histórica da psicologia comunitária no Brasil. Em uma reconstrução da trajetória histórica do campo, chamam a atenção para o caráter ideológico assumido pela psicologia no início de sua trajetória profissional no país, demarcando-a no quadro histórico-social desenvolvimentista, pautado pela vigilância ideológica e pela repressão política. Nessa conjuntura, as diretrizes curriculares dos cursos de formação em psicologia eram pautadas por esse patrulhamento ideológico, o que teria marcado sobremaneira o projeto hegemônico de formação naquele período.

Teria sido o contato clandestino com algumas obras e autores proibidos a fonte de arejamento crítico às teorias e práticas que vinham sendo desenvolvidas. As autoras apontam, nesse movimento, o início das práticas de psicologia em comunidades, tal como indicam trabalhos históricos como os de Freitas (1996) ou Scarparo (2005). Mencionam como exemplo mais específico ao Estado do Rio Grande do Sul a implantação do Centro Médico Social São José do Murialdo, em Porto Alegre, na década de 1970.

O clima político de ressurgimento de lutas populares e sociais, e o crescente questionamento acerca do papel e da responsabilidade social da psicologia marcaria, então, a integração de muitas práticas psicológicas à perspectiva da emancipação social. Essa perspectiva teria sido a referência para a progressão desses movimentos até a construção do movimento constituinte e, por fim, a promulgação da Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, que intensificou a difusão de algumas expressões como a cidadania, a inclusão, a igualdade. Esse ideário se difundiu, também,

na produção de conhecimentos e práticas em psicologia, onde os princípios da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação comunitária nas ações públicas de saúde e de assistência, por exemplo, passaria a orientar seu fazer profissional, sua formação e sua produção de saber (Scarparo & Guareschi, 2007).

No desenvolvimento dessa nova possibilidade de orientação, a psicologia comunitária viria se apresentando como um suporte teórico e metodológico ao qual estariam recorrendo muitos profissionais. Assim é que as autoras julgam pertinente tratar de alguns aspectos da articulação entre psicologia e comunidade. Um deles é a própria noção de comunidade, entendida pelas autoras como “um lugar imprevisível, no qual as pessoas vivem seu cotidiano (Campos, 1992) e se relacionam, traduzindo os modos de vida contemporâneos, tanto na fragmentação e naturalização da vida quanto na possibilidade de desejar, conviver e criar” (Scarparo & Guareschi, 2007, p. 103).

Nessa perspectiva, a psicologia comunitária seria aquela que se dedicaria ao estudo, à compreensão e à intervenção nas questões psicossociais que se colocam em uma comunidade. Seus fazeres seriam marcados por uma praticidade e multiplicidade tanto teórica quanto de intencionalidade (Scarparo & Guareschi, 2007).

As autoras partilham da reiterada diferenciação histórica estabelecida entre a psicologia comunitária desenvolvida nos Estados Unidos e a desenvolvida na América Latina. Na América Latina a psicologia social comunitária teria se desenvolvido como o marco conceitual predominante, apresentando um caráter histórico-crítico, generalista e construído em interlocução com os movimentos sociais.

As autoras argumentam que na contemporaneidade outras perspectivas viriam se colocando à relação entre psicologia e comunidade. O acirramento do processo de globalização e a intensificação da racionalização das relações pessoais viria trazendo

novas configurações com as quais as reflexões desses trabalhos deveriam se atentar. É nessa perspectiva que elas propõem discutir contribuições desse campo para a formação profissional em psicologia.

Abordando a questão a partir da remissão dos projetos sociais, que estruturam e justificam as propostas curriculares, ao quadro histórico-social, é que as autoras realizam alguns diagnósticos relacionados à formação. Estes passam por aquelas constatações acerca do histórico distanciamento de seus modelos da realidade social e cultural do país. Uma das expressões disso se manifestaria no despreparo profissional para o trabalho nas políticas sociais. Como uma das medidas de reversão desse quadro, as autoras defendem a mudança na formação, que deve fomentar “o conhecimento e a crítica dos pressupostos das políticas sociais e da amplitude do espaço público. Caso contrário, podem se multiplicar práticas elitistas e inacessíveis às pessoas para as quais se supõe igualdade de direitos” (idem, p. 105).

A formação, defendem as autoras, deveria preconizar uma articulação das estratégias de ensino com processos de emancipação. Essa condição passaria pelo questionamento da psicologia no desempenho de seus papéis na sociedade e na avaliação de sua produção de ideias e sentidos. Isso exigiria, do profissional, abertura à recepção de novos conhecimentos e possibilidades de mudanças de percurso.

“Essas condições supõem sujeitos criadores e propositivos. Por decorrência se trata de pessoas e grupos dispostos a tomar para si a responsabilidade de gerar acontecimentos. Neste contexto não há possibilidade de obediência cega a padrões uniformes e rituais preestabelecidos” (idem, p. 106).

A aprendizagem, nessa linha, deveria ter como referência em sua estruturação a vivência prática, em uma produção compartilhada de experiências e construção de projetos, entre mundo acadêmico e população com a qual se trabalha.

“Nos princípios e compromissos estipulados pelo Ministério de Educação e Cultura, nas diretrizes curriculares para o ensino superior, as expectativas para a formação do psicólogo se referem à habilidade em lidar com a diversidade em contexto. Tais diretrizes se dirigem para práticas sociais e para a formação de profissionais generalistas, com perspectivas interdisciplinares e que respondam criativamente às demandas da população a qual se dedica, considerando suas especificidades” (idem, ibidem).

Essa tarefa passaria pela renúncia ao conforto conquistado pelo modelo tradicional de atendimento psicológico, mas também pela disposição à construção de relações interdisciplinares. A formação, nesse sentido, deveria “priorizar a construção de espaços para a constituição de vínculos, de valorização de projetos coletivos nos quais os conhecimentos sejam instrumentos emancipatórios e, ao mesmo tempo, objetos de análise e produção de pensamento.” (idem, ibidem). A trajetória histórica da psicologia social comunitária revelaria uma correspondência entre essas premissas e as perspectivas desenvolvidas no campo.

Na concepção das autoras, as mudanças históricas nas quais se processaram as mudanças, também na formação profissional e no desenvolvimento da psicologia comunitária, produziram uma contemporaneidade marcada por novos modos de vida. Esses novos modos de vida teriam como marca a incerteza e a indeterminação, e o descompasso da formação com esse novo mundo de dúvidas seria uma das formas de se produzir distanciamento entre academia e vida social.

A construção das práticas sociais em comunidades, concluem as autoras, poderia ser um modelo na discussão dos processos educacionais, na medida em que teriam a contínua preocupação com a ética dos projetos sociais que sustentam essas práticas.

4.3.2. Psicologia comunitária e transformação social no Brasil pós-1990: compromisso com um capitalismo ético, humano e inclusivo

Um olhar à primeira vista, sem grandes pretensões comparativas, sobre o conteúdo das produções iniciais de psicologia comunitária (de seu surgimento até final dos anos de 1980 e início de 1990), ou de intervenções comunitárias em psicologia com o que se produz em nome da psicologia comunitária na atualidade (início de 1990 em diante), já é capaz de apreender algumas mudanças temáticas, conceituais e práticas. Novos paradigmas passam a ser assimilados por seus autores, outros, já presentes de forma isolada em algumas de suas produções iniciais, se generalizam e se tornam predominantes na formulação de sua perspectiva de trabalho comunitário.

Aliás, psicologia comunitária, ou psicologia social comunitária, agora. Não mais qualquer trabalho comunitário em psicologia. Se no período de seu desenvolvimento inicial, como se viu no capítulo anterior, a preocupação com a definição de um domínio próprio para a psicologia comunitária era totalmente secundária, na maior parte das propostas, diante da preocupação, muito maior, em se produzir intervenções com relevância social para as populações com as quais os trabalhos eram desenvolvidos, o que se vê na atualidade é um cenário bastante distinto.

Gonçalves (2017), ao analisar a trajetória histórica do movimento comunitário em psicologia no Brasil, verificou o desenvolvimento de um processo que a autora identifica como de captura desse projeto comunitário pelo domínio da psicologia comunitária. Se antes as preocupações em torno da definição de um objeto próprio e de um campo de domínio específico eram questões inexistentes ou insignificantes, o que se verificaria, com o passar do tempo, seria a prioritária dedicação de esforços à construção do campo como uma especialidade; como mais uma especialidade dentro da já parcializada psicologia.

Essa captura se manifestaria com mais evidência em três dimensões, segundo Gonçalves (2017): a tendência à criação de um especialismo sobre as questões comunitárias, sua aproximação com o modelo da psicologia positiva na abordagem dessas questões, e o foco em uma abordagem liberal da “questão social”, a partir da concepção de pobreza de Amartya Sen, presente em produções de seus representantes do estado do Ceará.

Um dos esforços que viria se manifestado com evidência, por parte dos representantes da psicologia comunitária no Brasil, seria o da configuração de um domínio específico de conhecimento e de intervenção, em que a psicologia comunitária se apresentaria como o campo da psicologia especializado em produzir conhecimento, interpretações e ações nos efeitos cotidianos da “questão social” nas comunidades. Esses esforços se manifestariam, em suas produções, na busca por produzir definições sobre o que constitui, precisamente, a psicologia comunitária, no que se refere ao seu objeto, aos seus modelos teórico-metodológicos e aos temas que seriam de seu domínio mais específico. O que parece vir resultando desse movimento é a difusão da ideia de que existiria um campo da psicologia mais especialista que outros em transformação social, e este seria a psicologia comunitária (Gonçalves, 2017).

Na crítica da autora, esse movimento vai na contramão da perspectiva popular, a partir da qual a produção de conhecimentos do povo sobre si mesmo deve ser um processo que emana do povo e que tem, nele, o protagonista da produção de conhecimento. A criação da figura do especialista externo sobre as questões populares cumpriria uma função oposta à que se busca construir em uma perspectiva popular.

Se analisarmos essa problemática a partir da questão do ponto de vista do conhecimento na perspectiva da totalidade, chegamos a mais um impasse. Seus representantes, ao que tudo indica, querem fazer da psicologia comunitária um campo da

psicologia especialista em “questão social” e em transformação social. Para isso, esperam produzir um conjunto de conhecimentos e de metodologias, de dentro da psicologia, ainda que em diálogo com outros campos do saber, que contribua para essa finalidade.

Como discutido por Tonet (2013), o ponto de vista da totalidade é aquele que melhor apreende os nexos da relação indivíduo-sociedade e pode-se dizer que a produção de conhecimento é tão mais útil à interpretação e transformação da realidade, quanto mais ele se afasta de perspectivas unilaterais e parciais. Nesse sentido, a tendência expressa no movimento de especialização da psicologia comunitária revela um movimento de renúncia à intenção de se entender verdadeiramente os problemas comunitários, seus nexos com o processo social e, a partir disso, produzir ações efetivamente consequentes na transformação da ordem social.

Apesar dos esforços de seus representantes em produzir uma definição homogênea para a especificidade do campo, como observa Gonçalves (2017), o produto a que se tem chegado, resultante desse movimento, é algo muito distante do que se poderia qualificar de homogêneo. A grande heterogeneidade teórico-epistemológica que sustenta as bases teóricas de suas diferentes propostas é um indício do insucesso desses esforços, o que não quer dizer que ele não exista e que ocupe boa parte de suas preocupações.

A segunda dimensão da captura descrita por Gonçalves (2017) seria a aproximação teórica das propostas que circulam no campo com a psicologia positiva de Martín Seligman, que se manifestaria no movimento da saúde comunitária e no paradigma ecológico, presente em grande parte das produções do Rio Grande do Sul e do Ceará.

De forma extremamente simplificada, a psicologia positiva se constitui em uma abordagem que propõe um deslocamento de um eixo de pesquisas e intervenções dos

aspectos patológicos do funcionamento psíquico para seus aspectos positivos. Propõe, no limite, o enfrentamento das situações adversas a partir do desenvolvimento de recursos e estratégias individuais, a chamada resiliência. Suas expressões no movimento da saúde comunitária estariam na priorização da questão da saúde como eixo de intervenção comunitária e de produção de “bem-estar pessoal e coletivo” (Sarriera, 2011 como citado em Gonçalves, 2017, p. 142).

Esse movimento teve seu surgimento, como indica a autora, com Enrique Saforcada, na Argentina, e Jorge Sarriera, no Brasil, a partir dos debates em torno da ampliação da concepção de saúde. Tem, contudo, direcionado as propostas comunitárias em psicologia para o âmbito prioritário da saúde, pormenorizando seus vínculos com os fundamentos sociomateriais da produção de adoecimento e de vulnerabilidades. Em última instância, decorre disso, uma atribuição da responsabilidade pelo enfrentamento das condições adversas e padecedoras aos próprios sujeitos que sofrem, com os quais se deveria, portanto, trabalhar o desenvolvimento de suas potencialidades e virtudes.

A discussão de Góis (2008) sobre o modelo da saúde comunitária, como referência para a psicologia comunitária do estado do Ceará, expressa esse aspecto. A saúde comunitária, diz o autor, deve ser analisada em seus aspectos chaves, o que faz dela:

“...um conceito positivo e coletivo, por nela se considerar, como ponto de partida, o potencial de vida e a experiência acumulada presentes em cada morador e entre os moradores. Por ver o indivíduo como sujeito da realidade, cidadão, capaz de aprender a cuidar, cada vez melhor, de sua saúde, da saúde dos outros e da Natureza, que nele está presente e os envolve com sua potência natural. A Saúde Comunitária, portanto, sendo uma ação potencializadora do indivíduo e da comunidade para cuidar de seus moradores e do meio ambiente. Busca, desse modo, responder à multidimensionalidade da saúde em seus constituintes ecológicos, sociais, orgânicos e psicológicos que afetam as pessoas em seu lugar de moradia e convivência – a comunidade” (Góis, 2008, p. 104).

Com relação ao paradigma ecológico, ou perspectiva ecológico-sistêmica da saúde (Sarriera, 2008), Gonçalves apresenta a definição desenvolvida por Sarriera sobre o que estaria colocado nesta proposição de ecológico:

“Ser ecológico significa ter uma atitude pró-ativa e interativa com o ambiente (micro, meso e macrossistêmico). É buscar a harmonia do homem com a natureza, produzindo cultura e transformando o entorno num lugar com melhores condições de vida para todos. Essa adaptação ou harmonia entre o homem e seu contexto tem caráter ativo e transformador, significa a boa convivência e o equilíbrio” (2010 como citado em Gonçalves, 2017, p. 138).

Dessa compreensão pode-se deduzir uma certa concepção de transformação social, como Gonçalves (2017) sugere. As mudanças, individualmente processadas na vida de cada sujeito, produziriam efeitos no “entorno” social e ambiental, o que supostamente induziria, como que por efeito inevitável, transformações de nível econômico-social.

Gonçalves (2017) aponta, por fim, uma terceira vinculação das propostas da psicologia comunitária com a psicologia positiva, e que se relaciona à anterior. Trata-se da inserção desse paradigma nas discussões sobre pobreza em algumas de suas produções, a partir da discussão de Amartya Sen, para quem a pobreza seria uma condição de privação de capacidades, podendo ser enfrentada através do desenvolvimento de habilidades e potencialidades sociais, culturais e individuais. Dentre as produções referenciadas nessa abordagem da questão da pobreza, trazidas pela autora, estão algumas discussões de importantes representantes da psicologia comunitária do Ceará e do Rio Grande do Sul, como Moura Jr., Cidade, Ximenes e Sarriera (2014).

Da mesma maneira, Ximenes, Cidade e Nepomuceno (2015) partem desse referencial ao pensarem contribuições da análise psicossocial das expressões da pobreza, a partir da psicologia comunitária, para a intervenção em políticas públicas.

“A pobreza se constitui como um fenômeno mundial, perpetuado a partir de processos históricos de exclusão e desigualdade social (Demo, 2001). Entende-se tal fenômeno, a partir de uma perspectiva multidimensional (Sen, 2010), na qual se expande o espectro de sua compreensão para além da privação de renda, deslocando-se para um entendimento dos diversos impactos que esta provoca na vida dos sujeitos, nas potencialidades de desenvolvimento das potencialidades individuais e de estabelecimento de uma vida digna” (Ximenes, Cidade & Nepomuceno, 2015, p. 1413. Tradução nossa).

Como constata Gonçalves (2017), essa concepção de pobreza, entendida como privação de capacidades, é facilmente conciliável com a abordagem desenvolvimentista da psicologia positiva, que busca promover bem-estar e qualidade de vida a partir da potencialização de recursos positivos e de capacidades individuais. Na medida em que se entende que a condição de pobreza é uma combinação de fatores culturais, ambientais, sociais e individuais, mas em que o desenvolvimento de recursos individuais se coloca como uma via de enfrentamento dos efeitos dessa condição, opta-se por uma abordagem que individualiza a “questão social”. Nessa perspectiva, abre-se mão da abordagem da “questão social” em seus determinantes sociomateriais e em uma perspectiva histórica e totalizante.

Na linha das conclusões de Gonçalves (2017) sobre essa questão, pode-se dizer que a psicologia comunitária, ao buscar analisar e intervir nas condições psicossociais da pobreza a partir do alinhamento à psicologia positiva e a partir de uma abordagem liberal da “questão social”, como a defendida no modelo de Sen, manifesta uma perspectiva de transformação social que em nada se aproxima daquela predominante nas produções iniciais do campo. Pelo contrário, a perspectiva de interpretação e de intervenção transformadora nos efeitos da pobreza decorrentes dessas vinculações epistemológicas, assimila-se perfeitamente ao imperativo liberal e, sobretudo neoliberal, de individualização da “questão social”, que atende à manutenção e reprodução da ordem do capital.

O fortalecimento de relações comunitárias em uma perspectiva não individualista, não fragmentadora, como alternativa de enfrentamento aos efeitos sociais da divisão de classes, tal como defendido, por exemplo, por Scarparo e Guareschi (2007), não deixa, por sua vez, de ser coerente com essa linha de abordagem da “questão social”. O acirramento do processo de globalização nas últimas décadas teria forjado, como argumentam as autoras, novos padrões de vida coletiva e maneiras diversas de significação do mundo. A alta impessoalização e racionalização das relações humanas, alinhadas com a lógica de instrumentalização racional econômica, estariam produzindo a necessidade da edição de novas perspectivas para a relação psicologia-comunidade na atualidade.

Nessa relação, existiria a dificuldade produzida pelas contradições entre as demandas cotidianas dos contextos comunitários e os modelos e estratégias profissionais existentes, das quais um exemplo seria a inadequação desses modelos para as demandas do trabalho com políticas sociais. Nesse tipo de trabalho, existiria a necessidade primordial de se “compreender a magnitude das questões abordadas” (idem, p. 105), o que exigiria uma formação que “favoreça o conhecimento e a crítica dos pressupostos das políticas sociais e da amplitude do espaço público” (idem, ibidem).

Nessa perspectiva, defendem a imprescindibilidade de se ultrapassar as fronteiras da ciência psicológica nessa tarefa, no sentido da transformação das práticas unidisciplinares em práticas interdisciplinares. A interdisciplinaridade e os esforços profissionais voltados à construção de uma prática que potencialize a constituição de vínculos e de projetos coletivos parece ser a chave para a construção de um projeto comunitário transformador. Ou seja, ainda que em Scarparo e Guareschi (2007) a tendência ao especialismo não esteja presente da forma como aparece nos trabalhos anteriormente mencionados, não se pode afirmar que sua perspectiva de transformação

destoe do que até o momento nos parece ser uma das tendências predominantes nas propostas de Psicologia Comunitária na atualidade: a falta de uma perspectiva histórica e totalizante da “questão social”.

Um dos referenciais teóricos fundamentais a partir do qual as autoras discutem as configurações sociais atuais, o filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman, as leva à conclusão de que os modos de vida com os quais se enfrentam as práticas comunitárias em psicologia, na atualidade, seriam aqueles ditos modos de vida pós-modernos. Nesse suposto modo de vida (ou de seus diversos modos possíveis de vida), “as promessas de verdade e ordem do projeto da modernidade dão lugar ao cultivo inexorável de incertezas e indeterminações” (Scarparo & Guareschi, 2007, p. 106).

Os tradicionais modelos de formação em psicologia, marcadamente referenciados na epistemologia positivista, não seriam capazes de atender às exigências cotidianas colocadas aos profissionais psi em contextos marcados por essa nova configuração social. O problema, contudo, é que, ao partir da leitura de que cada realidade produziria múltiplos modos de vida, aos quais deve estar atento o profissional em sua interpretação e intervenção, parece ser suficiente que esse profissional seja capaz de ressignificar saberes e produzir interlocuções no âmbito das relações comunitárias estabelecidas naquele contexto.

Nesta proposição, pode não estar sendo atribuído aos indivíduos a responsabilidade pelo enfrentamento dos efeitos da “questão social”. Mas, se a ordem social atual tem como marca o predomínio de incertezas e indeterminações, parece não ser possível se pensar em termos de projetos emancipatórios baseados em uma leitura histórico-material totalizante da “questão social” e coletiva do enfrentamento de suas sequelas.

Dessa maneira é que até podem não ser as potencialidades e virtudes individuais dos atores sociais os elementos valorizados pelas práticas comunitárias nesse projeto. Entretanto, não nos parece que os esforços pela constituição de vínculos e de valorização de projetos coletivos restritos ao âmbito da impermanência dos modos de vida pós-modernos sejam capazes de produzir interpretações e intervenções muito menos individualizantes e a-históricas sobre a “questão social”.

O que parece ser possível apreender da concepção das autoras é que a existência de uma formação em psicologia que supere os modelos positivistas e esteja aberta à interdisciplinaridade seria a chave para a produção de conhecimentos e práticas emancipatórias em comunidades a partir das políticas sociais, cujos fundamentos sociomateriais não são questionados.

Em Ximenes, de Paula e Barros (2009) a política social, mais especificamente de assistência, também aparece como eixo de articulação para as propostas comunitárias. A atuação de tipo comunitário-libertadora, que tentaria vencer os limites do paternalismo, do assistencialismo e da hierarquização, que historicamente marcaram os trabalhos comunitários no Brasil, é apresentada como uma via de desenvolvimento de intervenções psicossociais em comunidades capazes de atender aos preceitos da Proteção Social Básica (PSB), por sua vez, objetivados pela Política Nacional de Assistência Social.

As ações da Proteção Social Básica, como estratégia de uma política social implementada pelo Estado, manifestam uma abordagem particular da “questão social”. Como citado pelos próprios autores, o texto da política pública, no que se refere aos objetivos da PSB, define “o desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2005a como citado em Ximenes, de Paula & Barros, 2009, p. 692) como o alvo de suas ações.

O desenvolvimento de suas ações deve ser realizado no chamado “tecido comunitário” (Ximenes, de Paula & Barros, 2009, p. 691), lugar onde parecem se forjar os problemas com os quais seus profissionais trabalham: “a proteção social exige capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (Brasil, 2005a como citado em Ximenes, de Paula & Barros, 2009, p. 691).

Desse entendimento, é possível se extrair algumas concepções sobre a natureza e função social das políticas sociais e da “questão social” com as quais essa proposta busca trabalhar. A política social, nessa abordagem, é tratada dentro daquela perspectiva que a concebe como elemento de correção das falhas do sistema, que estariam no nível de desigual distribuição social e acesso aos produtos do desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva faz sentido se pensar não em termos de antagonismo de classes, mas em termos da dialética inclusão-exclusão social (Sawaia, 2014), quando se analisam os problemas cotidianos da comunidade.

Inspirados no desenvolvimento teórico de Sawaia para pensar o “terreno polissêmico das discussões em torno da pobreza, dos direitos sociais e da cidadania” (Ximenes, de Paula & Barros, 2009, p. 692), onde se processariam as “expressões multiformes da desigualdade social” (idem, ibidem), os autores conseguem vislumbrar possibilidades de alinhamento da prática comunitária libertadora em psicologia com os objetivos da PSB. Assim, afirmam: “Dados os aportes da Psicologia comunitária, a atuação comunitário-libertadora [...] pode dar corpo ao intento de ampliar vínculos familiares e comunitários sob o prisma da cidadania e da atualização da potência de ação dos atores sociais” (idem, ibidem).

Aqui, vale retomar um pouco da discussão de Carvalho (2014) sobre os caminhos teóricos tomados pelos representantes da Escola de São Paulo de psicologia social, da

qual Sawaia faz parte. Ao operarem um giro teórico do marxismo para o campo das produções neomarxistas, que partem do princípio da cisão entre sistema social e mundo da vida, essa psicologia social abandonou importantes categorias analíticas da economia política, tais como centralidade do trabalho, modo de produção, classes sociais e relações sociais de produção.

Em seu lugar, categorias do âmbito das relações intersubjetivas ou das interações sociais passaram a adquirir centralidade em suas análises, a exemplo da categoria do sofrimento ético-político desenvolvida por Sawaia (2014), nuclear na análise da dialética exclusão-inclusão, e que busca dar uma dimensão central à afetividade na apreensão da dinâmica comunitária. A ideia do sofrimento ético-político, *grosso modo*, vem propor uma abordagem do sofrimento psíquico como algo que extrapola a esfera do individual e em que o fenômeno da exclusão social, assim como da opressão, figurariam como geradores de suas formas de manifestação, de suas diversas expressões afetivas, como medo, tristeza, vergonha etc.

O contraponto desse sofrimento ético-político seria, nas palavras de Sawaia (2014), a felicidade pública, entendida como felicidade pela “conquista da cidadania e da emancipação de si e do outro, e não apenas de bens materiais circunscritos. A felicidade ético-política é sentida quando se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade” (idem, p. 106-107). Dessa perspectiva, Sawaia propõe, então, a substituição de dois conceitos fundamentais ao que ela identifica como práticas psicossociais clássicas, o conceito de “educação popular” e de “conscientização”, pelo conceito de “potência de ação”. Para a autora, tais conceitos clássicos estariam muito restritos à ordem da racionalidade e a referida potencialização da ação corresponderia ao “desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político” (idem, p. 115).

O enfrentamento da exclusão, nessa linha, passaria por dos eixos estratégicos, um da ordem material e jurídica, de responsabilidade do poder público, e outro da ordem do afeto e da intersubjetividade, de responsabilidade de “cada um de nós” (idem, p. 116).

Assim, a autora pode concluir que:

“Unindo essas duas dimensões, as políticas públicas se humanizam, capacitando-se para responder aos desejos da alma e do corpo, com sabedoria. Nessa perspectiva, a práxis psicossocial, quer em comunidades, empresas ou escolas, deve preocupar-se com o fortalecimento da legitimidade social de cada um pelo exercício da legitimidade individual, alimentando ‘bons encontros’, com profundidade emocional e continuidade no tempo, mas atuando no presente” (idem, *ibidem*).

O fenômeno da exclusão, nesse entendimento, é trazido como um fenômeno originário, como avalia Carvalho (2014), ou seja, não tem sua gênese material pensada em remissão à produção social da economia política. Como se discutiu anteriormente, a noção de transformação social nas produções mais atuais da Escola de São Paulo de psicologia social se alicerça em categorias teóricas e em perspectivas políticas que fazem de seu projeto de socialismo algo bem distinto do que se poderia chamar de emancipação humana. Diz Carvalho (2014): “O saldo ideopolítico do projeto de transformação social da Escola de São Paulo é um socialismo ético, um socialismo como valor, mas que, no fundo, deve realizar a democracia, a revolução ética, a emancipação política” (idem, p. 259).

Dessa forma é que, tal como defendem Ximenes, de Paula e Barros (2009), a prática comunitário-libertadora, baseada nesses constructos teóricos, pode alinhar-se perfeitamente à estratégia de Proteção Social da Política de Assistência. Na medida em que essa estratégia parte da proposição de que a exclusão, a vulnerabilidade e o risco são produzidos no cotidiano de vida das pessoas, duas são as consequências para os projetos emancipatórios que a essa estratégia se alinham.

Uma primeira, coerente, por exemplo, com a abordagem teórica de Sawaia, que entende o fenômeno da exclusão como algo originário, e não decorrente do processo de alienação produtiva, e que dispensa, portanto, projetos políticos de transformação de caráter estrutural. E uma segunda, que toma a política social como uma via possível de realização da transformação social, uma vez que se trata, portanto, de ações na esfera da correção das falhas do sistema a nível de distribuição ou de inclusão e exclusão de sujeitos sociais.

Nesse sentido, o Estado é concebido como representante dos interesses sociais gerais, atuando como conciliador dos conflitos sociais e visando o bem comum, em uma concepção de Estado, portanto, que inegavelmente pode-se qualificar de liberal, tal como conclui Carvalho (2014).

Há, também, o próprio problema da centralidade que adquire a categoria da exclusão social nas análises sociais na atualidade. Pimentel (2012) problematiza essa centralidade e sugere que vem havendo um deslocamento do enfoque da questão social para uma focalização em setores ditos mais vulneráveis da população. Essa forma de abordagem viria operando uma simplificação da “questão social”, que passaria a ser tratada como um problema de se estar “dentro” ou “fora” do sistema, o que passa muito longe de esgotar a totalidade do que é a “questão social”, da qual a exclusão é apenas uma de suas manifestações, indispensavelmente ligada ao desemprego estrutural e à degradação do trabalho.

Ou seja, temos, até o momento, uma psicologia comunitária politicamente liberal, que ora individualiza a “questão social” e atribui aos indivíduos a responsabilidade pelo enfrentamento de suas sequelas, ora atribui essa responsabilidade a uma ação conjunta entre indivíduos e Estado, entendido como agente neutro e representante do bem comum. Uma psicologia comunitária que, tomada em toda sua trajetória histórica, até o momento,

emergiu buscando responder às demandas e anseios populares em uma conjuntura política de acirramento da luta de classes, assumindo uma postura predominantemente interessada em combater a ordem social capitalista, em enfrentar o Estado e em contribuir para o fortalecimento de lutas populares, e que transitou para uma postura atualmente muito mais alinhada com a manutenção da ordem e com o apassivamento das contradições sociais.

De toda essa constatação, o que parece ser de fundamental importância para uma avaliação dos nexos históricos da generalização dessa tendência é situar as mediações pelas quais ela passou, de apenas uma, entre várias tendências menos determinantes naquelas produções iniciais do campo, para uma de suas tendências predominantes na atualidade.

Dado que são as vinculações teóricas, profissionais e políticas de seus representantes que determinam o desenvolvimento interno das produções do campo, e que essas vinculações não ocorrem de maneira isolada do conjunto do processo social e do desenvolvimento da luta de classes, as pistas para o desvelamento desse deslocamento só podem ser encontradas no processo histórico. Em nossa investigação, o movimento operado pela psicologia comunitária do Estado do Ceará, representada pelas produções de diversos autores (dentre os quais merece destaque, pelo seu pioneirismo e pela importância de sua produção como referência nas produções comunitárias em psicologia no estado, o trabalho de César Góis) nos parece ser o mais emblemático.

A psicologia comunitária do estado do Ceará, como relata o próprio César Góis (2003), tem seu surgimento no ano de 1980, dentro daquele trabalho de formação de educadores populares em que o autor e outros professores e profissionais se envolveram. Começou recebendo o nome de Psicologia Popular, uma “psicologia mais prática que teórica” (Góis, 2005, p.48) e “a serviço da população pobre” (Góis, 2003, p. 18), realizado na periferia de Fortaleza (bairro do Pirambu). A base teórica do trabalho, naquele

momento, avaliada como ainda frágil, pelo autor, se referenciava em métodos e concepções da psicoterapia de Rogers, Moreno Fanon e Loyello, no método de Paulo Freire, na biodança de Toro, na sociologia de Borda e Touraine, e na teologia da libertação de Boff e Gutiérrez (Góis, 2005).

Essa psicologia popular, cujos esforços se voltavam para a “busca de uma transformação individual e social da classe oprimida” (Góis, 2003, p. 35), posicionava-se com desconfiança diante do Estado e de sua capacidade em conduzir esse processo de transformação, como buscamos mostrar no capítulo anterior.

A partir de 1987, entretanto, as discussões do autor tomariam rumos um pouco distintos. Neste ano, Góis passaria a integrar, a convite do então eleito governador do estado, Tasso Jereissati (PMDB e, posteriormente, PSDB), um grupo de assessoramento da recém-criada Secretaria da Ação Social. Neste trabalho, de breve duração, ao buscar formular uma concepção de ação social, já passava a conceber a participação social, um espaço de diálogo entre representantes do Governo e população, como um espaço possível de mobilização social. Nesse momento, a produção de Sílvia Lane, de Martín-Baró, de Vigotski, Leontiev, Luria e Dussel passariam a integrar o referencial teórico de sua prática que começaria então a receber o nome de psicologia comunitária (Góis, 2003).

A concepção de psicologia comunitária, na qual se referenciam as produções e intervenções do grupo do Ceará, ganharia maior nitidez no trabalho desenvolvido no município de Pedra Branca, iniciado em 1987, onde, inclusive, desenvolve-se a concepção geral daquele que se tornaria o método estratégico fundamental de mudança social dessa psicologia comunitária: o Método de Ação Municipal, proposto em 1993, dentro do modelo de articulação comunidade-municipalidade (Góis, 2005). Como discute o autor, o Projeto Pedra Branca possibilitou com que se pudesse entender o importante

papel de uma prefeitura como facilitadora na dinâmica municipal e comunitária (Góis, 2003).

Esse método, da Ação Municipal, seria aperfeiçoado, entre 1995 e 1996, e aplicado pelo Instituto Participação⁶⁷ na implementação de alguns projetos municipais, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), em que passava a atender “à nascente política de *participação social e desenvolvimento local do Governo Estadual*, bem como fortalecer a atuação de profissionais (Instituto Participação) e de estagiários do NUCOM⁶⁸ em diversos municípios cearenses” (Góis, 2003, p. 24. Grifos nossos). O trabalho do grupo junto ao Conselho é interrompido em 1996, mas o legado do método da Ação Municipal permanece em suas produções orientando a perspectiva estratégica de mudança social de suas propostas.

A mudança social nestas propostas passa a ter como caminho a “participação popular” e a “integração das diferenças” (Góis, 2003, p. 94), em um trabalho de “*parceria com as prefeituras municipais e com a população dos municípios*” (idem, ibidem, p. 94. Grifos nossos). Não existe aí, por parte do autor, uma adesão cega à parceria com o Estado, entretanto, diferentemente da posição de desconfiança e de oposição que se manifestava nas discussões sobre a psicologia popular, o Estado passa a compor um trabalho conjunto e de parceria com a população. Nesse trabalho, o Método da Ação Municipal é definido como um método de ação-participante que:

⁶⁷ O Instituto Participação foi fundado em 1995 na forma de uma ONG voltada à realização de estudos, pesquisas e promoção de desenvolvimento social e humano. Foi um recurso utilizado para a inserção dos profissionais saídos do NUCOM (Núcleo de Psicologia Comunitária) de forma que esses não se dispersassem e tivessem condições concretas de continuar o trabalho desenvolvido no grupo.

⁶⁸ O NUCOM (Núcleo de Psicologia Comunitária), da Universidade Federal do Ceará, surgiu a partir da instalação da sede do Projeto de Psicologia Comunitária (Centro de Humanidades da UFC), em um lugar próprio em 1992. O que era, até então, um projeto, torna-se, a partir de então, um Núcleo com estrutura, atividades científicas, sociais etc., reunindo professores, profissionais e estudantes da Psicologia e de outras áreas, passando a contar com uma ampla produção acadêmica, de alcance nacional e internacional, e de intervenções comunitárias (para mais informações sobre a história e produção do Núcleo, ver página do NUCOM: <https://nucomufcsite.webnode.com.br>).

“visa à construção de uma estrutura/processo de integração e de planejamento social participativo, através do diálogo e da vivência, da ação-transformação e da identificação-simbolização. Sua preocupação maior é a de facilitar o desenvolvimento da municipalidade e da identidade municipal, mediante um processo psicossocial e pedagógico de desenvolvimento da consciência, da afetividade e da cidadania, do indivíduo como sujeito histórico-social” (idem, ibidem, p. 96).

A integração e o diálogo entre diferentes setores sociais, representantes das distintas classes e do próprio governo, colocam-se, nesse trabalho, como recursos privilegiados na construção da mudança social, cuja estratégia tem como método a dita Ação Municipal.

O autor reconhece, entretanto, que a disputa de espaços como os Conselhos participativos traz alguns riscos que, se não considerados, podem conduzir à burocratização, ao esvaziamento e à instrumentalização vertical da participação popular por parte de agentes governamentais ou de instituições, como as do “terceiro setor”. Assim é que, aliado ao método de participação ativa, dialógica e transformadora, que se esperaria da Ação Municipal, tem-se a valorização daquilo que se constituiria no desenvolvimento comunitário (Góis, 2008).

O desenvolvimento comunitário é concebido como uma forma de potenciação e capacitação da participação popular em imprimir os rumos e o “modo de desenvolvimento adequados à realidade do lugar” (Góis, 2008, p. 98), com a integração ativa e pedagógica entre agentes externos e comunidade. Diferentemente do tradicional modelo de desenvolvimento de comunidades, diz o autor, cujas necessidades e ações são definidas verticalmente de fora para dentro da comunidade, o modelo do desenvolvimento comunitário apresentado teria como importante diferencial o fato de, em última instância, a palavra final dos processos decisórios ficarem nas mãos da comunidade. Isso é o que

possibilitaria um desenvolvimento participativo e de interdependência entre comunidade, governo e outras instituições (Góis, 2008).

Em suma, o desenvolvimento comunitário seria o desenvolvimento da cidadania, da consciência crítica e da participação dos moradores nas instâncias e processos decisórios sobre os rumos de sua realidade coletiva que, dessa maneira, poderiam disputar os espaços “participativos” e impor suas direções. Em sua concepção, Góis (2005; 2008) defende que o desenvolvimento comunitário só tem sentido, contudo, se inserido e integrado a um desenvolvimento maior: o desenvolvimento local ou do município.

Desenvolver economicamente uma localidade ou um município, de forma integrada ao desenvolvimento dos mercados globais, seria a alternativa primordial para o enfrentamento dos “novos desafios sócio-econômicos do mundo atual, especialmente os de integração comunitária dos mercados e das culturas locais e os da exclusão social – desemprego e fome” (Góis, 2005, p. 72).

O desenvolvimento capitalista, nesta perspectiva, já não parece mais contraditório com os anseios populares, como se defendia no projeto da psicologia popular. A dialética dominador-dominado é abandonada em nome da dialética global-local, em que a participação social poderia “levar a uma melhor compreensão do mundo global e ao desenvolvimento da responsividade e da resiliência nas questões relativas à potencialidade do lugar e ao exercício da auto-gestão e da autonomia local” (idem, *ibidem*, p. 72).

O desenvolvimento de sujeitos conscientizados, críticos e cidadãos, que utilizem os espaços participativos de diálogo e parceria construtiva com os diversos agentes locais e representantes governamentais, parece ser, nesse sentido, a chave fundamental da

estratégia de mudança social apresentada no atual projeto de psicologia comunitária de seus representantes do estado do Ceará.

Mas, tomemos aqui o modelo tradicional de desenvolvimento de comunidades ao qual a proposta do desenvolvimento comunitário trabalhada por Góis sugere se contrapor. O autor indica o desenvolvimento comunitário como uma possível alternativa para o enfrentamento do problema da verticalização da participação popular, da burocratização e do esvaziamento dos espaços participativos, frequentes nas propostas desse tradicional modelo de desenvolvimento. E do que se trata o desenvolvimento de comunidade?

No capítulo três, tratamos brevemente dos trabalhos comunitários realizados no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. Foram trabalhos impulsionados por organismos do Governo norte americano, a partir da Segunda Guerra mundial, e institucionalizados pela ONU (Organização das Nações Unidas) com o objetivo de conter o avanço ideológico comunista, oferecendo, sobretudo, programas de assistência técnica aos países pobres, principalmente na América Latina, a partir da bandeira da socialdemocracia. O convênio celebrado em 1942 entre os governos brasileiro e estadunidense para o fomento da produção alimentícia marca a entrada do Brasil nessa proposta que, como discutido anteriormente, buscava realizar um trabalho de integração dos esforços da população às ações das autoridades governamentais, supostamente com vias à melhoria das condições de vida comunitária e nacional.

Dois seriam os componentes básicos do desenvolvimento de comunidades: o suporte técnico governamental para tornar as ações de integração mais eficazes, e a participação popular. Essa integração, como avalia Ammann (1987), é apresentada a partir de uma perspectiva acrítica e aclassista, que despolitiza o trabalho social, que isenta de crítica os determinantes estruturais da desigualdade social e que dissimula a divisão

social do trabalho, disseminando a ideia de uma organização societal baseada na harmonia e no equilíbrio.

No Brasil, o desenvolvimento e a expansão da indústria no Governo de Juscelino Kubitschek, nos anos de 1950, é que vem a estabelecer as condições para o início do desenvolvimento de comunidades. Em suas experiências pioneiras, de acordo com a análise de Ammann (1987), a concepção de participação trazida em suas propostas reduzia-se a uma forma de participação local, restrita à pequena comunidade ou, no máximo ao município ou região. Assim constatou a autora:

“A participação se consubstancia pela contribuição que as autoridades locais e o povo dão aos técnicos, no estudo e no tratamento das questões da comunidade. Focaliza-se a necessidade de ‘induzir a comunidade a escolher uma solução e a tomar as providências necessárias para sua execução’ pois, sem isso não se conseguirá interessá-la. Enfatiza-se que ‘se a execução é confiada aos próprios interessados, não se tornam necessárias grandes somas de investimento’ e que ‘o plano será mais adequado se consultar mais de perto os desejos e aspirações da comunidade’” (idem, p. 45).

Dessa maneira, conclui Ammann (1987), o conceito de participação trazido nas propostas iniciais de desenvolvimento de comunidades manifestava uma aceção acrítica, aclassista e apolítica de sociedade, além de se restringir à pequena localidade da comunidade ou do município. Isso, no final das contas, levava a uma forma de participação popular muito mais ilusória do que realmente efetiva, na medida em que suas ações só tocavam alguns efeitos imediatos da desigualdade social na vida comunitária. Os intelectuais que trabalhavam na realização dessas ações, nesse sentido, contribuíram muito mais para o consentimento espontâneo das massas à direção de interesse das classes dominantes em preservar as condições de acumulação e expansão do sistema.

No período seguinte, entre 1960 e 1964, com um processo de gestação de uma consciência nacional-popular e de crescimento da adesão popular nas lutas por reformas

estruturais, ocorre uma ampliação da perspectiva de participação popular na política nacional. Os intelectuais que se vincularam a esse movimento atuavam de forma mais orgânica e mais ligados aos interesses de trabalhadores rurais e urbanos. Tendo como fontes teóricas desde correntes do marxismo até orientações humanistas da igreja católica, buscavam trabalhar a partir de uma perspectiva teórica mais estrutural sobre os determinantes sociais e mais politizada.

Contudo, apesar de, em maior parte, não trabalharem com uma perspectiva de participação limitada à dimensão local da comunidade ou do município, tal como no período anterior, permanece intocada a questão de classes. O desenvolvimento de comunidades passa a ser trabalhado com vistas à sua articulação com o desenvolvimento nacional. A sociedade brasileira, entretanto, é pensada como uma espécie de bloco monolítico e harmônico, destituído do antagonismo de classes, onde os conflitos são pensados em termos da oposição entre atraso e modernização.

Durante os governos militares, a pauta das reformas estruturais, entretanto, vai dando lugar, paulatinamente, ao imperativo da integração dos programas de desenvolvimento de comunidades ao processo de desenvolvimento econômico do período. Integração passa a ser a chave estratégica do modelo de então. Essa ideia de integração tem no modelo social de Parsons sua maior sistematização. Nesse modelo, o equilíbrio dos sistemas sociais se estabeleceria com base em dois processos fundamentais: a repartição e a integração.

A repartição corresponderia aos processos de manutenção de uma distribuição equilibrada dos componentes do sistema. A integração, por sua vez, corresponderia ao processo que manteria os limites do sistema e suas distintas propriedades internas, apesar das condições externas variáveis. A sociedade seria um sistema social dotado de uma estrutura integradora capaz de manter o controle sobre os seus processos conflitivos. O

conceito de integração, nesse sentido, diz de um processo voltado à manutenção da ordem e da harmonia social.

Nele, a participação seria um de seus métodos possíveis e interessantes em sociedades com alto grau de diferenciação, que exigem mais do que a dominação vertical governamental para a manutenção de sua ordem. A participação, nesse sentido, cumpriria um papel de legitimação popular do governo, onde a cidadania, como observa Ammann (1987), “fundada nos princípios de ‘igualdade perante a lei’, encontra-se intimamente articulada à ideia de participação e ambas cooperam para a manutenção da ordem, para a preservação e a integração do sistema social” (idem, p. 124).

Ou seja, amparada nesses termos, a perspectiva de desenvolvimento de comunidades desse período, ao assimilar a ideia de integração, permaneceria, mais do que nunca, à serviço da manutenção das condições de exploração e de reprodução da ordem do capital. Ao unir grupos sociais em torno de objetivos genéricos comuns, essa perspectiva de integração atuaria incorporando forças locais da comunidade ao desenvolvimento econômico nacional que não é, senão, o desenvolvimento capitalista⁶⁹.

Nesse sentido é que Ammann (1987) conclui que o desenvolvimento de comunidades no Brasil, em seu modelo ortodoxo, contribuiu, na maior parte das vezes,

⁶⁹ Houve, no período, uma vertente alternativa que buscou combater o modelo clássico de desenvolvimento de comunidades pautado na estratégia de integração com vias à preservação da estrutura social. A região do nordeste brasileiro, com seus altos índices de desigualdade e de conflitos sociais, dos quais a formação das ligas camponesas informa o grau de tensionamento social da região à época, teve um programa regional de desenvolvimento realizado pela Divisão de Ação Social da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Essa divisão, que inclusive passou a adotar o termo Ação Comunitária, ao invés de desenvolvimento de comunidade, buscou trabalhar a problemática brasileira a partir da crítica aos modelos de desenvolvimento vigentes e da transformação das estruturais sociais, numa perspectiva de classes e macrosocietária. O vínculo de seus intelectuais com as classes trabalhadoras foi mais orgânico e buscou-se desenvolver uma perspectiva de participação ativa da população na organização da sociedade. Por não corresponder aos interesses do plano de desenvolvimento nacional e nem ao plano de desenvolvimento da SUDENE, a divisão vai sendo progressivamente esvaziada, até ser eliminada do Programa de Ação do Governo para o Nordeste, entre 1975 e 1979 (Ammann, 1987).

para a conformação das classes subalternas à ordem social, despolitizando a “questão social” e retirando a dimensão das classes sociais distintas e antagônicas de suas análises.

Retomemos, agora, o modelo de desenvolvimento comunitário proposto por Góis (2005) como alternativa a esse tradicional modelo de desenvolvimento de comunidades. Na proposta do autor, os riscos da verticalização, da burocratização e da instrumentalização da participação comunitária pelos interesses das classes dominantes poderia ser combatido com o adequado desenvolvimento ou a adequada preparação da população para o uso desses espaços de participação. Essa preparação ou desenvolvimento passaria pela formação de sujeitos críticos, participativos, cidadãos que, conscientes de sua situação de opressão, de submissão, de dominação, poderiam não mais aceitar passivamente os rumos de sua vida serem determinados pelo alto, por parte das autoridades governamentais.

Críticos, conscientes e fazendo uso de sua condição de cidadãos de direitos, poderiam estabelecer diálogos francos e disputar interesses, nos espaços participativos, junto aos representantes de setores sociais distintos e representantes do Estado. Nesses espaços de conciliação e de acordo, em que todos os setores sociais parecem ter condições semelhantes de disputa, já que não participam mais de forma unicamente passiva e instrumental, poder-se-ia chegar a direções que beneficiassem a toda a comunidade. Desenvolvimento comunitário e desenvolvimento econômico municipal são pensados em uma chave conjunta como estratégia de resistência aos modos de dominação global, a partir da dialética global-local. O antagonismo passa a se estabelecer a nível de localidade *versus* globalidade, em que comunidade e municipalidade parecem compor um bloco monolítico de cidadãos, uns mais possuídos, outros mais despossuídos, uns mais incluídos, outros mais excluídos socialmente, mas que, se todos puderem participar

conscientemente e ativamente, acordos em benefício de todos poderiam ser estabelecidos em direção a um bem comum.

Disso, podemos nos questionar: a suposta alternativa ao tradicional desenvolvimento de comunidades veiculada na proposta do desenvolvimento comunitário trazida por Góis (2005) é radicalmente diferente daquilo a que ela busca se opor? A concepção de participação inerente à proposta de desenvolvimento comunitário rompe com o modelo de participação instrumental à preservação da ordem social?

O modelo de desenvolvimento comunitário definido a partir das dimensões propostas por Góis (2005) parece repetir, no seu conjunto, a mesma função de conformação das classes subalternas às estruturas de poder do capital, expressando elementos de diferentes modelos do desenvolvimento de comunidades conduzidos ao longo de sua existência no país. Apresenta elementos do modelo inicial de enfoque da localidade, ao mesmo tempo em que apresenta elementos da postura de caráter reformista, própria do modelo predominante entre os anos de 1960 e 1964, que harmoniza os conflitos sociais e tem no Estado uma instância de parceria na construção do bem comum.

Contudo, se a proposta do modelo de desenvolvimento comunitário era a de ser uma alternativa ao modelo ortodoxo de desenvolvimento de comunidades, parece que esse intento não pode ser alcançado a partir de seus fundamentos. Ao não romper com o essencial do desenvolvimento de comunidades tradicional, qual seja, seu caráter apolítico, sua perspectiva aclassista e sua tendência a privilegiar questões focais, como por exemplo a saúde comunitária, o desenvolvimento de comunidades parece repetir o mesmo padrão problemático ao qual ele supõe se contrapor.

Uma conclusão sobre as direções que esse tipo de estratégia parece imprimir às relações sociais e de classes, no que se refere ao desenvolvimento de comunidades, é

apresentada por Ammann e acreditamos que ela possa ser estendida ao caso por nós analisado:

“...ao se estribarem em uma visão monolítica e harmônica da realidade social, os intelectuais [do desenvolvimento de comunidades] camuflavam o conflito entre o capital e o trabalho, preservando as relações de dominação e opressão que se exercem no seio da sociedade. Quando predicam um desenvolvimento de comunidades que reúna todos – ‘sem distinção de raça, sexo, classe ou credo político e religioso’ – em torno de ‘necessidades sentidas’ e ‘problemas comuns’ olvidam que ‘o senso comum é um agregado caótico de concepções díspares’ (Gramsci) no interior do qual prevalece o pensamento dominante. Disso resulta que as ‘necessidades sentidas’ podem ser – e geralmente são – carências adjetivas, realçadas pela ideologia hegemônica, com o intuito de despistar os problemas estruturais, cuja solução viria solapar os pilares que sustentam o bloco histórico vigente. Temos, em decorrência, que as necessidades sentidas focalizam quase sempre problemas imediatos e periféricos e desaguam numa gama de atividades que mais reproduzem do que modificam o ‘status quo’” (Ammann, 1987, p. 163).

A análise da trajetória histórica da psicologia comunitária do estado do Ceará e, mais especificamente, a problematização da atual vigência de modelos como o do desenvolvimento comunitário e o do Método da Ação Municipal em suas propostas são indícios do deslocamento político pelo qual vem passando, de uma forma geral, todo o campo de ações e produções que se identificam como Psicologia Comunitária no Brasil. O autor com o qual trabalhamos com mais ênfase nessa discussão reconhece, em alguma medida, esse deslocamento:

“Podemos dizer que no Pirambu nos apoiávamos nas teorias do conflito e da confrontação, *no distanciamento entre as classes e entre os moradores e os órgãos do Governo*; com relação à Pedra Branca, nos apoiávamos nas contradições sociais e humanas e *no diálogo entre as partes, preocupado com a participação social em um espaço de integração das diferenças e de diálogo Estado-Sociedade*. Na época do Pirambu, estava em vigência a Ditadura Militar, como também a luta pela Anistia, pelo fim do AI-5 e pelas Diretas Já; no período de Pedra Branca, estava começando a Nova República, momento de intenso debate político, da presença, cada vez maior, das forças progressistas no interior dos governos, em todos os níveis, assim como a busca de *novas formas de diálogo e negociação entre capital e trabalho*. Boa

parte da esquerda cearense buscava um novo desenho da realidade sociopolítica e o manejo das formas de cooperação, negociação e confrontação entre capital e trabalho, no interior dos movimentos sociais e no arco de alianças políticas que passava a ser uma demanda real no processo eleitoral” (Góis, 2003, p. 21. Grifos nossos).

Os conflitos antagônicos entre as classes sociais tornam-se diferenças, que de inconciliáveis, passam a poder ser integradas em um franco diálogo entre Estado e sociedade, que aparentemente se beneficiariam de igual maneira de um adequado desenvolvimento capitalista local.

A questão, entretanto, é que, ao renunciar ao enfrentamento do Estado e à perspectiva de classes antagônicas, em nome de uma parceria com esse Estado e de uma conciliação entre as diferentes classes em torno de um objetivo comum, cai-se no âmbito da formalidade e da ilusão da emancipação política. Tal posição reproduz uma modalidade contemporânea do reformismo em que a emancipação humana parece ser realizável pela ação de um Estado indutor de transformações econômico-sociais, o que coloca de ponta-cabeça a relação analisada por Marx entre política e economia.

Somente em algumas conjunturas econômico-sociais muito específicas, e de forma parcial, o Estado é capaz de atender a algumas aspirações das classes trabalhadoras. A rigor, e fundamentalmente em tempos de crise estrutural, nos limites da ordem do sistema do capital, não há espaço, em suas instâncias, para a negociação e a conciliação. Não há comunidade de cidadãos críticos e conscientes que, no diálogo com o Estado e os setores sociais hegemônicos, consiga dirigir essa parceria na direção da superação dos fundamentos sociomateriais de sua condição de exploração, de dominação e de sofrimento.

Como tem sido possível concluir a partir da análise da trajetória histórica da psicologia comunitária, de uma forma geral, esse não é um processo exclusivo à sua

variante do estado do Ceará, tampouco mesmo à psicologia comunitária ou às variantes críticas da psicologia no Brasil. Ao analisarmos esse processo inflexivo em remissão às transformações econômico-sociais nas últimas quatro décadas no país, podemos entendê-lo como parte de uma totalidade articulada. Uma totalidade em que o referido deslocamento só pode ser devidamente apreendido em suas vinculações com o rearranjo na hegemonia de projetos políticos e estratégias no campo da luta de classes no Brasil, além de outros fatores como as mudanças no trato à questão social, por exemplo.

O deslocamento político que se operou no campo do movimento sindical brasileiro, em que o giro conservador de sua maior central sindical é expressão, e o deslocamento da estratégia e discurso petista, e mesmo de grande parte dos setores políticos de esquerda, em direção cada vez maior à socialdemocracia e ao apaziguamento, só podem ser entendidos dentro desse movimento histórico geral. A inflexão que se opera na CUT, de uma posição anticapitalista e classista para uma posição conciliadora e de conformismo com a ordem, e a hegemonização de uma estratégia política de atuação legalista, dentro das regras do jogo parlamentar burguês, que se processa no PT, e que passa a compor a expectativa política, em boa medida, da esquerda, encontram seus fundamentos sociomateriais nas transformações econômico-sociais que se operam com os efeitos da reestruturação produtiva nos movimentos do trabalho.

Essas tendências, do âmbito da luta de classes no Brasil, encontram expressão nos diferentes projetos políticos trazidos nas propostas de psicologia comunitária ao longo de sua trajetória histórica no Brasil. Mais do que apenas uma expressão desse movimento, entretanto, talvez seja correto afirmar que há, inclusive, uma atuação ativa⁷⁰ dessa

⁷⁰ Movimento semelhante é descrito por Boechat (2017) ao analisar as determinações histórico-sociais do giro ideopolítico, observado por Carvalho (2014), na denominada Escola de São Paulo de Psicologia Social. A partir de uma análise que tem como premissa a vinculação histórica da Psicologia a certas posições de classe, Boechat dá indícios de como o giro político operado em certos aparelhos de organização da classe trabalhadora e sindical, como o referido caso da CUT ou o do PT, se articulou com alguns deslocamentos

psicologia comunitária na construção dessas tendências. Isso pode ser depreendido tanto do engajamento ativo de seus representantes, nos anos de 1970 e início de 1980 na organização e fortalecimento de movimentos de luta populares e sociais, quanto nos envolvimento mais recentes, de 1987 pra cá, no caso da psicologia comunitária do Ceará, por exemplo, com a construção de governos mais progressistas, dentro do espectro político socialdemocrata.

políticos na Psicologia brasileira. O autor indica como o giro ideo-político, caracterizado pelo abandono do referencial teórico e político marxista, operado pela chamada “Escola de São Paulo de Psicologia Social” (Carvalho, 2014), encontra analogia no processo ocorrido nesses aparelhos de organização da classe trabalhadora. A ideologia hegemônica do chamado ciclo democrático-popular, expressa na ideologia do compromisso social (Silva, 2015), que opera condicionando a "emancipação humana à radicalização da democracia participativa"(Boechat, 2017, p.63), com o progressivo encerramento da ideia de emancipação aos limites da emancipação política, se torna a ideologia hegemônica tanto desses aparelhos quanto da referida variante crítica da Psicologia. No entanto, como observou Boechat, não se tratou de uma relação unilateral. A partir da observação da integração de alguns de seus representantes em programas de formação sindical, como é o caso da participação de Odair Furtado no Programa Integrar da CUT, o autor observou como existiu um papel ativo dessa Psicologia Social na difusão do ideário da cidadania e da democracia participativa, representada, nos quadros dessa Psicologia Social, pela ideologia do compromisso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta altura da discussão, talvez seja possível retomarmos a tese apresentada no início deste trabalho. Defende-se, aqui, a tese de que a psicologia comunitária, ao longo de sua trajetória histórica no Brasil, operou uma inflexão política que pode ser qualificada, a partir do dimensionamento da perspectiva da emancipação humana, como uma inflexão política conservadora, um recuo político. Essa inflexão, esse ajuste conservador da psicologia comunitária, problematizado em suas mediações com o processo histórico global e com o processo da luta de classes no Brasil, revela-se como parte de uma totalidade política e social. Nessa totalidade, a referida inflexão política de caráter conservador da psicologia comunitária encontra correspondência na inflexão política operada pelos principais instrumentos da classe trabalhadora na luta de classes no Brasil.

O que, de início, a nós se colocou sob a aparência do que Lacerda Jr. (2015) identificou como uma hegemonia da emancipação política no campo da psicologia comunitária, pôde começar a ser traduzido em seus aspectos mais tênues até as determinações mais simples a que conseguimos alcançar. Esse objeto de muitas determinações, tomado, por fim, em sua totalidade, apresenta-se como uma síntese, uma unidade no diverso.

A psicologia comunitária, no Brasil, ao longo de sua trajetória histórica, sofreu um ajuste conservador. Ela apresenta, na atualidade, apesar de toda diversidade de tendências existentes em sua totalidade, uma tendência hegemônica e determinante. A psicologia comunitária no Brasil, em tempos presentes, tem um projeto político diferente do predominante no seu período inicial, no período anterior aos primeiros anos de redemocratização política e de entrada do país no novo modelo de acumulação do capital.

A tendência política predominante do campo já não é mais anticapitalista, antiestatal, engajada com as lutas populares e mais preocupada com a relevância social de suas produções e intervenções do que com a definição de um domínio teórico-metodológico específico. Pelo contrário, os esforços de seus representantes tendem à especialização do campo e seu projeto político se movimenta entre o mais conservador projeto político liberal de sociedade e o reformismo socialdemocrata, o que nos permite concluir que, de uma forma ou de outra, se comparado com o projeto político dominante anterior, o campo inegavelmente sofreu um ajuste conservador.

O que buscamos trazer de contribuição específica à problematização desse ajuste, que já vinha sendo apontado por outros autores como Gonçalves (2017), Lacerda Jr. (2015), e Carvalho (2014) e Boechat (2017), nesse caso, mais propriamente à psicologia social da Escola de São Paulo, é que esse ajuste é um processo historicamente situado. Acreditamos que os resultados a que chegamos nessa investigação indicam que o ajuste conservador da psicologia comunitária é uma das manifestações, na psicologia brasileira, da acomodação política da esquerda do país aos limites da emancipação política, expresso na trajetória política das principais organizações da classe trabalhadora, no pós-1990.

A redemocratização política do país, na forma de uma transição pactuada, representou uma derrota das forças operárias e populares ascendentes, na medida em que as classes dominantes lograram repor sua histórica ordem de dominação, então já não mais pela via da coerção aberta, mas pela via da democracia burguesa. Certamente que não se tratou de um mecanismo unilateral e de um processo voluntário, mas uma derrota das forças progressistas, que rebaixaram sua estratégia política para um socialismo em um horizonte distante e, por fim, para um capitalismo humanizado, um capitalismo inclusivo, ético e solidário.

Se foi no envolvimento com o calor da ascensão das lutas da classe trabalhadora, na década de 1970 e 1980, que o intento da deselitização da psicologia ganhou contornos políticos progressistas, foi na derrota, no rebaixamento programático dessas lutas, que seu projeto político predominante foi se ajustando cada vez mais ao projeto de preservação da ordem social burguesa. Se as propostas iniciais de um projeto comunitário em psicologia no Brasil tendiam ao rompimento com os limites da ciência psicológica, fragmentada, parcial e que fetichiza, portanto, a relação indivíduo-sociedade, o movimento recente de retorno aos domínios específicos do campo expressa, no âmbito teórico-epistemológico, o abandono daquele projeto popular que se esboçava em seu projeto inicial. E quem melhor do que a ciência psicológica, um dos produtos da renegação burguesa do interesse de conhecer a realidade em seus determinantes essenciais (Lacerda Jr. 2010a), para servir a essa tarefa?

A análise desse processo e a crítica ao projeto político de mudança social que tem se tornado hegemônico no campo, projeto este que se propõe, portanto, em última instância, a uma ação nos limites da emancipação política e nos marcos da ordem social do capital, é fundamental para se desfazer ilusões, sobretudo em conjunturas políticas tão críticas como a presente.

As consequências dos caminhos políticos tomados pela socialdemocracia europeia, pela degeneração do socialismo soviético, a nível global, e pelas organizações trabalhadoras e políticas da esquerda brasileira, a nível nacional, ratificaram a necessidade da superação radical da ordem do capital como única saída para a emancipação humana.

A teoria social de Marx, mais do que nunca, nos aparece como um valioso arsenal de crítica da sociedade e de seus complexos, como a ciência e o trabalho profissional. É, portanto, não como ato depreciativo ou valorativo que se defende aqui a necessidade de

se fazer a crítica histórico-ontológica do campo da psicologia comunitária, à qual buscamos oferecer uma inicial e pequena contribuição. É com o interesse de desvelar nexos histórico-sociais e desfazer certas ilusões que acreditamos que se deve fazer a crítica de um campo historicamente crítico e tático para estudantes, profissionais e pesquisadores interessados em construir uma alternativa social para além do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, L. M. A. (2013). Igreja Católica: imaginário, ditadura e movimentos sociais. *Caderno Espaço Feminino*, 26(2), 187-208.
- Amman, S. B. (1987). *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Amorim, K. M. D. O. (2010). *Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Anderson, P. (1976). *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento.
- Andery, A. A. (1984). Psicologia na comunidade. In: S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 203-220). São Paulo: brasiliense.
- Andery, A. A. (1989). Psicologia social e comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 4(7), 125-135.
- Andrade, J. E. J. (2006). Eduard Bernstein e a social-democracia. *Plural (São Paulo. Online)*, 13, 5-34.
- Andrade, M. A. de (2012). De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In: M. C. S. Paniago (Org.). *Marx, Mészáros e o Estado* (pp. 11-27). São Paulo: Instituto Lúkács.
- Antunes R. (1995). *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes.
- Antunes R. (2009). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. & Ridenti M. (2007). Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, 12(2), 78-89.
- Arantes, P. E. (2000). Esquerda e Direita no Espelho das ONGs. *Cadernos ABONG: ONGs identidade e desafios atuais*, 27, 47-57.

- Arouca, A. S. (1975). *O Dilema Preventivista. Contribuição para a compreensão da medicina preventiva*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Baima, L. S. (2013). *Críticas e Alternativas da Psicologia: Limites e Possibilidades na Contribuição para a Transformação Social*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
- Baima, L. S. (2014). *Limites e possibilidades na contribuição para a mudança social: uma avaliação da formação em Psicologia Social Comunitária no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Baima, L. S., & Guzzo, R. S. L. (2015). Formação em psicologia e prática comunitária: problematização da psicologia social comunitária no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 15(32), 33-47.
- Bandura, A. (1979). *Modificação do comportamento* (Principles of Behavior Modification). Trad. Do original de 1969 por Eva Nick e Luciana Peotta, 1.ed. Rio de Janeiro: Interamericana.
- Bastos, A. V. B. & Gondim, S. M. G. (Eds.). (2010). *O Trabalho do Psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Bianchi, A. (2007a). Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo. *Lua Nova*, 70, 39-82.
- Bianchi, A. (2007b). Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quaderni del cárcere". *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 12 (36). Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela, 35-55
- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 57-70.
- Boechat, F. M. & Vieira, A (s/d). *Marxismo e história da psicologia*. Disponível em: https://www.academia.edu/35410112/Marxismo_e_historia_da_psicologia
- Bomfim, E. M. (1989). Notas sobre a psicologia social e comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 4(7), 42-46.

- Brito, L. L. (2010). Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. *Espaço Acadêmico*, 111, 81-89.
- Campos, R. H. F. (2010). A função social do psicólogo. In: O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 205-214). Natal, RN: EDUFRN.
- Campos, R. H. de F. & Guedes, M. do C. Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006) e a ética do conhecimento. *Memorandum*, 10, 158-161.
- Carvalho, B. P. (2014). *A Escola de São Paulo de Psicologia Social: uma análise histórica do seu desenvolvimento desde o materialismo histórico-dialético*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Carvalho, B. P. (2016). Historiografia e filosofia da história na pesquisa histórica em psicologia: contributos desde a teoria social de Marx. *Teoria y Crítica de la Psicología*, 8, 134-168.
- Carvalho, J. E. C. de & Dunker, C. I. L. (2006). Critical Psychological Approaches in Brazil: When, where, why. *Annual Review of Critical Psychology*, 5, 305-312.
- Chasin, J. (2012). Marx – a determinação ontonegativa da politicidade. *Verinotio Revista on-line*, 15, Ano VIII, 42-59.
- Coelho, E. T. (2005). *Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
- Collares-da-Rocha, J. C. C. C. da (2013). *História da psicologia comunitária no Brasil nas décadas de 1960 e 1970*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Coutinho, C. N. (1979). *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Coutinho, C. N. (1992). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.

- D'Amorim, M. A. (1980). A Psicologia Comunitária: considerações teóricas e práticas. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, 32(3), 99-105.
- Dantas, A. V. (2013). Reforma e/ou revolução: do que e com quem estamos falando? In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro"*, 81-96.
- Del Roio, M. (2007). Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 29, nov, 63-78.
- Domezi, M. C. (2014). *O Concílio Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus.
- Enderle, R. M. (2000). *Ontologia e política: a formação do pensamento marxiano de 1842 a 1846*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Fernandes, F. (2011). *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.
- Freitas, M. de F. Q. de (1996). Psicologia na comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária: Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. de F. Campos (Org.). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, M. de F. Q. de (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 11(1), 175-189.
- Freitas, M. de F. Q. de (2001). Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política. *Psicologia Política*, 1(2), 54-68.
- Gallindo, L. C. (1981). *A psicologia comunitária como agente de transformações sociais*. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Góis, C. W. L. (2003). *Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.

- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Góis, C. W. L. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- Gonçalves, M. A. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562-571.
- Gonçalves, M. A. (2017). *Psicologia Favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em Psicologia*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Gonçalves, M. A. & Portugal, F. T. (2012). Alguns Apontamentos sobre a Trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(num. especial), 138-153.
- Gramsci, A. (2012). O conceito de revolução passiva. In E. Sader & I. Jinkings (Orgs.). *As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda* (pp. 255-262). São Paulo: Boitempo.
- Guareschi, P. A. (1996). Relações comunitárias - Relações de dominação. In R. H. de F. Campos (Org.). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 81-99) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hegel, G. W. F. (1807/2014). *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.
- Höfling, E. de M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Caderno Cedes*, 21(55), 30-41.
- Ianni, O. (1981). *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ieno Neto, G. (1989). Psicologia e movimentos populares: algumas possibilidades de aproximação. *Psicologia e Sociedade*, Ano V, nº7, 108-117.

- Ieno Neto, G. (2005). *Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o Projeto Lumiar na Paraíba*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.
- Lacerda Jr, F. (2010a). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Lacerda Jr., F. (2010b). Notas sobre o desenvolvimento da psicologia social comunitária. In: F. Lacerda Jr. & R. S. L. Guzzo (Orgs.). *Psicologia e sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 19-41). Campinas: Alínea.
- Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología*, 3, 216-263.
- Lacerda Jr., F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar? In: A. F. Lima, D. C. Antunes & M. G. A. Calegare (Orgs.). *Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 110-127) [recurso eletrônico online]. Porto Alegre: ABRAPSO
- Landin, R. & Lemgruber, V. (1980). O trabalho do psicólogo na favela. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 32(1), 67-73.
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp.10-19). São Paulo: brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. de F. Campos (Org.). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lane, S. T. M. & Bock, A. M. B. (2003). ABRAPSO – uma história da Psicologia Social enquanto Práxis. In: A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha & D. Mancebo (Orgs.). *Psicologia Social: relatos da América Latina* (pp. 145-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Lane, S. T. M. & Codo, W. (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lenin, V. I. (1918). *O Estado e a Revolução*. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/> (acesso em 10/05/2017).
- Lessa, S. (2013). *Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Lessa, S. (2016). *Para compreender a ontologia de Lukács*. Maceió: Coletivo Veredas.
- Löwy, M. (2000). *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Lukács, G. (1981). A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In: J. Paulo Netto (Org.). *Georg Lukács: Sociologia* (pp. 109-131). São Paulo: Ática.
- Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Luxemburgo, R. (1900/1975). *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Martins, L. R. (2007). Formação e desmanche de um sistema visual brasileiro. In: *Margem esquerda no. 9*, 154-167.
- Marx, K. (1843/2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1844/2010a). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1844/2010b). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1844/2011). Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 3(1), 142-155.

- Marx, K. (1852/2012). O fenômeno bonapartista. In J. Paulo Netto (Org.). *O leitor de Marx* (pp. 217-233). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1857/2012). Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: Paulo Netto, J. (Org.). *O leitor de Marx* (pp. 235-266). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1859/2012). Prefácio a Para a crítica da economia política. In: Paulo Netto, J. (Org.). *O leitor de Marx* (pp. 267-273). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1867/1985). *O Capital: Crítica da Economia Política Volume I*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. & Engels, F. (1845/2001). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, K. & Engels, F. (1848/2003). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- Melo, E. (2012). Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: M. C. S. Paniago (Org). *Marx, Mészáros e o Estado* (pp. 29-58). São Paulo: Instituto Lúkács.
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Montaño, C. (2002). O Projeto Neoliberal de Resposta à “Questão Social” e a Funcionalidade do “Terceiro Setor”. *Lutas Sociais*, 8, 53-64.
- Montaño, C. (2010). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 207-287.
- Montaño, C., & Duriguetto, M. L. (2014). *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez.

- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitária: Desarrollo, conceptos e processos*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2010). Fortalecimiento de la ciudadanía y transformación social: Área de encuentro entre la Psicología Política y la Psicología Comunitaria. *Psykhé (Santiago)*, 19(2), 51-63.
- Moura, A. de (2015). *Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC paulista: rupturas e continuidades*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo, Brasil.
- Moura Jr, J. F., Cidade, E. C., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2014). Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, 22(2), 341-352.
- Müller, A. (2010). *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo; Université de Paris 1 – Pantheon Sorbonne.
- Nascimento, M. L. (2001). História do trabalho comunitário em psicologia. Em: A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo & H. C. Rodrigues (Orgs.). *Clio-Psyché hoje. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro (pp. 33-42). Rio de Janeiro: Relume/Dumará/Faperj.
- Oiticica, H. Esquema geral da Nova Objetividade. In: G. Ferreira & C. Cotrim (Orgs.). *Escritos de artistas* (pp. 154-168). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- Oliveira, F. de. (2008). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- Paiva, I. L., & Yamamoto, O. H. (2008). Os novos Quixotes da psicologia e a prática social no “terceiro setor”. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 231-250.
- Parker, I. (2006). Critical psychology and critical practice in Britain. In: *Annual Review of Critical Psychology*, 5, 89-100.
- Paulo Netto, J. (1983). *O que é marxismo?* São Paulo: Brasiliense.

- Paulo Netto, J. (2009). *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez.
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução do estudo ao método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Paulo Netto, J. (2013). Uma face contemporânea da barbárie. *Novos rumos*, 50(1), 12-51.
- Paulo Netto, J. & Braz (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Paniago, M. C. S. (2012). Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. In: M. C. S. Paniago (Org.). *Marx, Mézáros e o Estado* (pp. 59-80). São Paulo: Instituto Lúkács.
- Pimentel, E. (2012). *Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Pizzi, B. P., & Gonçalves, M. A. (2015). Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a tarefa de transformação social na obra de Martín-Baró e na Psicologia Social Comunitária. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 162-195.
- Prado, M. A. M. (2002). A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210.
- Reich, W. (1995). *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sader, E. (2005). *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Expressão popular.
- Santos Neto, A. B. dos (2015). *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Sarriera, J. C. (2008). El paradigma ecológico em la psicología comunitária: del contexto a la complejidad. In: E. Saforcada, E. & J. C. Sarriera (Orgs.). *Enfoques conceptuales y técnicos em psicología comunitária* (pp. 27-47). Buenos Aires: Paidós.

- Sawaia B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (p. 99-119). Petrópolis: Vozes.
- Scarparo, H. (2005). *Psicologia comunitária no Rio Grande do Sul: registros da construção de um saber-agir*. Rio Grande do Sul: Edipucrs.
- Scarparo, H., & Guareschi, N. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. *Revista Psicologia & Sociedade*, 19, 100-108.
- Schwarz, R. (2008). Cultura e política: 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. (pp. 61-92). São Paulo: Companhia das Letras.
- Secco, L. (2018). *História do PT*. Cotia, São Paulo: Ateliê editorial.
- Seixas, P. de S. (2014) *A Formação Graduada em Psicologia no Brasil: Reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós-DCN*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299.
- Silva, D. O. e. (2011). *Compromisso Social da Psicologia: de Tema a Lema*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
- Silva, D. O. e (2015). *Formação, ideologia e emancipação: nexos com as diretrizes curriculares (2004 e 2011) para os cursos de graduação em Psicologia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
- Silva, D. O., Baima, L. S., Castro, T. C. e, Lacerda Jr., F., Silva, L. M. da & Moreira, L. R. (2015). O papel de lideranças em processos de (i)mobilização social: análise de uma experiência de psicologia social comunitária. In D. U. Hur, F. Lacerda Jr. & M. do R. S. Resende (Orgs.). *Psicologia e transformação: Intervenções e Debates Contemporâneos* (pp. 247-268). Goiânia: UFG.
- Silva, E. C. S. da., & Bomfim, Z. Á. C. (2013). Os caminhos da psicologia comunitária na América Latina. *Psicologia Social*, 25(1),251-253.

- Soares, A. B. (2001). *Psicologia, comunidade e intervenções: olhares em (des)construção*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Tonet, I. (2005). *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí.
- Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Tumolo, P. S. (2002). *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Vasconcelos, E. M. (1985). *O que é psicologia comunitária*. São Paulo: Brasiliense.
- Ximenes, V. M., Cidade, E. C., & Nepomuceno, B. B. (2015). Psicología comunitaria y expresiones psicosociales de la pobreza: contribuciones para la intervención en políticas públicas. *Universitas Psychologica*, 14 (4), 1411-1424.
- Ximenes, V. M.; Paula, R. L. C. de; Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: Edicon.
- Yamamoto, O. H. (1994). *Marx e o método*. São Paulo: Editora Moraes.
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: A. M. B. Bock (Org.). *Psicologia e compromisso social* (pp.29-35). São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e sociedade*, 19(1), 30-37.
- Yamamoto, O. H., & de Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(25ANOS), 9-24.